

The background of the book cover is a dark blue monochromatic image. It features several hands of different skin tones stacked on top of each other, symbolizing teamwork or support. In the lower-left corner, a chessboard with pieces is visible. On the left side, there is a faint, stylized graphic of a caduceus (a staff with two snakes) and a human eye. The text is overlaid on this background in a white serif font.

Contador:
Pensador
Social
Estratégico

Visões Interdisciplinares

Manoel Rubim da Silva

Contador:

Pensador

Social

Estratégico

Visões Interdisciplinares

Manoel Rubim da Silva

MANOEL RUBIM DA SILVA

Contador: Pensador Social Estratégico
- Visões Interdisciplinares

São Luís - MA
2019

Copyrith by @ **Manoel Rubim da Silva**, 2009

Todos os Direitos reservados e protegidos
Pela Lei nº. 5.988, de 14/12/1973.
A reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
no mínimo citar a fonte, os créditos devidos ao autor.

E-mail:
manoel_rubim@uol.com.br

Capa:
Christian J. F. Galabo

Editoração Eletrônica:
Christian J. F. Galabo

Revisão:
Manoel Rubim

Endereço para correspondência:
Rua Sílvio Romero, 130
Retiro Natal - São Luís-MA
CEP: 65031-650

Silva, Manoel Rubim da
Contador: Pensador Social Estratégico - Visões Interdisciplinares.
270 páginas

HOMENAGENS ESPECIAIS

Ovídio Victor da Silva

Cândida Rubim da Silva

Diana Maria Rubim Costa Silva

Naysa Helene Furtado Bessa

Emanuele de Fátima Rubim Costa Silva

Ramon Saleno Yure Rubim Costa Silva

Maria de Nazaré Rubim da Silva

Maria José Rubim da Silva

José Raimundo Pinto e Fernanda Albuquerque Pinto Veloso

Maritilde Rubim Bruzaca

Maria Madalena Rubim dos Santos

Maria Madalena Rubim (Mãe Dedé), Agripina Maciel Rubim, Raimundo Mateus de Jesus, Martina Jacinta Rubim Bruzaca, Maria das Dores Rubim Ribeiro, José Estevan Rubim, Raimundo Trindade, Ivon Bruzaca Monroe, Elvis Bruzaca Monroe e Walber Rubim Bruzaca, todos saudosos, e Joana Rubim dos Santos, Lenir Bruzaca Trindade, Creusa Bruzaca Monroe, Edeilde Bruzaca Monroe, Maria José Bruzaca Santos, Shirley Bruzaca Santos, Núbia Rubim Bruzaca, Conceição Ribeiro Serra, Layse Bruzaca Trindade, Ryan Bruzaca e Lúcio Bruzaca Santos em nome de todos os parentes por parte da minha mãe;

Zenaide da Silva Victor, Pantaleão da Silva Victor e Paulo da Silva Victor, Petronilha Castro Silva, Esmeralda Castro, Marieta Castro, Valdir Castro e Silva, Walter Castro e Silva, Rosemery Rio Branco Castro Sousa, todas saudosas, Waldinar Rio Branco Costa, Edvaldo João Castro, Ana Maria Castro Silva e Caetano Castro Silva em nome de todos os parentes por parte do meu pai;

Newton de Barros Bello, Aldenora Ignez Moreira Bello, padrinho e madrinha saudosos e queridos, e o estimado amigo saudoso Newton de Barros Bello Filho;

Lindberg Pereira Bessa e Izidora Leis Furtado Bessa;

Raimundo Silva, Maria de Lourdes Costa Silva e Diana de Jesus Costa Silva;

Antônio Vieira, Heider Freitas, Lopes Bogéa, José do Nascimento Morais Filho, José Carlos de Sá Vale, Walbert de Azevedo Ribeiro, José Franklin da Serra Costa, Hélio do Prado Shalcher, Leôncio Rodrigues, Francisco de Paula Gomes, Luis Alves Mounier, José Burnett, Maria Urana Ribeiro de Miranda, Maria José Pereira Fontes Martins, Ninah Rodrigues Pires da Costa, Cecília Bandeira, Maria Benedita Jansen Saraiva, Raimundo Potiguara Alves, Natalino Salgado, Clodson da Câmara Guimarães, Rui Valois, Lili Andrade, José do Lago Lima, Raimundo Matos Joaquim (Mundinho), José Euler Boges Santos (Zequinha), Pedro Ivaldo Silva Reis (Cariri) José Ribamar Pereira de Carvalho (Piteira) em nome dos amigos e amigas que se foram;

As irmãs Valois, em nome de Edith, Luiza e Esther, irmão Marista Batista e Ivo Anselmo Höhn, Raimunda Santos, Maria Freitas, Waldemar da Silva Carvalho, Luiza e Esther, Antônio Valle Guimarães, Nywaldo Guimarães Macieria, Petrônio Maranhão Gomes de Sá, Carlos Alberto Barros, Walber da Cruz Leão, Orlando Bandeira, Mendes Pereira, Arias Guimarães, José Leal Naufel, Pedro Augusto Alves, Adiel Tito de Figueiredo, Cândido José Martins de Oliveira, Renato Abreu e Ubirajara Rayol, todos Professores saudosos, em nome de todos os meus mestres e mestras que se foram;

Itaurea do Brasil Valente Viana, Claudete de Jesus Ribeiro, Olga Salomão da Silva, Ramiro Azevedo – revisor de parte deste livro, Jandira Barros, José Henrique Cabral Coaracy, João Batista Lobato, Antônio Joaquim Pereira Filho, Arno Kreutz, Guilherme Lago, Joel Brito de Barros, Maria José Vale de Carvalho, José Henrique Braga Polary, Antônio Augusto Ribeiro Brandão, em nome dos quais homenageio todos os meus ex-professores.

Queridos amigos colegas de sala de aula desde o primário, em nome dos saudosos Luís Carlos Raposo Moreira, Rosendo Borges da Silva, Sandoval Gomes Silva, além dos demais colegas, com os quais, de quando em vez interagimos, em nome de Marcelo Lopes de Oliveira e Souza, Nelson Bezerra, Mário Luna, Roberto Cunha, Antônio Joaquim Souza Guimarães, Sueli Compasso Cavalcanti e Rosana Tribuzi.

Christian Galabo (Filipino), publicitário, designer gráfico e diagramador deste livro.

PREFÁCIO

Manoel Rubim da Silva, contador, professor universitário, poeta, cronista de rara espécie e de muitos títulos, insuficientes para dimensionar a nobreza singular de um homem, protagonista de sua própria história.

Como artesão literário, Rubim flana suave pela poesia e prosa, entre a desalenta realidade e os caminhos esperançosos da arte.

Os seus dois primeiros livros, Poemas para Ovídio (seu Pai) e Crônicas para Cândida (sua Mãe), são obras marcadas, acima de tudo, por um texto afetuoso, poético, humano, elegante, coerente e agradável.

O seu lirismo não o deixou despoído de inquietação, de tão fecunda, fez emergir o seu terceiro livro: Contador, Pensador Social Estratégico, visões interdisciplinares.

São artigos que desnudam o mundo, por meio da percepção incomum de quem observa, atento, a sua própria alma e ouve o silêncio das lembranças do passado. Sem se desprender, é claro, da análise profunda dos fatos que pulsam ao seu redor e que exigem uma mente precisa como a de Rubim para decodificá-los.

Contador, Pensador Social Estratégico, visões interdisciplinares, é fruto de uma alma curiosa, preta de cultura e, especialmente, de sonhos e esperanças do autor, mesmo nestes tempos inférteis.

Grande e fraternal abraço, Rubim!

Marcellus Ribeiro Alves – Economista e Bacharel em Direito, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil – Ex-Delegado Adjunto da Delegacia da Receita Federal do Brasil, em São Luís; Ex-Superintendente-Adjunto da Superintendência da Receita Federal do Brasil em Fortaleza - CE e atual Secretário de Fazenda do Estado.

SOBRE O LIVRO

Este livro – Contador Pensador Social Estratégico: Visões Interdisciplinares – tem o propósito de contribuir para uma visão mais abrangente das Ciências Contábeis, como sabemos, uma ciência do ramo do grande leque das Ciências Sociais, exigindo, pois uma visão interdisciplinar, no momento em que se discute, no Mundo, como projeto educacional, nas Universidades, a formação de equipes interdisciplinares, para enfrentarem os complexos problemas que se apresentam para serem solucionados, em prol do melhor viver em sociedade.

Destarte, este livro contempla artigos escritos sobre variados temas, ao todo, cem artigos, sem a ótica de um especialista, e sim sob a ótica interdisciplinar, despertada aos vinte anos, quando busquei reduzir a incompreensão do Mundo, deixando de focar, apenas, a área de atuação que escolhi, ao optar por ingressar no Curso Técnico em Contabilidade e Administração – no hoje extinto Colégio São Luís – e, posteriormente, já com vinte e seis anos, nos meados de 1976, ingressar no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, concluído em junho de 1980.

Afinal, tanto no Curso Técnico em Contabilidade e Administração, quanto no Curso Superior de Ciências Contábeis, aludidos no parágrafo anterior, percebi, ao analisar o conteúdo das grades curriculares, assim como a titulação das disciplinas ministradas, que estava diante de uma ciência que demandaria, para melhor entendimento e sucesso na profissão, conhecimentos multidisciplinares.

Efetivamente, vale destacar que entre a conclusão dos Cursos Técnicos em Contabilidade e Administração e o início do Curso de Ciências Contábeis, tive a oportunidade de tomar conhecimento de conteúdos de livros, pertinentes à Sociologia, Filosofia e Antropologia, assim como inúmeros textos publicados em jornais e revistas, escritos por renomados estudiosos, jornalistas e cientistas políticos, reconhecidos neste país e no Mundo.

É relevante destacar que este livro contém diversos artigos, abordando diferenciadas temáticas, que intitulei de interdisciplinares,

artigos esses que foram publicados na imprensa de São Luís – “O Estado do Maranhão” e “Jornal Pequeno” – ao longo de três décadas, assim como, mais recentemente, no “Portal Maranhão Negócios”, afora alguns trabalhos publicados em Revistas Tributárias, de circulação local e nacional.

Por fim, coloco em realce que alguns artigos constantes deste livro foram reproduzidos em diversos sites locais e nacionais, publicações essas que são frutos de intensas leituras interdisciplinares, adensadas pela preocupação em estabelecer um diálogo construtivo com os eventuais leitores, ansiando o fortalecimento da democracia e da cidadania participativa, em prol do nosso melhor conviver.

SUMÁRIO

A CARGA TRIBUTÁRIA, O GASTO PÚBLICO, A INFORMALIDADE E O CONTRIBUINTE CIDADÃO	14
A CONTABILIDADE ESTRATÉGICA	21
A CONTABILIDADE E A GESTÃO EFICIENTE	24
A CONTABILIDADE E A MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO	26
A CONTABILIDADE EM PROL DO MEIO AMBIENTE	29
A CONTABILIDADE GERENCIAL PÚBLICA ESTRATÉGICA	32
A CONTABILIDADE INTERNACIONAL NO BRASIL	36
A CULTURA, O ESTADO, A SOCIEDADE E O MERCADO	38
A EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO	40
A EDUCAÇÃO E OS TEMAS DA VITÓRIA	43
A EDUCAÇÃO PARA TODOS	45
À EDUCAÇÃO SENHORES!	48
A FISCALIZAÇÃO CIDADÃ E O GASTO PÚBLICO	50
A IMPERIOSIDADE DA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR	52
A IMPERIOSIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO BRASIL E A MATRIZ HABERMASIANA	55
A IMPORTÂNCIA DOS TALENTOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES	58
A INFLAÇÃO E O AUMENTO DA TAXA DE JUROS	60
A INFORMALIDADE E SEUS MALEFÍCIOS	62
A INTOLERÂNCIA X A CORDIALIDADE	64
A METAFÍSICA DA CONTABILIDADE COMERCIAL	66
A NOVA CONTABILIDADE SOCIAL	68
A PROPOSTA DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA, AS INJUSTIÇAS E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA, ASPECTOS IMPORTANTES PARA ANÁLISES NO PRESENTE MOMENTO	71
A SONEGAÇÃO E A EDUCAÇÃO FISCAL PARA A CIDADANIA	73
A VINGANÇA NEOLIBERAL E A APATIA DA SOCIEDADE.	75
ABRAÇANDO O BRASIL CARINHOSAMENTE	78
AH! O PIB CAIU!	80
ALVÍSSARAS: COTAS RACIAIS NOS PRÓXIMOS VESTIBULARES DA USP	83
AQUECIMENTO GLOBAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	85

AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBREVIVEM E TÊM UM BELÍSSIMO FUTURO	87
AS CONSEQUÊNCIAS DO FIM DA CPMF E O BRASIL EM 2008	90
AS CONTAS DEVERÃO SER ABERTAS	92
AS DESIGUALDADES SOCIAIS E O FOSSO ENTRE AS PALAVRAS E AÇÕES	95
AS REDES SOCIAIS E CHAMADA GRANDE IMPRENSA	97
AS NOVAS ORDENS MUNDIAIS	101
AS POLÍTICAS PÚBLICAS RESTRITIVAS, AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA TRABALHISTA E A DESSUBLIMAÇÃO DO SER HUMANO	102
AS REUNIÕES DO GOVERNADOR FLÁVIO DINO, COM OS EX-PRESIDENTES LULA, FHC E SARNEY LEMBRAM A FORMAÇÃO DA FRENTE AMPLA, NOS IDOS DE 28/08/1966	104
BEM-VINDO 2010	106
BRASIL: UFANIAS, COMPLEXO DE VIRA-LATAS E O LÍDER SALVADOR	108
CENÁRIOS: CUSTO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, A ALTA DO DÓLAR E A DESVALORIZAÇÃO DO REAL	111
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS E A ECONOMIA CRIATIVA	115
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO	118
CONDICIONANTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA	120
CRISE ANUNCIADA DE UM CONFLITO DE INTERESSES	123
CRISE ECONÔMICA OU DE GOVERNANÇA MUNDIAL?	126
CRISE NA GESTÃO PÚBLICA	128
CUIDADO COM OS CONSELHOS, PRESIDENTA DILMA	130
DA CONSCIÊNCIA, PARA A PACIÊNCIA NEGRA	133
DA SOCIEDADE ANTAGÔNICA À SOCIEDADE HARMÔNICA	135
DEIXARÃO VIVER OS CORPOS, PORÉM, MATARÃO OS ESPÍRITOS	137
DEMOLIÇÃO DOS MITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	139
DESIGUALDADE E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	142
DO MOMENTO EGOÍSTICO-PASSIONAL AO ÉTICO-POLÍTICO	144
DOUTOR HEIDER QUEIROZ FREITAS: COMPETENTE, CULTO E EXEMPLAR ADVOGADO	146
DVA: UMA ALTERNATIVA PARA A AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA	149
EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA.	151
EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA	154
GLOBALIZAÇÃO & PRIVATIZAÇÃO	156

GOVERNANÇA CORPORATIVA	158
IGNÁCIO RANGEL, DECIFRADOR DO BRASIL E PENSADOR CRIATIVO	161
INVOLUÇÕES E EVOLUÇÕES DO IRPF	164
LEMBRANÇAS DE CRIANÇAS E ESPERANÇAS DE UM ADULTO	167
MAIS E MELHOR ADMINISTRAÇÃO E MENOS VORACIDADE TRIBUTÁRIA	169
MAIS STIGLITZ E KRUGMAN, MENOS CHICAGOS BOYS	172
MANIFESTAÇÕES DA MÃE NATUREZA	175
NEOLIBERALISMO: UMA RECEITA INDIGESTA	177
NOS TRISTES TRÓPICOS, VAMOS DA MINISAIA AO APAGÃO.	181
O BRASIL E O MAPA DO SUCESSO	183
O BRASIL NA PRIMEIRA DIVISÃO	185
O ESTADO: NEM MÁXIMO, MUITO MENOS MÍNIMO	187
O INCENTIVO FISCAL DO AUDIOVISUAL: O CONTABILISTA EM CENA	189
O IRPF, A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O NÃO CONFISCO	195
O PENSAMENTO ECONÔMICO LÚGUBRE	198
OBRIGADO, ZYGMUNT BAUMAN!	200
OS COBRADORES DE IMPOSTOS	201
PELO FIM DOS CÂNONES DO CONSENSO DE WASHINGTON	203
PIB E A FELICIDADE NACIONAL BRUTA	207
PNEF: A PEDAGOGIA DA ESPERANÇA	209
POLÍTICA: A PAIXÃO, A RESPONSABILIDADE E A PREVISÃO	212
POLÍTICAS AFIRMATIVAS	214
PRIORIDADE PARA A EDUCAÇÃO	216
QUE TAL UM “DESVIÔMETRO”?	219
“REEMPREGO” EM VEZ DE DESEMPREGO	222
REFORMAS E REFORMAS, PORÉM, FALTA É CIDADANIA	224
REIS VELOSO, UM PLANEJADOR ESTRATÉGICO, QUE PENSAVA O BRASIL	227
RENOVADAS SAUDADES DO ZÉ USURA	230
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	232
RESPONSABILIDADE SOCIAL, FISCAL E COMBATE À CORRUPÇÃO	234
RESPONSABILIDADE SOCIAL: QUESTÃO ESTRATÉGICA?	237
RSC: MARKETING OU IMPOSIÇÃO	239

SÃO LUÍS, ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL INCLUSIVOS	242
SÃO LUÍS PODERIA SER UMA CIDADE CRIATIVA	245
SÃO LUÍS: UMA AGENDA PARA A QUATROCENTONA	248
SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA	251
SOLUÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTÁBEIS CRIATIVAS EM TEMPOS DE CRISE	253
TRIBUTAÇÃO E DESONERAÇÃO	257
TRIBUTO E CIDADANIA	259
TURISMO: É A HORA E A VEZ DO NORDESTE E NORTE	261
VIVAS AO SERVIDOR PÚBLICO	263
XX FÓRUM NACIONAL: PENSANDO O BRASIL	266
ZERAR OU REDUZIR O DÉFICIT?	268

A CARGA TRIBUTÁRIA, O GASTO PÚBLICO, A INFORMALIDADE E O CONTRIBUINTE CIDADÃO

Efetivamente, um dos assuntos mais abordados pela imprensa de modo geral, diz respeito à alta carga tributária que os brasileiros estão sujeitos.

Tal excessiva carga tributária seria a responsável pela sonegação, pela não continuidade das empresas, pela falta de novos investimentos que fazem com que o crescimento da economia brasileira não seja satisfatório, inibindo, por consequência, o incremento do emprego e, até mesmo, chegando a desempregar muita gente, pelo fechamento das unidades produtivas.

As reclamações não dizem respeito somente à excessiva carga tributária, dirigem-se, também, para a complexidade do sistema tributário brasileiro que, no entender dos seus críticos, é dos mais complexos do mundo. Como dizia o grande filósofo Roland Corbusier, no livro *Filosofia Política e Liberdade*:

Não se faz crítica ou apreciação adequada sobre determinado assunto, sem que possamos contextualizar o objeto da abordagem, para mais criteriosa manifestação.

Por consequência, passo a tratar o atual sistema tributário brasileiro a partir da sua concepção que remonta à edição do Código Tributário Nacional, aprovado através da Lei 5172/66, tida como Lei Complementar, ainda hoje vigente em sua quase totalidade.

Somente pela idade da citada lei, trinta e nove anos, tratando-se de uma lei vigente há tanto tempo no Brasil, já nos ensinaria entendimento benevolente em relação ao mérito dela. Neste país que possui Constituição promulgada em 1988, já tendo tantas emendas, é óbvio que se trata de boa notícia ou mesmo de bom sinal, termos a Lei 5172/66 ainda vigente em sua grande parte, ou em sua parte nuclear.

O Sistema Tributário Brasileiro constante da referida lei consagra as bases clássicas da tributação, quais sejam: a circulação, o consumo, a renda e o patrimônio.

Efetivamente, não se tem notícias de reclamações, pelo menos no mesmo tom e frequência das que temos hoje, em relação ao sistema tributário vigente ao final da década de sessenta e início de setenta.

No limiar da década de setenta, mais precisamente, em data de 07 de setembro de 1970, tivemos a publicação da Lei Complementar nº 7 que criou o *Programa de Integração Social* com a finalidade de

proporcionar a *integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas*.

Tal programa seria financiado pelo *Fundo de Participação* constituído por duas parcelas: uma decorrente da dedução do imposto de renda devido pelas empresas e a outra calculada sobre o faturamento delas. Nascia, dessa forma o *PIS* incidente, hoje, sobre a receita bruta das empresas.

Desfigurando, ainda mais, o sistema tributário clássico, então vigente, decorrente da Lei 5.172/66 (*Código Tributário Nacional*), o Decreto Lei nº 1940 de 25/05/1982 criou o *Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL)*, que se tratava de Contribuição Social com o objetivo de *custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, e amparo ao pequeno agricultor*.

O *FINSOCIAL* foi extinto na década de noventa e em seu lugar surgiu a *COFINS*.

Lembro-me, com certa saudade, ainda hoje, do treinamento que participei, em Recife – PE, sobre o *FINSOCIAL*, com dois Auditores Fiscais da Receita Federal, que eram tidos como pai e mãe dessa contribuição, por terem participado da elaboração do seu regulamento, quais sejam: Celso Mendes e Perpétua. Esta, inclusive, havia iniciado suas atividades na Receita Federal, como Auditora, na Delegacia da Receita Federal em São Luís.

Não posso deixar de lembrar, também, dos problemas que tivemos, então na condição de Chefe da Divisão de Tributação desta DRF, para analisar inúmeras contestações das notificações que foram expedidas sobre *FINSOCIAL* a partir do processamento das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

Observe-se que as duas novas contribuições sociais vieram, de certo modo, desfigurar o então vigente sistema tributário, não somente no que respeita ao desenho clássico que marcava tal sistema, todavia sobretudo em torno de novas contribuições sociais que viriam a aumentar a carga tributária e torná-lo mais complexo e provavelmente mais injusto, pois se tratavam de duas contribuições com o pejo de cumulativas configuradas como indiretas.

Por outro lado, deve ser destacada, das duas contribuições, os motivos que ensejaram as suas instituições quais sejam: as motivações ou preocupações sociais.

Em sequência a essas alterações no sistema tributário brasileiro desenhado através da Lei 5.172/66, tivemos a instituição da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, pela Lei 9.249 de 15/12/1995, que tinha a finalidade de efetuar o financiamento da segu-

ridade social, tendo a mesma como base de cálculo, como o seu próprio nome sugere, o Lucro Líquido ajustado das Pessoas Jurídicas. Observe-se que também a instituição da citada contribuição social visava angariar recursos para o financiamento de políticas sociais em benefício da sociedade. Quando da instituição da Contribuição Social sobre o Lucro, com a base de cálculo idêntica a do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, via Lucro Real, tivemos a redução da alíquota deste imposto, como compensação pela existência de nova incidência tributária.

Ao final da década de oitenta, eram grandes as pressões no sentido de que os Estados e Municípios conseguissem aumentar a sua participação no bolo tributário de competência da União. Tal aumento aconteceu antes da vigência da nova Constituição de 1988.

Paralelamente, a União, via Ministro Maílson da Nóbrega, manifestava a sua opinião em favor dos que intitulava de *operação desmonte*, que consistia no repasse de encargos antes custeados pela União, para a esfera orçamentária, em termos de despesa, dos Estados e Municípios.

Entendia de forma cartesiana, o então Ministro, que se a participação na arrecadação tributária dos entes tidos como locais aumentava, deveriam aumentar também as suas responsabilidades em termos de políticas públicas, então na órbita das despesas orçamentárias da União.

Espertamente, com a instituição das contribuições sociais sobre o faturamento e o lucro, de competência da União, as participações dos Estados e Municípios eram mantidas ou cresciam muito menos do que esperavam Governadores e Prefeitos, com o sucesso do *lobby* para aumento da participação dos referidos entes federativos nos Fundos de Participação.

A mais substancial mudança no sistema tributário brasileiro originário da Lei 5.172/66 aconteceu com a promulgação, em 05/10/1988, da chamada *Constituição Cidadã de 1988*, nas palavras do então Presidente da Constituinte, o saudoso Deputado Ulysses Guimarães.

Com a nova Constituição, tivemos um aumento expressivo do poder de tributar dos Estados e Municípios, em detrimento da União. Impostos antes arrecadados pela União como os Impostos Únicos sobre Serviços de Telecomunicações, de Transportes e Minerais foram incorporados ao então vigente ICM, de competência estadual, parcialmente repassado para os Municípios, que se transformou no potente ICMS, tido hoje como o imposto que proporciona a maior arrecadação do país.

A então existente Taxa Rodoviária Única, de competência da União, que servia para custear construções e reparos de estradas, foi transformada em IPVA, de competência estadual, com arrecadação par-

cialmente repassada para os Municípios.

Em 22 de dezembro de 1988, foi aprovada a Lei nº 7.713 que operou verdadeira revolução na tributação do imposto de renda das pessoas físicas, terminando com a tributação separada dos rendimentos, em função das suas origens, que eram classificados por cédulas de *A a H*, com específicas deduções cedulares. Importante destacar que as alíquotas iam de 5% a 50%, dependendo do rendimento líquido apurado, após as deduções. Vejam que passamos a ter deduções do rendimento bruto, para efeito de apuração da base de cálculo do IR, independentemente da natureza dos mesmos, ao mesmo tempo que passamos a tributar o rendimento líquido com apenas duas alíquotas de 15% e 25%.

Chegamos aos tempos de hoje, em que foi transformado o *IPMF, Imposto sobre a Movimentação Financeira*, inicialmente idealizado pelo Economista Marcus Cintra como *Imposto Único, em Contribuição sobre a Movimentação Financeira*, tida, em princípio, como provisória, que em verdade veio para ficar, como mais um imposto.

Note-se que não poderíamos entender a atual situação do *Sistema Tributário Brasileiro* e propor medidas para melhorá-lo sem que tivéssemos em mente a evolução dele ao longo das quatro últimas décadas, pelo menos, tendo como marco inicial da análise os efeitos da Lei 5.172/66.

Considere-se que os caminhos para a carga tributária atual decorreram da maior necessidade de recursos públicos para o financiamento de políticas públicas, em prol da sociedade, nos três níveis de governo, a partir dos anos setenta, quando o Brasil crescia em saltos, como pela crescente disputa, pela partilha de maiores volumes de recursos tributários entre os governos nacionais e locais.

Nesse período, muitas ações sociais foram implementadas, como as generalizadas aposentadorias rurais, sem o custeio direto dos beneficiários, assim como aposentadorias por idade, atendimentos médicos, hospitalares, laboratoriais em benefício das camadas mais pobres; benefícios tipo bolsa escola etc.

Temos, hoje, um *gasto social*, nas três esferas de governo, que consome, aproximadamente, 24% do *PIB*, quando dois por cento do *PIB*, segundo estudiosos, resolveria os problemas das pessoas consideradas em extrema pobreza neste país. Efetivamente o incremento dos gastos ditos sociais no Brasil aconteceu após a Constituição de 1988.

Helmut Scahwarzer e Ana Carolina Querino, pesquisadores do *IPEA*, no texto nº 929, intitulado *Benefícios Sociais e Pobreza: Programas Não Contributivos da Seguridade Social Brasileira* afirmam que:

Saímos de um Estado de Bem-Estar Estratificado, que reproduz

zia, e algumas vezes aprofundava, a desigualdade social, deixando fora da seguridade social os grupos sociais mais frágeis como trabalhadores informais, domésticos, trabalhadores rurais e a população indigente, que não possuía poder político, para um conceito mais amplo de Seguridade Social, que incluía políticas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde, inspirado no modelo proposto por Lord William Beveridge, para o pós-guerra Inglês: além de um eixo contributivo previdenciário, o Estado também provesse benefícios básicos mínimos, financiados por meio de tributos, para evitar pobreza naqueles grupos sociais que possuíssem baixa capacidade contributiva individual.

Em verdade, não somos defensores de aumentos de cargas tributárias, todavia, não podemos deixar de abordar o assunto de forma racional, buscando os motivos que nos levam a suportar uma carga tributária tida como excessiva.

Costuma-se focar os refletores da crítica ao sistema tributário brasileiro, apenas evidenciando que tínhamos carga tributária, há vinte anos, aproximadamente de 25% e hoje estamos na faixa dos 35%.

Todavia esquecem os críticos que os encargos sociais, vale dizer, os benefícios sociais aumentaram substancialmente, mercê de que grande camada da população vive em situação de indigência.

De outra modo, não se deve agir de forma simplista comparando cargas tributárias de países nos mais diversos continentes, com situações sócio econômicas díspares e culturas diversas. Muito menos fazer ilações, nessas circunstâncias, sobre maior ou menor eficiência dos sistemas tributários.

Entendo, todavia, que poderíamos melhorar muito o nosso sistema tributário.

Possuímos substancial parte da nossa economia fora do alcance tributário, na chamada economia informal. Segundo estimativas da empresa de consultoria *McKinsey & Company*, em junho de 2004, contratada pelo Instituto Etco (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) para fazer uma *Radiografia do Brasil Informal*, a informalidade atingiria 40% da Renda Nacional, ensejando a seguinte assertiva do Presidente do aludido Instituto Etco, Emerson Capaza: *O país precisa decidir. Se não enfrentar essa questão, vai continuar patinando. É como a história da saúva. Ou o Brasil acaba com a informalidade ou a informalidade acaba com o Brasil!*

A melhoria do sistema tributário, na minha opinião, começaria pela incorporação ao *Brasil Formal* de grande parte dos segmentos que militam na informalidade, segmentos esses que dizem respeito à informática, construção civil, brinquedos, pequenos negócios, entretenimen-

tos musicais etc. Vejam que não se trata de uma estatística oficial e sim de um organismo privado.

No VI Congresso Brasileiro de Auditores Fiscais realizado em Canelas-RS, em 1987, ao defender o trabalho intitulado *Demonstração do Valor Adicionado – Uma Alternativa para Aferição da Carga Tributária por Unidades ou Setores Econômicos*, já levantava a necessidade de aferir a Carga Tributária não de forma genérica, como hoje a aferimos, mas, sim, por setores ou atividades econômicas, evitando-se as interpretações equivocadas que fazemos de forma repetitiva consistente em que todos os brasileiros estão onerados com carga tributária de 36% a 40%.

Naquele trabalho chamava atenção de que não considerávamos a economia informal no cálculo do *PIB*, fato que distorcia sobretudo a aferição da carga tributária, além de não reconhecer que existem setores econômicos com ônus tributário efetivo muito maior que outros, fato não evidenciado na forma como aferimos atualmente a carga tributária.

No ano passado, quando da realização do *Seminário Internacional de Políticas Tributárias* em Brasília, promovido pela Receita Federal do Brasil e *ESAF*, manifestei-me no sentido de que deveríamos levar em consideração a ausência da economia informal no cálculo do *PIB*, com o propósito de melhor estimar a carga tributária.

Tal colocação causou certo espanto nos presentes. Para minha surpresa, recentemente, defrontei-me com uma notícia na *Folha de São Paulo On Line*, de 03/10/2005, da lavra da Jornalista Janaina Lage, que transcrevo em parte:

A mudança na base de cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) deverá resultar num aprimoramento das estimativas sobre a economia informal. Na prática, com a inclusão de mais dados, o instituto terá condições de estimar com maior precisão o tamanho da chamada economia subterrânea, ou a que não está legalizada, é subdeclarada, não está atualizada ou simplesmente não responde a pesquisas. A nova metodologia não vai interferir no cálculo do PIB deste ano. A expectativa do IBGE é de que ela seja publicada e adotada em 2006. O IBGE já produz avaliações e estimativas sobre a economia informal. O tamanho da economia não observada é de 12% do PIB. O uso de informações, como os dados da declaração do imposto de renda de pessoa jurídica, permitirá ampliar os dados sobre estas empresas. As pesquisas anuais não abrangem todos os tipos de empresas. A Pesquisa Industrial Anual, por exemplo, investiga apenas empresas com mais de cinco pessoas ocupadas.

A interpretação que podemos fazer da leitura do parágrafo an-

terior enseja o entendimento de que a carga tributária se torna alta, para os que pagam, pois existe substancial parte da economia brasileira que não paga tributo. Logo, com a inserção de parte desses segmentos na economia formal, poderíamos paulatinamente reduzir as chamadas alíquotas nominais dos tributos, com base em princípios da capacidade contributiva, equidade, enfim, ao fundamento da justiça fiscal. Neste particular estamos avançando com a isenção de livros e a promessa da redução/isenção de tributos incidentes sobre remédios utilizados no tratamento de doenças crônicas, além da redução/isenção de tributos sobre determinados alimentos considerados essenciais.

No campo das obrigações tributárias acessórias, estamos implantando o cadastro sincronizado das pessoas jurídicas, que vai propiciar certa racionalização nos procedimentos de inscrição, alteração e baixa de empresas, associações etc. Neste momento, está sendo votada a medida provisória que unificou as Secretarias da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária, resultando na criação da Receita Federal do Brasil. Poderemos avançar na criação de bancos de dados comuns para utilização das administrações tributárias dos vários níveis de governo, redundando no futuro em redução ou eliminação de informações encaminhadas para as diversas administrações tributárias, aliviando com isso os encargos e gastos das empresas e pessoas físicas, um grande ônus, face às excessivas obrigações acessórias.

De outro modo, não se poderá deixar de considerar que a melhoria dos controles dos gastos públicos possa redundar no combate à sonegação, afinal, os tributos serão pagos com menor resistência, tendo presente que os benefícios das suas aplicações ficarão mais nítidos, ao mesmo tempo em que poderemos caminhar para a redução dos tributos pela melhor otimização do gasto público.

O Programa de Educação Fiscal para a Cidadania poderá constituir-se em um poderoso instrumento para a conscientização do contribuinte-cidadão nas duas pontas, quais sejam: conscientização do contribuinte do dever de pagar o tributo, assim como no dever do cidadão em cobrar a boa aplicação dos recursos públicos.

Parece um sonho, não? Contudo, sem sonhos, nada se construirá.

Publicado na Revista Tributária Municipal - Secretaria de Fazenda
do Município de São Luís, São Luís - MA, p. 320 – 327

Por Manoel Rubim

Em 02 de setembro de 2006

REFERÊNCIAS:

CORBUSIER, Roland. **Filosofia Política e Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAHÓZ, André. Uma luz sobre o Brasil das Sombras. **Exame**, São Paulo, n. 11, págs. 20-29, jun. 2004.

MCKINSEY & COMPANY. **Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. Disponível em: <<http://www.etc.org.br/>>.

SAHWARZER, Helmut, QUERINO, Ana Carolina. **Benefícios Sociais e Pobreza: Programas não contributivos da Seguridade Social Brasileira**. Texto para Discussão nº 929. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>, acessado em 25/10/2005.

SILVA, Manoel Rubim da. **Demonstração do Valor Adicionado – Uma alternativa para aferição da carga tributária por unidades ou setores econômicos**. In: VI CONAF – Congresso Nacional dos Auditores Fiscais. Canelas, RS: UNAFISCO SINDICAL, 1997.

SILVA, Manoel Rubim da. **Os impostos sobre a renda e valor agregado no Brasil e a harmonização tributária no Mercosul**. In: XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade. San Juan, Puerto Rico: COLEGIOCPA, 1999.

A CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

Há aproximados quarenta anos, ao concluir o *Curso Técnico em Contabilidade*, no antigo e extinto Colégio São Luís, que funcionava na Rua Rio Branco, sob a competente direção do saudoso Professor Luís Rêgo, fui convidado para atender as demandas contábeis dos clientes, no período vespertino, do *Escritório de Contabilidade e Advocacia* do, também, saudoso Professor Antônio Valle Guimarães, que era Contabilista e Advogados, especializado, ao mesmo tempo, em *Contabilidade e Direito Comercial*, de grande prestígio

nesta cidade.

Naquela oportunidade, pude testemunhar a confusão que os gestores ou proprietários de empresas faziam sobre lucro, fluxo de caixa e patrimônio.

Provavelmente, por falta de conhecimentos básicos de Contabilidade dos empresários, é que, há algum tempo, estamos observando a edição de livros sobre Contabilidade voltados para não contadores, como tentativas hercúleas de evitar que as empresas venham a descontinuar, ou em palavras do vulgo, *quebrarem*, por falta de tomada de decisões com base nas evidências da Contabilidade, embora saiba que em alguns casos a Contabilidade caminha para um lado, e a realidade da empresa está voltada para outra direção. Todavia esse é outro problema. Que problema!

O desconhecimento do mínimo necessário por parte dos gestores e proprietários sobre aspectos básicos da Teoria Contábil tem levado, também, ao *deixa-para-lá-da-Contabilidade*, talvez fundamentado na seguinte premissa: se não entendemos a linguagem contábil, como vamos prestigiá-la! É óbvio que, pensando assim, não chegaremos muito longe com as nossas empresas, afinal, sem controle, ou mesmo sem entendermos a linguagem da *Ciência do Controle*, fatalmente a empresa não *atracará em porto seguro e promissor*.

Recentemente, ouvi duas histórias que espelham bem essa realidade: um microempresário teria afirmado que jamais havia tomado conhecimento de que a sua empresa estava dando lucro ou prejuízo, após muitos anos no ramo, sem vê-la deslanchar, convivendo sempre com dívidas e outros problemas; um sócio-gerente de promissora empresa teria afirmado, de forma peremptória, que graças à contratação de *Controller*, suas preocupações diminuíram e ele pode focar as suas atenções nos objetivos dos seus negócios, tendo respaldo para a tomada de decisões nos relatórios produzidos pelo *Controller*.

Moral da história: o primeiro somente utilizava a Contabilidade para calcular os seus tributos, enquanto o segundo a utilizava para fins gerenciais.

Ao contrário do que muitos pensam, a Contabilidade não é ciência simples. Muito pelo contrário, é ciência por demais complexa, não se limitando ao débito e crédito, com base no método das partidas dobradas, concebido, como já informamos em outro artigo, pelo Frei Luca Paccioli.

O Contador, pode-se afirmar, caso tenha boa formação técnica, que envolve conjunto multidisciplinar fabuloso (*Contabilidade, Economia, Administração, Direito, Engenharia Econômica, Matemática*

Avançada, Informática, Estatística, Auditoria, Controladoria, Análise das Demonstrações Contábeis etc.), poderá desempenhar excelente papel, afora as suas funções normais, com diversas atribuições na empresa, que vão desde a Presidência, como muitos que conheço, passando pela *Controladoria, Planejamento Estratégico, Gestão Financeira* etc.

A propósito do que afirmo, um dos maiores consultores do mundo, especializado em estratégia e inovação, Vijay Govindarajan, indiano naturalizado estadunidense, consultor de mais de duzentas e cinquenta megaempresas do mundo, afirmou que o seu sucesso como consultor de empresas decorria do fato de ter exercido a profissão de Contador, na Índia, que lhe possibilitou saber usar a Contabilidade como ferramenta estratégica, atribuindo tais dotes a esse conhecimento.

Observe-se que depois de ter sido Contador na Índia, Govindarajan, foi Administrador de Custos, obteve o seu *PHD e o MBA na Escola de Negócios, em Harvard*.

Ora, a Contabilidade foi idealizada há milênios, aproximados dois mil anos antes de Cristo, no mínimo, como instrumento de controle, então muito incipiente, por parte dos empresários, que não tinham como medir a estática e a dinâmica dos seus patrimônios.

Por oportuno, destaco que fui convidado, há, aproximados, doze anos, para ministrar palestra em Londrina-PR, no maior evento contábil da cidade, presentes renomados Mestres da Contabilidade deste país, entre eles, Dr. Sérgio de Iudicibus, então Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, FEA, que afirmou o seguinte: *caso Frei Luca Paccioli renascesse, estranharia a Contabilidade hoje praticada no mundo, especialmente a Contabilidade Gerencial, face à sua sofisticação atualmente observada*.

Por outro lado, *a estratégia descreveria a direção geral em que as organizações planejam mover-se para atingir os seus objetivos, comparando suas capacidades fundamentais com as oportunidades da sua indústria*, nas palavras de Robert N. Anthony e Vijay Govindarajan, autores, dentre outros, do livro *Sistemas de Controle Gerencial*. O termo indústria, afirmo, deve ser entendido na concepção da Microeconomia, a Economia da Firma, tendo presente que se refere ao setor econômico em que a empresa atua.

Um sistema contábil bem idealizado por Contador, juntamente com demais gestores das empresas, poderá servir para as empresas, como as plantas servem na construção de edifícios, primeiro momento, não sendo esse sistema, obviamente, imutável, todavia.

Nos momentos seguintes, poderá servir de norte, não somente

como instrumento que irá subsidiar dados para a formulação de bom planejamento, tático ou estratégico, mas, sim, como controle para medir, e não somente contar ou relatar o desempenho das empresas, ou entidades, sob vários aspectos.

Relembro o célebre Peter Drucker, em *Administrando em tempos de Grandes Mudanças, a Contabilidade necessita medir e não somente contar*. Essas lições dos mestres, que evidencio, utilizando a grafia, deve ser concebida pelos gestores públicos, privados e os do terceiro setor.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 18 de janeiro de 2010

Republicado no site: http://www.sindifisconacional.org.br/indez.php?option=com_content&view=article&id=5871%3AGERAL&catid=45%3AAnalise&itemid=73&lang=pt

A CONTABILIDADE E A GESTÃO EFICIENTE

Um dos mais importantes líderes da *Classe Contábil Brasileira*, Ivan Carlos Gatti, que foi Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul e posteriormente *Presidente do Conselho Federal de Contabilidade*, falecido precocemente, enfatizava, sempre, que a Contabilidade teria a sua utilidade reconhecida pela sociedade brasileira no ano dois mil.

Em que pese a nossa grande amizade, não consegui saber dos motivos desse vaticínio, todavia posso afirmar que tal reconhecimento ainda não aconteceu, em que pese tratar-se de uma profissão milenar, há muito exercida, neste país e alhures, com sessenta anos de regulamentação, no Brasil, que foram comemorados em vinte e sete de maio passado.

Preocupa-nos, sobretudo, essa falta de reconhecimento da Contabilidade no Brasil, quando em outros países, isto não acontece. Nas grandes economias, como EUA, Alemanha, Japão, Canadá, Itália, Inglaterra, a Profissão Contábil é uma das profissões mais referenciadas.

Recentemente li uma notícia que nos EUA as empresas já não mais esperam a conclusão por parte dos bons alunos do Curso Superior

de Contabilidade, vão buscá-los nas Universidades, se constituindo em um verdadeiro assédio, fato que já estaria gerando preocupações.

Esse bom conceito dos Profissionais da Contabilidade nos EUA não acontece somente em países desenvolvidos, podendo ser constado no Peru, Argentina, Chile, Uruguai etc.

Por estas bandas verde-amarelas, quando dos concursos públicos, o que se observa é uma remuneração oferecida aos candidatos a cargo de Contador bem menor que muitas oferecidas para profissionais de outras áreas, o mesmo acontecendo na iniciativa privada, de um modo geral.

Consta que a Contabilidade teria sido concebida pelos proprietários de empresas, em tempos imemoriais, com o fito de controlar os seus negócios. Com o passar dos tempos, ela se revelou tão útil que o seu desenvolvimento foi influenciado por outros usuários das informações contábeis, que não somente os gestores das empresas ou proprietários.

Afinal, podemos considerar como usuários das informações contábeis, os sócios ou acionistas, os clientes, fornecedores, empregados, instituições financeiras, administrações tributárias, órgãos reguladores, unidades das várias esferas de governo, justiça, entidades patronais, órgãos de estatísticas etc.

Por conseguinte, há quem afirme que roubaram a contabilidade dos seus criadores, quais sejam os proprietários das empresas.

Assim sendo, os criadores sentindo-se traídos, relegaram a sua criatura. Por consequência, teríamos, neste país, um certo desprezo dos gestores, proprietários de empresas, pela sua criação, qual seja a Contabilidade.

Não por mera coincidência, alguns megaempresários tiveram iniciação em Contabilidade. Henry Ford e Bill Gates são exemplos. No plano nacional, cito Edson Queiroz, que legou um império de empresas, entre elas a Gás Butano.

Conversando com um grande empresário maranhense, aliás Técnico em Contabilidade, ele confidenciou-me que às vezes sentia arrependimentos de não ter anuído com o convite de um amigo para montar, quando jovem, um escritório de contabilidade.

Obviamente, ele fez essa afirmação com um largo sorriso no rosto, satisfeito com a opção que fizera.

Faço tais considerações ao tempo que reflito sobre a necessidade de que gestores tivessem um mínimo conhecimento de contabilidade. Com certeza, outra seria a realidade deste país, que relega às Ciências Contábeis à segundo ou terceiro planos, em que pese o Curso de Ciên-

cias Contábeis, no Brasil, possuir um dos mais ecléticos conjuntos de disciplinas tais como Direito, Mercado de Capitais, Economia, Administração, Métodos Quantitativos, Informática e outras mais, inclusive, como diria jocosamente, disciplinas que tratam até de Contabilidade.

Atribui-se a grande incidência no fechamento de empresas quase sempre à carga tributária e às exigências burocráticas, esquecendo-se que um dos grandes problemas não somente das empresas, todavia de órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, é a falta de controle e de medição de desempenho.

O Almirante Grace Hopper, um dos pioneiros da computação, enfatizou: *A mensuração exata vale tanto quanto mil opiniões.*

Ao concluir o Curso de Técnico em Contabilidade, há trinta seis anos, fui convidado por um já falecido professor para fazer uma espécie de estágio em seu escritório, oportunidade em que pude observar a necessidade do gestor ter conhecimentos básicos de contabilidade, até mesmo para não confundir saldo de caixa com lucros, como fazia uma então cliente do meu professor.

Essa necessidade continua presente, afinal, temos hoje livros e cursos de *Contabilidade para Não Contadores*, tendo como público-alvo os gestores. O foco eminentemente tributário da contabilidade, neste país, fez com que os gestores e contadores esquecessem da principal função ou finalidade da contabilidade, como linguagem dos negócios, que se constituiu na alimentação do gestor, entre inúmeros outros usuários da *Ciência da Transparência*, de pertinentes informações para uma boa tomada de decisão.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 26 de junho de 2006

A CONTABILIDADE E A MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

As greves, especialmente dos trabalhadores nas empresas permissionárias e concessionárias dos serviços públicos, estão acontecendo, neste país, no atual momento, de forma mais constante, face ao recente recrudescimento inflacionário, revivendo-se

a velha luta do Capital e do Trabalho, no que respeita à participação na riqueza gerada, neste país.

A propósito, estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, IPEA, apontam que a participação dos salários no PIB do Brasil (riqueza gerada), que era de 35,2% em 1995, caiu para 32,7% em 2008.

Releva destacar que não tenho o propósito, neste artigo, por falta de informações, de avaliar a justeza, ou não, das pautas reivindicatórias dos trabalhadores. Pretendo, sim, apontar alternativas para as composições das pautas reivindicatórias dos empregados aos empregadores, que venham a ajudar na arbitragem dos conflitos.

A *Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade*, pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, em 11 de janeiro de 2008, ao fundamento do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, originário do *The International Accounting Standards Board* (IASB), elenca os seguintes usuários das informações contábeis: os investidores, empregados, credores por empréstimos, fornecedores, clientes, governos e as suas agências e o público.

O referido pronunciamento do CPC, ao discorrer sobre a utilidade das informações contábeis para os empregados, preconiza que: *Os empregados e seus representantes estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Também se interessam por informações que lhes permitam avaliar a capacidade que tem a entidade de prover suas remunerações, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego.*

A propósito, os Professores Doutores da USP, José Maria Dias Filho e Luiz Henrique Baptista Machado, em um texto intitulado *Abordagens da Pesquisa em Contabilidade* constante do livro *Teoria Avançada da Contabilidade*, Editora Atlas, destacam a natureza social da ciência contábil, a sua influência no contexto em que opera, ao tempo em que é por ele influenciada, não servindo mais *seus números* (eu diria, informações), apenas para subsidiar decisões no ambiente interno das organizações. *Muito mais que isso, hoje eles são utilizados, tanto no setor público como no privado, para orientar políticas de investimentos, disciplinar a relação entre capital e trabalho, avaliar políticas públicas, organizar atividades, mediar conflitos etc.*

A propósito da utilidade das informações contábeis, a *Demonstração do Valor Adicionado, DVA*, conforme a *Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.138 de 21 de novembro de 2008*, deveria ser publicada não somente pelas companhias abertas e sim por

todas as empresas que estão obrigadas à preparação das Demonstrações Contábeis, porquanto a DVA proporciona aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Releva destacar que a distribuição da riqueza gerada pelas empresas é destinada, ou distribuída, conforme as DVA, em benefício dos: empregados, governos, terceiros (lucros, juros, aluguéis etc.,) sócios ou acionistas (detentores de capital a título de remuneração do capital próprio e lucros ou dividendos), além da retenção de lucros, ou mesmo acumulação de prejuízos.

Para que se tenha ideia da relevância das informações extraídas das DVA, destaco que a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (empresa com o maior faturamento, em 2009), ao final de 2010, apurou, em sua DVA, riqueza, valor adicional a distribuir, de 137.117.465 bilhões de reais, tendo destinado: 64.937.928 bilhões de reais (47%), para os governos, via tributos federais, estaduais e municipais; 22.798.075 bilhões de reais (17%) para remuneração de capitais de terceiros, juros e aluguéis; 14.344.974 bilhões de reais (10%) para os empregados, como remuneração direta, benefícios e FGTS; 11.727.664, bilhões de reais (9%) para remuneração de capitais de terceiros, através dos juros sobre o capital próprio e dividendos; 23.308.824 bilhões de reais (17%) ficaram retidos na empresa.

Vejam que preciosas informações as DVA poderão fornecer para diversas tomadas de decisões, no interesse da sociedade. Lamentavelmente, ainda hoje, não se dá o devido valor aos poderosos instrumentos da *Ciência da Transparência: a Milenar Contabilidade*.

Todavia, não se deverá confundir o conceito de valor adicionado (riqueza gerada) com resultado do exercício (lucro ou prejuízo), nem mesmo como capacidade financeira ou econômica das empresas.

Por sinal, a *Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás* apurou, em 31/12/2010, lucro, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, da ordem de R\$ 43.799.817 bilhões de reais, que correspondem a 32% do seu valor adicionado (riqueza gerada).

Por falar em resultado, ainda existe outro instrumento que poderia ser utilizado, quando das negociações trabalhistas, entre empregadores e empregados, que tem sido relegado. Reporto-me à participação dos empregados nos lucros das empresas, que segundo Fernanda Della Rosa, no livro *Participação nos Lucros ou Resultados - A Grande Vantagem Competitiva*: motiva a união de esforços, alivia as pressões sobre departamento ou unidades, demanda a melhoria de sistemas da empresa por parte dos funcionários, melhora a qualidade e reduz custos.

Vamos esperar que as próximas negociações entre o capital e o trabalho venham a contemplar outros focos que as iluminem, contribuindo para a melhor articulação e arbitragem entre os interesses salutaros dos empregados e empregadores.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 06 de junho de 2011

A CONTABILIDADE EM PROL DO MEIO AMBIENTE

Inegavelmente, estamos testemunhando reações inusitadas e furiosas da Natureza as quais causam enormes problemas sociais e econômicos, além de traumas, face às inundações, desmoronamentos, tsunamis e demais tipos catastróficos, a permear as manchetes da imprensa de modo geral, que sempre foca as consequências e não as causas de tais comportamentos reativos da mãe-natureza.

Das *páginas* da revista eletrônica portuguesa *Confrontos: um olhar sobre nós o outro*, extraio a seguinte constatação: *Uma pátria comum numa lenta agonia. O diagnóstico está feito: O planeta terra está doente. O problema está na cura, não tem data marcada.*

Do texto constante da citada revista, encimado pela constatação antes evidenciada, reproduzo alguns alertas para a Humanidade: *Milhares de pessoas morrem diariamente à sede, mas também devido a problemas provocados pela ingestão de águas contaminadas. Cerca de 3 milhões de pessoas morreram em 2002 devido à contaminação do ar. A principal factura está a chegar: o aquecimento da atmosfera, provocado pela poluição. Promete ser profundamente devastadora; O planeta está a ficar sem florestas. Em África a situação é calamitosa. O grande pulmão da Humanidade que é a Amazônia está seriamente ameaçado. Pouco parece que tem servido os sucessivos alertas mundiais. O dinheiro fala mais alto. Os oceanos estão doentes. Os recursos marítimos estão em regressão. Inúmeras espécies estão em vias de extinção. Os motivos são sempre os mesmos: poluição, sobre-exploração pesqueira etc. As necessidades de energia, sobretudo nos países mais desenvolvidos, não para de aumentar. Este aumento tornou-se crucial para a*

sustentabilidade das suas economias, ameaçando incendiar o mundo. A mistura é explosiva: se ao aumento da temperatura do ar devido à poluição, juntarmos a desflorestação e o crescimento demográfico, temos um cenário devastador para o futuro da humanidade: calcula-se que cerca de 2 mil milhões de pessoas estarão em perigo de sobrevivência devido a inundações causadas por estes três factores conjugados.

Jared Diamond geógrafo norte-americano, autor de best-seller como *Armas, Germes e Aço* e *Colapso e o Terceiro Chimpanzé*, em entrevista concedida à Regina Scharf e publicada na revista *Planeta - Conheça o Mundo e Descubra Você*, edição de abril de 2011, ao justificar os motivos do desaparecimento de certas civilizações, afirma: *Quem maltrata o ambiente paga. As civilizações são derrotadas pela destruição dos recursos naturais, pela dificuldade de reagir diante de mudanças climáticas e pelas idiosincrasias políticas e culturais que as impedem de tornar as decisões certas.*

Aproxima-se a temporada junina nesta cidade, e me vem à mente, o clamor dos poetas-cantadores em prol da preservação da Natureza, como as belas toadas dos meus amigos Chagas e Chiador, intituladas, respectivamente, *Não Mexa no Ambiente* e *Conserve o nosso Verde*.

Relembro um domingo lindo de 2005, quando sentado no terraço da *Casa da Cândida e do Ovídio*, meus pais, olho e admiro o horizonte e começo a escrever em um pergaminho, para depois fazer constar do livro *Poesias Para Ovídio*, lançado em uma noite memorável do dia 08/10/2005: *Manhã que desabrocha/percebo o vento soprar/respiro profundo e sinto/a vida vai continuar/olho para o céu e vejo/nuvens e nuvens a desenhar/ajudadas pelos ventos/formas geométricas no ar/seriam desígnios divinos/chego a me perguntar/ou são obras do acaso/respostas não tenho para dar/somente sei que é a natureza/ que insiste em se pronunciar/mesmo sem a certeza/que a sua linguagem o homem entenderá.*

Marquinhos, jovem poeta-cantador do *Boi Pesado da Maioba*. Emociona-me ao melodiar essa letra.

O que fazer para reduzir os impactos à Natureza, decorrentes das nossas ações irracionais?

Cada homem, cada mulher, cada criança deverá ser conscientizada de tais nocivos impactos, e mais do que essa conscientização. Deverá agir, agir e agir contra as nossas aludidas ações irracionais, adotando providências, inclusive em prol da reconstituição da natureza devastada.

É o nosso Passivo Ambiental que nunca foi medido, porquanto, o importante é aumentarmos os nossos ativos, especialmente os ativos

materiais, ao tempo em que nos esquecíamos de que o maior e melhor *Ativo da Humanidade é o Ativo Ambiental*, assim como o *Ativo Imaterial*, que se diminuem na proporção em que crescem as agressões à Natureza, implicando aumento do *Passivo Ambiental*.

Por vias transversas, parece-me que o mundo corporativo está tomando ciência dessa realidade. Em reforço a essa constatação, destaco o que consta de uma matéria intitulada *O MUNDO DEPOIS DO CARBONO*, de autoria de Clarice Couto da Revista Negócios, edição de março de 2011: *Jovens empresas - e até cidades - que oferecem alternativas à economia do petróleo compõem o mais atrativo campo de negócios das próximas décadas*.

Por falar de negócios, nem a *Linguagem Mundial dos Negócios*, a Contabilidade, muito menos os Contadores, poderão ficar de fora desses debates e das soluções desses incomensuráveis problemas socioambientais.

De há muito estudos e pesquisas estão sendo desenvolvidos visando contribuir para as soluções desses problemas, tendo como marco recente, 1988, quando foi publicado o *Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivos e Custos Ambientais preparado pelo Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR)*.

Fiquei deveras alegre ao tomar conhecimento de uma reportagem publicada pela *Revista Brasileira de Contabilidade*, publicação do *Conselho Federal de Contabilidade, CFC*, edição de maio a junho de 2010: *As Ciências Contábeis inseridas na sustentabilidade*; reportagem essa de autoria da minha amiga Rosângela Beckman (Coordenadora Administrativa da Câmara Técnica do CFC, que me emprestou a sua imensa colaboração, quando presidi a referida Câmara, por dois anos, 1996 e 1997) e Dandara Lima, com a colaboração de Fabrício Santos e Maria do Carmo Nóbrega.

Na referida reportagem, constam entrevistas das professoras, pesquisadoras e autoras Gardênia Maria Braga, UFPI, Maísa de Souza Ribeiro (USP) e Aracéli Cristina de Souza Ferreira, (UFRJ), as quais traçam os caminhos dos estudos e pesquisas sobre o assunto, neste país e no mundo, comentando, inclusive, os conteúdos dos livros publicados sobre Contabilidade Ambiental.

São, entre vários, novos campos de estudos e pesquisas, assim como de especialização profissional, que se oferecem aos estudiosos das Ciências Sociais, que se apresentam, há milênios, com o nome de Contabilidade.

Hoje, dia 25 de abril, *Dia do Contabilista*, homenageio todos

os que estudam, pesquisam, ensinam e exercem a profissão contábil, nos seus vários segmentos, reverenciando a saga de muitos Contadores, como os saudosos: Waldemar da Silva Carvalho, Meraldo de Jesus Araújo, Militino Rodrigues Martinez, Ivan Carlos Gatti, Hilário Franco, Ynel Alves de Camargo, Olívio Koliver, A. Lopes de Sá e outros.

São perdas irreparáveis, sem *alocação pela Contabilidade*, todavia, fincadas em nossos corações e mentes.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista

Por Manoel Rubim

Em 25 de abril de 2011

Republicado no http://www.Faculdade.pioxii-es.com.br/noticias_epa.php?id=432

A CONTABILIDADE GERENCIAL PÚBLICA ESTRATÉGICA

Mais um ramo ou área de especialização da contabilidade está se consolidando, fato que prova a força dessa ciência milenar, que está sempre a se renovar, adaptando-se às exigências do mercado, às demandas sociais, por maiores e, principalmente, por melhores informações, no sentido de que as empresas e demais instituições públicas e privadas possam ser mais bem geridas. A propósito Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam, ao abordarem o futuro da contabilidade, que: Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos. Essa nova área de campo de estudo e de especialização das Ciências Contábeis, que surge pela demanda dos novos tempos, chama-se *Contabilidade Estratégica*. A princípio, para que venhamos a compreender o alcance da *Contabilidade Estratégica*, iremos colocar em foco alguns conceitos e/ ou objetivos de Contabilidade e de Estratégia, de forma segregada. Dias Filho e Baptista Machado (2004), ao abordarem o Método Sociológico Aplicado à Contabilidade, no item destinado à Dimensão Sociológica das Práticas Contábeis, e enfatizam que a Contabilidade é um conhecimento de natureza social, já não estando mais vinculada aos motivos ensejadores do seu nascimento, nos deixam a ideia de que a Contabilidade, além de influenciar o con-

texto em que opera, também é influenciada por esse contexto, não servindo mais para fins somente internos, indo mais além, afinal, hoje, as informações contábeis são utilizadas, tanto no setor público como no privado, para orientar políticas de investimentos, disciplinar a relação entre capital e trabalho, avaliar políticas públicas, organizar atividades, mediar conflitos etc.

Por outro lado, em se tratando de Estratégia, M. Einsenhart (2002), citando a revista *The Economist*, externou definição muito simples, porém precisa: a estratégia responde a duas perguntas básicas — Onde você quer chegar? E Como pretende chegar? C. Markides (2002), ao abordar *Uma visão dinâmica da estratégia, focando o CORAÇÃO E A ALMA DA ESTRATÉGIA*, considera que a posição estratégica é simplesmente a soma das respostas das empresas às seguintes perguntas: Quais devem ser os clientes almejados pela empresa? Que produtos ou serviços a empresa deve oferecer aos clientes almejados? Como a empresa pode fazê-lo de forma eficaz?

Herrero Filho (2005) respondendo ao seu questionamento sobre o que é estratégia, leciona que o seu significado tem evoluído ao longo da história, destacando que essa evolução acontece na medida em que a sociedade avança da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, não deixando de frisar que a responsabilidade pela formulação da estratégia deixou de ser do principal executivo para se tornar de todos na organização, pois, como o próprio autor assevera: *Na era do conhecimento, todos os colaboradores das empresas são considerados os novos estrategistas.*

Ora, sabemos que a Contabilidade, no campo das empresas e entidades privadas, pode ser classificada em dois grandes ramos, quais sejam: Contabilidade Financeira (CF) e Contabilidade Gerencial (CG). A. Atkinson, D. Banker, S. Kaplan e Young (2000) consideram que a CF se destina aos usuários externos, especialmente acionistas, credores e autoridades governamentais, ao passo que a CG deve fornecer informações econômicas para a clientela interna: operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos seniores.

Warren, Reeve & Fess (2001) expressam o mesmo entendimento em relação à CF, valendo destaque a concepção dos referidos autores, no que respeita à CG, que incluiria dados históricos e estimados usados pela administração na condução de operações diárias, no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas.

O sobranceiro é que tanto a CF, quanto a CG utilizam-se de informações geradas pelas bases de dados internas, deixando de lado

as informações relativas às realidades econômicas, sociais, financeiras, ambientais etc., dos *stakeholders* que, com certeza, vão impactar, mais cedo ou mais tarde, nas organizações, sejam públicas ou privadas.

Por consequência dessas lacunas informacionais nos arcabouços doutrinários da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Gerencial, surgem espaços para a atuação da *Contabilidade Gerencial Estratégica* que no entender de Almeida da Silva, Moraes dos Santos e Sousa Ferreira (2007) não se configura como ramo autônomo da Contabilidade Gerencial, e, sim, subespécie da Contabilidade Gerencial, cuja especialidade seria: Coletar e interpretar dados extraídos do ambiente externo, ou seja, dos concorrentes, fornecedores, clientes, potenciais consumidores, para que sejam geradas informações que suportem de fato as decisões estratégicas da empresa, cabendo ao contador possuir habilidades para desempenhar papel estratégico na organização com vistas à criação de vantagens competitivas que agreguem valor ao negócio.

Porém, se ainda não temos literatura em abundância sobre *Contabilidade Estratégica*, ou mesmo sobre *Contabilidade Gerencial Estratégica*, que aborde os seus benefícios em relação às empresas e instituições privadas, a carência é bem maior em relação às entidades públicas. Assim é que nos propomos, neste artigo, a despertar discussão sobre os aspectos positivos que poderemos colher — sociedade em geral, e nós, enquanto profissionais da área de contabilidade e gestores públicos — desenvolvendo conteúdos doutrinários que possam ensejar o surgimento da *Contabilidade Gerencial Pública Estratégica*, ou mesmo *Controladoria Pública Estratégica*, pois acreditamos que a gestão dos entes públicos (União, Estados e Municípios) e demais órgãos públicos carece de controle gerencial que não se limite aos seus aspectos internos, alcançando os aspectos externos, presentes nas sociedades, em benefício das quais as políticas públicas são destinadas.

Ora, estamos diante de enormes desafios para a Administração Pública de todos os níveis, por decorrência das gritantes carências sociais, nas abrangentes áreas em que as políticas públicas se fazem necessárias. Todavia, a tradicional Contabilidade Pública limita-se a utilizar informações geradas internamente, não se valendo da vasta gama de informações que estão presentes na sociedade.

Em verdade, dando azo a ligeira divagação, afirmamos que, antes mesmo da implantação da *Contabilidade Gerencial Pública Estratégica*, ou *Controladoria Pública Estratégica* se impõe a utilização nas gestões públicas do Planejamento Estratégico, que entendemos inexistente, ou, na melhor das hipóteses, incipiente. Naisbitt (2007) ao

abordar o Modelo Mental, em dígrafo, preceitua que: Não se obtêm resultados, resolvendo problemas, mas explorando oportunidades.

As oportunidades para atenuar as carências sociais existem, embora nem sempre sejam do conhecimento dos gestores, por falta de informações externas colhidas pelos sistemas gerenciais, quase inexistentes nas áreas públicas, especialmente nos Estados e Municípios menores.

A propósito, Hammer (2002) destaca que a natureza predominante financeira dos sistemas de informações seria a sua primeira deficiência. Drucker (1995), ao afirmar que não dispomos das medições de que necessitamos, diz que *Precisamos Medir, Não Contar*.

A Contabilidade Gerencial Pública Estratégica, ou Controladoria Pública Estratégica teria, entre outros focos, a medição de desempenho, e não somente a contabilização dos fatos contábeis.

Com certeza, hospitais, escolas e outros órgãos públicos têm custos e desempenhos diferentes, mesmo estando vinculados a mesmo ente federativo. Unidades que prestam os mesmos serviços públicos são muito mais bem avaliadas do que outras.

Todavia, não temos essas e outras informações importantes para as avaliações e tomadas de boas decisões gerenciais tão carentes no serviço público.

Logo, acreditamos que exista fértil campo de desenvolvimento da *Contabilidade Gerencial Pública Estratégica* ou *Controladoria Pública Estratégica*, que não se limitaria e, também, não conflitaria com a tradicional Contabilidade Pública, voltada, precipuamente, para as finalidades de prestação de contas, e muito pouco, para o planejamento e gerenciamento.

Além do mais, para o eficiente acompanhamento da gestão pública, como sói acontecer, também, na gestão das empresas privadas, não bastam as informações meramente financeiras, por mais importantes que sejam. Necessitamos, sobretudo, das informações de natureza física, de produtividade e qualitativas, entre outras.

A CONTABILIDADE INTERNACIONAL NO BRASIL

Quando ainda estudante do *Curso de Ciências Contábeis da UFMA*, nos idos de 1967, ajudei — como monitor das *Cadeiras de Contabilidade Geral I e II*, então ministradas pela minha querida amiga, Professora Jandira Barros — a inserir no conteúdo programático das citadas disciplinas, os aspectos contábeis da *Lei 6 404/76, Lei das Sociedades Anônimas*, que propiciou verdadeira revolução na Contabilidade das empresas brasileiras, até então fortemente influenciadas pelo se convencionou chamar de *Escola Europeia de Contabilidade*, em anteposição ao pragmatismo da *Escola Americana de Contabilidade*.

Observem que essa mudança, em 1976, foi tão enfática, que o Professor Antônio Lopes de Sá publicou o livro intitulado de *Aspectos Contábeis da Lei das Sociedades Anônimas*, em que a criticava, transcrevendo textos da legislação societária dos EUA, para evidenciar que a nossa *Lei 6 404/76* se configurava, em alguns aspectos, como transcrição da legislação societária dos EUA.

Posteriormente, em 1996, como *Vice-Presidente para Assuntos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, CFC*, emiti o Parecer Técnico CT /CFC n° 37/96 sobre o *Anteprojeto de Lei* originário da *Comissão de Valores Mobiliários, CVM*, que no ano passado se transformou na *Lei 11.638/07* promotora de substanciais alterações nos aspectos contábeis da *Lei 6.404/76*.

Folgo em informar que tendo sido contra a criação do *Comitê Superior de Estudos e Normas Contábeis* previsto no citado anteprojeto de lei, tomei conhecimento da criação do *Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC*, via a Resolução CFC n.º 1.055/05, que reafirmou a condição do CFC como órgão máximo normatizador da contabilidade no Brasil.

Hoje, como *Professor das Cadeiras de Contabilidade Avançada e Tributária, do Curso de Ciências Contábeis da UFMA*, defronto-me com nova guinada no mundo contábil brasileiro, viabilizada, principalmente, pelos dispositivos da citada *Lei 11.638/07*. Nova guinada essa que implicará verdadeira revolução na cultura contábil brasileira, afinal, teremos, sim, a implantação dos cânones do que se convencionou chamar de Contabilidade Internacional, cujos *guias-mestres* têm assento no *Internacional Accounting Standards Board, IASB*, sediado em Londres, não se querendo com isso dizer que as Normas Internacio-

nais de Contabilidade, IFRS, do IASB serão aplicadas a *ferro e fogo*.

Final, dispomos do *Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC*, com a sua diversificada e eclética composição, a quem caberá discutir e aprovar os *Pronunciamentos Técnicos* harmonizados ou convergentes com as *IFRS*, sendo de se destacar que os *Pronunciamentos Técnicos* discutidos e aprovadas pelo *CPC* serão submetidos ao referendo dos órgãos que o integram, como *Comissão de Valores Mobiliários, Instituto Brasileiro de Contadores, Banco Central, Receita Federal* etc.

Por outro lado, o papel da doutrina contábil brasileira se fará sentir nesse processo, e já está se fazendo sentir, via os artigos, trabalhos técnicos, livros, palestras e outros meios similares.

Todavia, não se deve deixar de estimar que as tarefas dos órgãos que expedem normas contábeis, dos doutrinadores e dos professores serão ingentes, face ao gigantismo do impacto cultural que está sendo previsto.

Vejam que as impactantes mudanças culturais no mundo contábil brasileiro não se farão sentir somente no campo contábil das empresas e das demais instituições privadas. Recentemente, a imprensa deste país repercutiu a seguinte notícia, que extrai do *Valor Online*, de 25/08/2008: *Mantega confirma plano de priorizar resultado nominal em 2010*.

O que tem a ver tal manchete com a Contabilidade? Perguntei aos alunos de Ciências Contábeis da UFMA, nas primeiras aulas deste período.

Como resposta li parte do conteúdo da citada notícia: *Mantega explicou que se trata de reestrutura contábil e que, até 2010, a economia para despesas com juros da dívida (superávit primário), indicador usado há anos para medir o resultado fiscal do governo, será mantido. Disse, ainda, o Ministro da Fazenda, conforme a referida matéria jornalística: será criado um grupo de trabalho para alterar a contabilidade pública, de forma a obter um alinhamento com a nova contabilidade internacional, cujas novas normas já estão em vigor para o setor privado*.

As providências anunciadas pelo Ministro da Fazenda, já começaram a ser tomadas; foi editada a *Portaria MF n.º 184 de 25/08/2008*.

Deixando para outra oportunidade a análise do mérito das mudanças que já estão sendo efetuadas, especialmente na contabilidade das empresas privadas, com capital aberto, o fato sobranceiro é que no mundo globalizado se impõe a harmonização dos padrões contábeis. Os custos de conversão das demonstrações contábeis, face à diversidade de normas contábeis hoje vigentes, são inconcebíveis.

A Contabilidade é a *linguagem dos negócios e da transparência, aqui e na China*. Logo, configura-se como ininteligível que a mesma empresa apresente, por exemplo, no mesmo ano, lucro no Brasil e prejuízo, na Inglaterra, simplesmente, por incongruências de normas contábeis.

Logo, haveremos de falar uma linguagem harmônica, no mundo dos negócios e da administração pública, pelo menos.

Publicado no Jornal Pequeno, na coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 01 de setembro de 2008

A CULTURA, O ESTADO, A SOCIEDADE E O MERCADO

Desde o início deste mês, junho de 2015, tenho escrito, neste espaço, artigos, na maioria, alusivos aos Festejos Juninos, uma das expressões da nossa rica e diversificada cultura. Assim é que foram publicados artigos com os seguintes títulos: *As Festas Juninas em São Luís: Cultura é a Fusão dos Sonhos e Desejos Humanos e Festas Juninas: Lembranças de Lopes Bogéa*.

Encerrando essas abordagens, digamos, culturais – pois, quicá pelas minhas origens geminianas, não sou afeito a práticas monotêmáticas – irei focar a cultura, o Estado, a sociedade e o mercado, ao fundamento de um texto do sociólogo, em verdade, pensador social, Zygmunt Bauman, polonês, autor de dezenas de excelentes livros, que migrou para a Inglaterra, sendo professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

O texto, intitulado *A cultura, o Estado e o mercado*, consta do capítulo 6, do livro *Cultura no Mundo Líquido Moderno*, Editora Zahar, 2013. Focando a França, Bauman afirma que, no século XVI, Francisco I concebeu uma oficina estatal para a produção de tapeçarias.

Um século depois, Luís XIV – que se tornou famoso por proclamar a significativa frase: *L'État c'est moi* – fundou o *Teatro Real, a Comédie – Française*, assim como uma série de academias régias, que incluíam música e pintura, com a finalidade de desenvolver artes e educar os artistas.

Interessante é que, na concepção de Bauman, o que chamamos

hoje de política cultural antecedeu a utilização do termo cultura pelos povos. Relevante destacar, também, que o conceito francês de *culture*, segundo Bauman, surgiu como um nome coletivo para os esforços do governo no sentido de promover o aprendizado, suavizar e melhorar as maneiras, refinar o gosto artístico e despertar necessidades espirituais que o público até então não possuía, ou não tinha consciência de possuir. Em verdade, cultura era coisa da elite, o povo era privado da educação e do poder.

Com a queda da monarquia francesa e a ascensão da República – acontecimento histórico que não abalou somente a França – surgiram as políticas e ações visando os esclarecimentos e a cultura dos povos, preocupações essas não existentes nos tempos dinásticos. Logo, era necessário reconstruir a sociedade a partir dos seus alicerces, com a criação do novo homem, pondo fim a séculos de obscurantismo.

A propósito, destaco que, embora o Iluminismo tenha origem no período entre 1650 a 1700 – sob a influência de nomes como Spinoza, John Locke, Pierre Bayle e Isaac Newton – o centro, o auge aconteceu na França, com a edição da *Encyclopédie* (1751-1772), fazendo parte desse movimento, intitulado, também, de Século das Luzes, nomes como Diderot, D'Alambert, Voltaire e Montesquieu, entre outros. Por outro lado, sintomaticamente, a Revolução Francesa, que eliminou a Monarquia, aconteceu entre 1789 a 1799.

Bauman lembra certa correlação entre cultura e patrimônio nacional, que deve ser preservada e acessível ao cidadão, assim como enriquecido, para o bem e a glória dos futuros herdeiros. Destarte, afirma Bauman: Foi por meio de um projeto cultural integrado que o agrupamento de tradições, costumes, dialetos e calendários locais herdado de séculos de fragmentação feudal seria unificado no Estado moderno.

Assim, é que após várias tentativas de institucionalizar e codificar a curadoria das atividades culturais, somente em 03 de fevereiro de 1959 foi criado o Ministério da Cultura, na França, sob o governo de Charles de Gaulle, sendo o seu Ministro, nada menos, nada mais, do que André Malraux, célebre autor da frase: *Toda arte é uma revolta contra o destino do homem*.

No Brasil, educação e cultura conviveram em um mesmo Ministério. Aliás, no governo de Getúlio Vargas, via o Decreto nº 19.402/1930, foi fundado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Cinquenta e cinco anos depois, após algumas transformações, em sua estrutura, foi criado o Ministério da Cultura, através do Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, assinado pelo então Presidente José Sarney.

Por consequência, sendo cultura um Patrimônio Nacional, configura-se relevante que venhamos a inventariar o nosso passado cultural, no

pleno sentido da palavra cultura, registrando-o em imagens e sons, para que os nossos herdeiros – herdeiros do patrimônio cultural brasileiro, maranhense e ludovicense – possam no futuro conhecer as suas origens, assim como possamos aperfeiçoar, em outras palavras, enriquecer as nossas tradições culturais.

Por oportuno, afirmo que sou sabedor que a cultura maranhense não se cinge às Festas Juninas, temos dezenas, quiçá centenas de manifestações culturais, que passam pela dramaturgia, pintura, grafiteagem, dança, fotografia, carnaval, tambor de crioula, artesanato, culinária, música popular e erudita e muitas outras riquezas culturais desta cidade. Logo, as tarefas de políticas e ações culturais são gigantescas. Os governos, somente, não têm condições de arcar com tais ações, a não ser nas atividades de planejamento e coordenação das políticas públicas culturais.

Por consequência, urge ações, em prol da cultura, com o auxílio da sociedade e do mercado, entendendo-se como mercado, o seguimento empresarial. Dedico este artigo ao saudoso amigo Claudionor Lopes. Saudades, Claudionor, dos sábados juninos, à noite, que subias a rua Sílvio Romero, tocando o pandeiro, com destino ao *Viveiro da Maioba*, retornando aos domingos, com a mesma animação. Dedico, também, ao tio Paulo da Silva Victor, irmão do meu pai, tio que não conheci. Porém, sei que era um apaixonado pelas Festas Juninas.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 26 de junho de 2015

A EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO

Em artigo anterior sobre Educação, afirmo que um dos principais *gargalos* para a consecução do pleno desenvolvimento social e econômico deste país, para torná-lo competitivo, no mundo globalizado, encontrava-se na Educação.

Em junho do corrente ano, durante três dias, na Praia do Forte, na Bahia, foi realizada uma Conferência sobre Ações de Responsabilidade Social em Educação, que reuniu empresários, ministros e especialistas de vários países, que ficaram chocados com os seguintes dados

que foram evidenciados: a cada 28 segundos, um aluno deixa a escola em algum país da América Latina, sendo que no Brasil seriam 31 alunos a cada hora, ao passo que durante o evento estima-se que teriam deixado as salas de aula 5 mil e 400 jovens.

Cerca de 50% dos estudantes brasileiros saem da quarta série como analfabetos funcionais (não compreendem o que leem), quase dois milhões de jovens estão fora da escola e a escolaridade média da população é de 4,9 anos.

O renomado Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, IPEA, órgão do Governo Federal, no estudo intitulado, Brasil: *O Estado de Uma Nação, ao focar a Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios*, longe de *dourar a pílula*, torna-a menos palatável. Senão vejamos, com a evidência de algumas informações que constam do citado estudo: no ensino básico, todos entram na escola, todavia somente 84% concluem a 4ª série e 57% terminam o ensino fundamental, ao passo que no ensino médio o índice de conclusão é de sofríveis 37%; 3 / 4 dos adultos são considerados analfabetos funcionais, conceito já enfatizado acima.

É bem verdade que na graduação, em pouco mais de duas décadas, saímos de 1,4 milhões de estudantes universitários, em 1980, para 4,2 milhões hoje; o grande salto aconteceu, também, em função do incremento do ensino superior particular, que hoje responde por 90% dos formandos, absorvendo 72% dos estudantes de cursos superiores. Em que pese todo esse incremento, segundo o IPEA existe uma demanda não atendida de postulantes ao ensino superior que seria da ordem de 27 milhões de pessoas.

O Brasil aplica 4,3% do PIB em Educação, sendo que desse total, 21% seriam aplicados no Ensino superior, que corresponderia a 0,82% do PIB. Comparando-se com outros países, os dispêndios gerais do Brasil com Educação, na média, estariam próximos do montante aplicado pelos países que integram a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo proporcionalmente superior aos dos países como Uruguai, Argentina e Chile que teriam um ensino qualitativamente melhor que o do Brasil.

No que respeita ao total destinado para o ensino superior, somente seria menor, proporcionalmente, aos recursos aplicados por apenas dezesseis países no mundo, sendo todos ricos.

A jornalista Anna Bernasek do *The New York Times*, em artigo que abordou o retorno da educação, destaca que no ano de 2006 será gasto nos EUA 1 trilhão de dólares em educação, próximo de 10% do seu PIB. Questionada sobre os benefícios dos gastos em educação, res-

ponde que são incomensuráveis tais benefícios, pois envolvem aspectos sociais, culturais, compreensão dos deveres cívicos, além dos benefícios econômicos, como conhecimentos especializados e técnicos, que levam a maior produtividade e geração de ideais valiosas. Os estadunidenses sentiram a importância da educação na própria pele, ao observarem os trabalhadores recém-formados na China e Índia competindo por bons empregos antes mantidos por eles nos EUA.

Observa-se que os *investimentos* em Educação projetados para 2006 nos EUA superam o valor do PIB a preços de mercado do Brasil do ano de 2005 aferido pelo IBGE, em 1 trilhão e 937 bilhões de reais.

Tais números nos mostram a importância da educação, mesmo em um país que pode ser considerado, sob alguns aspectos, o mais desenvolvido do mundo.

Neste país, sempre estamos preocupados com os gastos públicos em termos de educação de nível superior, principalmente aqueles que defendem investimentos maciços dos governos na chamada educação básica, preconizando que o Ensino superior deveria ser pago, principalmente pelos que entendem como em condições para tanto.

Sinceramente, não comungo com o caráter simplório de tal entendimento, pois considero Educação como um bem público, a exemplo, entre outros, de saúde e segurança, por sinal, assuntos que concebo, até mesmo, como interdependentes.

Concluindo, acredito que melhoramos muito em termos de Educação, nos últimos anos, embora possamos dar um salto qualitativo e quantitativo ainda mais expressivo, em todos os níveis educacionais. Como estudante de escolas privadas e públicas, ao longo da minha vida de estudante, que ainda sou, e não pretendo deixar de ser, assim como de Professor Universitário, não tenho dúvidas de que a otimização de recursos existentes ensejaria o salto antes referido, com reflexos positivos em todos os quadrantes e níveis sociais.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 21 de agosto de 2006

A EDUCAÇÃO E OS TEMAS DA VITÓRIA

As vitórias do saudoso Ayrton Senna, nos diversos círculos mundiais da Fórmula I, vitórias essas embaladas pela inesquecível e bela música intitulada *Tema da Vitória* de autoria do maestro Eduardo Souto Neto, não descontinuaram com a sua precoce e triste partida, em 01 de maio de 1994, quando do acidente no circuito de Ímola, mais precisamente na curva Tamburello.

As suas vitórias continuam a se concretizar, em prol dos brasileiros, que tanto admiravam a sua tenacidade, e emocionavam-se quando, ao fim das corridas, *Ayrton Senna do Brasil*, como dizia Galvão Bueno, fazia tremular a bandeira brasileira, como se estivesse a sinalizar para o mundo que nós também podemos vencer, desafiando os muros da vida.

Foi um dia triste para os brasileiros, que marcou a minha última atenção, mesmo de relance, como sempre fazia, para as corridas da Fórmula I.

Contudo, não tenho o propósito de reviver momentos tristes, mas, sim, evidenciar que a saga do Ayrton Senna continua, via Fundação Ayrton Senna, conduzida pela sua irmã Viviane Senna, que escreveu um artigo na *Folha de São Paulo*, de 06 de junho de 2011, intitulado: *Como investir para melhorar o aprendizado*.

A propósito, já afirmei, em artigo escrito neste Jornal Pequeno, que todos os dispêndios com Educação não deveriam ser considerados como despesas, mesmo os de custeio. Em verdade, se constituem em investimentos, os melhores investimentos que fazem as famílias e governos, visando as mudanças, para melhoria da sociedade.

O artigo de Viviane Senna destaca um mapeamento da produção científica mundial, realizado pelo movimento *Todos pela Educação e pela Fundação Ayrton Senna*, que teriam selecionado, via critérios técnicos rigorosos, 165 estudos acadêmicos brasileiros e estrangeiros, entre 600 inicialmente consultados, que tratam dos fatores que impactam a aprendizagem dos alunos.

Ao acessar o site paramelhoraroaprendizado.org.br, deparo-me com tais fatores levantados pelo referido mapeamento, que devem merecer a atenção dos governos, para que sejam implantadas as Políticas Públicas educacionais, em prol da tão almejada e necessária melhoria do ensino neste país.

Em princípio teríamos os recursos da escola, que envolveriam

a exposição dos alunos ao professor, o professor, a infraestrutura da escola e os recursos pedagógicos. No que respeita a planos e práticas pedagógicas, teriam que merecer atenção dos governos: o currículo padrão, as atividades extracurriculares, dever de casa e educação inclusiva; no que tange à gestão da escola, deveriam ser focados o ingresso e promoção dos alunos, seleção do diretor, monitoramento, clima escolar e participação da comunidade escolar.

Quanto à gestão da rede de ensino, teríamos a autonomia financeira, o calendário, a remuneração e concorrência; por fim, sob o item condições das famílias, foram destacados os recursos e incentivos, com foco na alimentação, transporte, uniforme e atenção básica à saúde, para que as crianças com maior vulnerabilidade social possam frequentar as aulas e aprender.

Efetivamente, o estudo é alentado e tem o mérito de ser profundo, e não baseado em *achismos*, devendo ser destacado que as pesquisas têm respaldos em tratamentos estatísticos, que se encontram evidenciados no referido site. Por outro lado, alguns mitos são demolidos pelo estudo em comento, tais como os que tratam, por exemplo, dos recursos da escola, mais precisamente da formação acadêmica do professor, conforme a seguinte transcrição: *O bom professor não é necessariamente aquele com maior titulação acadêmica. No entanto, uma faculdade de boa qualidade deve fornecer conhecimentos teóricos e práticos importantes para a promoção do aprendizado dos alunos. O desafio é desenvolver políticas que gerem melhorias na qualidade da formação inicial dos professores e, ao mesmo tempo, deem-lhes apoio para alcançar um bom desempenho em sala de aula.*

Governos, instituições sociais, pedagogos, gestores educacionais, professores, alunos, em suma, a sociedade brasileira deveria voltar as suas atenções para os detalhes do estudo *Como investir para melhorar o aprendizado*, disponível no site antes evidenciado, criando-se fóruns de discussões sobre as suas conclusões, para que as recomendações consensuais pudessem ser implantadas via as políticas educacionais neste país.

Todavia, em relação a alguns governos, pergunto-me se haveria realmente motivações para priorizar a educação, fundamentando essa dúvida nas concepções sobre o conceito das doutrinas iluministas, que caracterizaram o *Século das Luzes*.

É que, segundo Immanuel Kant: *O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem.*

Kant, afirmara, segundo Edgar Morin, que o *Iluminismo depende da educação, e a educação depende do iluminismo*. Em que pese a minha dúvida, sobre o posicionamento de alguns governos em relação às salutareias políticas educacionais, que possam servir — como diria outro pensador social, John Dewey, ao conceituar educação — como *uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subseqüentes*, vale a pena que venhamos — enquanto atores sociais que buscam as mudanças, via as reconstruções ou reorganizações — discutir as conclusões da pesquisa foco deste artigo, como temáticas para a vitória social deste país.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
 Por Manoel Rubim
 Em 13 de junho de 2010

A EDUCAÇÃO PARA TODOS

Será que ainda temos dúvidas quanto à Educação ser o principal fator para o desenvolvimento sustentável de um país?

Parece que sim, pois do contrário este país, a oitava economia do mundo, não estaria no octogésimo oitavo lugar no ranking da Educação, conforme *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2010 da UNESCO*, órgão das Nações Unidas, ONU, que trata da Educação e Cultura.

O referido relatório foi lançado no dia 19/01/2010, em Nova Iorque, e trouxe algumas preocupantes evidências, entre elas, a que extraímos do release do *Escritório da UNESCO* em Brasília/DF: *Milhões de crianças dos países mais pobres do mundo correm o risco de serem privadas de escola em consequência da crise financeira mundial, segundo adverte o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos de 2010 da UNESCO. Com 72 milhões de crianças ainda fora da escola, a desaceleração do crescimento econômico, conjugada com o aumento da pobreza e das pressões exercidas sobre os orçamentos públicos dos países, pode comprometer os progressos realizados no âmbito da educação ao longo da última década.*

O referido relatório tem o propósito de avaliar os progressos e entraves globais tendo como metas os seis objetivos de Educação para Todos, EPT, fixados em 2000, em Dacar, no Senegal, compromissos

que foram assumidos por mais de 160 países, quais sejam: expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem; assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015; assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, à habilidades para a vida e à programas de formação para a cidadania; alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos; eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Considerem-se que, para atingirmos esses seis objetivos, os países, entre eles o Brasil, - através das ações de governos, organizações, agências, grupos e associações, com assento na Cúpula Mundial de Educação - se comprometeram a mobilizar uma forte vontade política nacional e internacional em prol da Educação para Todos, desenvolver planos de ação nacionais e incrementar de forma significativa os investimentos em educação básica; também promover políticas de Educação para Todos dentro de marco setorial integrado e sustentável, claramente articulado com a eliminação da pobreza e com estratégias de desenvolvimento; assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de estratégias para o desenvolvimento da Educação; desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar resposta e de prestar contas; satisfazer as necessidades de sistemas educacionais afetados por situações de conflito e instabilidade e conduzir os programas educacionais de forma a promover compreensão mútua, paz e tolerância, e que ajudem a prevenir a violência e os conflitos; implementar estratégias integradas para promover a equidade de gênero na educação, que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas; implementar urgentemente programas e ações educacionais para combater a pandemia *HIV/AIDS*; criar ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e equitativamente supridos, que conduzam à exce-

lência na aprendizagem e níveis de desempenho claramente definidos para todos; melhorar o status, a autoestima e o profissionalismo dos professores; angariar novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar o esforço em alcançar as metas *EPT*; monitorar sistematicamente o progresso no alcance dos objetivos e estratégias de *EPT* nos âmbitos internacional, regional e nacional; fortalecer os mecanismos existentes para acelerar o progresso para alcançar Educação para Todos.

Sinceramente, ao meu sentir, entendo que todas essas ações propostas pela *Cúpula Mundial de Educação* são deveras importantes para que venhamos melhorar o desempenho da educação no mundo, especialmente neste país, em prol de um Brasil melhor, mais inclusivo, próspero e saudável.

Porém, destaco, em síntese, que deveríamos adotar as seguintes providências: harmonização das ações de educação nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal; criar um programa nacional de educação, antecedido por discussões com a sociedade e especialistas, que transformado em lei, quiçá suplementar, para não ficar ao alvedrio dos governantes, que, a todo instante, têm *ideias geniais* inconclusas; fazer da escola um ambiente criativo e inovador, e não repetitivo de conteúdos e decorebas que engessam as mentes potencialmente criativas; aproveitar as enormes facilidades das tecnologias da informação, visando disseminar o conhecimento, inclusive nos grotões, não somente formando novos alunos, como aperfeiçoando os professores, à distância, com supervisão; valorizar o professor, com estímulos financeiros, e não arremedos, avaliando-os, de forma permanente, fazendo com que os pais sonhem que seus filhos venham a ser professores, não como hoje, que os pais, nem, em pesadelo, admitem que seus filhos sejam professores, da mesma forma que esse anelo não povoa a mente dos jovens, nem nos sonhos mais delirantes, face ao desvalor social dos professores, hoje existente, lamentavelmente, neste país; conscientizar os pais de que os filhos devem frequentar as escolas, com o devido acompanhamento e avaliação suas, não sendo tal frequência, importante, especialmente nas escolas públicas, pela merenda e pelos momentos em que os filhos ficam sob a responsabilidade da escola, lhes dando ensino para trabalharem etc., motivar e conscientizar a sociedade da importância de investir na formação de gestores educacionais, pois sem bons gestores, a educação deixará muito a desejar.

À EDUCAÇÃO SENHORES!

O Brasil patina, patina, todavia não sai do lugar há algum tempo. Cresci ouvindo considerações sobre ser o Brasil um país com a característica de subdesenvolvido, ou em desenvolvimento, sem que se tenha ideia de quando sairemos dessa situação. É bem verdade que temos neste país algumas *Ilhas de Excelência* e, para bem se caracterizarem como *Ilhas*, encontram-se devidamente isoladas, sem comunicação fluida com os demais organismos sociais.

No mais das vezes, essas *ilhas de excelência* atingiram tal patamar, por decorrência de esforços pessoais ou de abnegados, e não por decorrência de uma política pública consistente ao longo do tempo. Os índices econômicos e sociais, como o de *GINI*, estão a mostrar que somos campeões da desigualdade, que não nos permite dar um salto qualitativo, de forma genérica, em termos tecnológicos, inserindo o Brasil, tão potencialmente rico, no lugar em que merecia e deveria estar.

Alvin Toffler renomado Cientista ou Pensador Social - autor de *Previsões e Premissas*, *Terceira Onda*, *Powershift* e outros - em o *Choque do Futuro*, lançado no final da década de sessenta, abordando a *Nova Revolução Educacional* afirmava que *A tecnologia do amanhã requer não milhões de homens levemente alfabetizados, prontos para trabalhar em uníssono em tarefas infinitamente repetitivas, nem homens que recebem ordens sem piscar, conscientes de que o pão se consegue com a submissão mecânica à autoridade, mas sim de homens que possam fazer julgamentos críticos, que possam abrir caminho através dos ambientes novos, que sejam rápidos na identificação de novos relacionamentos numa sociedade em rápida mutação. Requer homens que, na terminologia sugestiva de C.P. Snow, têm o futuro no tutano de seus ossos.*

Em 1973, o economista da *FGV*, Carlos Langoni, lançou o livro intitulado *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil* em que evidenciava as principais causas da desigualdade brasileira, destacando o papel da educação, pois afirmava que *a interação entre a baixa oferta de mão-de-obra qualificada, aliada ao aumento na sua demanda impulsionada pelo crescimento ao ritmo do milagre econômico brasileiro, foram os principais responsáveis pela alta da desigualdade observada nos anos de 1960.* Todavia os críticos de sempre rechaçaram tal tese.

Passaram-se três décadas e enquanto a Coréia do Sul, através

da Educação, deu um salto de qualidade se tornando uma potência em termos tecnológicos, enquanto a economia da China cresce de forma exponencial, por esta banda continuamos a patinar, patinar e não deslanchamos como tão bem faz a Isabelita dos Patins.

Não por outra razão, os países que investiram fortemente na educação dos seus cidadãos, lutam em prol da liberalização dos serviços, via *Organização Mundial do Comércio, OMC*, buscando alargar o campo de trabalho dos seus patrícios, mormente naqueles países em que observam a deficiência de recursos humanos qualificados demandados pelo mercado. É óbvio que tais países não prescindem dos seus melhores quadros, liberando aqueles que não lhes vão fazer falta.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado (meu Deus!), os nossos colegas de infância e adolescência, vale enfatizar, os melhores alunos, os melhores cérebros, buscavam a formação nas áreas econômicas e de engenharia, seja civil, agrônômica, mecânica ou elétrica.

Observo que era a época do *Milagre Econômico, do Brasil: Ame ou Deixe-o* e tudo o mais. O Brasil crescia economicamente a taxas expressivas. Alguns dos nossos amigos administradores, engenheiros e economistas se deram bem, outros nem tanto. Vários tentaram uma segunda formação, não obviamente por incapacidade deles, creio, todavia, por uma mudança do mercado de trabalho. Tal mudança não se caracterizou como assintomática e sim como decorrente, entendo, de uma deficiente política pública integrada voltada, também, para o desenvolvimento sustentável.

Chegamos aos tempos de hoje e constamos em jornal econômico de circulação nacional matéria de autoria da jornalista Stela Campos intitulada: *Falta de profissionais técnicos no futuro preocupa empresas*. Tal matéria decorre das informações levantadas pela pesquisa rotulada de *Talento Global* efetuada pela empresa de Consultoria e Auditoria de classe mundial, a *Deloitte*. A pesquisa colheu dados em 1.396 empresas, em 60 países, sendo 371 empresas na América Latina e 65 no Brasil. Segundo a mesma, 74% das empresas de todo o mundo afirmam que estão sentindo ou sentirão, nos próximos anos, escassez alta ou moderada de profissionais executivos e técnicos, maior do que as necessidades, estimadas em 53%, para os cargos operacionais e administrativos. *No Brasil, 20% das companhias dizem que estão tendo ou deverão ter uma alta redução no número de executivos e técnicos e 60% uma diminuição moderada.*

Vejam que, se quisermos acompanhar o dinamismo da economia mundial e não ficarmos estagnados, assistindo à banda passar ou na janela, não vendo o tempo passar como a Carolina, conforme as letras

das canções do famoso compositor e cantor Chico Buarque de Holanda; ou se pretendermos melhorar o nosso desempenho econômico e social, com crescimento da renda e melhora da sua distribuição, como forma de reduzir as desigualdades tão gritantes, existentes neste país; deveremos discutir, planejar e implantar políticas educacionais, visando criar as condições para darmos o salto quantitativo e qualitativo, ciosos que estamos diante de um antigo problema, que reclama uma solução urgente.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
Em 01 de janeiro de 2006

A FISCALIZAÇÃO CIDADÃ E O GASTO PÚBLICO

E escrevo este artigo, em uma manhã de sábado, entre ensolarado e nevoento amanhecer típico dos dias que antecedem às festas natalinas, já me preparando para retornar à tarde para São Luís, pois estou em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, local onde participei, ontem, de um evento promovido pela *Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, ANFIP*, intitulado *ANFIP Itinerante*. Atuei, nesse evento, como palestrante do tema *Tributos & Cidadania: Um Foco na História, na Educação Fiscal e na Participação Cidadã*, tendo, como debatedor, o Deputado Federal, líder do PDT, Dagoberto Nogueira.

Entre outras abordagens que a temática me permitiu fazer, foquei e defendi a maior participação cidadã na fiscalização de tudo que diz respeito à coisa pública, como consequência natural do fato de vivermos em uma República Democrática, que não poderia caracterizar-se pela apatia da sociedade que deixa de lado a fiscalização cidadã via acompanhamento dos gastos públicos, que deveriam ter o bom destino, em prol da sociedade. Afinal, foi-se o tempo em que o Tributo era uma paga aos reis, aos imperadores, aos vencedores das guerras, que faziam o que bem entendiam com os recursos públicos, como uma negação da cidadania naqueles tempos.

Na ida a Campo Grande, no belo Aeroporto Internacional de Brasília, comprei a *Revista Isto É*, edição de 04 de novembro, atraído - desde que

a olhei em São Luís, porém não tive tempo para comprá-la - por uma estonteante manchete: *A CORRUPÇÃO QUE NINGUÉM VÊ*.

Investigação da Controladoria-Geral mostra que 95% dos municípios brasileiros desviam recursos federais. Conheça casos como o do prefeito que usou meio milhão de reais para pagar dívidas pessoais e da cidade que gastou R\$ 3,5 milhões para comprar cinco toneladas de elástico. Meu Deus! Antes, o ex-Ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires - acredito que há uns cinco anos, aproximadamente - havia afirmado à Revista Veja, através, também, de uma entrevista, que 40%, em média, dos recursos federais repassados às prefeituras deste país costumeiramente eram desviados.

Tal estarrecedora constatação do ex-Ministro ensejou-me a identificação de um número cabalístico neste país. Afinal, tínhamos quase 40% de carga tributária (36%), 40% de informalidade estimada pela grande empresa de consultoria internacional *McKinsey* e 40% de desvios de recursos públicos repassados pelo Governo Federal aos Municípios Brasileiros.

Após a estarrecedora matéria da *Revista Isto É*, de autoria dos jornalistas Yan Boechat e Larissa Domingos, o que iremos afirmar? Que a carga tributária, a sonegação e a informalidade perderam de goleada para os desvios de recursos públicos, de 95% a 40%, conforme o placar do Desviômetro que sugeri em artigo anterior, porém ainda não instalado?

O próprio Ministro do Controle e da Transparência, Jorge Hage, que comanda a *Controladoria Geral da União, CGU* - composta em sua maioria por jovens e competentes Analistas e Técnicos de Controle Interno, que, aliados aos mais experientes, fazem das tripas corações - reconhece que não serão visitas de duas semanas de alguns fiscais federais que irão transformar a realidade do país, ao afirmar que: *O universo de mais de cinco mil municípios é grande demais. É preciso que a sociedade civil entre nessa luta, sem ela a fiscalização sempre será deficitária.*

É acaciano que os graves problemas de desvios de dinheiro público não acontecem somente nos Municípios, e até mesmo afirmo que poucos dispõem de quadros técnicos capacitados para a efetivação de uma boa gestão pública. Foram criados - por questões que rotulam de políticas, porém entendo que são mais atitudes eleitoreiras do que políticas - diversos Municípios, sendo que alguns parecem mais com pequenas ruas, sem a menor condição de serem tidos como Municípios. Assim sendo, não se poderá esperar que esses Municípios venham a ter estrutura administrativa que lhes possibilitem bem planejar, executar e

controlar um orçamento público, em observância à legislação pertinente.

Por outro lado, como venho afirmando já há uma década, pelo menos, caso não venhamos a ter a participação cidadã na fiscalização da coisa pública - não somente dos gastos públicos municipais, e sim em relação aos federais e estaduais, um dos focos do *Programa de Educação Fiscal para a Cidadania, PNEF*, capitaneado pela ESAF, Ministérios da Fazenda e Educação, Secretarias de Fazenda e Educação estaduais e municipais - não iremos a lugar algum.

Temos vários exemplos de tais atividades cidadãs, inclusive citadas na matéria acima aludida. Porém, precisamos de muito mais. Tenho dito que as *Entidades de Classe, Sindicatos, Associações* etc., de toda ordem, de empregados, empregadores e outras, poderiam contribuir enormemente no curto prazo para a efetivação dessa participação cidadã. O Brasil agradecerá. No médio e longo prazo, temos o PNEF, que acredito poderá mudar as mentes e os corações das crianças e adolescentes de hoje, que com certeza serão os cidadãos, com C maiúsculo, do amanhã.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista

Por Manoel Rubim

Em 09 de novembro de 2009

Republicado no site do Sindifisco Nacional:

http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=45:na-midia&id=5206:MA&Itemid=73&

A IMPERIOSIDADE DA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Defendo e prático, sempre que possível, a Educação pautada na interdisciplinaridade, pois os desafios que hoje nos são postos demandam pesquisas, análises e decisões, que, no mais das vezes, exigem a interação de várias Ciências, de vários ramos do conhecimento; logo, de profissionais de diferentes especializações.

Por exemplo, na minha área de atuação, as Ciências Contábeis, isso mesmo, no plural, impõe-se, para o bom desempenho que os profis-

sionais entendam, ou compreendam conteúdos disciplinares de vários ramos do conhecimento, a exemplo, da Matemática, Estatística, Direito, Economia, Administração, Informática etc., e, como digo de forma a fazer desanuviar o ambiente em sala de aula, até mesmo de contabilidade. Não por outra razão, temos nas grades curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, pelo Brasil e pelo Mundo, tais disciplinas e muito mais.

Assim é que não me causou surpresa o recente artigo intitulado *Educação: onde os EUA ainda são capazes de inovar*, de autoria de Rafael A. F. Zanatta, que foi reproduzido em *Outras Palavras*, do Jornal *Le Monde Diplomatique*. É que o citado artigo apresenta, como ementa, o seguinte texto: *Universidade de Harvard debate crise econômica e alternativas de forma ousada, multiplica possibilidades de participação à distância e mostra como é necessário repensar radicalmente o ensino.* Em princípio, tal ementa nada tem a ver como a ideia que dá o tom deste artigo, qual seja, a importância da Interdisciplinaridade na educação. Todavia, no conteúdo do segundo parágrafo do referido artigo, consta o texto que destaco em que o autor alude ao *fechamento disciplinar que marcou o século passado*, para afirmar que na *John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard*, o economista Dani Rodrik, um dos mais importantes acadêmicos contemporâneos, e o jurista Roberto Mangabeira Unger, professor da *Faculdade de Direito da Universidade de Harvard*, por sinal, filho do político brasileiro João Mangabeira, uniram-se e criaram o curso *Political Economy After Crisis*, que aborda Direito e Economia, com foco na crise financeira e econômica mundial e sua resposta a ela, no esforço para avançar o crescimento econômico socialmente inclusivo em países ricos e pobres, e no passado, presente e futuro da *Globalização*.

No Brasil, ainda estamos engatinhando, em termos dos cursos a distância, especialmente aqueles voltados à pós-graduação. Refiro-me aos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Neste particular, as entidades que autorizam, supervisionam e avaliam tais atividades estão com a cabeça no século XIX, quando já estamos no século XXI. Em se tratando da interdisciplinaridade, o atraso é muito maior, pois não tenho conhecimento de discussões nesse sentido.

Usamos, tanto no que tange aos cursos a distância, quanto a interdisciplinaridade, ‘tamos nos cérebros’, pois estamos insensíveis à complexidade dos tempos atuais, que exigem visões tridimensionais, e não ‘tamos visuais’, que obstaculizam um olhar mais abrangente.

Em que pese já ter abordado as ideias do pensador social francês, antropólogo, sociólogo e filósofo Edgar Morin, sobre a transdis-

ciplinaridade, em artigo anterior, nunca é demais ressaltar a sua concepção sobre o atual e caduco modelo de ensino, que ministramos. No livro *CABEÇA BEM-FEITA, REPENSAR A REFORMA, REPENSAR O PENSAMENTO*, Morin afirma: *A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das Universidades modernas; desenvolveu-se, depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isso significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento.*

Morin faz, ainda, um liame entre as histórias das disciplinas e da Universidade, com a sociologia das ciências e do conhecimento, afirmando que as disciplinas não nascem de apenas um conhecimento ou de uma reflexão interna sobre si mesma, e, sim, também, do conhecimento externo.

Logo, não bastaria estarmos por dentro de uma disciplina, para conhecermos todos os problemas aferentes a ela. Oportuno destacar que Morin, em 1999, recebeu a incumbência, por parte da *UNESCO*, órgão da *ONU*, que trata de Educação e Cultura para sistematizar um conjunto de reflexões que servissem como norteadoras para as discussões sobre a educação no século XXI, resultando no livro intitulado *Os sete saberes necessários à educação do futuro*.

Ainda não despertamos, salvo engano, neste país, para essas imposições dos tempos atuais, nos campos educacionais e profissionais. Aliás, no campo profissional, ainda temos Entidades Fiscalizadoras do Exercício Profissional, que vedam, em suas legislações de regência, a atuação profissional de forma multidisciplinar. Neste particular, o *Conselho Federal de Contabilidade*, desde a edição da Resolução 560/83, permite o exercício profissional do contador, com outras profissionais, sob o manto dinamizador das atividades compartilhadas. Necessitamos de mais medidas em prol da *Pluridisciplinaridade*, *Multidisciplinaridade*, *Interdisciplinaridade* ou, ainda, *Transdisciplinaridade*, como queiram, não somente no campo das atividades profissionais, e, sim, principalmente, no campo acadêmico, por força das imposições dos tempos atuais, tempos de complexidade.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 27 de fevereiro de 2012

A IMPERIOSIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO BRASIL E A MATRIZ HABERMASIANA

Considero que somente iremos melhorar o desempenho das atividades políticas neste país, a partir de um grande esforço em prol da Educação para a Cidadania, envolvendo o maior leque de instituições possíveis, preferencialmente, por incrível que pareça, apartidárias, em outras palavras, sem vínculos com partidos políticos. Este diagnóstico, não é fruto somente do que observo e reflito, e sim, também, de ações e leituras que venho fazendo há décadas.

Para que se entenda a Educação para Cidadania, que postulo, com o fito de melhorar o desempenho das atividades políticas deste país, reproduzo o conceito de cidadania de Jaime Pinsky, na introdução do livro *HISTÓRIA DA CIDADANIA*, do qual Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky são os organizadores: *Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.*

Diante do conceito acima reproduzido, sobre *ser cidadão*, acredito que a primeira e fundamental questão diz respeito a quais são as condições necessárias para que possamos vir a participar *no destino da sociedade*, visando a busca pelo direito à vida, à liberdade à propriedade, à igualdade perante a lei. Não encontro outra resposta, que não seja pela via da educação, não meramente instrumental, porém plena, desde à família, passando pelas escolas de nível fundamental, médio e superior, pelo menos.

Para tanto, configura-se necessário que venhamos a lutar para que a disciplina Educação para a Cidadania venha a integrar as grades curriculares dos cursos do nível básico e fundamental, assim como superior, com conteúdos compatíveis com tais níveis.

Afinal, em pesquisa que efetuei, não encontrei disciplinas pertinentes à Educação para a Cidadania nas *SÍNTESES DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO*, constante do Portal do MEC, datado de 2016. Porém, já se fala

na reintrodução, nas referidas diretrizes – pelo menos nas Redes Sociais, provavelmente em decorrência de comentários na imprensa – da malfadada *Educação Moral e Cívica*, configurando-se, na minha opinião, um retrocesso a uma visão tosca da formação cidadã.

Por outro lado, sabemos da existência de algumas ações isoladas visando capacitar professores e alunos, com conhecimentos voltados para a Educação para a Cidadania. Aqui mesmo, nesta cidade, São Luís, tivemos eventos programados pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município, há décadas, visando tais capacitações, como a realização de seminários, no qual o referido assunto foi discutido, tendo, inclusive, a minha participação como palestrante.

Também, tomei conhecimento, através de um ex-aluno, do Curso de Ciências Contábeis da UFMA, cujo tio é professor no Estado do Ceará, que foram editados, pela Secretaria de Educação daquele Estado, livros alusivos à temática sobre Educação Fiscal para a Cidadania, voltados para a capacitação de professores dos ensinos fundamental e médio, constando, para a minha surpresa, um artigo que escrevi sobre a temática em foco, e que foi publicado no *Jornal Pequeno*, local.

Ademais, tentando contribuir para a disseminação da importância de programas sobre *Educação para a Cidadania*, ministrei diversas palestras sobre o assunto, nesta cidade, em diversos colégios e em outros locais, assim como em outras cidades, como Campo Grande, Belém e Manaus. Na UFMA, fiz constar do conteúdo programático da disciplina Contabilidade Tributária, abordagens sobre *Educação Fiscal para a Cidadania*, objeto, semestralmente, de elaboração e apresentação de trabalhos, nos quais são discutidos, acredito, tão importante assunto, para o incremento da conscientização cidadã.

Deixando de lado os comentários sobre os esforços pessoais para a adoção, em salas de aula e outros locais, do ensino e aprendizagem da disciplina *Educação para a Cidadania*, e focando, novamente, a importância do referido conteúdo, em diversos momentos das nossas vidas, afirmo entender que além da sua inclusão, como disciplina nas *Diretrizes dos Ensinos Básico e Médio*, urge que a sociedade brasileira priorize a discussão, desse assunto, em diversos fóruns, a título de exemplo, nas centenas, quiçá milhares, de entidades sindicais existentes no Brasil, que nos mais das vezes, quando muito, defendem os interesses classistas dos seus associados, deixando, de lado, os interesses sociais soberanos.

Afinal, essa temática é por demais importante para a consolidação da democracia, neste país, pois não existe democracia sem cidadania, inclusive a cidadania participativa. Dando substrato doutrinário a

essa ideia, temos os fundamentos das *Matrizes Teóricas da Sociedade Civil*, que, de certa forma, preconizam a *Educação para a Cidadania*, em diversos ambientes públicos, com respaldo, no mínimo, na *Matriz Habermasiana* – alusiva a Jürgen Habermas, filósofo alemão, responsável pelo conceito de *Esfera Pública*.

Para compreensão da nossa proposta, que defendo há décadas, pelo menos, há trinta anos, transcrevo, em seguida, um texto do artigo científico intitulado *A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar de autoria de José Marcelino de Rezende Pinto, Professor Doutor do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100007 e http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100007: Se conseguimos captar acima, de fato, o espírito da proposta habermasiana, o que se constata é que este autor não propõe a destruição do aparato estatal-burocrático, ou do mercado. No fundo, a nosso ver, o que ele sugere é uma democracia processual, uma soberania em procedimento, na qual os mecanismos de ação do mercado e do poder administrativo serão controlados no âmbito de conselhos populares (espaços públicos autônomos) no qual intervêm as associações não governamentais e que se valem de processos comunicativos de busca do entendimento.*

Logo, não vejo como vencermos o atual e notório *Déficit de Cidadania no Brasil*, visando a melhoria do *Bem-Estar Social dos brasileiros*, que não seja pela participação cidadã, que demandará, entre outros, os ensinamentos da educação para a cidadania, no sentido de que os brasileiros possam agir, conforme os cânones da democracia participativa, discutindo, em diversos fóruns, as propostas de políticas públicas, em favor da sociedade e não somente de segmentos específicos.

Publicado na Esfera Pública, no Facebook
 Por Manoel Rubim
 São Luís, 10 de julho de 2018

A IMPORTÂNCIA DOS TALENTOS HUMANOS NAS ORGANIZAÇÕES

Estamos, no limiar do que se convencionou chamar de *Economia do Conhecimento*, em que pontificam a produção científica, as inovações tecnológicas e o empreendedorismo.

Neste país, que passa por um momento de expressivo crescimento econômico – que não sabemos se será continuado, face à Crise Financeira que se espalha pelos EUA e Europa – já estamos sentindo a falta de pessoas especializadas, nos vários setores das atividades econômicas.

A propósito, tomei conhecimento da forma como as empresas vêm buscando reduzir o que já está sendo chamado de *Apagão de Talentos*, valendo-se da promoção de pessoas que estejam preparadas para as oportunidades que surgem da contratação de profissionais de outras empresas, através da oferta de vantagens e, até mesmo, via recrutamento de pessoas que já se encontram aposentadas.

Tal *Apagão de Talentos* decorre de uma política que visa o curto prazo, sem que as empresas e entidades patronais, se preocupassem com o médio e longo prazo, por não estarem sintonizadas nas mensagens cifradas do mercado, que anunciavam o incremento da economia. Resultado, o incremento da economia chegou, e não estamos preparados, em termos, de talentos humanos, para atender aos enormes e diversificados reclamos dos diversos segmentos do mercado.

Sabemos que os *Talentos Humanos* são considerados como os mais importantes ativos de uma organização, ativos imateriais, que não constam dos Balanços Patrimoniais, todavia são o corpo e a alma de qualquer entidade, ou privada e /ou pública.

Betania Tanure e Paul Evans, em uma matéria intitulada de *Presidentes reclamam que falta gente para poder crescer*, no *Valor on Line*, afirmam que *92% das empresas, que estão entre as 500 maiores e melhores empresas do Brasil, não investiram sistemática e estrategicamente no desenvolvimento de pessoas, e de forma especial nas lideranças, apesar de proverem seus executivos com vários cursos.*

Se na iniciativa privada estamos desprevenidos dessa forma, como estaríamos no serviço público, em que o assunto Gestão de Pessoas ainda se encontra incipiente? Os *Talentos Humanos* no serviço público estão aí, sem uma mínima política de valorização. Ingressam no serviço público, no mais das vezes, via rigorosos concursos, em raros

casos são muito bem treinados e, em mais raros ainda, bem remunerados. De repente, são descartados, pelos vários *gênios de plantão*, totalmente divorciados do interesse público, focados, somente, nos mesquinhos interesses do poder temporal. Quem paga a conta do desperdício? Claro: *A velha, incansável e abonada viúva!*

Preocupadas com o *Apagão de Talentos* as empresas privadas brasileiras, e mesmo as multinacionais, *arregaçaram as mangas, correm atrás do prejuízo.*

Segundo Andréa Diardino, em recente pesquisa efetuada entre cento e cinquenta empresas brasileiras e multinacionais com sede em São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do País, a *Empresa de Auditoria e Consultoria Deloitte Touche Tohmatsu*, uma das *Big Four*, teria sido detectado que 77% desse universo de empresas pretendiam ampliar o orçamento de recursos humanos, visando o treinamento de funcionários nos próximos dois anos. Também promissores são os dados revelados pela pesquisa *Talento Global* efetuada, também, pela *Deloitte*, com 1.396 empresas de 60 países, que identificou a atração de novos talentos e a retenção de profissionais capacitados como sendo hoje as principais preocupações dos Gestores de Recursos Humanos.

O caráter promissor de tal pesquisa está em que as empresas brasileiras pesquisadas que pretendem melhorar a capacidade de atrair, reter e desenvolver talentos humanos chega a 80% da amostra local, ao passo que os percentuais na América Lática e Mundial atingem, respectivamente, 59% e 69%. Tal estatística evidencia a consciência dos empresários brasileiros de que existe uma correlação perfeita entre a qualidade dos *Talentos Humanos* com o sucesso das empresas, o que nos faz intuir que os gestores das empresas brasileiras estão valorizando muito mais os talentos humanos do que a média dos gestores dos demais países, fato deveras auspicioso para o crescimento sustentável deste país.

É bem verdade que ainda não investimos tanto no desenvolvimento de pessoas como faz a *General Eletric, GE*, que investe, anualmente, 1 bilhão de dólares, e que, desde Jack Welch, tem o Departamento de Recursos Humanos como o principal da sua empresa, ao lado da área de Finanças e Planejamento Estratégico. É bem verdade, também, que as nossas empresas estão longe de dispor de uma Universidade Corporativa, ao estilo de *Crotonville*, de que dispõe a GE, fundada em 1956. Todavia, neste país, estamos no caminho de acreditar, no que afirmara Walt Disney: *você pode sonhar, projetar, criar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo, mas é preciso pessoas para tornar o sonho realidade.*

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista,
Por Manoel Rubim
Em 24 de novembro de 2009

Republicada no site:
<http://blog.brascomexgroup.com/index.php/page/26/>

A INFLAÇÃO E O AUMENTO DA TAXA DE JUROS

A polêmica decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) - de aumentar a taxa Selic de 11,25% para 11,75% ao ano tomada na reunião realizada em data de 16.04 - foi fundamentada, conforme *Notícias do Banco Central*, no seguinte arrazoado: *Avaliando a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 11,75% a/a, sem viés. O Comitê entende que a decisão de realizar, de imediato, parte relevante do movimento da taxa básica de juros irá contribuir para a diminuição tempestiva do risco que se configura para o cenário inflacionário e, como consequência, para reduzir a magnitude do ajuste total a ser implementado.*

Os riscos inflacionários aludidos, na transcrição do texto acima do BC, estão explicitados, em detalhes, na Ata da Reunião do Copom do dia 16/04. Pinçando, da citada ata, um dos indicadores econômicos utilizados como alerta do surto inflacionário, destaco a comparação entre o núcleo da inflação por médias aparadas com suavização que aumentou de 4,05% para 4,16%, nos últimos doze meses (março 2007 a fevereiro 2008 comparado com abril de 2007 a março de 2008). Observe-se que o centro da meta inflacionária estabelecida pela autoridade monetária estaria na casa dos 4,5%, com margem de erro de dois pontos percentuais. Logo, em princípio, a inflação ainda não teria ultrapassado o limite do centro da meta.

Segundo o Professor Emérito da FEA-USP, Economista Delfim Neto, não haveria razão, a não ser por decorrência de informações que somente o BC teria, para preocupações exageradas com pressões inflacionárias, por excesso de demanda em descompasso com oferta de bens e serviços, que justificassem o aumento dos juros.

Com o seu proverbial bom humor, chegou a afirmar que no Bra-

sil o que existe, em excesso, de forma comprovada, é a dengue. Aliás, nos seus últimos artigos, o Professor Delfim Neto, tem se caracterizado como um crítico, diríamos, contundente, ou mesmo, mordaz, em relação à atuação do Banco Central do Brasil. Em um artigo intitulado de *Prestar Contas*, publicado na Folha de São Paulo de 23/04, tratando da incumbência da sociedade ao governo para cuidar da estabilidade do valor interno da moeda, chega a afirmar o seguinte: *Não é possível deixar de reconhecer, entretanto, que a autonomia do Banco Central, a quem é transferida aquela tarefa, implica um evidente déficit democrático.*

Por outro lado, para a minha surpresa, o festejado Professor Brasileiro de Princeton, EUA, ex-Chefe do Departamento de Economia da tradicional Universidade de Chicago, templo dos monetaristas, José Alexandre Scheinkman também manifestou estranheza, não somente em relação ao aumento, inesperado, da taxa de juros Selic, em 0,5%, assim como pela falta de sinalização do BC da decisão que tomaria, pois, tal falta de sinalização estaria, segundo Scheinkman, na contramão do que acontece com os BC do mundo todo, que sinalizam, sempre, o que vão fazer.

Efetivamente, como consequência do aumento da taxa de juros, teremos o incremento da dívida pública interna, nos próximos meses, segundo estimativa do Ministério da Fazenda, da ordem de R\$ 2,9 bilhões. Por força do aumento da relação entre juros internos e externos, a tendência é a de termos maior fluxo de dólares a caminho deste país, logo, maior desvalorização do dólar e apreciação do real, implicando em mais importações e menores exportações.

Para alegria da banca financeira, os lucros dos bancos serão maiores. Pergunta-se: diante de todos esses efeitos deletérios à economia brasileira, teremos, como compensação, uma menor inflação? Ou, como dizem alguns Doutos em Economia, a inflação não seria de demanda e sim decorrente da mudança circunstancial de preços relativos, logo não haveria necessidade de aumento dos juros?

Sinceramente, olhando para o espelho, diante da minha perdoável ignorância, questionaria: se é para desestimular o consumo, sem todos os efeitos perniciosos antes informados, não seria melhor aumentar alguns tributos regulatórios, para desestimular o consumo de produtos com a demanda dita aquecida? Pelo menos, com tal medida, não estaríamos aumentando os lucros dos bancos, a dívida pública e desequilibrando a balança comercial e, sim, beneficiando a sociedade, caso os recursos, com o aumento circunstancial dos tributos regulatórios, fossem bem aplicados.

A INFORMALIDADE E SEUS MALEFÍCIOS

Um dos assuntos menos abordados nos meios acadêmicos e até mesmo nos organismos governamentais que lidam com assuntos econômicos diz respeito aos efeitos maléficos da informalidade na sociedade brasileira. Muito se tem discutido sobre a evasão tributária, que está relacionada à informalidade da Economia. Quanto à informalidade, propriamente dita, pouco tem sido abordado. Uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a McKinsey, preparou um estudo amplo sobre a competitividade da economia brasileira, tendo constatado que esta havia sido prejudicada pela economia informal, conforme matéria publicada em revista de circulação nacional.

Face a tal constatação, os estudos foram aprofundados, chegando os técnicos da empresa McKinsey, a partir do monitoramento de alguns indicadores, a estimar a taxa de informalidade da economia brasileira. Os números são impressionantes para muitos, alarmando, sobretudo, os brasileiros. Porém, não causaram estupefação em mim, pois sempre estimei a economia informal em grandes números.

Segundo a referida pesquisa, a informalidade da economia brasileira atingiria a casa dos 40% da renda nacional, somente sendo superada pela informalidade reinante na Rússia. Releva destacar que a média mundial da informalidade foi estimada em 32%. Nos Estados Unidos ela seria de 9%, enquanto na nossa vizinha Argentina beiraria a casa dos 25%. Há dez anos, lendo um livro intitulado *Macroeconomia* - autoria conjunta de dois expoentes do pensamento econômico mundial - Rudigier Dornbusch, economista alemão naturalizado nos EUA, recentemente falecido, e Stanley Fischer ex-integrante do estafe do FMI, tomei conhecimento da informalidade da economia americana que se aproximava de 30% do seu PIB. Dando-se o merecido crédito aos dados da pesquisa efetuada pela *McKinsey*, pode-se concluir que ocorreu uma substancial redução da economia informal nos EUA.

Sempre que se falava de informalidade, associava-se, instantaneamente, às atividades desempenhadas pelos conhecidíssimos camelôs

que pululam pelas ruas desta cidade, assim como pelas ruas da maioria das médias e grandes cidades brasileiras, mormente no momento em qual enfrentamos expressivas taxas de desemprego. Todavia, o estudo da *McKinsey*, ao colocar um pouco de luz no mundo tenebroso da informalidade, evidencia algumas informações deveras preocupantes: 10% da pirataria musical mundial acontece no Brasil; 70% dos computadores comprados no país são ilegais; o mercado de remédios triplicou em apenas quatro meses; 80% do comércio varejista de alimentos pratica sonegação; 60% dos trabalhadores não são registrados etc. Nossa Senhora da Conceição!

Participando de um *Workshop Internacional sobre Política Tributária*, no ano passado, na Escola de Administração Fazendária, em Brasília, presentes representantes das administrações tributárias de vários países do chamado primeiro mundo, assim como dos países tidos como em desenvolvimento, levantei um questionamento sobre a medição da carga tributária, pois não se tinham informações sobre a estimativa da economia informal no cálculo da aludida carga tributária. Não obtive uma resposta convincente sobre o questionamento, todavia, no intervalo, recebi retorno do representante da administração tributária do México, que entendia relevante que fossem efetuados estudos sobre o assunto.

Afinal, caso se levasse em consideração a economia informal (40% do *PIB*), na medição da carga tributária brasileira, que andaria por volta de 35,68% do *PIB*, teríamos uma carga tributária de 25,47%, aproximadamente. Assim sendo, deveríamos voltar as nossas atenções para que a economia atualmente informal passe a pagar tributos, pois com certeza haveria uma redução das chamadas alíquotas nominais e redução consequente da carga tributária.

A gritante informalidade na economia brasileira evidenciada no estudo da *McKinsey* mereceu especial atenção do *Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO* - que em 7 de junho deste ano promoveu o *Seminário Brasil Paralelo x Crescimento Econômico*, resultando algumas sugestões no campo político, econômico, tributário, entre outras: prioridade governamental nas políticas públicas no combate às práticas de sonegação de impostos, contrabando e adulteração de marcas; diminuição gradativa dos impostos sobre o trabalho; simplificação dos procedimentos burocráticos; cobrança na origem, mantida a partilha entre a origem e o destino.

Inegavelmente, são alvissareiras as preocupações do *Instituto ETCO*, composto por megaempresários, que teria solicitado à empresa de consultoria do porte da *McKinsey* uma radiografia do Brasil informal,

pois somente assim, teríamos informações necessárias e suficientes para futuras tomadas de decisões que se impõem em benefício da eficiência da economia brasileira, salutar para a sociedade. Enfim, encontraram a verdadeira vilã. Como resultado, temos informações, veiculadas pela imprensa, que estariam sendo preparadas diversas medidas, inclusive no campo tributário, para redução dessa brutal informalidade.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 29 de julho de 2004

A INTOLERÂNCIA X A CORDIALIDADE

Na semana que passou, tivemos a oportunidade de testemunhar, mais uma vez, que estamos a caminho de uma ruptura das boas convivências neste país, pois a intolerância campeia, face as tentativas de mentes desequilibradas, que tentam impor o pensamento único, não se observando a máxima filosófica que ouvi, em sala de aula, nos idos de 1968, aproximadamente, no Colégio São Luís, no curso noturno de Técnico em Contabilidade e em Administração, do meu saudoso professor Marques, cujo prenome não me vem à mente, no momento, porém sei que é filho de um saudoso amigo do meu pai, Doutor Almir Marques, que morava com a família, em um sobrado em frente onde atualmente funciona a *UROCLÍNICA*, na Avenida Getúlio Vargas: a individualidade anula a igualdade, não existem duas pessoas iguais.

Quase cinquenta anos depois que ouvi essas sábias palavras, ainda observo a ignorância dessa máxima filosófica, pois o pensar diferente tem gerado agressões verbais, como exemplo, a de que foi vítima, nesta semana, um dos ícones da nossa cultura, quer queiram ou não os que pregam o nefasto pensamento único, Chico Buarque de Holanda, que traz no seu sangue, pelo lado paterno, a herança de um dos precursores da Sociologia Brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, seu pai, autor, entre outras obras, do clássico *Raízes do Brasil*, que li, pela primeira vez, aos dezoito anos, na *Biblioteca Pública do Estado*, e mantenho hoje, entre os meus livros de referência. Ao Sérgio Buarque de Holanda foi atribuída a frase de que o brasileiro seria o homem cordial,

interpretada de forma diferente pelos estudiosos da sua obra, porém, o fato sobranceiro é que hoje a cordialidade, em todos os quadrantes da nossa vida, distancia-se do nosso dia a dia.

No império das imagens e das frases soltas e curtas, no Brasil de hoje, deixando-se do lado a reflexão sobre textos – quer de livros, quer de artigos, mais elaborados – **pontificam** as superficialidades, as conclusões apressadas, os verdadeiros libelos acusatórios, sem as devidas, pelo menos, fundamentações fáticas, quanto mais históricas, muitos menos filosóficas ou sociológicas. Em tempos de brutalidade, ressoam no seio da sociedade, as palavras demoníacas de um senador, que com a cara de ódio explícito, após o anúncio do resultado da última votação para Presidente da República, em entrevista, na televisão, referindo-se como o seu partido se comportaria afirmou, para espanto dos que consideram as salutares atividades políticas como harmonizadoras de interesses contrários, saiu-se com esta frase estúpida, indigna de ser pronunciada por um Senador da República: Esperaremos o governo da Presidente Dilma sangrar. Quem sangra, senador, não é o governo, quem está sangrando, estimulado por ações dessa natureza, é o povo brasileiro, que volta a sofrer uma grande crise, como já sofreu em alguns momento da nossa história – **crise** política, como social, educacional e econômica – mercê das ações dos que colocam os seus interesses particulares, acima dos interesses do Brasil.

Conversa no velório de um grande amigo, com um político amigo, da boa cepa, juntamente com a sua esposa e Naysa Bessa, sobre a gravidade do momento atual, saindo da nossa conversa, um consenso, de que a hora é do diálogo. Lembrei a ele, e tive a sua anuência, que para tanto não seriam necessários esforços desnaturados, pois o significado da palavra parlamento é a negativa do não diálogo. Lembrei-me, na oportunidade, embora não tenha tido a oportunidade de falar aos meus interlocutores, dado o momento e a rapidez da nossa conversa, que Lisâneas Maciel, um político, também, da boa cepa, quando casado pelas suas palavras, quando imperava o regime militar, afirmou, mais ou menos o seguinte, ao se despedir do Parlamento brasileiro: *Somos todos Deputados e Senadores, porém não somos parlamentares.*

As palavras, diz o ditado popular, os ventos levam. Porém, não minha mente, algumas ficam. O individualismo anula a dualidade, não nos permitindo sermos iguais, como acima afirmei, é uma delas. A outra, também, pertinente ao momento: É que somos todos Deputados e Senadores, porém não somos Parlamentares. Os brasileiros necessitam conviver diante das suas divinas diferenças, entendo-as como bênçãos do nosso criador e não castigo, pois somos indivíduos, porém vivemos

em sociedade, impondo-se a harmonia. Os parlamentares devem lutar por suas posições ideológicas e políticas, para que via debates e não agressões físicas, venham a propiciar a entente, no nosso português, o entendimento, vale afirmar, a harmonia. Vamos, no final desta semana, iniciar um novo ano, que seja ele de paz, harmonia, prosperidade e felicidade para a humanidade, especialmente para o povo brasileiro, que espero que volte a ser cordial.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Em 28 de dezembro de 2015

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Em 29 de dezembro de 2015

Por Manoel Rubim

A METAFÍSICA DA CONTABILIDADE COMERCIAL

Lá se foi o nosso amigo Nascimento Moraes Filho, deixando-nos órfãos do seu *aguerrimento*, no belo sentido da palavra, um *Lutador*, como gostava de se autointitular o seu pai, José Nascimento Moraes. Não irei, nestas páginas, falar, pois já falei em outras, do Nascimento poeta, professor, polemista, contador de histórias e das suas boas gargalhadas; do Nascimento ambientalista, que provocou o deslocamento, para este Estado, em seu famoso navio, dos integrantes do *Greenpeace* para homenageá-lo; não vou falar do Nascimento, como a primeira *ONG* do mundo, nas palavras de Lago Burnett; não irei falar do Nascimento gargalhando ao ouvir-me dizer, em uma tarde de domingo em sua casa, que o preconceito contra os negros era tamanho, que nem os corcéis negros tinham vez nos desfiles, neste país; não vou falar da memorável tarde, quando do lançamento do livro *os Negros do Maranhão*, do nosso amigo Manoel dos Santos Neto, em pleno teatro João do Vale na praia grande, quando eu e Naysa Bessa fomos buscar, em suas respectivas casas, Lopes Bogéa e Nascimento Moraes Filho, para levá-los ao citado lançamento, e ouvimos boas e gostosas estórias de ambos.

Falarei, em sua homenagem, dos excelentes resultados dos seus esforços de pesquisa para o Brasil e para o Mundo, que implicaram na republicação do primeiro livro escrito neste país, sobre Contabilidade, *A Metafísica da Contabilidade Comercial*, em 1837, por um Maranhense

se, Estevão Rafael de Carvalho.

A importância de tal livro para o estudo da evolução dos negócios neste país, assim como dos sistemas de controles, ainda não foi totalmente explorada, em que pese os inúmeros trabalhos técnicos e científicos como, a título de exemplo, o do Doutor em Contabilidade pela FEA-USP, Álvaro Ricardino, intitulado de *A Metafísica da Contabilidade Comercial e a História das Aulas de Comércio*, apresentado no 1º Seminário USP de Contabilidade em 2001. Dentro dessa mesma linha científica investigativa, encontramos em *História da Contabilidade no Maranhão – uma viagem do período colonial à época de prosperidade* editado em 2007, de autoria do Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFMA, Fernando Jorge Ericeira, Mestre em Contabilidade pela FEA-USP, livro esse que tive a honra de fazer a sua apresentação, e cujo prefácio foi efetuado pelo já citado Prof. Dr. Álvaro Augusto Ricardino Filho.

A propósito, ele e muitos outros, hoje, brilhantes Professores e Profissionais da Contabilidade, que atuam neste Estado e alhures, ao final dos anos oitenta, estavam presentes quando o saudoso Nascimento de Moraes Filho - acompanhado de Antônio Vieira e Lopes Bogéa, todos convidados por mim, então Presidente do CRC-MA, na presença, entre outros, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, respectivamente, saudoso amigo Ivan Carlos Gatti e José Maria Mendes Martins - fez uma palestra, no II Fórum Nacional de Contabilidade no Maranhão, no Auditório do Senac, sobre a obra *Metafísica de Contabilidade Comercial*, que havia sido lançada, em 1987, pelo esforço de pesquisa realizada por Nascimento Moraes Filho.

Deixarei de falar, tendo em vista que já foi abordado em outro artigo, sobre a divulgação que fiz para pesquisadores, professores e estudiosos, no Brasil e em vários outros países, da citada obra, via exemplares, que me eram entregues, gratuitamente, por Nascimento Moraes Filho, antes das minhas viagens para participar de Congressos, Seminários etc. Todavia, é importante que se fale sobre o autor da obra, Estevão Rafael de Carvalho, que nasceu em Viana, em 1808, foi Catedrático de Comércio do Liceu Maranhense, Poeta, Jornalista, Orador e Político, Inspetor do Tesouro Público Provincial e Deputado na Assembleia Provincial, tendo feito o Curso de Ciências Naturais na Universidade de Coimbra, Bacharel em Matemática, e ao final se recusado a receber o grau de bacharel, tendo afirmado, ao ser chamado para tanto, que estudava para saber e não para receber graus. Por essas e por outras, é que tracei um paralelo entre Nascimento Moraes Filho e Estevão Rafael de Carvalho, quando fui honrado por Nascimento, para *mandar o*

meu recado na última edição, 1992, do Livro *Clamor da Hora Presente*, edição internacional, pois vertido para o Inglês, francês e Alemão.

As primeiras *Aulas do Comércio* no Maranhão tiveram início em 1811, quando havia uma política da Coroa Portuguesa de ocupação do Norte do Brasil, especialmente deste Estado, que abrangeria terras do Ceará ao Amazonas, estando a sua economia em destaque, face à cultura do algodão e do arroz, que despertava a cobiça de outros países. Relewa destacar que as chamadas *Aulas de Comércio*, inspiravam-se nas *Aulas de Comércio* de Portugal, que se configuraram como a primeira *Escola de Gestão na Europa*, e formava com a Junta do Comércio e o Erário Real, uma espécie de sustentáculo do Governo do Marquês de Pombal. *As Aulas de Comércio* do Maranhão foram suspensas por Dom João VI, em fevereiro de 1820, por presumível incompetência do seu Lente, Francisco Justino da Cunha, que teria sido atestada por sindicância instaurada pelo então Governador, Capitão Bernardo da Silveira Pinto.

As referidas aulas somente foram restabelecidas pelo Imperador Dom Pedro Segundo, via o Decreto de 02 de Agosto de 1831, sendo que em 24 de Julho de 1832, via concurso, Estevão Rafael de Carvalho conquista a Cadeira da Aula de Comércio de São Luís do Maranhão, publicando, em 1837, o livro *A Metafísica da Contabilidade Comercial*, em prol dos seus alunos, constando do seu início uma **ADVERTÊNCIA AOS ESTUDANTES**, preconizando, entre outras considerações, que a Contabilidade era uma Ciência. Valeu, Nascimento Morais Filho!

Publicado no Jornal Pequeno, na coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 30 de novembro de 2009

A NOVA CONTABILIDADE SOCIAL

Sempre somos levados a pensar que a Contabilidade é uma ciência fria, sem foco social, pois lidaria com números. Não são poucas as vezes que nos defrontamos com afirmações do tipo: isso é um problema meramente contábil, como se fosse um problema menor, sem maiores impactos na sociedade.

A abordagem da doutrina contábil prevalecente e, até mesmo, os pro-

dutores e usuários das informações contábeis não deixam de ter uma relevante parcela de culpa pela situação antes descrita, pois, no mais das vezes, o grande foco social das Ciências Contábeis é muito pouco explorado. Para se ter uma ideia do que estou falando, basta que se afirme que uma das punições mais temidas nos *EUA*, atualmente, depois dos escândalos corporativos, como *Enron*, está cominadas na lei conhecida como *Sarbanes-Oxley Act 2002*, que trata das fraudes contábeis.

Caso fizéssemos uma enquete, um levantamento, sobre o que a população entende como Contabilidade Social, provavelmente, os iniciados em assuntos econômicos responderiam que a Contabilidade Social diz respeito a um ramo da economia, uma disciplina da bela grade de disciplinas do Curso de Economia, que trata dos chamados agregados macroeconômicos, do tipo *PIB e Renda Nacional*, que estudei na *UFMA*, como Contabilidade Nacional.

Poucas pessoas evidenciarão uma alternativa a essa concepção, informando tratar-se de uma nova e possível disciplina da grade curricular dos Cursos de Ciências Contábeis que teria o condão de evidenciar o que de prático se faz em termos de *Responsabilidade Social Corporativa*, nas empresas, entidades, e órgãos públicos.

Pelos idos de 1984, o Contador João Prudêncio Tinoco Júnior, ao obter o grau de Mestre em Contabilidade pela USP, ousou preparar uma Dissertação de Mestrado intitulada *Balanço Social - Uma Abordagem Socioeconômica da Contabilidade*, um assunto então incipiente, ou mesmo, desconhecido nas lides acadêmicas e empresárias deste país.

Assim nasceu, neste país, a preocupação acadêmica com um empolgante tema conhecido como Balanço Social, que seria a exteriorização das políticas públicas realizadas pelas empresas, entidades sem fins lucrativos, órgãos públicos etc.

O Conselho Federal de Contabilidade editou, em 2005, duas normas que ajudaram a dar fôlego a uma nova disciplina que deverá ser objeto de estudo, qual seja a Contabilidade Social, com foco na microeconomia e uma possível interface com a macroeconomia. Refiro-me às *Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica* (NBC T) 3.7 e 15, que dizem respeito, respectivamente, à *Demonstração do Valor Adicionado (DVA)* e às *Informações de Natureza Social e Ambiental*.

Em que pese não ser obrigatória, ainda, a elaboração e divulgação da *DVA*, pois não foi aprovado, até o momento, o projeto de lei que trata da reforma do capítulo da Lei 6 404/76 que dispõe sobre a Escrituração e Demonstrações Contábeis, há algum tempo tramitando no Congresso Nacional, muitas empresas brasileiras comprometidas com políticas contábeis que primam pela transparência total, ou *Full*

Disclosure - como gostam de afirmar os doutrinadores contábeis que cultuam a língua inglesa - já estão elaborando e publicando as *DVA*, fornecendo informações primorosas sobre as suas gerações e distribuições de riquezas.

Tratando-se das *Informações de Natureza Social e Ambiental*, malgrado não constar do conteúdo da *NBCT15* qualquer referência à Balanço Social, poderemos afirmar que a citada Norma Brasileira de Contabilidade dispõe sobre o seu arcabouço, não deixando de considerar a antes referida *DVA*, como um dos seus, digamos, instrumentos componentes, pois se sabe que a *DVA* integra o que na doutrina se convencionou rotular de Balanço Social.

Merece destaque, neste particular, que o Conselho Federal de Contabilidade ao editar tais normas, conseguiu uma proeza que muitos não conseguiram. Enquanto Vice-Presidente para Assuntos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília, pelos idos de 1997, recebi a incumbência de manifestar-me sobre dois projetos que tratavam de Balanço Social, ou, se preferirem, da evidência da Responsabilidade Social Corporativa. Um era originário da *Comissão de Valores Mobiliários (CVM)* e outro do Congresso Nacional, de autoria das então Deputadas Sandra Starling, Maria da Conceição Tavares e Marta Suplicy. Ambos os projetos não vingaram, foram arquivados, não por demérito deles, mas pelo excesso de calor e pouca luz, gerados pelos debates que ensejaram.

Por consequência do exposto, dispomos de dois instrumentos técnicos que permitirão aos profissionais da Contabilidade informações acerca de como deverão ser evidenciadas as Políticas Públicas, isto é, as ações de responsabilidade sociais corporativas efetuadas pelas empresas, entidades e órgãos públicos.

Por outro lado, os estudiosos de Contabilidade terão condições de aprofundar os conhecimentos sobre Contabilidade Social, com um novo foco. Ganham as entidades públicas, pois terão mais informações que possam ensejar o planejamento evitando-se os desperdícios dos recursos, aplicando-os nas áreas mais necessitadas. Ganhará a sociedade brasileira, tão carente de Políticas Públicas em seu benefício.

Publicado no Jornal Pequeno
Por Manoel Rubim da Silva
Em 17 de julho de 2006

Republicado no site:
<http://aartedacontabilidade.blogspot.com/2010/10/nova-contabilidade-social.html>

A PROPOSTA DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA, AS INJUSTIÇAS E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA, ASPECTOS IMPORTANTES PARA ANÁLISES NO PRESENTE MOMENTO

É isso aí, Governador Flávio Dino, quem é comprometido, como sempre foi, com a causa pública, como Vossa Excelência, sabe muito bem, e não tergiversa, que essa maldita e perversa Proposta de Reforma Previdenciária não atende aos interesses dos brasileiros.

Atende, sim, aos interesses da insaciável Banca Financeira, que quer sempre mais lucros para os seus acionistas controladores e os seus acionistas minoritários, que já abocanham bilhões de dividendos isentos, e juros sobre o capital próprio, com tributação mais baixa do que a remuneração dos assalariados.

Para que se tenha ideia dessa excrescência, os assalariados pagam imposto de renda, com alíquota de 7,5%, a partir de uma renda líquida acima de R\$ 1.903,39, menos de dois salários mínimos brutos, chegando até à alíquota máxima de 27,5%, para salários superiores a R\$ 4.664,68 – quatro salários mínimos e meio.

Enquanto isso, como já acima enfatizado, os acionistas, majoritários ou não, recebem bilhões de dividendos isentos, graças ao governo neoliberal de FHC.

Ademais, os juros do capital próprio, pagos aos acionistas controladores ou não, dos grandes grupos empresariais, especialmente os financeiros, são tributados, exclusivamente na fonte, com a alíquota de 15% (logo não sofrem a tributação como os assalariados, com alíquota de 27%), outra benesse ao grande capital do neoliberal FHC.

Logo, perguntem aos estudiosos de tributação internacional da renda, se existe essa benesse em outros países, e em quais.

Para que se tenha ideia do poder de fogo do grande capital junto aos parlamentares deste país, a alíquota da tributação do capital próprio foi aumentada de 15% para 18%, conforme MP 694/2015, entretanto, o Ato Declaratório do Congresso Nacional 5/16, tornou sem efeito esse aumento, retornando a tributação com a alíquota de 15%, exclusivamente, na fonte, outro benefício para o capital.

Ademais, os fundos de investimentos, que administram as fortunas dos mais aquinhoados, a exceção dos imobiliários, são isentos da

tributação sobre os juros do capital próprio auferidos das empresas nas quais investem.

Moral, da história, em termos tributários, com uma amostra, acima resumida, afora outras e outras injustiças tributárias: pau nos assalariados, benesses para o grande capital, especialmente os financeiros.

Quando chegamos nos inícios dos anos, assim como nos meados, as Instituições Financeiras anunciam lucros bilionários, e os assalariados estão pagando contas e preocupados com a Declaração de Ajuste anual do IRPF, afora outras incidências tributárias.

Por outro lado, as indústrias estão perdendo mercado, quer por ineficiências operacionais e / ou gerenciais, quer por falta de políticas públicas incentivadoras do seu incremento, tomando-se, como exemplo, dois pilares da economia real mundial, Ford e GM, que agonizam no Brasil.

Imaginem as pequenas e médias indústrias, como não estão.

Bom, o que tem a ver Instituições Financeiras, com a Reforma da Previdência: tudo.

Pelo lado da despesa pública, mais recursos ficarão disponíveis, a médio e longo prazos, para pagamento de juros da dívida pública, quicá do principal, embora alguns possam vir a comentar que com a Reforma da Previdência sobriariam recursos para redução dos juros e do principal da dívida pública.

Não acredito nessa miríade.

Ademais, e isso é o que importa, principalmente, as Instituições Financeiras são controladoras das maiores Empresas de Previdência Privada, basta consultar o ranking das maiores empresas de previdência privada no Brasil.

A propósito, conforme o site do *Valor Econômico*, as cinco maiores empresas de previdência privada, por volume de aplicação, são: *Bradesco Vida e Previdência – Itaú Vida – BrasilPrev – Zurich Santander Brasil – Caixa Vida e Previdência e HSBC – Vida*. <https://www.valor.com.br/.../2014/ranking50maioresprevidencia...>

Logo, quanto pior for a previdência pública, mais a procura aumentará para a previdência privada, incrementando, por conseguinte, os lucros das Instituições Financeiras e os seus acionistas controladores ou minoritários.

Lembrem-se, mais ou menos seis Instituições Financeiras controlam o Mercado Financeiro deste país.

Continuando, as justificativas para a Proposta de Reforma Previdenciária, neste país, tratam de tudo, especialmente do que viria de

pior, na concepção deles, caso a maldita proposta não seja aprovada.

Esqueceram de que temos, neste país, enorme potencial de crescimento econômico, dependendo, apenas, da condução da economia real, e não somente financeira, como tem acontecido, com a *financeirização da economia*, no Brasil e em alguns países do Mundo, que caíram no conto do vigário do neoliberalismo.

Em outras palavras, caso esse crescimento se concretize, até mesmo os propalados déficits da previdência – já desmentidos por várias entidades e especialistas – e das várias instâncias governamentais, União, Estados e Municípios, tendem a desaparecer, em médio espaço de tempo, pelo aumento da arrecadação, e uma melhor distribuição da carga tributária, hoje, erroneamente, concentrada nos assalariados.

Como Contador, há quase cinquenta anos, e como Auditor, há 37 anos, e Professor de Ciências Contábeis, na UFMA, há 33 anos, posso afirmar que as atividades de Previdência Privada podem desempenhar um papel importante na alavancagem da economia brasileira.

Todavia, para tanto, não será preciso que venhamos a cometer injustiças, como as embutidas nessa maldita proposta de Reforma Previdenciária.

Por consequência, com as palavras e ações as lideranças políticas comprometidas com o interesse público, no Congresso Nacional, no Executivo e na Sociedade Cidadã, razões pelas quais saúdo as intenções e palavras do Governador Flávio Dino.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 20 de fevereiro de 2019

A SONEGAÇÃO E A EDUCAÇÃO FISCAL PARA A CIDADANIA

Recentemente, os autores do livro, de grande circulação no mundo, intitulado *Freakonomics; A Rogue Economist Explores the Hidden Side of Everything*, em tradução livre: *Economia do Absurdo: um Economista Desocupado Explora o Lado Oculto de Todas as Coisas*, Stephen J. Dubner e Steven D. Levitt escreveram um artigo intitulado *Preenchendo a lacuna fiscal*, em que evidenciam a diferença entre os impostos devidos e os impostos realmente pagos nos Estados

Unidos da América, que montariam em 345 bilhões de dólares, correspondentes a um quinto dos impostos pagos nos EUA. Ou seja, não se espantem: a sonegação nos EUA estaria em torno de 25% do todo arrecadado, bem próximo dos estimados 40% do PIB aqui na terra do Macunaíma.

Há tempos, lendo um livro de *Macroeconomia* de autoria de Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer, deparei-me com um número que me chamou atenção: a informalidade na economia nos EUA beirava, então, à casa dos 30%, somente dez pontos percentuais inferiores à informalidade brasileira, atual, estimada em 40%.

Tais evidências nos deixam muito mais perplexos, se atentarmos para alguns dados de uma pesquisa independente realizada à pedido do *Internal Revenue Service, IRS*, a Receita Federal dos EUA, senão vejamos, como evidenciam as respostas: 96% concordaram que é um dever cívico de todos os americanos pagar o valor justo dos impostos e 93% afirmaram que os sonegadores devem ser responsabilizados.

Perguntados sobre os motivos pelos quais declaravam e pagavam impostos corretamente, 62% dos pesquisados responderam que temiam uma auditoria, enquanto 68% afirmaram que tais motivos decorreriam do fato de que as suas rendas eram declaradas por terceiros, ensejando cruzamentos de informações pelo

. Tais resultados estão em conformidade com dados levantados pelo próprio *IRS*, que apontam o seguinte: a sonegação no item salário, honorários e gratificações seria de apenas 1% da renda real, enquanto na categoria de renda de proprietário ou sócio de empresas e trabalhadores autônomos a sonegação atingiria 57% da renda, sendo responsável por um prejuízo ao Erário dos EUA da ordem de 68 bilhões de dólares.

Com certeza, fazendo-se uma abstração em relação às cifras, a realidade, neste país, não seria muito diferente. Os cruzamentos de informações e a inteligência fiscal, como medidas de curto e médio prazos, aliadas a outras providências, poderão inibir, vale enfatizar, reduzir, as ações de sonegação, ou de outra forma, as práticas condenáveis do *não social*, em que se configura o ato de sonegar. Todavia, não vejo outra maneira, a médio e longo prazo, de atenuarmos tal situação que não seja pela conscientização social cidadã, no sentido pleno da palavra, via Educação Fiscal para a Cidadania.

Para que fique claro de que estou tratando, transcrevo, em seguida, respectivamente, os conceitos *lato e stricto sensu* do quem vem a ser Educação Fiscal, conforme preconiza a apostila do *Curso de Educação Fiscal para a Cidadania*, preparada pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, órgão responsável pelo plane-

jamento do *Programa Nacional de Educação Fiscal: Deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos com o controle da sociedade sobre o gasto público, uma vez que a participação social só ocorre no ambiente democrático; Deve ser compreendida como a abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador.*

Tive oportunidade de ministrar palestras sobre *Educação Fiscal para a Cidadania*, abordando os *Fins do Estado*, as origens e finalidades dos tributos ao longo do tempo, a fiscalização do gasto público, a importância do processo eleitoral e outros assuntos correlatos, tanto para estudantes do ensino fundamental, quanto para aqueles do nível médio e superior, em escolas públicas e privadas.

Observei o interesse que o assunto despertou nos mesmos, o que nos leva a entender, como pertinente, às discussões para inserção no currículo das escolas de disciplina com tal conteúdo. Finalizando, com a devida permissão, externo a minha satisfação em constatar que Emanuele Rubim, minha filha, estudante do *Curso de Direito da UFMA*, escolheu a *Educação Fiscal para a Cidadania*, como tema do seu trabalho de iniciação científica que apresentou na *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC*, realizada, em julho próximo passado, na cidade de Florianópolis-SC.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 14 de agosto de 2006

A VINGANÇA NEOLIBERAL E A APATIA DA SOCIEDADE

Nos meados da semana passada, acredito que quarta-feira, li uma matéria no site do UOL, que dizia respeito à entrevista concedida pelo sociólogo italiano Domenico de Masi, autor de

diversos livros, e professor da *Universidade de Roma I Università degli Studi di Roma La Sapienza* – cuja origem remonta a 1803. Na entrevista publicada pelo UOL, Domenico considera que o intelectual brasileiro tem mentalidade de 3º Mundo, e que os brasileiros têm complexo de vira-latas.

Quanto ao complexo de vira-lata dos brasileiros, nada de novo sob o sol, pois Nelson Rodrigues já afirmara, em alusão, em princípio, à nossa não esquecida derrota para o Uruguai na Copa do Mundo de 1950, em que pese sermos cinco vezes Campeões Mundiais de Futebol, 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002, títulos somente ostentados pelo Brasil.

Logo, tinha razão Nelson Rodrigues quando afirmava, com a sua tradicional voz rouca, que: por complexo de vira-lata’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo.

O último livro que li de Domenico de Mais, *O Futuro Chegou*, há uns dois, acredito, deixou-me por demais otimista em relação ao Brasil, pois, na parte dedicada ao nosso país, que ele gosta muito, após fazer uma profunda reflexão histórica, fundamentada em leituras de livros de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Darcy Ribeiro e outros notáveis das ciências sociais brasileiras, fez, entre outros comentários, o seguinte: *O Brasil democrático de hoje demonstra que o seu futuro chegou, e não só pelo fato de ter um alto percentual de população jovem, mas também porque é uma das poucas democracias do planeta cujo PIB cresce há trinta anos, cujas distâncias sociais diminuem, a qualidade de vida melhora e a alternância no poder é assegurada por eleições democráticas regulares.*

É o único grande país que não trava guerras com nenhum outro nem quer dominar nenhuma nação. É a única economia na qual, por oito anos, um presidente sociólogo incrementou a riqueza nacional e por outros oito anos um presidente sindicalista tratou de redistribuí-la.

Realmente, acredito que o povo brasileiro peca pela desinformação. Quando viajo, observo pessoas, principalmente estrangeiros, aproveitando as suas horas de folga, lendo.

Inobstante preferir outros indicadores econômicos, estamos a desconhecer que no último ano do governo *FHC*, 2002, o nosso *PIB* era de 1 trilhão e 491 bilhões de reais; ao final do governo *LULA*, atingimos 3 trilhões 887 bilhões, conforme informações constantes do site http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_do_PIB_do_Brasil.

Por outro lado, ocupávamos, no final do governo *FHC*, conforme a mesma fonte de informações, a 13ª posição na economia mundial; no final do governo *LULA*, em 2010, estávamos na 7ª, ou seja, subimos

6 posições em oito anos, um comportamento extraordinário, em termos nominais, diante de três anos 2008, 2009 e 2010 da mais pesada crise da economia mundial, legada pelos neoliberais que governavam, irresponsavelmente, o Mundo, sob a batuta dos *EUA*, com o Bush na presidência.

Em 2014, ainda segundo a mesma fonte de informações acima evidenciada, o nosso *PIB* atingiu 5 trilhões e 521 bilhões, ficando na sétima posição na economia mundial, embora tenhamos atingido, em 2011, primeiro ano do governo Dilma, a sexta posição na economia mundial, com um *PIB* de 4 trilhões e 375 bilhões de reais.

Já afirmei, e volto a afirmar, em que pese não ter lido considerações no mesmo sentido, dos chamados consultores econômicos, que quase sempre, estão a serviço dos interesses dos megagrupos empresariais: o grande erro econômico da Presidente Dilma, foi adotar, no início do seu governo, políticas econômicas ortodoxas na economia, dando azo aos conservadores, cortando despesas, quando *LULA* vinha enfrentando a *Crise Mundial*, iniciada em 2008, incentivando o consumo, especialmente das camadas mais necessitadas, pois, no dizer da microeconomia, tem mais proporção marginal a consumir; por outro lado, seu grande erro político, quando tinha índices de popularidade excelentes, foi interromper a varredura da sujeira política, fruto de acordos e desacordos da maldita base de sustentação política, em que pese, naquele momento, os que estão indo para a rua hoje terem ficado em suas confortáveis casas e apartamentos de milhões de reais.

Não conformado, então, com as medidas econômicas e incentivando a demissão de gestores corruptos, escrevi e publiquei, neste espaço, pelo menos dois artigos, naqueles momentos: *Cuidado com os Conselhos Presidenta Dilma*, publicado no *JP* em 09 de janeiro de 2012 e *Da Vassoura à Faxina*, em 29 de agosto de 2011.

O Brasil é um grande país, olhado com bons olhos pelo mundo, em que pese o nosso atávico pensamento negativo. A nossa pujança econômica, como afirma Domenico, pode ser medida, entre outros indicadores, pela nossa taxa de desemprego, pois é a metade dos *EUA* e um terço da Itália. Haveremos, sim, de investir nas Forças da Convergência e esquecer as *Forças das Divergências*, para utilizar duas expressões significativas de Thomas Piketty, o festejado autor do best seller *O CAPITAL no século XXI*.

Em que pese a supremacia da economia sobre a política, reinante dos últimos dois séculos no mundo, segundo Alain Touraine, necessitamos, no Brasil, de novos paradigmas para enfrentarmos os desafios de hoje. Somente assim poderemos vencer o pessimismo disseminado

propositadamente pelas grandes redes de comunicação mancomunadas com interesses antissociais.

Afinal, Smith, Marshall e A. C Pigou, há séculos, já identificavam as ações comportamentais no desempenho da economia. Tais constatações reforçam a tese de Domenico de Mais: a Presidente Dilma é vítima de uma vingança neoliberal. Acrescento: pela ascensão social de milhões de brasileiros nos últimos doze anos, situação inaceitável para os neoliberais.

Afirmo, por fim, que, em que pese reconhecer que a Presidente Dilma cometeu erros na condução econômica e política deste país, reconheço, também, que, quando acertou, a sociedade não lhe deu o devido e necessário apoio político.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 04 de maio de 2015

ABRAÇANDO O BRASIL CARINHOSAMENTE

O presente artigo poderia ter alternativamente, entre outros, os títulos, que seguem: *Brasil: Da Democracia Representativa para a Democracia Participativa*, *Brasil: A Anestesia do Futebol Perdeu seu Efeito e Surge um Novo Brasil*. Porém, resolvi escolher o título que encima o presente artigo, *Abraçando o Brasil*, inspirado no bonito gesto dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, tendo à frente o Ministro Patriota, que abraçaram o Palácio dos Arcos, no dia seguinte à sua depredação pelos vândalos e criminosos que deturpam o mais simbólico movimento popular deste lindo país, movimento popular esse que simboliza o exercício da cidadania, tão pouco praticada, sendo essa falta de cidadania apontada em vários artigos da nossa autoria, como responsável pelo atraso político, social e econômico do povo brasileiro.

A democracia representativa exercida pelo legislativo municipal, estadual e federal, faliu, ou, no mínimo, está sendo seriamente questionada, entre outros por decorrência dos seguintes motivos: vícios do processo eleitoral, tendo em vista o financiamento das campanhas políticas, que se caracterizam pela compra de votos, especialmente nos

rincões; inércia de muitos vereadores, deputados e senadores, que não conseguem apresentar, discutir e votar matérias no interesse do povo; a supremacia dos interesses particulares sobre os interesses públicos, com indicações de parentes e aderentes para o exercício dos cargos públicos, além da defesa intransigente dos interesses dos grupos econômicos, dos quais são proprietários, ou mesmo que lhes financiam as campanhas; abandono dos programas dos partidos políticos, algozes dos seus integrantes que tentam cumpri-los (Quantos políticos não foram expulsos dos partidos, exatamente por terem defendido tais programas?); subserviência dos parlamentares às determinações do executivo, como se não integrassem um poder que detém constitucionalmente as prerrogativas de legislar e fiscalizar.

Todos esses fatores levaram ao descrédito dos políticos, perante a sociedade brasileira, conforme destaquei em vários artigos, neste espaço, como: *Reforma Política ou da Política*, em 09/02/2009, *Da Pobreza Política à Cidadania Plena*, em 27/08/2010 e *Política Brasileira: Um Sonoro não aos Grilhões do Atraso*, de 19/03/2012, todos disponíveis no <http://www.jornalpequeno.com.br>.

Por outro lado, tínhamos o povo brasileiro como anestesiado pelo futebol, que de certa forma tirava as nossas atenções, a cada quatro anos, das mazelas que nos circundam, anestesia essa simbolizada pelo patriotismo das bandeiras, ruas e residências ornamentadas pelo verde amarelo. Por ironia do destino histórico, estamos em plena Copa das Confederações, no ano anterior à Copa do Mundo, neste país do futebol, com tardes e noites ornamentadas pelo verde e amarelo, que dão um belo colorido às manifestações desse significativo momento que testemunhamos.

Relevante enfatizar que esse povo então anestesiado pelo futebol questiona a prioridade dos recursos destinados para a reconstrução e construção de estádios de futebol, em detrimento da educação, saúde, segurança pública, saneamento etc.

Observem que a reforma do Estádio Mané Garrincha estava orçada inicialmente em 745,3 milhões reais, atualmente os gastos previstos estão na ordem de 1.582 bilhões de reais, conforme notícia publicada no site <http://www.estadao.com.br/noticias/esporte>, que teria sido extraída do Diário Oficial do Distrito Federal. Um escândalo!

Logo, se configura sintomático que os jovens estejam participando, inclusive na Ilha do Amor, de belas passeatas, obviamente isolando-se os baderneiros, em dias e horas em que a Seleção Brasileira disputou os dois últimos jogos.

A Presidenta Dilma iniciou o seu mandato *varrendo para fora a sujeira*. Lamentavelmente, por imposição dos acordos políticos, *a mesma sujeira começou a ser varrida para dentro do governo*. Tais imagens ficam registradas no inconsciente coletivo, aflorando em momentos que estamos presenciando.

Porém, inegavelmente, o Brasil não será mais o mesmo, após o movimento popular que está nas ruas, protestando de forma pacífica, com a intromissão indevida (e talvez consentida e estimulada, por poderosos e caducos interesses contrários à democracia participativa) de baderneiros, verdadeiros criminosos, que a exemplo de alguns do andar de cima, dilapidam os patrimônios públicos e privados.

Esses jovens que reeditam os movimentos estudantis dos anos sessenta, interrompidos pelo Golpe Militar de 1964, têm, a favor da viabilização da democracia participativa, a dinâmica das redes sociais e a ausência de ideologias sectárias.

Um novo Brasil está nascendo. Lamentavelmente, não temos mais reservas morais, ao estilo de Sobral Pinto, Oscar Niemeyer, Carlos Prestes, Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Teotônio Vilela, Tancredo Neves e outros, que pudessem servir de conduto para os anseios desse belo movimento popular, que estamos vivenciando.

Para fazer um novo Brasil, impõe-se o surgimento de novas lideranças políticas sintonizadas com os interesses públicos, sem esquecer que avançamos muito, nos últimos onze anos, em termos de inclusão social. Felizmente, as eleições estão próximas, logo, de forma carinhosa, resta-nos abraçar o Brasil.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 14 de junho de 2014

AH! O PIB CAIU!

Mundico do Canindé, de forma irônica, exclama, entre gargalhadas, diante de amigos: Ainda bem que a notícia sobre queda ou perda que recebi via minha namorada Aninha foi referente ao *PIB*! Iniciamos a semana passada com ruidosas notícias, destacando-se a estupefação pro-

vocada pelo anúncio da queda do *PIB* brasileiro do terceiro trimestre do ano corrente, em relação ao trimestre anterior, em 1,2%.

Por entender que talvez estejamos superdimensionando o fato de ter havido essa redução do Produto Interno Bruto do Brasil, momento em que são promissores o porvir da economia brasileira, face à sua própria dinâmica e um certo aquecimento da economia mundial, oportuno torna-se que se evidencie um conceito de *PIB*, conforme a doutrina econômica: *A medida de PIB de um país ou região representa a produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governos etc.), num dado período (ano ou trimestre, em geral) a preços de mercado.*

Percebe-se, pois, que não se trata de uma tarefa fácil, especialmente no Brasil, mesmo para os capacitados técnicos do IBGE, estimar o valor da Produção Interna Bruta, mesmo que não fosse estupenda a economia informal no Brasil, que beiraria 40%, segundo o Instituto Etcó. Porém, não estamos tecendo estas considerações para falar das dificuldades de medição do PIB, muito menos da economia informal. Estamos sim com o propósito de destacar que existe um certo exagero no temor disseminado pelos analistas econômicos e políticos, diante da mencionada notícia.

Assim sendo gostaríamos de, em princípio, amenizar essa preocupação com a queda do *PIB*, que franziu, ainda mais, as testas de alguns analistas, agentes, políticos, empresários e políticos. Há muito li, em algum artigo sobre economia cujo nome do autor não lembro, que o *PIB* se tratava de uma medida econômica até certo ponto pouco transparente. Dizia o comentarista que o *PIB* mede produção de drogas, bebidas e outras produções e serviços pouco dignos a par de medir também produtos e serviços saudáveis para a sociedade.

O falecido senador Robert Kennedy afirmara, em relação ao *PNB*, medida mais ou menos similar ao *PIB* - que este espaço não permite abordar as diferenças - o seguinte: *O Produto Nacional Bruto inclui a poluição do ar, os anúncios de cigarro e as ambulâncias que tiram cadáveres das rodovias. Ele inclui travas especiais para nossas portas e celas para as pessoas que as arrombam. O PNB inclui a destruição das florestas de coníferas e a morte do Lago Superior. Ele cresce com a produção de napalm e mísseis e ogivas nucleares (...) Ele não leva em conta a saúde de nossas famílias, a qualidade de sua educação ou a alegria de seus recreios. Ele é indiferente à decência de nossas fábricas e à segurança de nossas ruas. Não inclui a beleza de nossa poesia ou a força de nossos matrimônios, nem a inteligência do nosso*

debate público ou a integridade de nossos funcionários públicos. (...) Ele mede tudo, em suma, exceto aquilo que faz a vida valer a pena.

Por outro lado, o próprio inventor do *PIB*, Simon Kuznetes, que levou o Prêmio Nobel em 1971, alertou, em 1934, que *o bem-estar de uma nação dificilmente pode ser inferido de uma medida da renda nacional. Trinta anos depois, o próprio, preocupado com o que considerava como abuso à utilização do seu agregado macroeconômico, assim manifestou-se: Devemos ter em mente as distinções entre quantidade e qualidade do crescimento, entre custos e retornos, e entre curto e longo prazo. Metas de mais crescimento devem especificar mais crescimento do que é para que. Clifford Cobb, Ted Halstead e Jonathana Rowe, analistas políticos, em uma crítica mordaz ao PIB, o compararam a uma calculadora que soma, mas não consegue subtrair.*

É verdade que o *PIB* foi criado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, nos anos 30, tendo sido utilizado, pela primeira vez, com o fito de mensurar a recuperação econômica americana e monitorar a sua capacidade de produção durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo os estudiosos, o seu maior problema é que, em sendo um agregado macroeconômico, ele não nos permite segregar, digamos, o joio do trigo.

Na atual conjuntura, temos várias análises que estão sendo efetuadas e divulgadas, de forma às vezes precipitada, no sentido de focar as causas da queda do *PIB*. Aqueles que são críticos da atual política econômica afirmam que tal *solução do PIB* decorre da política monetária de juros altos ou da política cambial de apreciação do real em relação ao dólar, que desestimularia o setor exportador.

De outra feita, temos aqueles que apontam a chamada crise política como causadora de uma certa contenção dos investidores, diante das incertezas políticas. Não se poderá deixar de considerar as análises que estão sendo veiculadas sobre uma certa retração no setor da construção civil, de grande peso na economia brasileira, e muito dependente de decisões governamentais, assim como a acentuada redução da atividade agropecuária, segundo o *IBGE*, em 3,4% no terceiro trimestre.

Pelo exposto, deveremos manter a calma diante da notícia de que o *PIB* caiu, pois, como diria o conselheiro Acácio: *Nem tudo são PIB!* Ao passo que Sherlock Holmes, com as suas *antenas* sempre ligadas e com as lupas nos olhos, responderia: elementar, meu caro Watson.

ALVISSARAS: COTAS RACIAIS NOS PRÓXIMOS VESTIBULARES DA USP

Nunca necessitei de cotas raciais, na minha vida, para ascender socialmente, mesmo tendo passado em diversos concursos públicos, quase todos, de âmbito nacional e nos primeiros lugares, não se constituindo tal evidência falta de modesta, e sim como reforço dos meus argumentos expendidos neste texto.

Porém, como já afirmei em texto anterior, Publicado na *Esfera Pública*, no *Facebook*, para contornar as segregações que nos fazem transformar de *Águias em Galinhas* (lembrando do título e conteúdo do belíssimo livro do Frei Leonardo Boff, fundamentado em uma estória africana) tive que contornar os bloqueios mentais, frutos das segregações raciais que me atingiram ao longo da infância e adolescência, não na minha família, porém, fora dela, sendo muitos fatos ainda constantes da minha mente.

Lamentavelmente, essa verdadeira limpeza *mental* que fiz, muitas outras vítimas das segregações raciais e sociais não conseguiram e não conseguirão fazer, por diversas razões, que o espaço não me permite tecer comentários. A título de exemplo dessas demarcações sociais que nos tentam impingir, já aluno do *Curso de Ciências Contábeis da UFMA*, mais ou menos em 1978 (após ter sido aprovado em vestibular de meados de 1976, e muito bem aprovado, em 1974, no concurso público federal para a Inspeção Seccional de Finanças do Ministério da Fazenda), submeti-me à prova para seleção de monitores para a disciplina Contabilidade Geral I e II do referido curso.

Aprovado, logo, logo, fui para a sala de aula, substituir uma professora que estava viajando a serviço da *UFMA*. Para a minha surpresa, fui informado, por um colega, que outro colega havia assistido a minha primeira aula, escondido e agachado sob uma janela do corredor do prédio da *UFMA*, intitulado de Pombal. Razão da prosaica proeza: não acreditava que eu tivesse condições de dar aula.

Depois da conclusão do nosso Curso de Ciências Contábeis, a vida nos proporcionou um novo encontro, quando da participação em concurso público. Passei em todas as provas, e o dito cujo ficou dependendo dos recursos em todos os blocos de prova que nos submetemos. Porém, nunca tratei com ele esses fatos pitorescos, apenas estou externando-os, como exemplo dos inumeráveis bloqueios psíquico-sociais a

que somos submetidos, e que temos de ultrapassar, para buscarmos, via estudos e esforços, as nossas realizações.

Ainda, ontem, terça-feira, li no Facebook, a atribuição a alunos cotistas como responsáveis por bagunças que teriam acontecido recentemente na UNICAMP, sem prova alguma da autoria, e sim por decorrência das suposições, baseadas em colocações, sem a reprodução literal, tais como: *essas bagunças na UNICAMP somente podem ter sido geradas por alunos cotistas.*

Por outro lado, já li textos preconceituosos escritos por professores universitários atribuindo a queda na qualidade de ensino à presença, em salas de aula, de estudantes originários das cotas raciais. Ambas as afirmações, obviamente, são eivadas de preconceitos sociais e raciais, que estão nos corações e mentes de muitos, mercê de anos e anos de segregação racial e social neste país.

Já escrevi, em jornais locais, diversos artigos nos quais defendo as cotas raciais e sociais como políticas públicas reparadoras e não dádivas, tendo presentes séculos e séculos de discriminação e preconceitos patentes e latentes, de uma sociedade que fecha os olhos para a realidade, pitando-a de verde esperançosa, que não a transformará em inclusiva, permanecendo *deitada eternamente em berço esplêndido*, caso não sejam adotadas políticas públicas corajosas como aconteceu, a título de exemplo, nos EUA, fato que ensejou o surgimento de negros talentosos em todas as áreas da cultura americana, desde os esportes, passando pelo cinema, televisão, música, ciência e até na política, como a esplendorosa eleição de Obama, que deixou um legado enorme, atualmente destruído pelo inclassificável Trump, sintomaticamente, tão defendido por aqueles que negam, no Brasil, a abjeta segregação social e racial.

Destarte, folgo em tomar conhecimento da notícia publicada pela *Folha de São Paulo*, abaixo transcrita, assim iniciada: *O Conselho Universitário da USP (Universidade de São Paulo) aprovou em reunião nesta terça-feira (4) a instituição de cotas sociais e raciais a partir do vestibular de 2018. O sistema será implantado de forma escalonada ao longo de quatro anos.*

Afinal, a USP é considerada como a mais bem posicionada *Universidade Brasileira*, no ranking mundial das melhores Universidades. Com certeza, essa histórica decisão não implicará em redução das suas qualidades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Muito pelo contrário.

Publicado na Esfera Pública, no Facebook
Por Manoel Rubim
Em 05 de julho de 2017

AQUECIMENTO GLOBAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Nas minhas caminhadas matinais, quando faço o percurso pela Beira-Mar, observo, sempre, o desfile de várias garças, mormente quando a maré se encontra em baixa. Entre elas, noto sempre duas, em situação de contraste. Uma limpa e elegante, está sempre a olhar para o mar, empolgada com o deslumbrante horizonte que a natureza nos propicia, como se exclamasse: *Que bela natureza!* A outra enlameada, em uma posição que denota tristeza e desânimo, contemplando a nossa cidade, como se estivesse a dizer: *deixem de poluir, deixem de jogar o lixo no mar, deixem de destinar ao mar os seus dejetos, via seus imundos esgotos!*

A Assembleia Geral da ONU deliberou reconhecer o ano de 2008 como o Ano Internacional do Planeta Terra, com o propósito de chamar a atenção para a imperiosa necessidade de preservarmos os recursos que a natureza nos legou.

Busca sempre o desenvolvimento sustentável incompatível com o *Aquecimento Global* caracterizado pelo aumento da temperatura do globo terrestre, com crescimento estimado entre 1,5°C a 5,9°C, até 2.100, face ao efeito-estufa decorrente da emissão de poluentes, cujos gases – derivados da queima de combustíveis fósseis (gasolina, diesel etc.) na atmosfera, assim como pelo desmatamento e queimadas – têm criado na atmosfera uma capa protetora que impede o escape para o exterior do calor absorvido da irradiação solar.

Por consequência do aumento da temperatura global *colhemos ciclones*, tufões, crescimento dos desertos pela seca, fortes furações, derretimento das calotas polares e o conseqüente avanço dos oceanos sobre cidades litorâneas, além do desequilíbrio dos ecossistemas pela morte de vários animais e vegetais, epidemias, falta de chuva e outros fenômenos e mazelas decorrentes.

Destaco do *Relatório do Desenvolvimento Humano, RDH, 2007/2008 do Programa das Nações Unidas* para o Desenvolvimento, *Combatendo a Mudança Climática: Solidariedade Humana num Mundo Desenvolvido* o que se segue: *Os países pobres são os que menos causam o aquecimento global, todavia serão os que sofrerão as maiores conseqüências por tal fenômeno climático; 13% da população do planeta vivem nos países mais desenvolvidos economicamente, que respondem por mais da metade da emissão dos gases causadores do efeito*

estufa; 23 milhões de habitantes do Texas são responsáveis por mais emissão de gás carbônico em quantidade superior aos 690 milhões de habitantes da África Subsaariana; em média, um residente nos EUA responde pela emissão de 20,6 toneladas de gás carbônico por ano, um chinês por 3,8 toneladas e um etíope por 0,1 tonelada; os EUA e a União Europeia são responsáveis por 35% do total de gás carbônico liberado anualmente em todo o planeta; se todos os habitantes do planeta terra emitissem, em média, a mesma quantidade de gás carbônico que emite um habitante dos EUA, seriam necessários nove planetas terra para absorção, em condições de segurança, do total de gás carbônico emitido.

Porém, diante de tais estatísticas, lamentavelmente os *EUA*, via Bush, se negaram a ratificar o *Tratado de Kyoto*, que visa controlar as emissões de gases causadores do efeito-estufa, pois, no seu entendimento, haveria prejuízos para a economia americana.

Em 15/12/2007, terminou mais um evento promovido pela *ONU*, para tratar da Mudança Climática, que ficou conhecida como *Conferência de Bali*, na Indonésia, tendo durado 13 dias, e da qual participaram representantes de 190 países.

Ficou estabelecido um *Mapa de Caminho*, para as negociações nos dois anos seguintes. Todavia, o sentimento que temos é de que não se avançou muito na discussão de tão importante tema, além de não ter tido o destaque merecido na mídia.

O Brasil tem muito a contribuir e ganhar com as medidas que venham ao encontro do desenvolvimento sustentável, tais como pesquisa e utilização de energias (eólica, solar, nuclear etc.) e combustíveis alternativos, como o álcool, redução das queimadas, preservação e plantação de árvores e exploração do mercado de carbono, a título de exemplos.

Por outro lado, os povos do mundo deverão se conscientizar das consequências do Aquecimento Global, pois poderemos estar sendo empurrados para a tragédia humana do século XXI, como afirmou Kevin Watkins, principal autor do *RDH 2007/2008 do PNUD*, ou para o *Apocalipse (Consumista) Now*, conforme texto de Manoel Neto e Flávio Shirahige do *Le Monde Diplomatique*.

Sem dúvidas, então, nossos filhos, netos e bisnetos poderão enfrentar o fantasma da catástrofe ecológica. Os sinais já foram anunciados. Ainda há tempo e recursos para evitarmos mais tragédias decorrentes das agressões à natureza.

Por Manoel Rubim
Em 14 de fevereiro de 2008

Republicado do blog Gerotempo 1547:
<http://gerotempo.blogspot.com/2008/02/o-aquecimento-global-causas-e.html?showComment=1207516380000>
14 de fevereiro de 2008

AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBREVIVEM E TÊM UM BELÍSSIMO FUTURO

Desde o final dos anos 1960, quando ainda aluno do Curso Técnico em Contabilidade, à noite, no já não existente Colégio São Luís, ouço e leio informações pertinentes ao fim da profissão contábil, pois a automação do processamento das informações se encarregaria das tarefas exercidas pelos Contadores.

Por outro lado, lembro-me ter ouvido – ainda na sala de aula do Colégio São Luís, estimo, nos idos anos 1969 – um vaticínio de um professor de contabilidade comercial, posteriormente grande amigo e incentivador, já falecido, sobre o meu futuro na profissão contábil: *Rubim, com essa letra desgraçada que tu tens, jamais serás um contador.*

Afinal, naqueles tempos, ainda havia resquícios de contadores, tidos como *guarda-livros*, tendo em vista que os livros contábeis eram, por assim dizer, *bordados*, pois os guarda-livros caprichavam nas escritas, utilizando as antigas canetas tinteiras nas escriturações dos livros Diário, Caixa, Razão e Borrador – nos quais eram registradas as informações das Aziendas, ditas nas salas de aula, como um termo italiano não traduzido para o português, porém entendido como patrimônio.

Quicá, desse *verdadeiro bordado* tenha surgido a famosa polêmica que durou centenas de anos, sobre se a contabilidade era uma ciência, ou mesmo técnica.

Passaram-se os tempos, dos anos 1960, para cá, mais ou menos 50 a 60 anos, porém a contabilidade não teve o seu final, cantado em versos e prosas, por pessoas que gostam de anunciar novidades, mesmo despidas de fundamentos fatuais ou mesmo científicos.

Por outro lado, embora não possa afirmar que tenha sido contador militante, pois minha experiência, em Escritório de Contabilidade,

foi muito fugaz – no início dos anos 1970, por apenas uns três meses, é sobranceiro que vivi, vivo e pretendo continuar a viver, profissionalmente, do conhecimento que obtive nas ciências contábeis, por decorrência, em princípio, da minha formação como Técnico em Contabilidade, até início dos anos 1980, quando conclui o Curso de Ciências Contábeis na UFMA.

Quanto à sobrevivência das ciências contábeis, e, por decorrência, do propalado, em vários momentos, fim da profissão contábil, posso afirmar que as duas vão muito bem, aliançadas pelas demandas de mercado e necessidades sociais imperiosas, que exigem e até mesmo clamam por informações seguras e bem estruturadas sobre as organizações empresariais, públicas ou mesmo do terceiro setor.

Essa vigorosa sobrevivência ocorre inobstante as notícias de mau agouro, constantemente espalhadas pelos doutos das catástrofes futuras, que não se contentam com as evidências soberanas da milenar ciência.

As Ciências Contábeis, muita gente não sabe, sobrevivem com vigor, pois, há muito, não se bastou, ao contrário de muitas outras áreas do conhecimento.

Afinal, os cientistas da área das Ciências Contábeis buscaram alianças estratégicas com diversificadas áreas, entre outras, a Tecnologia da Informação, Direito, Economia, Administração, Métodos Quantitativos, Sociologia e Filosofia, para desenvolverem a doutrina contábil.

Como diria um dos sábios da humanidade, dos tempos modernos, o Cientista Social Edgar Morin vivemos no reino da *Teoria da Complexidade*, em outras palavras, no *Reino da Interdisciplinaridade*.

A propósito da sobrevivência das Ciências Contábeis e da Profissão Contábil, no final dos anos 90, encontrava-me participando, como palestrante, em um evento de contabilidade, na cidade de Londrina-Paraná, oportunidade na qual se encontravam presentes, também, alguns nomes expressivos da Contabilidade brasileira, como exemplo, Sérgio de Iudicibus e Ernesto Rubens Gelbcke.

Quando do jantar, comemorativo ao encerramento do citado evento, sentado bem perto dos dois, ouvi a observação do Doutor Iudicibus, que transcrevo, sem, provavelmente, a fidedignidade da reprodução literal, pelo passar do tempo, consistente em que: caso o Frei italiano Luca Pacioli, (Sansepolcro, 1445 — Sansepolcro, 19 de junho de 1517) ressuscitasse, tomaria um susto enorme, ao se deparar com o estágio em que se encontrava a contabilidade nos idos anos 90.

A propósito, o Frei Pacioli, além de ter sido professor e conse-

lheiro do genial Leonardo da Vinci, ainda foi, digamos, o sistematizador da contabilidade, via o revolucionário método das partidas dobradas.

Logo, ao se defrontar com os exponenciais avanços da Contabilidade, que chamo de *Velha Senhora*— avanços esses substancialmente aprofundados, no Brasil, nos últimos 11 anos – com certeza, não reconheceria a sua sistematização, em que pese a contabilidade já existir centenas de anos antes da criação do Método das Partidas Dobradas, pois data de tempos imemoriais.

Por oportuno, destaco que os Contadores, diante das dinâmicas dos tempos - que não somente atingem à profissão contábil, porém a todas as profissões – terão que se reinventar.

Afinal, nos horizontes que o futuro nos aponta, os Contadores deixarão de ser e já estão deixando de ser – em organizações, sejam privadas ou mesmo públicas, ou ainda, sem fins lucrativos, na condição de colaboradores, gestores, sócios, proprietários, nas diversas áreas profissionais – meros registradores dos fatos, para efeitos de prestação de contas, elaboração de relatórios financeiros etc., serão e já estão sendo preparadores, analistas, interpretes e gestores de informações complexas e intrincadas que acontecem nas organizações.

A propósito de tais informações complexas e intrincadas, sempre observo, para os alunos das disciplinas que ministro, no Curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Maranhão, *UFMA* – Contabilidade Avançada I, Avançada II e Tributária – que em uma organização, seja pública, privada com fins lucrativos ou não, acontecem milhares de fatos administrativos, na essência da palavra, contábeis ou não, que poderão ser objeto de análises e/ou registros, para fins de embasamento para a tomada de decisões.

Para finalizar, coerente com o meu pensar sobre a sobrevivência, com pujança, da contabilidade e de diversas áreas da Profissão Contábil, destaco algumas demandas do mercado de trabalho, sem a menor pretensão de esgotar o campo de trabalho, pois impossível, no que respeita ao perfil dos profissionais da contabilidade, a partir dos anúncios de grandes empresas recrutadoras de pessoal para grandes organizações no Brasil: Capacidade para consolidar informações financeiras; preparar o planejamento financeiro; habilidade de comunicação para gerir equipes; orientar e viabilizar estudos de novos negócios da organização; ter bons conhecimentos de toda a rotina de custos, contabilidade, impostos e financeira; preparar e acompanhar orçamentos; preparar, controlar e analisar fluxos de caixa; projetar demonstrações contábeis, diante de vários cenários, planejar e executar auditorias internas e externas; desenvolver ferramentas para avaliar indicadores;

preparar rotinas administrativas de controle nos vários departamentos da empresa; capacidade de inovação para melhoria e otimização dos processos.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 19 de março de 2019

AS CONSEQUÊNCIAS DO FIM DA CPMF E O BRASIL EM 2008

Sem a pretensão de exercer a Futurologia, pois não tenho *bola de cristal*, vou comentar algumas consequências que se desenham, face ao fim da CPMF.

Em princípio, lamento que a festejada extinção da CPMF, além de causar as notórias dificuldades orçamentárias que vão implicar em cortes nos investimentos públicos, aumentos de tributos, tais como *IOF* e Contribuição Social sobre o Lucro das Instituições Financeiras, suspenso uma salutar e imprescindível política de desoneração (redução) tributária seletiva que vinha sendo posta em prática de forma pioneira pelo Governo Federal.

Efetivamente, nunca considerei a *CPMF* como um imposto tecnicamente bom e justo. Todavia, a destinação social dos recursos arrecadados com a *CPMF*, face à gritante carência de grande contingente de brasileiros, e a possibilidade que ensejava para inibir a sonegação e a lavagem de dinheiro neste país, amainava, em mim, os seus aspectos negativos.

A propósito, tomei conhecimento da distribuição gratuita do leite para crianças alérgicas cujos pais não poderiam adquirir, face ao preço; gripado, entrei em uma farmácia para comprar vitamina C e deparei-me com um anúncio de remédios para diabetes e hipertensão com abatimento de 90%.

Todos sabem das consultas, exames laboratoriais e cirurgias simples e complexas, como transplantes, custeadas pelo *SUS*, afora os remédios que os transplantados devem tomar pelo resto da vida; os mais pobres estão cientes da importância do Bolsa Família; tudo isso e muito mais custeado pela *CPMF* e outros recursos do orçamento da

seguridade social. Logo, como não acontecerá redução de preços de produtos, pela extinção da *CPMF* (pois irão engordar os lucros), com certeza não será a classe mais pobre, que não pagava *CPMF*, que irá ser beneficiada pela extinção da *CPMF*.

Felizmente, o Governo Federal anuncia que não haverá redução dos recursos para: a Saúde, Bolsa Família e para o aumento do Salário Mínimo. Ótimo!

Quanto à suspensão da Desoneração Tributária Seletiva, face ao fim da *CPMF*, fico ensimesmado com a falta de abordagem do assunto pelos *especialistas*.

Veja-se que está sendo efetuada mais uma correção da *Tabela do IRPF* no atual governo, sendo de 4,5%, em 2008, para uma inflação prevista de 4%. Por outro lado, produtos da cesta básica, assim como remédios para doenças crônicas, materiais de construção, os livros, a importação de determinados equipamentos para projetos voltados à exportação de produtos e computadores gozaram de redução de tributos, não se devendo esquecer da implantação do Supersimples e da unificação da Receita Federal com a Previdenciária, resultando na RFB. De outro modo, estava anunciada uma nova política industrial, respaldada por incentivos fiscais, além da tão sonhada desoneração da folha de pagamentos, porém, por decorrência da extinção da *CPMF*, ficarão em *stand-by*.

Terminei o artigo da semana passada evidenciando algumas informações auspiciosas sobre a economia brasileira destacadas nos jornais e revistas de circulação nacional, mesmo com a propalada alta carga tributária.

Não creio que venhamos a ter substanciais mudanças de percursos na economia deste país, salvo impactos relevantes no cenário econômico mundial. Precavendo-se contra as incertezas dos agentes econômicos diante da perda de quase 40 bilhões de reais, face à extinção da *CPMF*, o Governo Federal agiu rápido, no momento certo, via aumento de tributos e corte de despesas.

O aumento da Contribuição Social s/ o Lucro do setor financeiro é por demais justo já que tem enormes lucros para suportá-lo. Até quando concluía este artigo, em 04/10, não ouvi nem li que o aumento do *IOF* nas operações de crédito tem o condão, também, de desestimular a subida de preços, pelo excesso de consumo interno, via crédito; que a possível redução dos juros pelo BC, durante o ano de 2008, ensejaria, de forma paulatina, a recuperação do crédito pelas pessoas físicas e jurídicas e proporcionaria uma redução das despesas públicas, no que respeita aos juros pagos sobre a dívida pública.

Felizmente, para desespero daqueles que torcem pelo pior, o crescimento da economia, de no mínimo 4,5%, e o combate à sonegação e à informalidade levarão mais alguns bilhões aos cofres públicos federais, em 2008. Quanto aos cortes de despesas, vamos aguardar os seus detalhamentos. Contudo, defendemos, ao invés de simples cortes, a melhoria e maior controle dos gastos, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 07 de janeiro de 2008

AS CONTAS DEVERÃO SER ABERTAS

Em algumas oportunidades, inclusive neste espaço, já demonstrei a minha preocupação com a transparência do setor público. No mais das vezes, essa preocupação é demonstrada quando trato de questões tributárias, pois entendo que a sociedade brasileira se preocupa muito com a carga tributária e muito pouco com a boa aplicação dos recursos públicos originários dos tributos que pagamos.

É claro que necessitamos de uma reforma tributária, que nunca sai das *enormes gavetas ou arquivos do parlamento brasileiro*, pois o Sistema Tributário, que aí está, deve ser bom para alguns muitos poderosos, especialmente da banca financeira, porém precisamos muito da boa aplicação dos recursos públicos, assim como a prestação de contas dos mesmos.

Passsei os primeiros anos da minha vida profissional, de 1972 a 1982, auditando ou controlando as contas públicas federais, estaduais e municipais. Naquela oportunidade, pude constatar a imperiosa necessidade de que deveriam ser tomadas urgentes providências para que os recursos públicos fossem melhor aplicados, não em benefício de gestores e apaniguados, todavia em prol da sociedade, especialmente dos mais necessitados.

Os tempos passaram, já estamos em outro século, e cada vez mais entendo que, neste país, deveremos exigir mais transparência do setor público, que tem uma participação muito maior na partilha da riqueza gerada no Brasil, do que tinha nos últimos trinta anos.

É bem verdade que a Contabilidade Pública é um ramo das Ciências Contábeis, um tanto quanto hermético, para a maioria dos mortais. Esse hermetismo poderá ser medido pela obrigatoriedade do levantamento de três balanços, quais sejam: Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Além de tais balanços, ainda temos uma complexa Demonstração das Variações Patrimoniais.

Não menos verdadeiro é que a Lei 4320/64 – que rege, ainda substancialmente, a Contabilidade Pública neste país – é um instrumento legal dos mais bem elaborados, fato que justifica a sua longevidade, em um país, cujos legisladores e executivos sofrem de *fúria legislativa*, que fez com que, certo livreiro, após tantas e tantas alterações constitucionais, ao ser questionado por um cliente se possuía, para a venda, a última Constituição atualizada, saiu-se com essa pérola: *não vendo periódicos, meu filho*, busque-a, por favor, na banca de revista mais próxima! Deixando o caráter hilário dessa estória, o fato é que poucas pessoas têm condições de ler, analisar e se manifestar sobre os relatórios extraídos da Contabilidade Pública, pelas razões expostas e por muitas outras, que o espaço não me permite comentar.

Contudo, esse hermetismo da Contabilidade Pública não deverá ser empecilho para que venhamos a lutar pela transparência das contas públicas, em todos os níveis. Assim é que louvo a iniciativa da *ONG Contas Abertas* que criou, recentemente, o *Índice de Transparência do Executivo Federal e dos Estados*, com o propósito de estimular os entes federativos, em princípio União e Estados, a evidenciarem a melhor e maior quantidade possível de informações sobre as suas execuções orçamentárias e financeiras, para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. É importante frisar que a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, já trazia, em seu artigo 48 e parágrafo único, disposições que conceituavam os instrumentos da transparência da gestão fiscal.

Recentemente, a Lei Complementar 131 de 2009, rotulada de Lei da Transparência Fiscal, deu nova e melhor redação ao parágrafo único do artigo 101 da Lei de Responsabilidade Fiscal, prescrevendo que: *A transparência será assegurada também mediante: incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; adoção de sistema integrado de administração fi-*

nanceira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Há tempos, no período de 1988 a 1991, quando presidia o Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, entre mais de cem ventos de *Educação Continuada* que promovemos para melhoria do desempenho dos profissionais da Contabilidade deste Estado, inclusive dos estudantes, realizamos cursos e palestras sobre Contabilidade Pública, oportunidade em que conhecemos o lusitano Contador Lino Martins da Silva, que a par de ser Fiscal de Tributos do Estado do Rio de Janeiro e Professor da UERJ, escritor de vários livros sobre o assunto, desempenhava o cargo de Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, órgão que tinha como função não somente a de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, mas também de verificar a eficácia e a eficiência dos gastos públicos, como acontece na iniciativa privada, via a Controladoria, sob o comando de um *Controller*.

Em uma de suas palestras, realizada no Auditório da Associação Comercial deste Estado, constatei que havia um enorme caminho a avançar na Contabilidade Pública, caminho esse que levaria à colheita de bons frutos para a sociedade que paga os tributos.

Lamentavelmente, percorremos pouco esse caminho, porém, pelo visto, via a conscientização cidadã, não tenho dúvidas de que os passos serão apressados.

Os Departamentos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas, como uma atividade de extensão, podem dar uma enorme contribuição a esse processo. Sinto, apenas, não ter observado entre os membros do *Comitê de Transparência criado pela ONG Contas Abertas*, para a elaboração desse ranking, nomes como o do Contador Lino Martins da Silva e outros, que poderiam dar uma enorme contribuição ao *Full Disclosure, Total Transparência, Evidenciação*, princípio tão caro à Ciência da Transparência, o outro nome que dei, há algum tempo, à *Vetusta Senhora, a Contabilidade*.

Publicada na Coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 19/07/2010

Republicado no site da ONG contas abertas:
<http://www.indicedetransparencia.org.br/?p=1192>

AS DESIGUALDADES SOCIAIS E O FOSSO ENTRE AS PALAVRAS E AÇÕES

Recente e profundo estudo, publicado no final do ano passado, 2017, coordenado por *Lucas Chancel, da Paris School of Economics, e Thomas Piketty, autor do best-seller O Capital no Século 21*, demonstra, sobejamente, essa verdadeira aberração reinante, há séculos, que deteriora as relações humanas gerando males incomensuráveis. Refiro-me à desigualdade, notoriamente reinante no Brasil e em diversos outros países.

Alguns números, desse estudo, ajudam-nos a fazer reflexões. Na Rússia e na China – países que, recentemente, libertaram-se das amarras do comunismo e abraçaram os cânones do capitalismo, pelo menos o *Capitalismo de Estado* – a parte da riqueza nacional, possuída pelos 10% dos contribuintes mais ricos, saltou, entre 1980 a 2016, respectivamente, de 21% para 36% e de 27% para 41%.

Por outro lado, no eldorado do capitalismo, os *EUA*, esse índice saltou de 34% para 47%; com os mesmos percentuais ficou o seu vizinho, no caso, o Canadá. Enquanto isso, na Europa, continente no qual prevaleceu, por mais tempo, o *Welfare State, o Estado do Bem-Estar-Social* – abalado pela crise do *subprime* produto do liberalismo então vigente nos EUA e Inglaterra, entre outros países – a participação dos 10% mais ricos, na riqueza nacional, cresceu pouco, de 33% para 37%.

Análise especial, merece a situação do Oriente Médio, África subsaariana e, especialmente, o Brasil, considerado os *Campeões Mundiais da Desigualdade*, em que pese terem permanecido estáveis, em relação ao citado índice, no comparativo com as pesquisas anteriores. No Oriente Médio, os 10% mais ricos detêm 61% da riqueza nacional. Enquanto na Índia e no Brasil, os 10% mais ricos abocanham 55% da riqueza gerada nos referidos países.

Em se tratando de Brasil, é importante destacar que tivemos uma expressiva inclusão social, nos últimos 12 anos, até 2014, reconhecida mundialmente. Porém, pelos números acima destacados, da pesquisa coordenada por Lucas Chancel e Thomas Piketty, tais políticas de inclusão social adotadas neste país, ainda não foram suficientes para reduzir o *guloso apetite* dos 10% mais ricos. Afinal, em que pese o incremento de recursos públicos em políticas de saúde e educação, assim como via o Bolsa Família, temos outros entraves que dificultam maior efetividade em termos de políticas inclusivas.

Entre esses entraves, destaco o nosso regressivo sistema tributário, que penaliza a classe média, e beneficia o ganho de capital, e, na outra ponta, os gastos excessivos com o pagamento dos juros da dívida pública, que canaliza quase 10% da riqueza gerada no Brasil, em outras palavras, do PIB, para os rentistas, donos do capital financeiro, para alegria das Instituições Financeiras, que festejam os altíssimos lucros, gerados pelo enorme spread – diferença abissal, entre os juros pagos pelos devedores e os pagos aos poupadores pelas Instituições Financeiras – mesmo em tempos de redução da taxa Selic, como agora, e antes, no início do governo Dilma.

A propósito, do que afirmei no parágrafo anterior, é oportuno destacar a notícia ontem veiculada pelo jornalismo econômico, consistente em que, mesmo após a redução da *SELIC*, as taxas de juros aumentaram, assim como cresceram os lucros das instituições financeiras em 2017: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/concentracao-e-juros-altos-favorecem-lucros-de-bancos.shtml>

Diante da brutal desigualdade reinante no Mundo e, especialmente, no Brasil, surge uma pergunta, com base no título do livro, editado pela Zahar, em 2015, do renomado sociólogo Zygmunt Bauman: *A RIQUEZA DE POUCOS BENEFICIA TODOS NÓS?* Para norteamento da resposta da pergunta, título do livro do saudoso Bauman, vale reproduzir, *ipsis litteri*, o primeiro parágrafo do último capítulo do referido livro, capítulo esse intitulado *Palavras contra ações: uma reflexão adicional: A difícil situação descrita é a consequência última de termos colocado competição e rivalidade – o modo de ser derivado da crença no enriquecimento ganancioso de poucos como via régia para o bem-estar de todos – no lugar do desejo humano, muito humano, de coabitação assentada em cooperação amigável, mutualidade, compartilhamento, confiança, reconhecimento e respeito recíprocos.*

Efetivamente, a redução da desigualdade, no Brasil, assim como em outros países, que sofrem com essa chaga social, dependerá de políticas públicas efetivas, produto do consenso dos cidadãos para as suas implantações. Esse consenso somente seria conseguido, caso tivéssemos a compatibilização entre palavras e ações, como sugerido por Bauman, no texto acima.

Tomando como base a agudização da crise, antes social e não de segurança pública, em determinadas comunidades no Rio de Janeiro, damos ouvidos às palavras do ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Delegado Federal-Aposentado, José Mariano Benincá Beltrame, um dos arquitetos da implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras, UPPs, em comunidades dominadas pelos traficantes e

outros criminosos. Beltrame afirmou, por diversas vezes, para ouvidos moucos, que, para o sucesso das *UPPs*, deveriam ser adotadas políticas sociais abrangentes nas referidas comunidades.

A ausência dessas políticas, frustrantes para os que cansaram de esperar, foi o estopim que faltava para o que estamos assistindo, há mais de um ano, no Rio de Janeiro. Em outras palavras, entre o pensar e o agir, em termos de políticas públicas inclusivas, há um grande vácuo, aumentado por um pensar conservador, de parte da sociedade brasileira, alheada da cidadania plena, que confunde políticas sociais como ações socialistas e até mesmo comunistas.

Logo, caminhos longos e tortuosos nos esperam, pois, endossando o pensar de Bauman, existe um enorme fosso entre ideias e realidades, palavras e ações, notadamente, afirmo eu, no campo das políticas públicas, no Brasil, especialmente, as inclusivas.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 30 de janeiro de 2018

AS REDES SOCIAIS E CHAMADA GRANDE IMPRENSA

Entendo que um dos mais nefastos argumentos é o de colocar nas palavras dos interlocutores o que entendam que estejam pensando, e não, como deveria ser, o que os seus interlocutores realmente afirmaram.

Acredito que, no mínimo, tais comportamentos tergiversantes estão acontecendo a partir de estereótipos, frutos do totalitarismo das ideias, que tentam fazer prevalecer neste país, no qual muitos não leem, logo não sabem interpretar.

Esses comportamentos, que considero nefastos para um diálogo construtivo, estamos a presenciar, com muita constância, nas Redes Sociais.

Destarte, na condição de entusiasta da utilização das Redes Sociais como espaço para o debate das ideias, como as antigas *Ágoras*, e não confronto pessoais, já coloco em dúvidas a sua eficácia para tan-

to, por decorrência da participação de pessoas que não se prepararam para a utilização do espaço cibernético, no sentido de que floressem as ideias em prol da melhoria das condições de vida dos brasileiros, ideias essas que nem sempre são abordadas nos Parlamentos, mercê da prevalência dos interesses dos grandes grupos que financiam as campanhas políticas.

Em 27 de maio de 2013, portanto, há quase três anos, escrevi, nesta coluna, um artigo intitulado *Redes Sociais: Redes de Indignação e de Esperanças*, no qual afirmei, textualmente, o seguinte: *Na origem das práticas políticas deletérias, na visão de Castells, que faz com que a velha democracia feche-se em si mesma, estariam dois fatores principais, quais sejam: pequena oligarquia ligada às finanças que enriquece graças ao Estado e uma classe de políticos profissionais, que somente defende os seus interesses.*

Das palavras de Castells, pode-se extrair o resultado dessas duas fortes condicionantes, entre outras, do atraso político brasileiro: as políticas de concentração da renda, através do abocanhamento dos rendimentos financeiros propiciados pela dívida pública e até mesmo pela dívida privada, incentivada pelo consumismo; a marginalização do setor produtivo, em prol da financeirização da economia e, por fim, as críticas aos gastos estatais voltados para outras classes sociais, via a manutenção dos serviços públicos, aposentadorias e programas redistributivos.

*As influências do setor financeiro na política acontecem em função dos enormes recursos que financiam as campanhas eleitorais, abastecem a mídia tradicional e os poderosíssimos lobbys, tudo isso em desfavor dos mais lídimos interesses sociais. As esperanças de que os verdadeiros interesses sociais possam prevalecer na formatação das políticas públicas, em um autêntico processo de reconstrução da democracia de baixo para cima, passa, na concepção de Castells, no artigo intitulado *Tempos de Semear*, publicado originalmente, no *The Guardian*, e republicado em *Outras Palavras*, pela autonomia do ciberespaço para promover debates e interagir; configurando-se como verdadeiras Redes de Indignação e Esperança, por sinal, título do seu mais recente livro.*

Afinal, como afirma o próprio Castells, o essencial é o poder que está na mente, e a mente se organiza em função de redes de comunicação, redes neurológicas no nosso cérebro, que estão em contato com as redes de comunicação em nosso entorno. Quem controla a comunicação, controla o cérebro e dessa forma controla o poder.

Aproveitando a parte final da transcrição acima, destaco que

Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, *Chatô, o Rei do Brasil*, tinha perfeitamente ciência desse poder, tanto é que teria sido velado, em 1968, *ao lado de duas pinturas: um cardeal de Velázquez e um nu de Renoir; simbolizando, segundo Bardi, as três coisas que mais amou: o poder, a arte e a mulher.*

Não posso afirmar que os sucessores de Chateaubriand – nem precisamos nominar, que dominam a grande mídia nacional – gostam de mulheres e de arte, pois não tenho informações pessoais sobre eles, porém, tenho certeza que gostam de poder e deitam e rolam no Brasil, controlando a opinião pública, pouca instruída, divulgando as notícias que sejam dos seus interesses.

Acredito, piamente, que tenham aprendido as lições de Chateaubriand, face ao teor do depoimento do grande jornalista, o saudoso Joel Silveira, no documentário sobre a sua vida, *GARRAFAS AO MAR: A VÍBORA MANDA LEMBRANÇAS*, dirigido pelo jornalista Geneton Moraes Neto.

Estamos em plena efervescência nas Redes Sociais, porém, ideias para a solução dos nossos problemas são poucas, prevalecendo as contendas partidárias e não as proposições de soluções para que, neste país, venhamos a melhorar as nossas condições socioeconômicas.

A propósito, recentemente, Zygmunt Bauman, renomado sociólogo polonês, aos 90 anos, com uma, ainda, vigorosa produção intelectual, concedeu uma entrevista ao jornal *El Pais*, como o título bastante sugestivo: *As redes sociais são uma armadilha*. Por outro lado, o Filósofo, medievalista, semiólogo, escritor, nascido em *Alexandria*, em 1932, Umberto Eco, recentemente falecido, foi mais contundente, em relação às Redes Sociais, pois, entre as suas 10 frases mais interessantes, destacadas no *Midia News*, consta a seguinte: *As redes sociais dão o direito de falar a uma legião de idiotas que antes só falavam em um bar depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a humanidade. Então, eram rapidamente silenciados, mas, agora, têm o mesmo direito de falar que um prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis.*

Porém, do mesmo modo que teceu comentários depreciativos em relação às Redes Sociais, como acima enfatizado, não deixou por menos, em relação à imprensa, pois, no seu último livro, *número ZERO* – tido na contracapa, como *Um perfeito manual do mau jornalismo que o leitor percorre sem saber se foi inventado ou simplesmente gravado ao vivo* – ele afirma que: *Não são as notícias que fazem o jornal, mas o jornal é que faz as notícias; e saber juntar quatro notícias diferentes significa propor ao leitor uma quinta notícia.*

Os fatos estão a mostrar, à exaustão, desde há muito, que parte da

imprensa, ao invés de informar, desinforma, no mais das vezes de forma tendenciosa. Por outro lado, as Redes Sociais, que poderiam ter um papel preponderante na formação da opinião pública, estão sofrendo dos mesmos males.

Publicado no Jornal Pequeno, na coluna A Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 07 de março de 2016

AS NOVAS ORDENS MUNDIAIS

Talvez nunca tenhamos estado diante de um momento tão propício para as mudanças da *Ordem Mundial*, no campo econômico, social e político, como o que vivenciamos, atualmente, mercê dos problemas que estamos enfrentando que são frutos podres da *Velha Ordem Mundial*.

Não é segredo para ninguém que os momentos de crises são ensejadores, via a criatividade, de soluções, que nem sempre são tentadas quando estamos nas nossas *zonas de conforto*, como estávamos vivendo até há bem pouco tempo, com crescimento econômico mundial expressivo, por decorrência de um certo boom da economia de vários países, entre os quais, Brasil, Rússia, China e Índia, cognominados de *BRINC*s. Afinal, como diz aquele velho provérbio futebolístico: *não se mexe em time que está ganhando*. Todavia, face às crises, acredito que esse é o momento de mudar o time, mudar as práticas, dar novo curso ao mundo, pois o que estamos presenciando, aqui, ali e acolá, nos induz a profundas mudanças.

Noam Chomsky, Professor no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), reconhecido como um dos mais respeitados intelectuais nas áreas de linguística, filosofia, história internacional, questões contemporâneas, assuntos internacionais e política externa norte-americana, um verdadeiro *L'Enfant Terrible do Establishment* dos EUA (não na concepção literal do termo e sim na concepção de *uma pessoa que geralmente tem sucesso e que é fortemente não ortodoxo, inovador ou de vanguarda*, conforme o *Webster's Dictionary*), em seu livro intitulado de *Novas e Velhas Ordens Mundiais, Edição de 1996*, já evidenciava, com tintas indeléveis, a necessidade de mudanças, diante dos fa-

tos que se agudizam, tais como: *Crises e Crises Econômicas, Ameaças do Aquecimento Global com Desastres Ecológicos em todo o Planeta Terra, Desrespeito e Afronta às Decisões dos Organismos Multilaterais, Terrorismo que Desafia as Sociedades e o Poderes Legitimamente Constituídos, Violências Inauditas, Guerras e Guerras, Corrupção etc.*

Acredito, sinceramente, que diante de todas essas mazelas, não existem espaços para que venhamos a ter uma *Nova Ordem Mundial* pior do que a *Velha Ordem Mundial*, cujos efeitos estamos sentindo no presente momento, não se tendo ideia do seu final, ou pelo menos da amenização de tais efeitos, que estão sendo sentidos no mundo todo.

Todavia, existem fatos que me induzem ao entendimento de que pior não poderá ser. Afinal estamos na véspera do fim da era Bush, e do começo do governo Obama, que além do seu natural simbolismo, pode ser considerado como um anseio mundial, um anseio por mudanças do *status quo* na nação mais poderosa do mundo, econômica e militarmente, em que pese já não reinar sozinha, como dantes, face ao surgimento de novos *players*, no cenário mundial.

Por oportuno, destaco, novamente, que não acredito no *Milagroso Santo Obama*, todavia, Obama, com certeza, tem melhores propósitos, histórico e articulação política, interna e externamente, além de um certo descolamento do *Establishment* dos *EUA* para conduzir, de forma bem melhor, os *EUA*, apontando novos caminhos para o mundo, inobstante entender e preconizar, sempre, a prevalência do princípio da autodeterminação dos povos, tão caro à diplomacia brasileira.

O legado do Bush e de todos os seus seguidores políticos, nos *EUA* e no Mundo, é pesadíssimo, não sendo fácil conduzi-lo a bom porto. Creio, até mesmo, que chegamos, praticamente, quase ao *fundo do precipício*, somente havendo espaço para o retorno à luz do sol, que é salutar, sob todos os aspectos, tanto para aniquilar os males, quanto para iluminar as trevas, que turvam os bons caminhos para a humanidade.

Para tanto, a retórica poderá ajudar, todavia, ações, ações e ações se farão necessárias. As oportunidades para que novos rumos sejam vislumbrados e seguidos estão postas. Não será fácil desafiar o imobilismo, a prevalência do conservadorismo, *do deixar como está para ver como é que fica*. Os interesses contrários às mudanças são poderosíssimos, porém elas urgem, apesar do anacronismo das elites políticas e econômicas.

Aqui e em qualquer lugar, energias limpas, veículos menos poluidores, produtos ecologicamente não agressivos ao meio ambiente e às pessoas, assim como tratamento do lixo se impõem; democratização

da saúde, da educação e novas oportunidades de trabalho são necessárias; transparência nos negócios públicos e privados, maior ação estatal, consciência cidadã para entender a necessidade de pagarmos os tributos e cobrarmos ações governamentais em prol da sociedade - não se contentando com a simplória e egoísta crítica somente aos tributos - são essenciais; o fortalecimento das instituições multilaterais, como exemplo a *ONU e OMC*, são oportunas; o incremento das ações de responsabilidade social corporativa, inclusive o reconhecimento público das empresas que põem em prática tais ações, se configura como imperioso; a ciência em prol da humanidade e não da sua destruição, menos ganância, melhor regulação dos mercados e a prevalência dos interesses públicos sobre os privados são prioritários.

Com essas e outras ações, teremos, sim, uma *Nova Ordem Mundial*, um *Novo Modelo de Gestão da Coisa Pública e dos Negócios Privados*. Afinal, como diz a letra de um samba do carnaval que já se aproxima: *Sonhar não custa nada*.

Republicado no site:

<http://www.rafaelcmonteiro.com/2011/01/as-novas-ordens-mundiais.html>

Por Manoel Rubim

Em 21 de janeiro de 2011

AS POLÍTICAS PÚBLICAS RESTRITIVAS, AS CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA TRABALHISTA E A DESSUBLIMAÇÃO DO SER HUMANO

Ofato objeto da matéria jornalística do insuspeito Portal G1 de São Paulo, relatando o falecimento de Thiago de Jesus Dias, vítima de Acidente Vascular Cerebral, com apenas 33 anos, em plena cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles do Mundo, sem a devida assistência médica da empresa para a qual prestava serviços de entrega, assim como do *SAMUR* da Prefeitura Municipal de São Paulo, governada por um integrante do PSDB-Paulista, no poder, no Estado de São Paulo, a perder de vista, revela as duas faces da mesma moeda, e mais uma de sobra, quais sejam: *as Políticas Públicas Restritivas, as Consequências da Nefasta Reforma Trabalhista e a Dessubli-*

mação do Ser Humano.

Vamos à abordagem da primeira. Já estou *careca* de afirmar, como dizia meu saudoso Pai Ovídio Victor da Silva, que a balela do *Estado Mínimo*, cantado e decantado pelos liberais e neoliberais, que pregam o desmonte do Estado, traz consequências desumanas para aqueles que mais precisam da presença dos serviços do Estado, na elaboração e efetivação das políticas públicas em prol, especialmente, entre outros, de saúde, educação, segurança, saneamento básico e a geração de empregos.

Essa crítica que faço ao *Estado Mínimo*, há décadas, não é produto do achismo, que muitos estão a pregar nas Redes Sociais e até mesmo na imprensa, sem um maior aprofundamento doutrinário do conteúdo, que publicam. Basta, para tanto, olhar para os países que melhor se posicionam no *Índice de Desenvolvimento Humano*, *IDH*, no contexto do *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)*, de responsabilidade do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU)*, portanto órgão da *ONU*.

O *IDH* leva em consideração aspectos pertinentes à saúde, educação e renda. Esse olhar, que sugeri, no parágrafo anterior, entre os dez países melhores posicionados no referido *IDH*, publicado anualmente, fará ver que o liberalismo ou neoliberalismo, como norteadores de políticas públicas, somente existe na cabeça daqueles que pregam, de forma tergiversa, as políticas públicas retrógradas, em prol da manutenção do *status quo*. Por outro lado, na academia, encontramos vozes laureadas que estão a denunciar a hipocrisia do neoliberalismo, como os *Prêmios Nobel de Economia*: Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Amartya Sen este idealizador do *IDH*.

As consequências nefastas da Reforma Trabalhista estão muito claras, diante do nosso cenário econômico. As promessas de aumento dos empregos foram em vãs, verdadeiros *contos do vigário*, embuste vendido como panaceia, no governo Temer, da mesma forma que está acontecendo, agora, com a maldita Reforma Trabalhista. Os índices de desemprego somente crescem, como estão a testemunhar as enormes filas de desempregados, que anoitecem e amanhecem, diante de, aqui e ali, raras ofertas de trabalho.

Por outro lado, tenho conversado, por onde ando, como trabalhadores, e tenho observado que a redução do emprego, inclusive em áreas de trabalhos terceirizados, quer no que respeita a tomadores de serviços, na área pública e privada, tem provocado a precariedade das condições de trabalho, fazendo com que a intensidade do trabalho chegue ao nível do insuportável. Ademais, tenho observado uma alta rota-

tividade dos empregados, reduzindo a qualidade dos serviços prestados, sob o manto da redução dos custos e do danem-se os clientes.

Por fim, o terceiro aspecto, que extrapola as faces de uma moeda, diz respeito, ao coroamento do eu, em detrimento do nós, em todos os quadrantes da nossa vida, que permite a alguns lançarem olhares soberbos e ignorar o sofrimento do ser humano que está ao seu lado. Afinal, como já afirmou, sem a preocupação com a reprodução literal do texto, o saudoso e célebre Cientista Social, austríaco de nascimento, porém, *Cidadão do Mundo*, Zygmunt Bauman, a salvação não é mais pela sociedade, e sim, via soluções individuais, para problemas gestados coletivamente.

A matéria chocante do *moboboy*, que morreu de *AVC*, por falta, quiçá, de melhores condições para prevenir a sua saúde, face às exigências do seu trabalho intermitente, provavelmente, não devidamente remunerado; o propalado atraso de atendimento do *SAMUS* pertencente a uma das maiores cidades do Mundo; e a preocupação em avisar os demandadores das entregas que não seriam feitas, em detrimento das providências de socorro do falecido motoboy; apenas refletem as cenas que vêm à tona e outras muitas, que não são evidenciadas, das desumanidades reinantes neste país, uma verdadeira *Dessublimação do Ser Humano*, para lembrar, *Eros e Civilização*, livro do célebre Herbert Marcuse, um dos expoentes da renomada *Escola Frankfurt*.

Afinal, nossa sociedade de produção e consumo desenfreados, não nos enseja aproveitarmos a riqueza e o conhecimento gerados para dar conseqüências às nossas necessidades humanas vitais, pois estamos sob o império, do tenho, consumo e demonstro.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
Por Manoel Rubim
Em 24 de julho de 2019

AS REUNIÕES DO GOVERNADOR FLÁVIO DINO, COM OS EX-PRESIDENTES LULA, FHC E SARNEY LEMBRAM A FORMAÇÃO DA FRENTE AMPLA, NOS IDOS DE 28/08/1966

Crônica dedicada à memória de Renato Bayma Archer da Silva, grande e saudoso amigo do meu pai, inesquecível Ovídio Victor da Silva.

A propósito das reuniões que teriam acontecido entre o Governador do Maranhão, Flavio Dino, e os ex-Presidentes da República Lula, *FHC* e Sarney, vale um passeio na história, embora saibamos que ela não se repete, face à dinâmica dos fatos políticos, sociais, econômicos e jurídicos.

Muitos, na província, em rodas de conversa, esqueceram-se dos demais encontros do Governador Flávio Dino, acima referidos, e focaram, apenas, nas questões paroquiais, quando, provavelmente, as conversas do Governador Flávio Dino trataram de assuntos, que podemos rotular de políticos, com *P* maiúsculo.

Vivíamos, nos anos sessenta, tempos nublados, em pleno Regime Militar, que ceifou as liberdades políticas e democráticas.

Os três ex-Presidentes tinham pretensões, nos anos 1960, de formar uma aliança, em prol do retorno aos cânones da democracia, em que pese pertencerem a partidos, francamente, opostos, pois Juscelino era do PSD, Lacerda da UDN e Jango do *PTB*.

Como um dos articuladores da frente ampla, representando Juscelino, que se encontrava em Lisboa, pontificava o maranhense Renato Archer, ao passo que representava Jango, que se encontrava no Uruguai, Doutel de Andrade.

Oportuno destacar que Renato Archer foi nomeado Secretário Geral da Frente Ampla, posteriormente, face, provavelmente, à penetração que tinha nas várias correntes políticas.

Por pertinente, evidencia-se que a *Frente Ampla*, conforme Manifesto assinado, apenas, por Carlos Lacerda, e publicado na *Tribuna da Imprensa*, tinha quatro propósitos básicos, quais sejam, por incrível que pareça, bem atuais: *a redemocratização do país através de eleições livres e diretas, a reforma partidária e institucional, a retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana.*

A Frente Ampla foi extinta por um ato de força, em 5 de abril de 1968, refiro-me à Portaria nº 177, baixada pelo, então, Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva.

Subsequentemente, advieram as cassações políticas, entre diversas, as de Carlos Lacerda e Renato Archer, em data de 13/12/1968, Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5.

A História não se repete, sabemos. Todavia, temos dois maranhenses ilustres, na atual *Frente Ampla*, o ex-Presidente José Sarney e o atual Governador Flavio Dino. Alvíssaras.

Não há salvo engano, motivos para temermos cassações e ex-

tinções de movimentos políticos. A democracia, mesmo cambaleante, aí está, se fazendo presente.

A sorte está lançada, diante dos graves momentos que vivenciamos, neste país, no campo social, político e econômico.

Um pacto político, em nome dos interesses públicos soberanos, se impõe.

Quiçá, o Governador Flávio Dino, com o seu faro político aguçado, perspicácia e sagacidade, tenha dado os primeiros passos.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 06 de julho de 2019

BEM-VINDO 2010

A credito, sinceramente, que o ano de 2010 será bem melhor, em termos econômicos e sociais, para os brasileiros, do que o ano que se findou, 2009. Tal confiança não decorre de nenhuma visão profética, que não tenho, todavia da análise e das notícias econômicas que estão sendo publicadas por diversos institutos de pesquisas, analistas econômicos etc.

Não se constitui segredo, para ninguém, que o Brasil enfrentou a Crise Financeira e depois Econômica que assolou o mundo, de forma soberba, causando surpresas interna e externamente, para versados e não versados em assuntos econômicos.

Tal surpresa decorre da forma que as crises econômicas anteriores afetaram este país, produzindo verdadeiro caos na economia, então sob a batuta dos cânones do *FMI*, que sempre receitou a mesma receita, independentemente dos sintomas particulares dos seus pacientes, muito pacientes, que se não seguissem à risca os seus mandamentos, eram excluídos dos processos de ajuda financeira, como se fosse, assim, uma espécie de estrangulamento sem dó, nem piedade.

Sabidamente, as receitas econômicas, assim como as médicas, não poderão ser aplicadas da mesma forma a pacientes com *histórias clínicas* diferentes. O *FMI*, fazendo vistas grossas para essa realidade, sempre recomendou ao Brasil, o que os seus asseclas brasileiros continuam a preconizar, em benefício, com certeza, não do Brasil, todavia de determinados segmentos econômicos.

Tais recomendações quase sempre consistiam em: aumento das taxas de juros e redução das despesas públicas. A primeira tinha como objetivo anunciado precípuo desestimular o consumo, especialmente o que depende de crediário. A segunda recomendação visava aumentar o superávit fiscal, entre outros objetivos explicitados para o pagamento dos juros, juros então mais altos do mundo. Ambas as medidas faziam a festa do sistema financeiro, reporto-me aos Bancos, que de, ano a ano, aumentavam os seus lucros, aumento de lucros esses que ainda continua, enquanto os seus pobres depositantes seguem mais pobres, pois as Instituições Financeiras praticam um dos maiores spreads deste planeta: captam os recursos por um x e emprestam esse mesmo recurso por cinco x, os quatro x, da diferença, seriam os spreads.

A propósito, escrevi dois artigos, no Jornal O Imparcial, local, há dez anos, intitulados de *Saudades do Zé Usura e Um Alerta à Nação*, em que manifestava os equívocos dessa nefasta política econômica, para este país.

Já afirmei, em outro escrito neste espaço, que o Brasil adotou recentemente, para enfrentar os efeitos da Crise Econômica, todo o receituário ao inverso do que o *FMI* lhe recomendava. Os gastos públicos foram aumentados, os juros básicos da economia foram reduzidos, o aumento do consumo privado foi incentivado e chegamos ao desplante de reduzir os tributos, para, justamente, estimular o aumento do consumo.

É bem verdade que tivemos antes, não podemos negar, um virtuoso plano cruzado, que nocauteou a nossa eterna inimiga: a inflação de dois dígitos, que chegou, na concepção dos acadêmicos, pela força da inércia, à hiperinflação.

No campo da receita tivemos, antes da crise, um espetacular aumento da receita da União, graças ao trabalho da Receita Federal do Brasil. Esse trabalho decorreu de inteligentes medidas no campo legislativo e institucional, medidas essas que merecem um artigo específico. Não se pode esquecer, todavia, de avanços como a implantação do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual, que estão impactando, positivamente, na arrecadação tributária dos Estados e Municípios.

Por outro lado, a substituição tributária reduziu substancialmente a sonegação em alguns setores da economia. Vejam, ainda, que tivemos a correção anual da tabela do imposto de renda das pessoas físicas, já se sabendo de antemão, há quatro anos, aproximados, qual a tabela progressiva que seria usada no ano seguinte. Por sinal, a partir de 01/01/2010, teremos uma nova atualização.

No que respeita à carga tributária, entendo que possa vir a ser

reduzida, paulatinamente, pois existe a possibilidade do incremento do PIB, em aproximados 5%, fato que pode ensejar redução da carga tributária, que acredito venha a ser seletiva, como já aconteceu em 2009.

Em se tratando das despesas públicas, urge providências no sentido de que tenhamos um melhor controle delas, pois os seus desvios estão a olhos nus. Tais desvios fragilizam a cidadania.

A propósito 2010 será um ano de eleição, logo, bilhões e bilhões de reais serão gastos, necessitando-se, por conseguinte, de acompanhamento não somente dos órgãos públicos, todavia, também, e principalmente, pelos cidadãos.

Teremos, com certeza, gastos vultosos com o *Programa de Aceleração do Crescimento, PAC*, além de outros gastos públicos, como, a título de exemplo, o *Bolsa Família*, que em 2009 beneficiou 12,4 milhões de lares, e, em 2010, estima-se que beneficiará 12,9 milhões de lares. Vamos esperar que esses e outros gastos sejam devidamente aplicados, e que a sociedade brasileira possa se beneficiar dos mesmos, em toda a sua abrangência.

Não podemos esquecer-nos de que os primeiros países colocados no *Índice de Desenvolvimento Humano, IDH*, se beneficiam de um setor público muito bem estruturado e organizado, com serviços amplos e de excelente qualidade, conforme afirma Flávio Comim - *Coordenador do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil*.

As previsões de incremento do *PIB*, o provável aumento da arrecadação federal e dos demais entes federativos, as previsões de aportes de mais investimentos estrangeiros e nacionais neste país, os investimentos públicos, o incremento da Bolsa de Valores e outras previsões otimistas em relação ao Brasil, nos faz esperar que o ano de 2010 venha a ser um ano promissor para o Brasil. Vamos aguardar!

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 04 de janeiro de 2010

BRASIL: UFANIAS, COMPLEXO DE VIRA-LATAS E O LÍDER SALVADOR

Os brasileiros estão sempre a oscilar entre a ufania e o complexo de vira-lata, de que nos falava o jornalista, escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues.

Lembro-me que, nos idos anos da década de 1970, o lema era: Brasil, ame-o ou deixe-o! Acredito que muitos tenham partido, para outros países, não por decorrência da falta de amor ao Brasil, porém por diversas circunstâncias, que fogem ao foco do presente artigo.

Por outro lado, alguns conceberam, por um bom tempo, que o Brasil estaria à beira do abismo. Jocosamente, eu dizia que o Brasil somente não caía no abismo, tendo em vista que era muito maior do que o precipício.

Anos passaram-se, e conseguimos deixar de lado o complexo de vira-latas. Em princípio, acredito, mercê de políticas econômicas de estabilização monetária, intituladas de Plano Real, no governo de Itamar Franco, que tinha à frente do Ministério da Fazenda o futuro, então, Presidente FHC.

Posteriormente, ao longo dos dois governos de LULA, foram adotadas políticas econômicas e sociais inclusivas de grande alcance, que fizeram com que, via distribuição de renda e consumo, saíssemos de um PIB de 1.184 trilhões de reais, no final do governo FHC, em 2001, para 5,52 trilhões de reais, em 2014.

Obviamente – como há 40 anos tomei conhecimento – via uma matéria constante do jornal Opinião, excelente semanário, lamentavelmente extinto – crescimento do PIB não é tudo, pois não informa, necessariamente, o bem-estar-social.

Fazendo uma análise retrospectiva, tenho a lamentar que após o Plano Real, não se tenha elaborado, logo, um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social abrangente, como já comentado, em outros artigos da minha autoria.

Em verdade, os nossos líderes políticos ficaram anestesiados com o sucesso do Plano de Estabilização Econômica, que gerou acréscimo de poder aquisitivo para a população, porém, não se configurava como um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.

Aliás, esses grandes Planos de Desenvolvimento Econômico e Social, os PND, eram costumeiros ao tempo dos governos ditos revolucionários, quando no Ministério do Planejamento pontificava, entre outros, o então Ministro Reis Veloso, que ainda pensa o Brasil, em seminários anuais, que realiza, no Instituto de Altos Estudos, INAE.

Estamos em meados de 2015, dias após a conclusão do primeiro semestre dos quatro anos, concernentes ao segundo mandato do governo da Presidente Dilma, que surfou nas ondas da popularidade ao longo de aproximados três anos do seu primeiro mandato, e agora deve sentir arrepios agourentos quando ouve falar em pesquisas de opinião pública, relacionadas ao seu governo.

Afinal, a imprensa noticia que já estariam em campo emissários do Vice-Presidente Michel Temer, em busca de apoio para a eventualidade de ter que assumir, diante de um pouco provável impedimento da Presidente Dilma.

Sobre os primeiros anos do seu governo, lembro-me de alguns artigos que publiquei, entre outros: Cuidado com os Conselhos Presidente Dilma e da Vassoura à Faxina, que têm tudo a ver, salvo melhor entendimento, com a ascensão e queda do seu apoio popular, medido pelas, nem sempre tão confiáveis, estatísticas.

No primeiro artigo criticava as medidas de redução do animus da economia, que no final do governo LULA crescia acima de 7% ao ano, causando pavor nos defensores da ideia dos limites do PIB Potencial. Como afirmou Delfim Neto, sem a preocupação com a reprodução ipsi literis: botar a economia para baixo é fácil, difícil é fazê-la voltar a crescer.

A Presidente Dilma deu ouvidos aos economistas conservadores, em outras palavras, monetaristas, no início do seu governo, e estamos amargando crescimento perto de zero ou negativo. Hoje, ela sofre críticas dos monetaristas que a inspiraram naqueles momentos.

De outra forma, a limpeza que a Presidente Dilma fez no seu Ministério, deixando na Rua das Amarguras gestores envolvidos em corrupção, temática do artigo da Vassoura à Faxina, não recebeu o devido respaldo popular, nem mesmo daqueles que hoje pregam – nas Ruas e Avenidas dos Protestos e nas Redes Sociais - a moralidade pública.

Deixando um pouco o dia a dia estafante do Planalto, a Presidente Dilma vai aos EUA. Diante de uma pergunta constrangedora adrede preparada da repórter Sandra Coutinho da Globo News, Obama, antecipa-se e responde: Não enxergamos o Brasil como uma potência regional, mas como uma potência global.

Bom, teria havido exagero da parte de Obama, em assim considerar o Brasil? Reproduzo como resposta, as considerações do festejado jornalista Mauro Santayana, em artigo intitulado A Resposta de Obama, publicado no Jornal do Brasil, em 03 de julho, destacando alguns dotes do Brasil e de brasileiros: somos a quinta maior nação do mundo, em tamanho e população, com território maior do que a extensão continental do EUA, sem o Alasca; nosso PIB era, em 2002, de 508 bilhões de dólares, e, em 2014, chegou a 2.346 trilhões de dólares; brasileiros estão dirigindo entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC); comanda as tropas da ONU no Haiti e Líbano; é detentor da mais avançada tecnologia de exploração de petróleo em

alto-mar; segundo maior vendedor de alimentos do planeta, depois dos EUA; terceiro maior exportador de aviões; pertence ao G-20 e aos BRINCS; principal nação da CELAC, UNASUL e do Conselho de Defesa da América do Sul; sétima maior economia do mundo; oitavo país em reservas internacionais; terceiro maior credor individual dos EUA.

Por esses e por outros dotes, o Brasil, sem ufania, é um grande país. Falta-nos cidadania, para que venhamos melhor escolher e acompanhar as ações dos nossos representantes políticos, quer no legislativo, quer no executivo, em todas as esferas federativas, ou seja, nos Municípios, Estados e na União, para que possamos enfrentar inúmeras carências, principalmente, nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento e outras objeto das políticas públicas.

Do contrário, continuaremos a acreditar no Líder Salvador, que agiria, não com um mandato originário da população e sim com o mandamento divino. Todavia, a existência desse Líder Salvador marcou eras passadas, quais sejam a.C e d.C. Em suma, os verdadeiros Líderes Salvadores são os cidadãos, cômicos e praticantes dos seus deveres e direitos, porém o aprendizado demanda tempo e muita educação, a rentora.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 06 de julho de 2015

CENÁRIOS: CUSTO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, A ALTA DO DÓLAR E A DESVALORIZAÇÃO DO REAL

Ao contrário do que tentam argumentar os representantes do Governo Federal, os aumentos abusivos dos derivados do petróleo, no Brasil, já aconteciam desde muito antes da subida do dólar em relação ao real e demais moedas.

Tais aumentos expressivos dos derivados de petróleo, que levaram os caminhoneiros para o atual movimento grevista, é fruto de uma política de preços imposta pelo senhor Pedro Parente, Presidente da Petrobrás, que nem mesmo os engenheiros da Petrobrás e os demais servidores de carreira da estatal entendem.

Quiçá, esses aumentos de preços, nos últimos dois anos, de-

corram da tentativa de atração dos investidores estrangeiros, para que venham participar do fatiamento da Petrobrás, que, em nome do seu saneamento financeiro, já teve parte do seu patrimônio alienado, polemicamente, conforme matéria publicada no site: <https://www.brasil-defato.com.br/2018/05/16/petrobras-acelera-privatizacao-e-ja-soma-rdollar-272-bi-em-ativos-vendidos/>

Para que se tenha ideia desse processo de alienação de ativos da Petrobrás, que, ao meu sentir, tem tudo a ver com o aumento do preço dos derivados do petróleo, no Brasil, importa destacar que Pedro Parente é um neoliberal, que exerceu, no governo FHC, diversos cargos, como Ministro das Minas e Energia (quando do apagão), Ministro Chefe da Casa Civil e Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão.

Ademais, no conturbado governo *Collor*, trabalhou na formulação do Orçamento da União, tendo sido consultor externo do *FMI*, e Presidente da Multinacional Bunge. Atualmente, seria presidente do Conselho Administrativo da holding do *Grupo ABC*, estando, também, no *Conselho da RBS e da BMF&Bovespa*.

Para melhor contextualizar o que destaquei acima, reproduzo parte da nota à imprensa, publicada pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, *AEPET*, em data de 23 de maio corrente:

A AEPET reafirma o que foi expresso no Editorial Política de preços de Temer e Parente é America First! de dezembro de 2017.

A Petrobrás adotou nova política de preços dos combustíveis, desde outubro de 2016, a partir de então foram praticados preços mais altos que viabilizaram a importação por concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. A importação de diesel se multiplicou por 1,8 desde 2015, dos EUA por 3,6. O diesel importado dos EUA que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 superou 80% do total importado pelo Brasil.

Ganharam os produtores norte-americanos, os traders multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores brasileiros, a Petrobrás, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação. Batizamos essa política de América first! Os Estados Unidos primeiro!

Releva destacar que a substancial desvalorização do real, em relação ao dólar, neste ano, fato que acontece, também, em relação a 30, das 31 moedas estrangeiras, no Mundo, é decorrente da política monetária posta em prática pelo EUA.

Diante dos efeitos generalizados da valorização da moeda dos

EUA em relação aos demais países, configura-se oportuno questionar se, em todos os países atingidos pela política monetária posta em prática pelos *EUA*, aconteceram os aumentos dos preços do petróleo, dos seus derivados e outros custos mais?

Embora não se tenha informações precisas para uma cabal resposta, entendo que não, pois muitos estavam devidamente protegidos e não são governados por neoliberais, que acreditam nas mãos invisíveis, mais que visíveis do mercado, como, atualmente, o Brasil e a Argentina.

Destaco, por oportuno, que a política monetária dos *EUA*, adotada por Trump, fez com que o *Federal Reserve Bank, FED, o Banco Central dos EUA* – de triste memória, dos tempos de Alan Greenspan, 1987 a 2006 – aumentasse a taxa de juros anuais, mantendo-a entre 1,5% e 1,70% ao ano.

Acrescento que não foi uma medida sem motivações. Esse aumento da taxa de juros básica da economia americana decorreu da previsão de alta da inflação, constituindo-se em um instrumento da política monetária, visando reduzir a demanda, e arrefecer a inflação, prevista para chegar em 2% ao ano, seu teto estabelecido pelo *FED*.

O pior de tudo, especialmente para países como o Brasil e Argentina – governados por políticos neoliberais, que não protegem as suas economias, pois encantados com o malvado *Tio Sam* – é que estão previstas novas elevações, ainda este ano, das taxas de juros nos *EUA*, para julho, setembro e quiçá em dezembro.

Imaginem o que vai acontecer no Brasil, em termos de impactos econômicos! Afinal, perdemos mercado exportador de mercadorias e serviços, face a forma midiática como foi conduzida a *Lava-Jato*. Marcas, o ativo mais representativo, em tempos de economia do conhecimento, que vivenciamos, foram construídas ao longo de décadas, e destruídas em meses. Os efeitos já estão sendo e continuarão a ser aterradores.

Resultado, os dólares que poderíamos obter com as nossas exportações – para amenizarem a saída dos investidores estrangeiros, atraídos pela alta dos juros nos *EUA* – não entrarão, no Brasil, como estavam entrando nos últimos doze anos. Em outras palavras, será difícil contornarmos esses impactos, com uma espécie de hedge natural.

Entre as diversas consequências da política monetária adotada por Trump, teremos, no Brasil, o estancamento da redução dos juros, posta em prática atualmente, pois o Brasil precisará atrair capitais externos, sedentos por juros. O aumento da taxa de juros poderá ensejar problemas em setores econômicos como os da construção civil, afora impactar a demanda geral, refletindo, negativamente, na recuperação

do *PIB*.

Ademais, as nossas grandes empresas, endividadas em reais e em dólares, terão redução das suas lucratividades, pois as despesas financeiras e as variações monetárias passivas, assim tidas pela Teoria Contábil, irão aumentar, substancialmente.

Logo, logo, as Demonstrações Contábeis semestrais deverão indicar a redução dos resultados, especialmente, para aquelas que não tiverem adotado o hedge cambial.

Destarte, como o lucro contábil será impactado para menos, o lucro apurado, para fins de tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Lucro Real, e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro diminuirão.

No que respeita à diminuição do lucro contábil das empresas, a tendência é que as cotações das suas ações, negociadas em Bolsas de Valores, irão diminuir, como já estão diminuindo.

Por outro lado, em se tratando dos efeitos nas bases de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro, o impacto negativo acontecerá na arrecadação federal, e, também, principalmente pela redução do *IRPJ*, nas transferências constitucionais de recursos para Estados e Municípios.

Porém, as empresas exportadoras poderão obter vantagens, desde que os seus preços não impactem muitos nos custos dos importadores dos seus produtos e serviços. Como sempre, o setor financeiro aumentará os seus lucros.

Em se tratando da conta turismo, previmos que tenderá a pesar em favor do Brasil, pois com dólar mais caro, e real desvalorizado, os brasileiros, nas férias, tenderão a ficar no Brasil, ao lado dos turistas estrangeiros que virão.

São previsões, e não certezas, pois se os cenários econômicos, já se configuravam, anteriormente, como difíceis de serem traçados, imaginem a partir do império da globalização, no qual vivemos, quando inúmeras variáveis estão fora do controle de governos, por mais fortes que sejam, quanto mais por governos fragilizados politicamente, por diversas razões, como temos, atualmente, neste país.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
Por Manoel Rubim
Em 29 de maio de 2018

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS E A ECONOMIA CRIATIVA

São Luís do Maranhão dispõe de um potencial muito grande para o turismo cultural, não devidamente explorado; dúvidas para mim não restam. Por diversas vezes, expressei esse entendimento, em artigos publicados na imprensa local, sendo que alguns constam do nosso livro *Crônicas para Cândida – Paisagens Sociais e Culturais: São Luís Capital Brasileira da Cultura*. Todavia, acredito que tenhamos perdido algumas oportunidades para deslançar essa aliança, entre cultura e turismo.

Afinal, São Luís e a cultura do Maranhão tiveram alguns reconhecimentos, neste país e no Mundo, tais como: Patrimônio Mundial da Humanidade, concedido pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)*, em 6 de dezembro de 1997; *Capital Brasileira da Cultura*, em 2009, sendo a primeira capital de um Estado brasileiro a obter tal reconhecimento; *Capital Americana da Cultura*, em 2012, coincidindo com as comemorações dos 400 anos de fundação de São Luís; registro do *Tambor de Crioula como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil*, em 2007; o *Bumba-Boi como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil*, em 2011, havendo a possibilidade de que venha a ser reconhecido, pela *UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade*, estando o processo em andamento. Além do mais, São Luís é conhecida como a Capital Brasileira do Reggae, face à prevalência desse ritmo nas baladas da nossa Ilha.

Bom, o fato sobranceiro é que todas essas oportunidades não foram devidamente aproveitadas, por falta, acredito, de um planejamento consequente. Aliás, foi noticiado, há alguns anos, que consultores, com experiências internacionais, teriam sido contratados para elaborar um planejamento que inserisse a nossa cidade nos roteiros turísticos nacionais e internacionais. Com a palavra os proprietários de restaurantes e hotéis de São Luís, observando que, em épocas de festejos, quer carnavalescos, quer juninos, os restaurantes têm poucas frequências, pois, sem turistas e com os ludovicenses brincando os carnavais e nos arraiais, os restaurantes ficam às moscas. No que respeita a hospedagens, inobstante a proliferação de hotéis e pousadas nos últimos anos, tais estabelecimentos convivem, ao longo do ano, com baixa ocupação.

A propósito da pouca divulgação das nossas potencialidades turísticas e culturais, destaco que, há aproximados onze anos, ciceroneando

uma *Professora Universitária em Lisboa, Doutora em Assuntos Tributários*, prestando serviços à *Comunidade Econômica Europeia*, que aqui esteve, ministrando uma palestra, ouvi ela afirmar o seguinte – após ficar encantada com o que viu, em se tratando de *Patrimônio Arquitetônico e Cultural de São Luís: lamento que na Europa, em se tratando de cidades turísticas brasileiras, somente, temos informações sobre Natal, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; São Luís, inobstante a sua riqueza cultural e arquitetônica, que estou testemunhando, não é conhecida na Europa; voltarei, com a minha família, para visitar esta bela cidade, cujo Centro Histórico, lembra a parte antiga de Lisboa.*

Entendo, sinceramente, que não serão atos isolados, como programas musicais e feiras nas praças, em locais dentro dos limites do nosso *Centro Histórico*, e outros do mesmo jaez, que irão preservar o nosso *Sítio Histórico* e alavancar a economia criativa do nosso Estado, refletindo, positivamente, no turismo e, como um todo, na economia maranhense. Urgem providências estruturantes e não tópicas.

Como exemplo, lembro-me de propostas que fiz em vários artigos que publiquei, na imprensa local, constantes do livro da nossa autoria, *Crônicas Para Cândida: Paisagens Sociais e Culturais – São Luís Capital Brasileira da Cultura*, lançado em setembro de 2009, com os seguintes títulos: *AH! SÃO LUIS* publicado no jornal *O Estado do Maranhão*, em 8 de setembro de 2005; *O Maranhão na Rota do Turismo Internacional*, no *Jornal Pequeno*, em 31 de julho de 2006; *A Carta de Veneza e o Patrimônio Cultural de São Luís*, no *Jornal Pequeno*, em 07 de abril de 2008; *Louvando São Luís*, no *Jornal Pequeno*, em 16 de março de 2009; *Revitalizando o Centro Histórico*, também, no *Jornal Pequeno*, em 30 de março de 2009.

Entre outras, propus, nos referidos artigos, que viéssemos aproveitar o nosso *Centro Histórico* para lá instalar *Casas Culturais*, nas quais poderiam ser evidenciadas a vida e a obra de escritores, jornalistas, poetas, compositores, músicos, pintores, em suma, artistas de todas as artes, que se destacaram no Brasil e no Mundo, e que tenham origens maranhenses.

Afinal, acredito que ficariam melhor agasalhados do que na *Praça do Panteon*, onde os bustos foram vandalizados. Por pertinente, destaco que a proposta de *Casas Culturais* toma como exemplo a *Casa de Cultura Josué Montello*, na qual, não somente o busto ou fotos, assim como a história da vida e as obras desse grande intelectual maranhense estão preservadas e disponíveis para apreciação.

Por outro lado, poderíamos ter, no *Centro Histórico*, áreas com *Casas Culturais* alusivas às regiões geoeconômicas deste Estado, nas

quais as culturas, no sentido antropológico do termo, dos municípios integrantes, seriam expostas e/ou negociadas em lojas, restaurantes, museus, locais para shows, documentários e palestras, pois, com certeza, tais casas seriam frequentadas pelas pessoas que moram, neste Estado e alhures, com origens nas respectivas regiões geoeconômicas. Observem que, nesse particular, além de servirem como espaços culturais nos quais aconteceria esses encontros, serviriam, também, para a divulgação dos aspectos turísticos dos Municípios deste Estado, até mesmo com a venda dos produtos das regiões, principalmente, do artesanato, artísticos etc.

Obviamente que um projeto dessa envergadura deveria contar com uma equipe interdisciplinar, para o competente planejamento. Em se tratando de recursos, em que pese a penúria de recursos públicos, atualmente vigente, poderíamos recorrer ao *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES*, assim como ao *Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD, órgão do Banco Mundial, já que o PAC das Cidades Históricas* deve estar sofrendo com a penúria dos recursos públicos.

Por outro lado, os custos para a manutenção dessas estruturas, pelo menos no que respeita às *Casas Culturais*, por regiões geoeconômicas do Estado, poderiam ser suportados pelos Municípios, através de uma gestão compartilhada. Acredito, até mesmo, que bem administradas, essas *Casas Culturais* poderiam até ser autossustentáveis, não se excluindo a ideia de arrendamento dos espaços para exploração por entidades com ou sem finalidades lucrativas.

No momento, mais uma oportunidade se apresenta, para que possamos dar sentido ao título de Patrimônio Mundial concedido ao nosso *Centro Histórico*, pois conforme destaca a jornalista da *Folha de São Paulo*, Mônica Bérghamo, nos dias 13 e 14 do corrente mês, o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)* vai reunir os Ministros da Cultura, Turismo, Meio Ambiente e das Cidades, assim como 14 prefeitos brasileiros, no Seminário Internacional sobre *Gestão de Sítios Culturais do Patrimônio Mundial do Brasil*, com a participação de especialistas estrangeiros de cidades reconhecidas como patrimônio pela *UNESCO*, na Europa e na América Latina. Os sítios históricos de São Luís, juntamente, com Ouro Preto, Salvador, Diamantina, Olinda, Serra da Capivara, Pampulha em Belo-Horizonte foram citados na matéria, constante do endereço eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2018/08/iphan-vai-reunir-ministros-e-prefeitos-para-discutir-gestao-de-patrimonio-mundial.shtml>.

Logo, configura-se imperioso que São Luís tenha um projeto estratégico para a preservação do seu *Sítio Histórico*, que passa, necessaria-

mente, por políticas públicas nas áreas da cultura, turismo, habitação, urbanismo, meio-ambiente e indústria e comércio, envolvendo, inclusive, a iniciativa privada. Não temos mais espaço para improvisações e projetos tópicos, que nada resolverão, e, sim, agravarão, com o passar do tempo, os notórios problemas do nosso belíssimo patrimônio mundial cultural, que não diz respeito, somente, a belíssimos prédios antigos, pois tem um alcance muito maior, envolvendo patrimônios imateriais culturais, que poderão ser fontes geradoras de renda, sob os cânones da Economia Criativa.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 08 de agosto de 2018

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Neste país continental, singular pelo amálgama de culturas que expressam de uma forma bem nítida todo o nosso processo de formação, estamos a buscar soluções para que possamos conseguir amenizar os problemas que nos afetam, sejam nos aspectos sociais, sejam nos econômicos, sejam ainda nos políticos etc., sem que se leve em consideração que ainda não dispomos de uma educação para a formação de cidadãos preparados para a direção nas várias esferas, públicas ou privadas; municipais, estaduais e federais; no Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como no chamado terceiro setor. Essas deficiências educacionais não dizem respeito somente aos quadros gerenciais, mas, sim, também, ao cidadão contribuinte, ao cidadão eleitor; enfim, ao cidadão-cidadão, gerando inúmeros problemas não solucionados neste país.

Assim é que estamos nas escolas e nas Universidades a tratar de Biologia, Matemática, Física, Química, Contabilidade, Direito, Economia, Psicologia, Informática e tudo o mais, todavia não dialogamos com as crianças, adolescentes e, até mesmo, com os adultos, sobre assuntos que dizem respeito aos problemas políticos, econômicos e sociais. Essas lacunas, em termos de diálogos e discussões dos nossos problemas, não somente acontecem nas escolas e universidades, elas também se fazem sentir, a título de exemplos, nas associações, sindi-

catos, entidades de classe. Nestas, estamos sempre a discutir os nossos interesses imediatos, ou que julgamos como tais: salários e honorários, marginalizando, consciente ou inconscientemente, os problemas gerais.

Creio que já tivemos bem melhor neste país, em termos de participação na discussão das questões sociais, econômicas e políticas, pelos jovens e adultos. Guardo na memória, dos tempos de criança, que os estudantes, então chamados de secundaristas, e os universitários, eram muito mais partícipes da cena política nacional. Tal participação entusiasta dos então imberbes estudantes, fazendo política estudantil, escrevendo, discutindo e protestando, provavelmente, tenha ensejado a formação de líderes políticos, como vereadores, deputados, senadores, governadores e presidentes, que deixaram as suas marcas na história política deste país, cuja citação dos nomes seria desnecessária, pela evidência dos fatos.

Hoje, os comentaristas políticos estão a lamentar a pobreza do debate político entre nós, em que pululam as CPIs e escasseiam as discussões dos demais assuntos de interesse público, sendo, deveras, pertinente, para caracterizar tal situação, evocarmos o deixar de votar, em tempo hábil, uma das peças mais importantes de uma nação, qual seja, o orçamento anual, no caso o referente ao ano de 2006, em que ficariam consignados os recursos orçamentários e financeiros que iriam suportar os gastos com todas as ações administrativas, ou programas de trabalho, em prol da sociedade brasileira.

Fico, às vezes, a me perguntar quais teriam sido as razões para tanto desânimo dos jovens brasileiros, em relação ao exercício das atividades políticas, pois dificilmente encontramos um adolescente com vocações para o exercício de tais atividades.

Teria sido o hiato democrático no Brasil que inibiu a formação de líderes estudantis, a partir da constatação de que muitos tiveram que se ausentar dos seus lares, face ao banimento, ficando, por conseguinte, longe dos seus familiares, interrompendo as suas carreiras profissionais, com todas as consequências deletérias para os próprios e suas respectivas famílias?

Teriam sido os desaparecimentos de muitos, pelo que se evidencia na imprensa?

É, talvez, tais questionamentos mereçam um estudo sociológico aprofundado, por especialistas, obviamente, para que pudéssemos corrigir eventuais *traumas* ainda sentidos até hoje.

Acredito, todavia, que deveriam ser criados mecanismos que possam incentivar os jovens, desde os bancos escolares, a exercer papéis de verdadeiros cidadãos de que tanto este país necessita.

Exercendo as atividades de palestrante em eventos inseridos no *Programa de Educação Fiscal para a Cidadania* - nacionalmente a cargo da Escola de Administração Fazendária - e que conta com o apoio imprescindível da Receita Federal, das Secretarias de Fazenda dos Estados e dos Municípios, senti, em contato com alunos de algumas escolas públicas e privadas com quem dialoguei, um interesse muito grande por tributos e despesas públicas, no contexto histórico e atual, em que buscávamos destacar o liame entre tais aspectos do orçamento público, com o bem-estar social, a par de observar uma certa curiosidade dos mesmos, com assuntos que não são abordados, no dia-a-dia, em sala de aula.

Assim sendo, entendo que a abordagem de tais assuntos, em sala de aula, aliados a outros como financiamento das campanhas eleitorais e o próprio processo eleitoral, Globalização da Economia, papel do Estado, eficiência ou ineficiência da máquina pública, direito do consumidor, papel da imprensa, atividades parlamentares e outras mais, sejam nas escolas públicas, sejam nas privadas, de ensino fundamental, médio e superior, guardadas as devidas dosagens quanto às abordagens, assim como a discussão de tal temática em sindicatos, associações etc., somente enriquecerão a formação de futuros cidadãos, que serão os responsáveis pela melhora dos quadros e do debate político e por consequência das ações de governos, instituições e empresas em prol deste país.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 14 de janeiro de 2006

CONDICIONANTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária na mídia, de novo. Lamentavelmente, não a temos tratado com a seriedade, abrangência e profundidade, que deveria merecer assunto de tal importância. De quando em vez, a onda volta, e com ela vêm à tona inúmeras propostas de reforma tributária, sendo que algumas poderiam ser rotuladas como exóticas.

O dr. Marcos Cintra saiu das crônicas econômicas, um tanto *insossas*, das páginas de Economia da Folha de S. Paulo, para um mandato de vereador e posteriormente de deputado federal, não reeleito,

defendendo uma ideia inusitada do imposto único; no mesmo *barco navegou* a mal sucedida campanha presidencial do senhor Flávio Rocha, em tempos atrás; ainda não refeito do impacto da proposta do imposto único, eis que surge, outra proposta, diriam os aficionados pelo carteadado, do mesmo naipe, da lavra do deputado Luís Roberto Ponte, que também não teria logrado a reeleição, propondo um conjunto de impostos tidos como não declaratórios, todos indiretos, incidindo sobre produtos de grande consumo. Inacreditável!

As propostas de reforma tributária que estão sendo levadas ao conhecimento da sociedade brasileira, pautar-se-iam em dois princípios basilares, quais sejam: simplificação tributária e diminuição da chamada carga tributária. Em relação aos propósitos de simplificação tributária, podemos afirmar que um imposto com poucas bases de incidência, seria muito mais simples do que impostos como os de renda, consumo etc., como atualmente vigentes. Todavia, a simplificação tributária milita contra a justiça fiscal, pois nem sempre contribuintes que tenham o mesmo montante de rendimentos ou receita, deverão, sob o manto da Justiça Fiscal, ser tributados com a mesma alíquota, ou mesmo pagarem o mesmo montante de impostos, tendo em vista que, sobre o prisma da capacidade contributiva, mormente no que diz respeito ao Imposto de Renda, pagaria mais aquele que tivesse menos encargos ou despesas.

Em um trabalho publicado na *Revista Conjuntura Econômica da FGV - RJ*, de autoria de uma economista, cujo nome a memória, no momento, não me ajuda a recordar, consta, com fundadas razões, que a simplificação tributária gera uma certa iniquidade.

Por outro lado, no que diz respeito à carga tributária, levantei, quando da participação no Workshop Internacional sobre Política Tributária, realizado em Brasília - DF, nas dependências da *Escola de Administração Fazendária (ESAF)*, um questionamento sobre o grau da economia informal levado em consideração quando da determinação do PIB no Brasil.

Imitando meu querido e saudoso pai, Ovídio Victor, alguém procuraria, com o seu espírito gozador, diante da aparente desconexão do assunto: o que teria a ver as *pernas* com as calças? A carga tributária é aferida pela relação entre montante de tributos recolhidos (União + Estados + Municípios + Previdência Social), figurando no numerador, e o total da produção de um país (*PIB*) constando do denominador. Caso não seja computado no montante do PIB uma estimativa adequada da produção de bens e serviços pela economia informal, fatalmente teríamos a carga tributária superavaliada.

Stanley Fischer e o falecido economista alemão naturalizado

americano, Rudigier Dornbusch, discorrendo sobre o *PIB*, no livro de autoria dos dois, intitulado *Macroeconomia*, afirmaram que a economia informal nos Estados Unidos chegava à aproximadamente 30% dos US\$ 6 a 9 bilhões do *PIB* norte-americano. No Brasil, com certeza, a economia informal, em termos relativos, suplanta a economia norte-americana.

De outra feita, a carga tributária aferida de forma genérica, em nada ajuda a constatar quem está suportando o seu maior ônus. Deveríamos lutar para que fossem levantadas estatísticas sobre cargas tributárias por setores das atividades econômicas.

Defendi tais providências quando apresentei um trabalho no *Congresso Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, em Canelas (RS)*, em 1998. A *Demonstração do Valor Adicionado (DVA)* pode ajudar muito nessa constatação, pelo menos no que diz respeito a carga tributária das empresas. Embora não obrigatória, algumas empresas *cidadãs* já ousaram publicar essa demonstração, ensejando a constatação de que a carga tributária não é distribuída de forma igual entre as empresas, sendo que algumas pagam muito menos do que as outras, não somente em função dos chamados benefícios tributários, mas pela própria diferença de formas de tributação, bases de cálculo e alíquotas.

Por outro lado, em relação às pessoas físicas, aquelas que obtêm rendimentos do trabalho assalariado são as mais penalizadas, em benefício das que obtêm rendimentos do capital e das que não possuem vínculos empregatícios, pois estes, têm mais facilidades para a sonegação. Por consequência, tenho preconizado que a sociedade deva se envolver nesse fascinante assunto. Todavia, deveremos lutar para que não seja discutido de forma tendenciosa, como sempre foi, no interesse daqueles que querem perpetuar as suas benesses, em detrimento da aplicação dos consagrados princípios em matéria tributária: capacidade contributiva, legalidade, progressividade, equidade etc.

As forças vivas da sociedade não poderão virar as costas para a abordagem de tão importante assunto. *O Centro de Ciências Sociais da UFMA* deu um belo exemplo ao proporcionar aos estudantes, professores, funcionários e demais interessados uma oportunidade de discussão do tema, quando da realização do I Foro de Ciências Sociais, em que, com o professor João Batista Ericeira, abordamos a *Globalização, Reforma Tributária e Justiça Fiscal*. Afinal, quer queiramos ou não, existe um fato sobranceiro a impor sistemas tributários harmonizados aos países, qual seja a globalização da economia. Contudo, esse assunto merece uma outra abordagem.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 19 de fevereiro de 2003

Citado na Dissertação de Mestrado intitulada: *IMPOSTO SOBRE O VALOR AGREGADO: ESTUDO DE VIABILIDADE*, apresentada na FGV-SP, por Foch Simão Júnior: file:///F:/OneDrive/Documents/Copia/DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - FGV SP - IMPOSTO SOBRE O VALOR AGREGADO - FOCH SIMÃO - CITANDO ARTIGO DE MANOEL RUBIM DA SILVA.pdf

CRISE ANUNCIADA DE UM CONFLITO DE INTERESSES

O mundo assiste, de forma impassível, a uma crise cujo epicentro está situado no berço do capitalismo mundial: os Estados Unidos da América do Norte. Trata-se de uma verdadeira crise de confiança em um dos pilares do sistema capitalista mundial, qual seja: o mercado acionário. Talvez não se tenha instituição mais importante para a sustentabilidade e crescimento do Capitalismo globalizado do que as chamadas bolsas de valores.

Incertezas em relação às demonstrações contábeis da *Enron*, *Xerox*, *Global Crossing*, *WorldCom*, *Merck* e *AOL* proporcionaram em menos de seis meses perdas fantásticas para a economia americana, da ordem de quase 10 PIB iguais ao do Brasil, afora os efeitos diretos e indiretos nas economias dos demais países. Inacreditável!

O mundo está perplexo, pois não se poderia imaginar o quão pesado é o fardo proporcionado por demonstrações contábeis nebulosas não devidamente auditadas, por quem deveria e teria todas as condições técnicas para tanto. Culpa somente da tradicional empresa de auditoria *Arthur Andersen* e suas congêneres? Creio que não. O leque é mais longo, envolve executivos, auditores, investidores, analistas e outros mais ou menos cotados.

Por outro ângulo de análise, temos dado pouca atenção para os aspectos sociais da Contabilidade. Negligência essa que não é privilégio de brasileiros. Não. Não me refiro à Contabilidade Social, que cuida dos agregados macroeconômicos, nem daquela que estuda o balanço social. Falo, mesmo, dos aspectos sociais da Contabilidade.

Escrevi, aqui mesmo, neste espaço, há algum tempo, chamando

atenção para os fins sociais da Contabilidade. Em que pese a frieza dos números, a ciência contábil não deveria ser vista somente como uma ciência voltada para medir lucros e desempenhos das organizações. Deveríamos ir mais longe. Afinal, não cuidamos dos números das empresas e entidades apenas voltando os nossos olhos para elas.

São inegáveis os interesses dos proprietários, sócios, acionistas ou o que lá for, sem dúvidas. Todavia, temos os empregados, os financiadores, os investidores, os fornecedores, a coletividade beneficiada com a aplicação, pelas várias esferas dos governos, dos impostos pagos pelas empresas etc. Enfim, não podemos perder de vista que os números das empresas e organizações necessitam ser confiáveis, vale dizer, precisam ser bem produzidos, não maquiados.

Realmente, estamos diante de um problema de grande monta para ser resolvido, que demandou a intervenção, entre patética e apavorada, do presidente George Bush, redundando em várias propostas e ações. Afinal, nos *EUA*, há pessoas que estavam em vias de se aposentar, que vão ter que trabalhar mais, assim como há aposentados que estão retornando ao trabalho, por força da perda de poupanças investidas em ações de empresas que perderam valor.

Endurecimento das penalidades, criação de força tarefa para apurar crimes corporativos, incentivos para uma nova ética e responsabilidade pessoal na comunidade empresarial, reforço na dotação orçamentária da *CVM* americana, *SEC*, em 100 milhões de dólares para contratar pessoal, juramento por escrito de que os números das demonstrações contábeis estão corretos por parte dos presidentes ou dos diretores financeiros das empresas etc. Tudo isso são propostas e ações com o fito de aumentar a transparência da contabilidade das empresas. Vai dar certo? Tais medidas resolverão a crise de confiança gerada pelas demonstrações contábeis, que não espelham a realidade das empresas? Tenho minhas dúvidas.

Arrependo-me muito de não ter dado vazão, em escritos, a uma preocupação que me acompanhou nos últimos sete anos, desde que assumi o cargo de conselheiro efetivo do *Conselho Federal de Contabilidade*, no limiar do ano de 1994, mormente após ter assumido a sua vice-presidência para Assuntos Técnicos, mandato concluído em dezembro de 1997.

Meu arrependimento somente não é maior face ter verbalizado em várias ocasiões, em palestras e em salas de aula, os motivos das minhas preocupações. Jamais me conformei com a dupla personalidade das empresas de auditoria, aqui e alhures. Auditores e consultores de um mesmo cliente. Ou seu atenuante: empresas *diferentes* com os

mesmos controladores, explorando as duas áreas. Ou o seu agravante: empresas atuando nos ramos da contabilidade, consultoria e auditoria. *Brincadeira*, diria Gerson, aquele que faz uma enorme falta no meio-campo da Penta.

Loas, neste particular, à *Comissão de Valores Mobiliários*, nosso xerife do mercado acionário, que tentou através de resolução proibir tais relações incestuosas. Contudo, meus amigos, surgiram as liminares, cujo mérito não conheço, e tudo voltou ao que *era dantes, no quartel de Abrantes*. Por falar de *dantes*, como andam os casos do Nacional, Econômico, ou mesmo *Encol*, todos casos que antecederam a *Eron e Cia*? Não sei.

O Brasil e o mundo precisam de mais transparência em seus negócios de Estado e de empresas e o outro nome da Contabilidade é *ciência da transparência, da evidenciação*. Tenho dito.

Os *EUA* dispõem de um avançado sistema de normas contábeis, normas essas que são obedecidas por algumas empresas brasileiras de classe mundial, por imposição legal, tendo em vista que lançaram ações nas bolsas americanas. Ressalte-se, todavia, as críticas às normas contábeis americanas. Por aqui, temos um emaranhado de órgãos emitindo normas contábeis, como *Comissão de Valores Mobiliários (CVM)*, *Instituto Brasileiro de Auditores (Ibracon)*, *Conselho Federal de Contabilidade (CFC)*, *Banco Central* etc. Desconfio, porém, que temos poucos cumpridores dessas normas.

No projeto que altera a parte contábil da Lei nº 6.404/76, foi inserido um artigo prevendo a criação de um tal de *Comitê Superior de Normas Contábeis*, que seria integrado pelos órgãos acima. Acontece que desde 1946 temos um. Chama-se *Conselho Federal de Contabilidade*, criado em solenidade presidida pelo presidente da República à época, nos jardins do Palácio do Catete, via edição do Decreto-Lei nº 9.295/46. Solenidade que, após decorridos 50 anos, tive a honra de reviver de forma emocionada, no mesmo lugar, em 1996, com alguns dos que presenciaram a promulgação do aludido Decreto-lei. Lamentavelmente, pragmáticos, inspirados nos ensinamentos do *Tio Sam*, e escolásticos, encantados pelo charme da velha senhora - a Europa - não falam a mesma língua.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
Em 21 de julho de 2002

CRISE ECONÔMICA OU DE GOVERNANÇA MUNDIAL?

Alguns, com olhos esbugalhados pelo espanto diante da atual crise do mercado financeiro mundial, já falam de uma nova *Grande Depressão*, que se iniciou em 1929, mantendo-se durante os anos 30, tendo sido *espantada ao longo dos bombardeios da segunda guerra mundial*.

Dizem os entendidos em Economia que o motivo da grande depressão teria sido um diagnóstico equivocado da *Reserva Monetária Federal dos EUA*, hoje conhecido como **FED**. Receitaram *remédios* para a inflação, quando na verdade estavam diante de uma depressão, que se agigantou.

Mesmo não me filiando à corrente que entende estarmos prestes de uma nova grande depressão, lembro que uma das causas da atual crise decorreria, segundo os analistas econômicos, também, de problemas nos EUA, mais precisamente no mercado imobiliário, que estaria passando por um grave momento rotulado pelo Secretário do Tesouro Americano de *reavaliação de riscos*, um eufemismo.

Por outro lado, Rodrigo de Rato, Diretor-Gerente do FMI, assim se manifestou: *Os investidores confiaram tanto que os preços das casas continuariam subindo que ignoraram as consequências de um revés*.

Para que se tenha uma ideia do tamanho da crise imobiliária americana, uma empresa de avaliação de riscos, a Fitch Rating, rebai-xou bônus referentes a financiamentos imobiliários de alto risco emitidos pelo Barclays, pela *Marrill Lynch e pelo Credit Suisse* no valor de US\$ 2,4 bilhões, após analisar títulos de num total de UR\$ 20 bilhões. Outrossim, diria um crítico dos EUA: esse tal de *Tio Sam* não toma jeito mesmo, quebrou o mundo em 1929, e ainda não está satisfeito.

O atual momento vivido pelo mercado financeiro mundial, com reflexos em outros setores econômicos, não foi o primeiro e nem será o último. Pelo menos, nos últimos vinte anos, tivemos mais de cinco choques econômicos, todos rotulados com os nomes de produtos típicos dos países em desenvolvimento mais afetados.

Lamentavelmente, como diz Nora Lustig do *Banco Interamericano para o Desenvolvimento, BID*: *As lições da década perdida de 80 sugerem que os choques econômicos na América Latina têm um impacto desproporcional sobre os pobres. Mesmo quando o efeito não é desproporcional, os pobres já não têm como suportar mais erosão, por*

menor que seja, em seu padrão de vida.

Tenho certeza de que a atual crise não decorre, apenas, dos problemas do mercado imobiliário americano. Acredito, sinceramente, que as repetidas crises não têm motivações meramente circunstanciais, remonta, sim, à prevalência dos interesses dos países mais ricos sobre os organismos multilaterais que deveriam atuar, de forma independente, em prol de políticas econômicas sadias.

Refiro-me, especialmente, ao *Banco Mundial e ao FMI*, para não abordar outros, como a *OMC*, cuja atuação tendenciosa, em benefício dos países mais ricos, já foi objeto de considerações neste espaço.

O nome da crise, que se perpetua, em espasmos circunstanciais, chama-se *Crise de Governança Global*.

Joseph E. Stiglitz, *Prêmio Nobel de Economia de 2001*, em *A Globalização e seus malefícios*, a explicita no primeiro capítulo do citado livro, que intitulou de *A promessa das instituições globais: temos um sistema que poderia ser chamado de governança global sem governo global, no qual alguns poucas instituições – o Banco Mundial, o FMI, a OMC – e alguns participantes – os ministérios da fazenda e do comércio, intimamente ligados a determinados interesses financeiros e comerciais – dominam a cena, mas no qual muitos dos afetados pelas decisões tomadas são abandonados praticamente sem voz.*

Claro que ele faz alusão aos Ministérios da Fazenda e Comércio das grandes potências. Como *Chefe do Conselho de Consultores Econômicos* do governo Clinton e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, Joseph Stiglitz viu a elaboração da política econômica mundial em primeira mão, como consta da orelha do citado livro, que li, em 2001, e agora recorri, para fazer a transcrição supra. Não satisfeitos! Strauss-Kahn, candidato único a diretor-gerente do FMI afirma, após recente visita ao Brasil: *Já falei que é ultrapassado o acordo entre Estados Unidos e Europa, que garante um americano à frente do Banco Mundial e um europeu no FMI. Temos que mudar, pois o mundo mudou.* Todavia, amigos, Dominique Strauss-Kahn é francês e o Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, é dos EUA. OK!

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 06 de agosto de 2007

Republicado do site:

www.cfappm.ma.gov.br

CRISE NA GESTÃO PÚBLICA

Estamos presenciando, no Brasil e no Mundo, crises das instituições públicas, especialmente dos entes federativos, ou ainda, para sermos mais explícitos, dos aparelhos do Estado, que já provocam discussões acadêmicas sobre a sobrevivência do Estado, embora acredite, piamente, que o Estado veio para ficar.

Afinal, já se vão alguns milênios que o homem resolveu abdicar da *liberdade humana* propiciada pelo Estado Natural em prol dos limites impostos pela sociedade civil. No dia-a-dia estamos a observar o aumento da fragilidade do funcionamento das instituições públicas - embora possamos perceber, com muita nitidez, que grandes problemas estão acontecendo nas instituições e empresas do setor privado, que impactam, também, negativamente, na sociedade.

Não precisaríamos do auxílio de binóculos para enxergar tais problemas que as instituições públicas estão a enfrentar, afinal temos buracos e buracos nas ruas, trânsito caótico, escolas que funcionam em péssimas condições; professores e policiais, entre outras categorias de servidores públicos, não devidamente remunerados; insegurança dos cidadãos, saúde pública aos frangalhos, estradas intransitáveis; desvios de dinheiro público, sem as devidas punições exemplares, em que pese esforços da Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Ministério Público e algumas instâncias judiciais; aeroportos e portos funcionando precariamente e que não atendem às demandas dos usuários; casas populares e obras públicas construídas e depois demolidas; superfaturamento dos preços das compras, serviços e obras em benefício de gestores públicos e fornecedores. Em suma: toda sorte de ações ou omissões deletérias à sociedade perpetradas pelos que foram ungidos ao poder, por decorrência de pactos políticos que, em muitos casos, já nasceram viciados.

Em que pese não se configurar como um consolo, esses desmandos políticos não acontecem somente no Brasil, embora alguns, pelas suas características, são próprios de países, como o nosso, em que a cidadania ainda não está sendo exercida de forma plena, permitindo que alguns deploráveis fatos aconteçam diariamente, como os desvios de recursos públicos, sem que a sociedade civil organizada exija providências punitivas, ao contrário de contemplá-los como se estivéssemos diante de um fato normal.

Em recente artigo escrito na revista Newsweek, Paul Krugman,

consagrado economista norte-americano, e Prêmio Nobel de economia, evidenciou que a crise econômica e financeira, que ainda traz incomensurável prejuízo ao mundo, decorreu de decisões políticas equivocadas, ou, como preferiríamos dizer, mal-intencionadas, tomadas ao longo dos anos do governo Bush, sendo que os seus assessores econômicos, hoje, *sem utilizarem óleo de peroba em seus rostos*, estão a preconizar, via imprensa, medidas corretivas para os problemas que criaram, medidas corretivas essas que vão sempre de encontro aos sadios interesses sociais. Em outras palavras: eles criaram os problemas, ao adotarem medidas econômicas que beneficiaram os mais ricos e a indústria de guerra dos *EUA*, e agora querem que os mais pobres paguem a conta.

Em verdade sabemos que todos esses problemas e mais alguns outros – que o espaço não nos permite abordar – acontecem por decorrência de várias e notórias deficiências. Entre tais deficiências elencaríamos: déficits de cidadania, ética e gestão.

Deixando de lado os aspectos de cidadania e de ética, já abordados em outros artigos, focamos os problemas de gestão, muito a propósito de um Curso de Pós-Graduação em Administração Pública Municipal, que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão, através do *Núcleo de Ensino à Distância*, curso esse que está sendo coordenado pela Professora-Doutora Ana Maria Nélo, do Departamento de Ciências Contábeis e Administração da *UFMA, DECCA-UFMA*.

Entre muitas outras iniciativas da *UFMA*, durante a profícua e dinâmica gestão do Professor Natalino Salgado Filho - que a par de buscar dar melhores condições físicas para o ensino, tem incrementado em termos quantitativos e qualitativos as condições acadêmicas em relação à graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa -- não poderíamos deixar de destacar esse curso, do qual participo como professor das cadeiras de Gestão Contábil e Processos Administrativos, como uma das iniciativas que vem ao encontro da melhoria das práticas de gestão no serviço público, no atual momento, voltado para as Administrações Municipais, que acontece em oito polos deste Estado, estando em vias de conclusão da primeira turma.

Com certeza, essa primeira experiência propiciará conhecimentos para o aperfeiçoamento dos próximos cursos, para que possamos atingir quantitativa e qualitativamente o maior número possível de servidores municipais, no futuro.

São iniciativas como essas e outras que nos permitirão vislumbrar como a Universidade pode ser um instrumento, ainda mais efetivo, de mudanças e inclusões sociais. No serviço público, ainda não temos

disseminada a cultura da preparação de gestores, uma das causas da situação caótica de alguns segmentos governamentais, que improvisam pessoas como gestoras, esquecendo que uma boa gestão exige, entre outros predicados, conhecimentos da Ciência da Administração e não o apadrinhamento de ineptos.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista

Por Manoel Rubim

Em 16 de maio de 2011

Republicado no site:

<http://www.qjr.com.br/?=10059> e na UFMA Notícias

CUIDADO COM OS CONSELHOS, PRESIDENTA DILMA

No primeiro artigo que escrevo, neste espaço, em 2012, poderia abordar as perspectivas econômicas para o novo ano, e até mesmo comparar o que se previa para 2011, com o que efetivamente aconteceu. Todavia, acredito que temos um assunto mais oportuno para tratar, qual seja: as consequências das políticas econômicas que foram tomadas ao longo de 2011, e as que estão sendo anunciadas para 2012. A prioridade para a referida abordagem se justifica, pois, tais medidas econômicas estão na linha das que provocaram impactos negativos na economia mundial, que estão colocando em polvorosa as populações dos ditos países desenvolvidos, como, a título de exemplo, *EUA*, França, Espanha, Itália, Inglaterra, Alemanha e outros menos aquinhoados.

Releva destacar a gravidade dessa crise, que já colocou, em xeque, algumas lideranças políticas desses países. Antônio Martins, editor de *Outras Palavras*, em 02 de janeiro de 2012, publicou uma matéria intitulada: *Brasil: a mídia dá (péssimos) conselho a Dilma*. O referido editor critica uma matéria publicada no *Estadão*, que acredito ser o jornal *O Estado de São Paulo*, por, no seu entendimento, ter distorcido fatos, e sugerir uma saída única para a crise econômica, evitando o debate público, sobre alternativas.

Realmente temos que ter o devido cuidado para não assumirmos entendimentos sobre as políticas sociais e econômicas, que afetam a sociedade brasileira, sob a ótica de interesses de grupos, que quase sempre destoam dos interesses da maioria da sociedade, pois eivados de tendenciosidades. É o caso da comparação entre os gastos da previdência dos aposentados do serviço público, com os gastos dos aposentados pela previdência social, *INSS*, que se configura uma distorção gritante da verdade, via o seu *escamoteamento*, com a omissão delituosa de algumas informações, que deveriam ser evidenciadas, para um melhor entendimento da questão.

Outra forma sorrateira de distorção dos fatos, pela mídia comprometida com os interesses dos grandes grupos financeiros, é a dramatização do gasto público e o discurso em prol da redução dos mesmos, entre outras medidas, via congelamento do salário, aposentadorias e pensões dos servidores públicos, quando o *buraco nas contas públicas*, em verdade, decorre da sangria dos orçamentos públicos, através do exorbitante pagamento dos juros, à privilegiada e insensível banca financeira, que teria surrupiado, ao longo de 2011, 240 bilhões de reais, do governo federal, cinco vezes o propalado e inexistente déficit da previdência dos servidores públicos, que o jornal *Valor Econômico*, colocou em manchete, da seguinte forma: *Déficit da previdência pública atinge R\$ 56 bi*.

Sugiro, aos editores do *Valor Econômico*, a seguinte manchete, em uma próxima edição do referido jornal: *O Sistema Financeiro abocanhou, ou se apropriou de 240 bilhões de juros do orçamento do Governo Federal*. Sugiro, também, que seja dado destaque, na matéria objeto da manchete sugerida, que em 2011, os juros teriam atingido 240 bilhões de reais, que correspondem a 6,5% do *PIB* estimado para 2011, no importe, de 3.718 trilhões de reais. Seria a remuneração do capital financeiro mais salutar do que a remuneração das pessoas para a economia e a justiça social?

Não pretendo, todavia, neste artigo, tratar das inverdades sobre os gastos com a previdência pública, nem mesmo dos exorbitantes dispêndios com os juros, assuntos já tratados em artigos anteriores, da minha autoria, publicados neste espaço. Quero mesmo é demonstrar que os consultores econômicos e financeiros, a soldo dos grandes grupos econômicos, e principalmente financeiros, estão equivocados, intencionalmente ou não, ao pregarem, sempre, a redução dos gastos públicos, como instrumento prioritário de política econômica, adotado na cartilha, que creio extinta, do *FMI*.

Paul Krugman, *Prêmio Nobel de Economia*, em artigo repu-

blicado na *Folha de São Paulo*, em data de 31 de dezembro de 2011, intitulado *Keynes estava certo*, afirma: *Um governo que adota política de cortes numa economia em depressão faz a queda ser pior; a austeridade deve esperar até que a recuperação esteja bem encaminhada.*

Em *Como prevenir uma recessão*, o renomado economista Nouriel Roubini, Professor da *Escola Stern de Administração de Empresa da Universidade de Nova York*, tido e havido como pessimista em matéria econômica, em artigo republicado na *Folha de São Paulo* de 25 de setembro de 2011, afirma que: *Primeiro, devemos aceitar que medidas de austeridade, necessárias para evitar um desastre fiscal, acarretam efeitos recessivos sobre a produção.*

Neste país, o *PIB* cresceu 7,5%, em 2010; em 2011, após medidas *macroprudenciais*, em excesso, adotadas pelo governo federal, inclusive com cortes de gastos de custeio expressivo, e não de juros, não iremos crescer, nem 3%, e o que é pior, com uma inflação acima de 6,5% (acima da meta), e superior à inflação de 2010, que foi de 5,91%. Em outras palavras, com as *medidas macroprudenciais*, o *PIB de 2011* foi puxado para baixo, com o propósito de que a inflação fosse reduzida, resultado que não foi obtido.

Tenho, repetidas vezes, esposado entendimento contrário ao conservadorismo das políticas econômicas, especialmente quando tentamos ser falsos *Tio Patinhas*, que não entesourava recursos para pagar juros, todavia para encher o seu cofre. Vamos, sim, entesourar recursos, para que possamos aplicá-los nas carências sociais deste país, entre outras: educação, saúde, saneamento, moradias, segurança pública etc.

Com certeza, os retornos de tais gastos serão salutares para a economia brasileira. Afinal, estamos, repetidas vezes, economizando recursos, enquanto, anualmente, pela falta da boa aplicação desses recursos, temos que ser testemunhas dos sofrimentos de nossos irmãos, que têm as suas casas e vidas destruídas, quando não vidas perdidas, por desastres naturais anunciados. Enquanto isso, estamos preocupados em manter superávit primário, para pagar o serviço da dívida, eufemismo utilizado para esconder o chocante termo: juros estratosféricos. Cuidado, Presidente Dilma, com os conselhos dos consultores econômicos e financeiros, que ora servem ao governo, e depois vão abrigar-se nos grandes grupos financeiros, aqui e alhures.

Publicado no *Jornal Pequeno*, coluna *Esfera Pública*
Por Manoel Rubim
Em 09 de janeiro de 2012

DA CONSCIÊNCIA, PARA A PACIÊNCIA NEGRA

Bom, depois das curiosas manifestações relacionadas ao *Dia da Consciência Negra*, ficamos, na dúvida, eu e Ysa Bessa, após conversa, hoje pela manhã, se não seria melhor mudarmos o título da data, hoje comemorada, para o *Dia da Paciência Negra*, e já vou logo justificando.

Ora, se o Holocausto Judeu, aconteceu durante o governo de Hitler, entre 1933 e 1945, atingindo, aproximadamente, seis milhões de judeus, e, até hoje, pesa na consciência da humanidade, por fundadas razões, o que não seria de esperar da humanidade em relação aos negros, que são segregados neste país, há mais de 400 anos, resultando nas malsinadas e trágicas estatísticas sociais e econômicas, que os próprios órgãos do governo brasileiro estão sempre a divulgar.

Por consequência, somente muita paciência poderia ensinar que viéssemos a assistir, sem reação, essa vergonhosa situação em que vivem os negros brasileiros, na rotulada democracia racial, *livre dos acoites da senzala, preso na miséria da favela*.

Ontem, véspera do *Dia da Consciência Negra*, 19 de novembro, as mídias eletrônicas divulgaram a lamentável notícia que diz respeito da agressão da qual foi vítima o jovem ator, de 24 anos, Diogo Cintra, por seguranças de um terminal de ônibus de São Paulo, ao julgarem que ele era um criminoso://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/19/afastar-seguranca-nao-e-suficiente-diz-ator-negro-agredido-em-terminal.htm?cmpid=copiaecola.

Hoje, dia 20 de novembro, o Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, o advogado, sociólogo, Mestre em Administração e Doutor em Educação, José Vicente, faz as seguintes declarações, após afirmar que essa data representa um pedido de desculpas ao povo negro: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2017/11/20/cota-nao-resolve-desigualdades-isoladamente-diz-reitor.htm?cmpid=copiaecola>.

Não me filio à corrente dos omissos, dos que deixam para lá, para ver como é que fica. Há muito rebelo-me contra essa situação, e utilizei a imprensa local, para criticar tais anomalias sociais. Por assim ser, constam do livro *Crônicas para Cândida-Paisagens Sociais e Culturais - São Luís Capital Brasileira da Cultura, vários artigos pertinentes a essa temática. Entre outros, destaco os seguintes, com as datas das suas publicações originais na imprensa local: TRIBUTO A SIMONAL - em 01 de janeiro de 2004, no Jornal O Estado do*

Maranhão; A LIBERDADE É UMA CONQUISTA - em 16 de maio de 2004, no Jornal O Estado do Maranhão; Políticas Afirmativas, em 29 de agosto de 2004, no Jornal O Estado do Maranhão; O Gol de Placa do Grafite, em 17 de abril de 2005, no Jornal O Estado do Maranhão; Tributo a Rosa Parks, em 30 de outubro de 2005, no Jornal O Estado do Maranhão; Elementar Meu Caro Watson, em 12 de novembro de 2007, no Jornal Pequeno.

Logo, não sou um noviço rebelde, oportunista, em relação a essa horrenda chaga social que assola este país, que manteve, por mais tempo, no Mundo, a escravidão dos negros. Ademais, não me venham com frases ocas, **clichês**, atribuídas ao ator norte-americano Morgan Freeman, ou mesmo ao líder Sul-Africano, Nelson Mandela, pregando que deveríamos deixar de lado essa luta, essa evidenciação, por demais triste, em nome da pseudo paz social, que rotulo como *a paz dos cemitérios*, até pior do que a ‘paz dos cemitérios’, pois, após a paz dos cemitérios as almas vivem e os corpos estão mortos. Aqui, no espaço terráqueo, parafraseando, não literalmente, a filósofa francesa Simone de Beauvoir: Deixarão viver os corpos, porém matarão os espíritos.

Afinal, quem conhece a luta dos negros americanos, comandada por vários líderes, que não se calam diante das iniquidades sociais dos negros, entre eles, Martin Luther King, assassinado; quem conhece a luta de Mandela, preso por décadas, face à sua inconformidade com a situação dos negros sul-africanos, sabe muito bem da montagem ou descontextualização de tais frases, que não enobrecem, muito pelo contrário, que as reproduz.

Por assim ser, acredito que com o destaque desse assunto, por diversos cidadãos e cidadãs, teremos, mais cedo ou mais tarde, o tratamento adequado dessa doença mental, que é o racismo, pela nossa sociedade, tido pelo Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, como *apartheid social*. Afinal, outras sociedades enfrentaram esse problema de *insanidade social e mental*, e não fingiram a sua inexistência, por consequência, são muito mais inclusivas do que a nossa. Do contrário, restará a consagração do *Dia da Paciência Negra*, ao invés do *Dia da Consciência Negra*, dia em que refletimos sobre essa nódoa social e cristã desumana, que deveria pesar na consciência de todos aqueles que habitam este país.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 20 de novembro de 2017

DA SOCIEDADE ANTAGÔNICA À SOCIEDADE HARMÔNICA

Extrai o título deste artigo dos comentários do cientista político italiano, historiador do pensamento, escritor e senador vitalício italiano, Norberto Bobbio (1909 a 2004), no livro da sua autoria, intitulado *LIBERALISMO E DEMOCRACIA*, Editora Brasiliense, 1988, quando abordou o ensaio: *A ideia de uma História Universal e um Ponto de Vista Cosmopolita* (1784) de autoria do pensador alemão Immanuel Kant.

Segundo Bobbio, Kant entenderia como antagonismo a tendência do homem de satisfazer os próprios interesses em concorrência com os interesses de todos os demais: uma tendência que excita todas as suas energias, e o induz a vencer a inclinação à preguiça e a conquistar um posto entre os seus consórcios. Residiria nessa concepção de antagonismo, na interpretação de Bobbio, o núcleo essencial do pensamento liberal.

Embora não esteja claro, no texto de Norberto Bobbio, quando aborda o antagonismo é fecundo, no referido livro, presume-se que, enquanto o antagonismo está na raiz do individualismo, conforme comenta, a solidariedade é um dos fundamentos primaciais dos que condenam o liberalismo, e defendem maiores ações dos Estados, reduzindo o seu minimalismo, como pregam os liberais, em prol da desarmonia.

Para que venhamos aquilatar os malefícios das práticas dos cânones do liberalismo para o mundo, redundante em antagonismos, importa destacar parte do artigo de autoria de Tim Vickery, colunista da *BBC Brasil*, bacharel em História Política pela *Universidade de Warwick*, intitulado *Thatcherismo* abriu as portas da barbárie, que não fecharam até hoje: Quatro décadas atrás, Margaret Thatcher iniciava a campanha que não somente a conduziria ao posto de primeira-ministra do Reino Unido, mas também lançaria um modelo que acabou por conquistar o mundo. Os princípios do *thatcherismo* viraram as certezas globais de ponta-cabeça. E, bem no centro do projeto, havia uma mentira enorme.

Essa grande mentira vendida para o mundo, conhecida como liberalismo ou neoliberalismo, como solução para os problemas sociais e econômicos, que afligem diversos países, não para de ser contada, aqui e alhures, aos incautos, sem que os seus preconizadores apontem casos de sucesso das medidas defendidas por Hayek, Friedman e outros

pensadores econômicos liberais. Porém, ao contrário da escassez prática dos casos de sucesso do neoliberalismo, temos diversos exemplos do seu fracasso.

Como exemplo desse fracasso, apontamos a crise econômica mundial, que, desde 2007, atormenta diversos países, porém, antes da referida crise, os lucros foram privatizados, principalmente, na Inglaterra e EUA, sob a batuta dos conservadores e republicanos, ambos norteados pelos pensamentos retrógrados, estimulantes dos antagonismos, para depois os prejuízos serem socializados com a população pobre desses países e de diversos outros países do mundo.

No Brasil, a *marolinha* foi muito bem administrada no início, com políticas econômicas keynesianas, buscadoras da harmonia. Porém, posteriormente, foram adotadas medidas econômicas conservadoras, intituladas de *macroprudenciais*, que, cumuladas com outras do mesmo jaez, redundaram na substancial redução das atividades econômicas e todas as suas consequências deletérias, como exemplo, entre muitos, o aumento do desemprego e da violência. Por outro lado, focando a sociedade harmônica, não se pode deixar de considerar o papel que deveria ser desempenhado pelo Estado, no sentido pleno da palavra.

O já citado jornalista Tim Vickery, na BBC-Brasil, em outro texto intitulado grandes mudanças são possíveis em uma geração, mas é preciso ter um projeto de Estado, demonstra, de forma sobeja, o papel que o Estado poderia desempenhar na promoção social e econômica das pessoas.

Para que se possa aquilatar a pertinência do referido texto ao assunto que abordo, neste artigo, reproduzo a sua parte, nas palavras de Vickery: *Por outro lado, posso ter uma visão mais otimista do que muitos brasileiros porque sei que a situação em que as pessoas estão não necessariamente é o que elas são, ou, melhor dizendo, o que poderiam ser. Tenho a história da minha família como prova e consolo. Também tenho uma amiga francesa, filha de imigrantes argelinos analfabetos, que fala sete línguas. Grandes mudanças são possíveis no espaço de uma geração. É necessário haver um projeto de Estado porque tem coisas que dificilmente o mercado resolve. Mas o potencial humano existe. Nas condições certas para um avanço coletivo, um jumento da lama pode virar um magnífico cavalo de corrida.*

Adensando os parâmetros da harmonia, em desabono às pregações liberais e neoliberais que levam a humanidade para os caminhos da sociedade antagônica, destaco mais um texto em prol da harmonia que as ações estatais podem desencadear. Para tanto, valho-me das palavras

de Mark Blyth (Professor de política internacional na Brow University, com doutorado em ciência política na *Columbia University*) no prefácio do livro da sua autoria intitulado *AUSTERIDADE A HISTÓRIA DE UMA IDEIA PERIGOSA*, Editora Autonomia Literária, 2017: *O que me possibilitou que me tornasse o homem que sou hoje foi exatamente aquilo a que hoje se atribuí a culpa de ter criado a crise: o Estado, mais especificadamente, o chamado Estado de Bem-Estar irrealista, demasiado grande, paternalista e fora de controle. Esta afirmação não passa não passa no teste de olfato. Por causa do Estado de Bem-Estar britânico, por mais miserável que fosse em comparação com seus primos europeus mais ricos, nunca tive fome. A pensão da minha avó e as refeições gratuitas na escola trataram disso.*

Poderia concluir este artigo, com as palavras de Mark Blyth, porém, as normas acadêmicas não permitem que se conclua o texto com citação de terceiros. Todavia, fica meridianamente claro que as experiências pessoais de sucesso que o Estado pode proporcionar aos seus mais necessitados cidadãos, via as políticas públicas de inclusão social, tão detestadas pelos liberais ou neoliberais, não se limitam às experiências pessoais de Vickery e Blyth, retratadas nos textos acima referidos, e sim nas estórias vivenciadas e que poderiam ser contadas por milhões de pessoas mundo afora. Felizmente, tenho sido coerente, pois, ao longo de mais ou menos vinte anos, venho defendendo as políticas de bem-estar-social, visando os caminhos da paz e harmonia social, afugentando os antagonismos.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
 Por Manoel Rubim
 Em 22 de março de 2018

DEIXARÃO VIVER OS CORPOS, PORÉM, MATARÃO OS ESPÍRITOS.

Ysa Bessa, ao compartilhar essa matéria da sua página de *Facebook*, aproveitou para endossar o seu conteúdo, originário da melhor e mais independente revista semanal deste país, na minha opinião, no caso, *A Carta Capital*, matéria, cuja fonte, é o *Instituto de Estudos Políticos de Paris*.

Realmente, no nosso Congresso Nacional, imperaram – como já afirmei inúmeras vezes, em diversos artigos da minha autoria, publicados na imprensa local, há vinte anos – os interesses dos Grupos Econômicos e Financeiros poderosos, que financiam as eleições de diversos Deputados Federais e Senadores, alguns inclusive, via o famoso *Caixa Dois*, enriquecendo-os, em detrimento dos interesses brasileiros, como provam as apurações em cursos, algumas, lamentavelmente, já prescritas.

Logo, existe um grande divórcio entre a vontade popular, expressa nas escolhas dos eleitores, e as políticas públicas, de um modo geral, gestadas pelos parlamentares, e, até mesmo, originárias do Poder Executivo, que por mais independente dos que financiam as campanhas políticas deste país e identificado com a vontade popular, não consegue colocar em prática as políticas públicas pactuadas ao longo dos processos eleitorais, pois os pactos políticos entre membros do executivo e do legislativo estão viciados, como acima explicitado.

Assim sendo, caberia à *Cidadania Participativa*, utilizando os modernos meios de comunicação – e não os dominados pelas elites políticas e empresariais, que imperam nos meios da imprensa, de um modo geral, refiro-me sim, às *Redes Sociais, Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*, para lembrar o título do livro do sociólogo espanhol, Manuel Castells – esse papel de resistência-crítica e conscientizadora, para as mudanças de costumes políticos que obstaculizam os avanços, neste país, há séculos, via pactos políticos das elites retrógradas, abençoados pelos áulicos que estão a proliferar nas *Redes Sociais*, saboreando as sobras de um banquete, que lhe são servidas, para manterem-se fiéis e subservientes aos *Donos do Poder*.

Todavia, importantes segmentos que poderiam capitanear essas transformações, quer na iniciativa privada, quer no serviço público, estão com os olhos voltados para os seus interesses, nos vãos desejos de que as suas pretensões salariais e outras mais, serão satisfeitas pelos *Donos do Poder*, que reagem, de forma silenciosa e adrede, visando enfraquecer todos os aparelhos de Estado, assim como as Entidades Sindicais, pois o que deve imperar nas *Mentes e Corações* da elite conservadora e retrógrada, é que *os corpos devem continuar vivendo, porém os espíritos devem ser mortos*, conforme vaticinou a saudosa pensadora social francesa *Simone de Beauvoir*, no lapidar livro intitulado de *Pensamento de Direita*, que preferiria fosse intitulado de *Pensamentos dos Retrógados*.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
Por Manoel Rubim
Em 29 de janeiro de 2018

DEMOLIÇÃO DOS MITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As forças reacionárias deste país - que calam, por motivos óbvios, diante da péssima aplicação dos recursos públicos, assim como dos desvios dos mesmos, e, ainda, dos volumosos recursos que são destinados aos pagamentos de juros pelas três esferas dos governos, a União Federal, Estados e Municípios - já estão se movimentando, sob o manto protetor da grande imprensa deste país, através, principalmente, das redes de televisão e jornais de circulação nacional, em prol das onipresentes reformas, especialmente das reformas previdenciárias e trabalhistas. Com certeza, tais formas de proceder se coadunam com o que Simone de Beauvoir intitulou de *Pensamento de Direita*.

Por decorrência dessa ação esperada dos conservadores - vale enfatizar, das forças reacionárias do Brasil - propunha-me criticar a inação dos sindicatos, que deveriam proporcionar palestras e debates, para que fossem confrontadas ideias sobre as legislações trabalhistas e previdenciárias deste país, entre outros assuntos, como forma de fazer um certo contraponto com as verbalizações fossilizadas daqueles que somente querem reduzir, ainda mais, a participação dos rendimentos originários do trabalho, no total da riqueza nacional, em benefício do aumento da participação dos rendimentos do capital no PIB brasileiro.

Afinal, minha experiência, nas décadas de oitenta e noventa, passadas, como dirigente sindical, proporcionaram-me o entendimento de que tais entidades deverão fazer análises da conjuntura, com o fito de antecipar os debates dos assuntos que estão sendo discutidos ou mesmo serão discutidos na sociedade, em futuro próximo, para que os seus associados, ou mesmo a sociedade, de uma forma ou de outra, possam participar dos grandes debates nacionais, não ficando à margem do processo decisório, que redundará na implantação das políticas públicas.

Assim é que, a par de discutirmos com especialistas assuntos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista etc., enquanto estive à frente de entidades como a *Delegacia do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil*, neste Estado, convidamos e tivemos as presenças de todos os candidatos a Prefeito desta Cidade, assim como de Deputados Federais das várias correntes partidárias, com o fito de abordar assuntos de interesse social.

Logo, fiquei deveras alegre ao deparar-me, esta semana, com uma publicação intitulada *INTEGRAÇÃO*, do *SINDIFISCO NACIO-*

NAL, Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, Edição 9, de Julho de 2010, na qual são destacados, entre outros assuntos importantes, não somente de interesse dos *AFTNs*, porém de interesse da sociedade, como *Sindicato incentiva debate sobre Previdência Social e desmistifica déficit*.

Há muito, venho enfatizando a necessidade de que venhamos a tirar o *véu sombrio* que cobre vergonhosamente os chamados déficits da previdência pública (*Regime Geral da Previdência Social*) e da previdência dos servidores públicos, véu esse que esconde os propósitos das mentes retrógradas e eivadas de interesses escusos, que querem reduzir, a todo modo, os benefícios sociais, para que venham a sobrar recursos para a perpetuação das iniquidades sociais, a par de fazerem prevalecer a previdência privada, que é salutar, enquanto previdência complementar.

Em princípio, retiro o manto protetor que encobre o propalado déficit da previdência pública, Regime Geral. Sabemos que este país dispõe do Orçamento da Seguridade Social, que envolve, entre outros benefícios, os relativos à saúde, previdência e assistência social, conforme caput do artigo 194 da *Constituição da República Federativa do Brasil, CRFB*.

Logo, reputo como mal-intencionadas as tentativas de confundir a opinião pública, tratando de *Previdência Social*, quando estão tratando de *Seguridade Social*, pelo visto acima, muito mais abrangente.

Ora, dispõe o artigo 195 da *CRFB*, que: *A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais.*

Quais seriam essas contribuições? Os incisos I a III do mencionado artigo determinam que sejam: as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, figurando como contribuintes os empregadores e empregados; a contribuição social sobre o lucro; a contribuição sobre o faturamento, quais sejam, o *PIS e a COFINS*; a contribuição incidente sobre concursos e prognósticos, assim como a incidente sobre a importação de bens e serviços para o exterior.

Todavia, a evidenciação do propalado déficit da Previdência, nunca devidamente comprovado, é sempre determinado com base na simplória comparação entre o montante arrecadado originário das contribuições dos empregados e empregadores, com o que foi gasto com as chamadas despesas previdenciárias, esquecendo-se, de forma proposital, os demais recursos que integram o orçamento da seguridade social.

No que tange à previdência dos servidores públicos, importante destacar que na última reforma previdenciária, em nome da sustentabilidade do regime, foram adotadas algumas regras que inibiram tais benefícios, entre outros, o da idade mínima, 60 anos, para a aposentadoria, prejudicando aqueles que, por necessidade, começam a trabalhar e contribuir para a Previdência mais cedo.

Por outro lado, foi adotada uma eterna, prosaica e injusta contribuição previdenciária para os servidores públicos. Ou seja: o servidor público, mesmo após a sua aposentadoria, assim como os (as) pensionistas, pagarão contribuição previdenciária. Para que seja avaliada a injustiça dessa contribuição dos aposentados e/ou pensionistas, observe-se que, em se tratando da *Previdência do Regime Geral*, existe uma regra constitucional de imunidade (inciso II da letra c do artigo 195 da *CFRB*), que determina a não incidência da contribuição previdenciária sobre a aposentadoria e pensões concedidas pelo regime geral da previdência social.

Oportuno enfatizar que os servidores públicos, ativos e aposentados, inclusive os (as) pensionistas, contribuem para a previdência social com 11% sobre a totalidade dos seus rendimentos. A título de exemplo, o servidor público que ganha R\$ 6.000,00 por mês terá descontado do seu salário, como contribuição previdenciária, R\$ 660,00 (11% sobre R\$ 6.000,00). Em se tratando do mesmo rendimento percebido por um segurado pelo *Regime Geral da Previdência*, a contribuição do empregado seria de R\$ 334,30 (11% de R\$ 3.038,99), teto salarial.

Logo, urgem que dois mitos, no mínimo, da Previdência Social deverão e necessitarão ser demolidos, para que a sociedade possa discutir o futuro da previdência social neste país. O mito do déficit do regime geral da previdência e o mito das regalias das aposentadorias dos servidores públicos.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
Em 2 de agosto de 2010

Republicado no site:
<http://jimpereira.blogspot.com/2010/09/demolição-dos-mitos-da-previdencia.html>

DESIGUALDADE E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Na primeira semana deste mês de maio, tomei conhecimento de um estudo do IPEA intitulado de *Desigualdade e Justiça Tributária*, que tratou da *Desigualdade na Repartição da Riqueza no Brasil, Baixa Carga Tributária Líquida Operacional e Injustiça Tributária no Brasil*. Irei abordá-los, em que pese já ter discutido alguns dos seus aspectos, nos nossos trabalhos intitulados de: *Tributos no Mercosul* apresentado no Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1996 em Fortaleza-Ceará; *Impostos sobre a Renda e Valor Agregado no Brasil e a Harmonização Tributária no Mercosul* apresentado na XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade, 1999, em Puerto Rico; *A Carga Tributária, o Gasto Público, a Informalidade e o Contribuinte Cidadão* publicado na *Revista Tributária Municipal da Prefeitura de São Luís*, nº 02 de setembro de 2006, e no artigo *Evolução da Carga Tributária* publicado, em 01/10/2007, neste JP.

A Desigualdade na Repartição da Riqueza no Brasil é uma verdade incontestada.

Para atenuá-la, alguns bilhões de reais estão sendo destinados aos mais pobres, via programas sociais, afora outras iniciativas. Não se deve perder de vista, todavia, que os recursos que pagam os juros exorbitantes, que consomem, anualmente, mais de 100 bilhões de reais, dos orçamentos públicos, poderiam ser destinados para fazer face aos investimentos em estradas, portos, aeroportos, saneamento básico, assim como em prol da Educação, Saúde, Segurança etc.

É óbvio que tal sangria de recursos para pagamento dos juros da dívida pública não beneficiará aos mais pobres, mas, e, sim, aos mais ricos, agravando, sobremodo, a *Desigualdade na Repartição da Riqueza no Brasil*. Porém, não se poderá esquecer que os bilhões de juros pagos, atualmente, decorrem do substancial aumento da dívida pública interna, que saiu, no início do governo passado, dos 50 bilhões de reais, para chegar, ao final do mesmo governo, aos 500 bilhões de reais, estando hoje, aproximadamente, em 1 trilhão de reais.

Esquecido pelos críticos da *Carga Tributária do Brasil*, o segundo foco do estudo do IPEA é a *Carga Tributária Líquida Operacional*, que é determinada pela redução dos benefícios previdenciários e assistenciais do total arrecadado pelos governos, dividindo-se o resultado dessa subtração pelo valor do PIB.

Os pesquisadores do IPEA colocam mais *combustíveis* para incendiar as polêmicas que surgirão, pois reduziram, ainda, os valores

pagos a título de juros, do montante arrecadado, chegando a uma *Carga Tributária Líquida Operacional* de 12% do PIB. Ou seja, de uma carga tributária total, estimada em 35,7% do PIB, o Governo dispõe de apenas 12%, líquidos, do PIB, para os demais custeios e investimentos.

A Injustiça Tributária no Brasil - terceiro foco do estudo do IPEA – caracteriza-se pelo fato de que prevalecem no nosso *Sistema Tributário* os tributos indiretos, tendo em vista que tributamos mais o consumo do que o patrimônio e a renda. Caso venhamos a comparar a quantidade de pessoas que declararam imposto de renda neste país, com as que se declararam isentas, em 2007, respectivamente, 22.519.660 e 66.584.004, perceberemos um dos motivos de tais distorções. Por outro lado, em um país em desenvolvimento, os governos sempre não avançam muito na tributação daqueles que têm mais capacidade para poupar, que os economistas chamam de *propensão marginal a poupar*, preferindo tributar o consumo, porquanto não existe investimento, sem poupança, seja ela pública, seja privada seja externa.

Como medida atenuadora dessa presumível maldade da política tributária, temos a disposição o instrumento da tributação seletiva, que implica na isenção, ou tributação com alíquota zero, de vários produtos, como os da cesta básica, remédios para doenças crônicas, livros etc., ou ainda a tributação de alguns produtos essenciais com alíquotas menores.

Quanto à pouca progressividade do imposto de renda no Brasil, me vem à mente um comentário que fiz diante de um seletivo grupo, quando afirmei, o que hoje o IPEA evidencia, que antes da lei 7713/88, o *IRPF* era mais justo, provocando a irônica observação dos presentes: então, éramos felizes e não sabíamos!

Para concluir, aduzimos o seguinte: a prevalência da tributação direta, neste país, além do que foi abordado, deverá ser antecedida por uma nova postura da nossa sociedade diante da sonegação de tributos, em termos de penalização dos sonegadores, levando-se em conta que, inobstante termos uma legislação focando os crimes contra a ordem tributária, possuidora de sanções, inclusive, privativas de liberdade, os contumazes sonegadores continuam livres, aumentando, com as torpes práticas, a desigualdade social, e inibindo a Justiça tributária.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 26 de maio de 2008

Republicado no site:

www.ipea.gov/003/0301009.jsp?ttCD_CHAVE=4780

DO MOMENTO EGOÍSTICO-PASSIONAL AO ÉTICO-POLÍTICO

Vivenciamos no Brasil um momento egoístico-passional, e não, como deveria ser, entre pessoas civilizadas, um momento ético-político. As páginas da internet estão impregnadas de acusações entre os partidários de Dilma Rousseff e, do outro lado, os de Aécio Neves, os dois candidatos a Presidente da República, nas últimas eleições. Nunca vi, durante a minha existência, acusações tão torpes. Chegam a chamar a Presidente de anta e outros termos do mesmo jaez, assim como os eleitores de Dilma de jumentos.

Fico espantado, pois alguns desses insultos à Presidente Dilma partem de mulheres, que têm todo o direito de discordarem e criticarem a Presidente Dilma, porém acredito que em a desrespeitando com rótulos tais, não estão somente degradando a instituição *Presidência da República*, que deveria ser preservada, porém a própria dignidade da mulher brasileira, que conseguiu chegar aonde chegou, após vários séculos de luta, contra o preconceito em relação à mulher.

Fui gestor em vários momentos da minha vida, e sempre tive diversas mulheres, ao meu lado, em cargos de destaque, desempenhando a contento as suas funções. O meu espanto é que alguns dos nossos ex-presidentes, mesmo com conceito político, junto à população, igual ao da Presidente Dilma, acusados de diversas maracutaias, jamais foram insultados, por mulheres, como está sendo a nossa atual Presidente. Sinceramente, acredito que se trata de algo que merece um estudo sociológico.

A propósito dos momentos egoístico-passional e ético-político, concluí a leitura de um livro, intitulado *A POLÍTICA EM GYÓRGY LUKÁCS*, de Ranieri Carli, da *Coleção Ciência Política da Cortez Editora*, volume 49, 2013, e fiquei deveras impressionado com algumas passagens do referido livro. Logo, destaco o seguinte texto: *A afirmação e a negação da política devem ser dois lados de uma mesma moeda. Não se registra em estudos etnológicos uma sociedade sequer que não seja obrigada a interromper o fluxo do seu cotidiano para debater acerca do destino da generalidade, o que implica a passagem do momento egoístico-passional para o ético-político de que fala Gramsci, ou a posição de valores autênticos da generalidade de que fala Lukács.*

Esse pequeno texto nos permite várias ilações, que tentarei fazer, contextualizando-as com o momento em que vivemos. Acredito

que os momentos de ódio explícito que estamos a vivenciar no Brasil caracterizam-se como de negação da política, ao contrário da sua afirmação. Afinal, política, para Lukács, em seu livro intitulado *Ontologia do Ser Social*, significa: um complexo universal da totalidade. Ora, um complexo universal da totalidade não deve envolver, somente, um dos lados da contenda política. Há de haver diálogos, diálogos esses norteados não pelos cânones da minoria, e sim pelos cânones da maioria.

Logo, é de se intuir que, enquanto outra eleição não vier, as partes envolvidas na luta política devem buscar o consenso mínimo e não desejar que o outro sangue, como afirmou de forma abrupta e grosseira o Senador Aloysio Nunes Ferreira, afinal, quem estará sangrando, nesse caso, é o povo brasileiro, como estamos a assistir. Afinal, pesquisa de opinião não serve para mudanças de governo, no máximo poderá servir para mudanças de formas de gerir a coisa pública, a gestão governamental. Essa busca de entendimentos impõe-se em nome da governabilidade, porquanto, sem governabilidade, seremos um país à deriva, com sérias consequências para todos. Por consequência, contextualizando o texto de Lukács na situação em que estamos a presenciar, através das notícias em jornais, televisão e redes sociais, no Brasil, surge cristalino o império da negação da política, em outras palavras, do egoísmo-passional.

Para que venha imperar a afirmação da política, via ações ético-políticas, configura-se necessária, conforme destacado anteriormente, a interrupção do cotidiano da sociedade para o debate do destino da generalidade, conforme Antônio Gramsci, ou mesmo a proposição de valores autênticos da generalidade, nas palavras de Lukács. Dessa forma, sairíamos da práxis política caracterizada como egoístico-passional, que nas palavras de Gramsci caracterizariam a pequena política: a luta por cargos estatais e a negociação nos corredores dos parlamentos, é o mero arranjo de frações das classes dominantes alinhando-se numa determinada disposição no poder etc. Por outro lado, a grande política é a luta pela transformação e a permanência da correlação das forças em jogo. Observem a contextualização das palavras de Gramsci no atual quadro político brasileiro, marcado por ações típicas da pequena política.

Essa transição do egoísmo-político para o ético-político, que se impõe, no momento, neste país, foi chamado de dimensão catártica da política, por Antônio Gramsci, pois os atores políticos, incluindo-se o povo, passariam a ter em mente a consciência do pertencimento à generalidade humana. Sem essa consciência de pertencimento, com o privilégio do eu, em relação ao ser social, sem a transição do momen-

to egoístico-passional ao ético-político, continuaremos a navegar, sem sairmos do mesmo lugar, sujeitos às fortes tempestades, que os tempos tenebrosos estão a anunciar

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 24 de agosto de 2015

DOUTOR HEIDER QUEIROZ FREITAS: COMPETENTE, CULTO E EXEMPLAR ADVOGADO

Sinto-me no dever de homenagear, nesta data, *Dia dos Advogados*, um advogado que conheci, ainda criança, e aproximei-me dele, enquanto adolescente, por volta dos 16 anos, aproximadamente, através, de um amigo comum, Antônio Vieira.

O nome do referido advogado, encima a presente crônica: Heider Queiroz Freitas. Nascido, na primeira década do século passado, século XX, e a caminho do firmamento no final dos anos 1980, Doutor Heider Freitas, era um amigo do meu pai, Ovídio Victor da Silva.

Ele foi uma das pessoas — após os meus pais — juntamente com Antônio Vieira, que mais influenciou, positivamente, a minha vida, tendo em vista que após a morte do meu pai, diariamente, estava com eles, inclusive nos finais de semana. Logo no início das manhãs, fazíamos ginástica na casa do Dr. Heider, ginástica essa emoldurada por um auspicioso bate-papo, oportunidade em que pontificavam comentários sobre fatos políticos, históricos, literatura, poesia e tudo o mais. Uma riqueza cultural incomensurável.

Testemunhas vivas desses auspiciosos momentos são: os médicos Domingos Costa e Amazonas; os engenheiros Sadi Ericeira Filho, Lúcia Cristina Trabulsi, Ericeira e Paulo Trabulsi Ericeira, assim como a mãe dos últimos, Senhora Mary Trabusi Ericeira, , além de muitos outros, que frequentavam quase todas as manhãs, o que chamávamos, em tom de brincadeira, a *Academia de Mister Heider* , que ficava em sua casa, no final do segundo quarteirão da *Rua Sílvio Romero, no Retiro Natal*, sendo que a nossa casa inicia e a dele finalizava o quarteirão, no cruzamento com a *Rua Teófilo Dias*.

Doutor Heider Freitas chamava-me pontualmente às cinco da

Matina, debaixo do *janelão da minha casa*, e começamos, na nossa calçada, os primeiros movimentos, digamos, de aquecimento, para depois enfrentarmos os pesos, e os equipamentos de ginástica, todos eles feitos artesanalmente, frutos da mente privilegiada de Antônio Vieira, que recuperou várias pessoas doentes, inclusive seu Biné – alfaiate, vítima de um AVC, amigo do Dr. Heider – com os exercícios do método de ginástica de Muller, Jorgen Peter Muller (1866-1938).

Meu saudoso e querido amigo, Doutor Heider Freitas dormia por volta das 17 horas e acordava às 24 horas, oportunidade em que começa os seus estudos e leituras, que se alongavam até às 5 da matina. Era possuidor de uma vasta biblioteca, com os melhores livros de Direito, inclusive toda a coleção de Pontes de Miranda, além de inúmeros outros, afora grandes nomes da literatura mundial – como, entre outros, a *Comédia Humana, de Honoré de Balzac* – historiadores, sociólogos e políticos. Um dos momentos marcantes na minha vida, com ele, foi quando recomendei que lesse a obra de Erich Fromm, que eu havia lido e ficado com uma boa impressão.

Doutor Heider, não somente leu, como gostou tanto que comprou todos os livros de Fromm, entre eles, os clássicos *O Medo da Liberdade* e a *Anatomia da Destrutividade Humana*, tão atual, nos tempos em que vivemos. Afinal Fromm, Doutor em Filosofia, era um psicanalista, nascido na Alemanha, e foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que mais tarde se tornaria conhecida como *Escola de Frankfurt*, ao lado de Karl Korsch e vários outros pesquisadores, que depois passou a ser identificada com os nomes de Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse.

Fromm participou da pesquisa sobre a *personalidade autoritária* que fez a previsão da ascensão do nazismo. Como advogado, Dr. Heider foi *Procurador na Prefeitura de São Luís*, sendo sempre colocado em disponibilidade, por, segundo ele, defender o que ele entendia como legal, em seus pareceres, e não os entendimentos dos então Mandatários Municipais, sempre viesados pelos interesses políticos eleitores, como afirmava.

Assim, mantinha um escritório de advocacia, na *Rua Herculanoparga*, em um prédio, até hoje existente, nos fundos do antigo *Ferro de Engomar*. Lá assessorado, sempre, por duas secretárias — sendo que uma delas encontro de vez em quando — ditava as suas peças jurídicas, muito bem fundamentadas e escritas, em culto português, que eram datilografadas em máquinas de escrever. Entre uma causa que lhe rendesse boa soma, e outra que buscava reaver o direito de um deserdado, sempre optava pela segunda, pois era um defensor das boas cau-

sas, como sempre afirmava, geralmente contra poderosos, instituições e pessoas físicas.

Certa feita, estava com ele, em uma *Sessão do Pleno do Tribunal de Justiça*, na qual defendia uma pobre viúva, cujo prédio que alugava e mantinha a sua sobrevivência e dos seus filhos, fora invadido por uma *família, que se achava poderosa*, então encrustada na tesouraria de um importante órgão público. Na oportunidade, como decano da advocacia, foi homenageado pelos Desembargadores presentes, lembrando-me das palavras marcantes e reconhecedoras do seu talento e combatividade, pautados na ética, proferidas pelo saudoso Desembargador Araújo Neto, pai do nosso amigo poeta Casas de Lima.

Bondoso, ajudou a educar várias pessoas, pagando escolas e comprando livros e roupas, e até mesmo alimentando-as. Com um homem que utilizava profundamente o intelecto — tão raro nos tempos de hoje — não fugia do debate, destacando os que de vez em quando travava em jornais locais, principalmente, no *Jornal Pequeno*. Não sei se será possível, porém, deveriam ser pesquisados os artigos que escreveu, no *JP*, sobre a tributação dos *Foros e Laudêmios*, especialmente no que respeita à caracterização, ou não, da *Ilha de São Luís*, nos seus escritos, como *Ilha Oceânica*, sob a ótica do *Direito e da Geografia*.

Há alguns anos, uma pessoa encaminhou-me um e-mail, identificando-se como neto do Doutor Heider, solicitando-me informações sobre sua pessoa, tendo presente que havia lido um artigo da nossa autoria, publicado em jornal local, no qual Doutor Heider Freitas havia sido citado. Logo, gostaria de saber informações sobre o seu avô, como ele era.

Segue, no texto acima, caro amigo, um pouco do que conheci do seu avô. Orgulhe-se dele, como me orgulho de ter sido seu amigo, sem interesses materiais, porém, com o qual aprendi muito, nas nossas conversas, durante a semana, inclusive sábado, durante as ginásticas, e nos domingos e feriados, geralmente à tarde, em que ficávamos horas e horas conversando, sorvendo um pouco da sua sabedoria.

Digo e afirmo sempre: tirei e tiro ótimos proveitos, ao conversar com pessoas mais experientes e amigas, além de lhes fazer companhia.

Obrigado, Mister, obrigado Doutor Heider Queiroz Freitas. Almejo que sua boníssima alma, no espaço cósmico, esteja, como o senhor sempre foi na vida terráquea, alegre e bondoso, na companhia do seu inseparável amigo, Antônio Vieira, e do meu pai, Ovídio Victor da Silva, entre outros amigos e amigas, hoje guias espirituais, que continuam a seguir e guiar os nossos caminhos.

Com esta crônica homenagem, também — pela passagem do dia 11 de agosto — a minha filha, advogada Emanuele Rubim Costa e Silva, meus parentes, por parte de pai, Walter Castro Silva, (pai e filho) e por parte da mãe, Marcelo Rubim Lobato Rubim e Mychelly Rubim Lobato, assim como os demais parentes e amigos advogados.

Publicado no Jornal Pequeno, na Esfera Pública, e no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 11 de agosto de 2015

DVA: UMA ALTERNATIVA PARA A AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

No memorável Congresso Nacional dos Auditores Fiscais, CONAF - em novembro de 1998 -, promovido pela UNAFISCO SINDICAL, então sob o comando do colega e amigo, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Nelson Pessuto, em Canelas, Rio Grande do Sul, apresentei a Tese 18 do CONAF/1988, aprovada nas Comissões Técnicas e no Plenário do referido Congresso, passando a fazer parte dos anais do mesmo, tese essa intitulada *A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - UMA ALTERNATIVA PARA A AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA POR UNIDADES OU SETORES ECONÔMICOS*.

Naquele estudo, que intitulei de exploratório, pelos motivos que mais na frente irei declinar, buscava enfatizar que não poderíamos ficar evidenciando carga tributária, neste país, somente pela média da mesma, pois tínhamos setores com elevado ônus tributário, que à época chegava a 47,5%, ao passo que outros arcavam com encargo tributário de apenas 20%, sendo que a média girava em torno, em 1998, de 29,84%.

O estudo embrionário tinha o propósito de despertar o mundo acadêmico, a imprensa, assim como os líderes empresarias e até mesmo o Governo para as disparidades da pressão tributária, neste país, que não diz respeito, somente, às pessoas jurídicas, atingindo tais disparidades, ou mesmo, injustiças tributárias, aos assalariados, que suportam o maior ônus do imposto de renda das pessoas físicas.

A propósito do referido estudo exploratório, preparei, inclusi-

ve, posteriormente, um projeto de pesquisa, sobre o assunto, no afã de aprofundar e desenvolver tal estudo; todavia, tal pesquisa exige financiamento, que *os comuns dos mortais* não conseguem obter, quando se trata de pesquisar alguma coisa, que interessa ao país, à sociedade, que não seja o *sexo dos anjos*.

Doze anos depois do mencionado *CONAF-1988*, de repente, na segunda-feira próxima passada, último dia do mês de maio, defronto-me com a principal manchete do jornal *Valor Econômico: Fisco leva 45% da riqueza das S.A.*

Como é que chegaram a tal número, pergunto-me? A resposta encontra-se na mesma matéria, afinal *Os dados foram coletados pelo Valor a partir da Demonstração do Valor Adicionado, peça que se tornou obrigatória nos balanços das companhias abertas com a edição da Lei 11.638/2007, que mudou a contabilidade no país.*

Na citada matéria, percebem-se informações, que já havíamos externado na *Tese 18 do CONAF/1988* - que vão além das potencialidades informativas da *DVA*, no que respeita à distribuição da riqueza gerada nas empresas e a sua distribuição aos acionistas ou sócios, empregados, financiadores, retenção de lucro para investimentos, compra de insumos etc., - tais como setores econômicos que arcam com carga tributária de 64%, como as empresas de telecomunicações, e 29% como as empresas de mineração e siderurgia; outras que suportam ônus tributário abaixo de 25%, como exemplo as empresas de construção, aviação, papel e celulose; empresas que exportam quase toda a sua produção e têm uma pressão tributária de 2%, em função da imunidade tributária, que beneficia os exportadores de produtos e serviços; e, finalmente, as instituições financeiras, incluindo-se bancos, seguradoras e empresas de cartão de crédito, que evidenciaram pressão tributária de 32%.

Inegavelmente, qualquer discussão sobre reforma tributária séria e até mesmo sobre a adoção de políticas de administração tributária - já havia afirmado, há doze anos, na citada *Tese 18 do CONAF/1988* - não poderia prescindir das informações que são evidenciadas na *Demonstração do Valor Adicionado, DVA*.

Não se poderá aumentar, reduzir tributos, conceder isenções tributárias, incentivos fiscais e até mesmo anistia de gravames tributários, sem que se tenham informações sobre a carga tributária suportada por empresas, ou mesmo pessoas físicas, porquanto, do contrário, estaríamos, como estamos, tomando decisões sem as devidas informações. Tal *Demonstração do Valor Adicionado, DVA*, sem que se configure uma panaceia, poderá, também, juntamente com outras informações, ser utilizada para nortear uma reforma tributária que privilegie a des-

concentração da riqueza neste país, como já evidenciei, por exemplo, em artigos intitulados *Por um Sistema Tributário Ótimo, O Futuro Já Chegou e A Nova Contabilidade Social*, artigos esses que foram publicados neste jornal.

Entendo, por outro lado - pela relevância social das informações evidenciadas pela citada DVA, que a faz integrar o *Relatório das Informações de Natureza Social e Ambiental das Entidades, conforme Norma Brasileira Técnica, NBC T 15 -*, que tal demonstração deveria ser de elaboração obrigatória, não somente para as *Companhias Abertas*, tendo presente que se configura como incomensuravelmente útil para estudos econômicos e sociais, que ajudariam, não somente a melhor gerir as empresas, assim como discutir e adotar Políticas sociais e econômicas profícuas, com base em dados reais e não no *achismo*.

Todavia, as análises das cargas tributárias comparadas, tendo presente os dados extraídos das *Demonstrações dos Valores Adicionais, DVAs*, devem ser efetuadas com os devidos cuidados, para que não se venha a incorrer em erros - afinal, inegavelmente, o *Sistema Tributário Brasileiro* é complexo, pelos motivos que o espaço e o foco deste artigo não permitem comentar -, demandando o conhecimento detalhado das diversas incidências tributárias sobre inúmeros produtos, mercadorias e serviços, cujo alheamento poderá levar à falta de percepção, por parte dos analistas, de inocentes ou tendenciosas formas de elaborar as *DVAs*, em detrimento do seu excelente potencial informativo.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim

Republicado no site: <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=10138084&indice=10>

EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA.

Tenho observado, nas últimas semanas, vários artigos e entrevistas, em jornais e revistas, abordando assuntos pertinentes à Educação, considerada um assunto estratégico para o desenvolvimento sustentável deste e dos demais países.

O grande problema é que tais constatações não conseguem in-

fluenciar as mentes dos que elaboram as propostas, ou plataformas de campanha, dos políticos do Brasil. Logo, não se percebe a preocupação de candidatos aos cargos do Executivo e Legislativo com a educação, seja do nível básico seja superior. Creio, pelo que tenho lido e observado, que a sociedade brasileira necessita fazer uma grande discussão sobre as *Políticas Educacionais* que deverão ser implantadas neste país, não somente no que respeita à valorização dos professores – uma necessidade imperiosa –, como também nos processos educacionais, recursos materiais – como salas de aula, equipamentos etc., – não se devendo esquecer da preparação de gestores com perfil e competência administrativa, no pleno sentido, para a administração das escolas, seja em qualquer nível.

Essa necessidade imperiosa de priorizar a Educação, como uma questão estratégica para o desenvolvimento, já foi objeto da plataforma de ações de vários países, redundando nos seus desenvolvimentos, dispensando-se exemplos, tendo em vista serem por demais evidentes.

No que tange à valorização dos professores, conversávamos, em plena festa de *Momo*, há dois anos, com dois profissionais de sucesso, nesta cidade, e lamentávamos que alguns dos nossos melhores professores, quando éramos estudantes, não têm hoje o padrão de vida que deveriam ter, pois a profissão de professor não é valorizada por estas bandas. Chegamos a lamentar que os nossos professores – que foram, também, responsáveis pelo nosso sucesso profissional –, não vivem com salários, ou aposentadorias decentes que lhes permitam sobreviver com dignidade. Resultado, conforme dados do Editorial da Folha de São Paulo de 04 de fevereiro de 2009, constata-se que: *Mais preocupante é a queda no número de diplomados em cursos de formação de professores para o ensino básico. Em 2007, formaram-se 70.507 docentes, 4,5% menos que em 2006. Algumas das maiores reduções envolvem profissionais para ensinar disciplinas obrigatórias, como letras (-10%), geografia (-9%) e química (-7%).*

O desprestígio social dos professores está levando à redução das opções dos jovens pelo magistério.

Enquanto o desprestígio social dos professores acontece neste país, o mesmo não ocorre na Coreia do Sul – um dos países que mais valoriza a Educação, e que alcançou notável posição mundial, em termos tecnológicos –, conforme editorial da *Folha de São Paulo* intitulado o *Valor da Educação: Países que deram um salto na educação, como Coréia do Sul, assumiram a prioridade de recrutar docentes entre os melhores profissionais formados pelas universidades.*

Pode-se reformar de tudo no ensino, mas ele jamais será de

qualidade sem bons professores. E estes não serão atraídos por salários medíocres. Por outro lado, David Marsh, em artigo publicado no Financial Times, intitulado Ainda há motivos para ânimo na Europa, afirma: A crescente disparidade em crescimento econômico entre a Europa e a Ásia começa a causar impressão na consciência pública do Velho Continente. Agora, existe consciência muito mais forte de que a Europa precisa de uma estratégia decisiva em áreas como a pesquisa e desenvolvimento, bem como a educação. Empresas europeias fortes em termos científico-tecnológicos podem esperar ambiente político benévolo nos próximos anos.

Todavia, a melhoria na Educação brasileira não acontecerá, somente, com melhores remunerações dos professores, como já afirmamos acima. Existem outras condicionantes como gerenciamento das instituições de ensino, assim como os próprios aspectos pedagógicos – processo educacional – e condições de apoio e logística.

Cingindo-me ao processo pedagógico, não posso deixar de enfatizar as ideias do *Pensador Social Francês*, Edgar Morin – pesquisador emérito do *Centre National de La Recherche Scientifique*, formado em Direito, História e Geografia, estudioso de Filosofia, Sociologia e Epistemologia – constante do livro intitulado *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*, quais sejam: *compreensão das cegueiras do conhecimento (o conhecimento comporta risco de erro e ilusão, o erro deve ser incorporado ao processo educacional, para que o conhecimento avance; conhecimento pertinente (a união do conhecimento pela transdisciplinaridade seria a solução para a educação do futuro, pela junção do contexto, do global, do multidimensional e do complexo); condição humana (os professores deveriam ensinar a diversidade cultural e, ao mesmo tempo, o que todos temos em comum, promovendo uma espécie de consciência global, com a utilização da literatura, da poesia e artes, pois não somos um algo só e sim indivíduos mais que culturais: psíquicos, físicos, míticos, biológicos, etc.); identidade global como anteparo à lógica da separabilidade (pois tal lógica gerou a consciência da nacionalidade, porém com o avanço da tecnologia da informação o ser humano vive em uma comunidade planetária, cada vez mais o mundo se torna um todo); a incerteza (a escola deveria preparar os seus alunos para viverem em um mundo de constante transformação, em que pese as novas tecnologia, o futuro continua aberto, podendo ser rotulado de incerto); ensinar a compreensão (a comunicação humana deve ser voltada para a compreensão, mais do que educar para a compreensão de matérias, a educação deve educar para a compreensão das pessoas, em prol da solidariedade mo-*

ral e intelectual da humanidade).

Por fim, o renomado Cientista Social destaca a ética do gênero humano, que recomenda, de forma até simplista, que não deveremos desejar aos outros aquilo que não queremos para nós. Observem que se trata de diretrizes para a elaboração de propostas de Políticas Educacionais.

Quanta complexidade teremos de enfrentar, para melhorarmos o nosso processo educacional, na visão do autor, entre outros, do livro que tem o título de *Introdução ao Pensamento Complexo!*

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista

Por Manoel Rubim

Em 29 de março de 2010

Republicado no site:

<http://achix.achanoticias.com.br/noticia.kmf?cod=9723629&indice=0>

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Sempre estou a ouvir críticas contundentes relacionadas à atual carga tributária brasileira. De quando em vez, tais críticas causam-me enormes surpresas, pois partem de pessoas que integraram o staff econômico e financeiro deste país, e, provavelmente, tomaram decisões, ou com elas anuíram, que redundaram no atual Sistema Tributário Brasileiro, STN. Em outros casos, são opiniões de pessoas que não conhecem o histórico das alterações do STN, nos últimos quarenta anos, todavia não perdem a oportunidade para criticá-lo.

Não existiria momento mais propício para a exacerbação dessas diatribes do que este, em que se discute a prorrogação da CPFM. Não pretendo defender o atual **STN**, tendo em vista entender que poderia ser melhor. Todavia, impedindo a implantação de um novo **STN**, temos a difícil construção de um pacto social e federativo (Povo, União, Estados e Municípios). Conseqüentemente, estamos há mais de vinte anos ouvindo falar sobre reforma tributária, sem que a tenhamos concretizado.

Por decorrência do exposto, tentarei evidenciar as principais alterações do **STN**, nos últimos quarenta anos, a partir do que expus

no trabalho intitulado *Os Impostos sobre a Renda e Valor Agregado no Brasil e a Harmonização Tributária no Mercosul*, em 1999, quando da *XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade*, promovida pela *Asociacion Interamericana de Contabilidad*, em Puerto Rico.

Em 1966, a Lei 5.172, *Código Tributário Nacional, CTN*, proporcionou ao Brasil um *STN enxuto*, quando a carga tributária era de aproximadamente 20% do PIB; através da Lei Complementar nº 7, em 1970, foram criados o *PIS* e o *PASEP*, com a finalidade de *integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas*; o *FINSOCIAL*, atualmente *COFINS*, foi instituído, em 1982, pelo Decreto Lei 1.940, com o propósito de *custear investimentos de caráter assistencial em alimentação popular, saúde, educação, e amparo ao pequeno agricultor*; após a redução de 35% para 25% (15% mais adicional de 10% para pessoas jurídicas com lucro tributável anual superior a R\$ 240 000,00) da alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas, surgiu, em 1985, pela Lei 9.249, a Contribuição Social sobre o Lucro, com o fito de financiar a seguridade social; em 1988, face à nova Constituição, ocorreu uma verdadeira *revolução* no campo tributário, em benefício dos Estados e Municípios, pois alguns impostos da União foram extintos (*Impostos Únicos sobre Energia Elétrica, Minerais e Transportes e Comunicações*) e incorporados ao então *ICM*, que passou a ser chamado de *ICMS*, além da transformação da *Taxa Rodoviária Única em IPVA*; com a Lei Complementar nº 77, de 13/07/1993, surgiu o *IPMF*, depois transformado em *CPMF*, para atender programas sociais, entre outros, no campo da saúde pública.

Vejam que tais tributos, de competência da *União*, criados e/ou majorados, após a Lei 5.172/66, serviriam para custear a seguridade social dos mais necessitados, vale dizer: assistência, previdência social e saúde, conforme artigo 194 da *Constituição Federal*. O gasto ou investimento com a seguridade social consome, hoje, significativa parte do *PIB*. A arrecadação das *Contribuições Sociais (PIS, PASEP, COFINS e CPMF)* chegou, em 2006, a mais ou menos 8,5% da riqueza gerada no Brasil, quase 1/4 da carga tributária, que, em 2006, foi de 34.23%. Caso venhamos a medir a carga tributária, sem os gastos com a seguridade social, porém computados os gastos com a previdência, chegaremos próximo de 26%, hoje, equivalente à carga tributária vigente em meados dos anos 70, quando o *STN*, no modelo da Lei 5.172/66, *CTN*, começou a ser alterado para atender aos reclamos sociais.

Logo, posso concluir que o aumento da carga tributária brasileira de 20% para 36%, ao longo de quarenta anos, foi proporcionado, substancialmente, pela criação e/ou aumento das contribuições sociais

sobre o lucro, faturamento e movimentação financeira, em tese, para benefício dos mais necessitados. Afinal, as demandas sociais e as necessidades de políticas públicas de hoje são bem maiores das que tínhamos em 1970. Porém, a par de lutarmos por um sistema tributário mais abrangente, justo e simplificado, deveremos, como cidadãos, acompanhar, fiscalizar e exigir a aplicação dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

Publicado no Jornal Pequeno, na Coluna Palavra de Especialista.
Por Manoel Rubim

GLOBALIZAÇÃO & PRIVATIZAÇÃO

Efetivamente, dois fenômenos não dissociados estão contribuindo, de certa forma, para que possamos repensar os papéis que deverão desempenhar, no mundo de hoje e, principalmente, no amanhã, os chamados Estados-nações, face ao enfraquecimento dos mesmos, diante do gigantismo das organizações transnacionais, pois ainda não temos ideias das consequências que esses fenômenos irão ocasionar nas sociedades, seja aqui, seja alhures. Tais fenômenos, sem a preocupação de apreciá-los na ordem cronológica, são intitulados de *Globalização da Economia* e privatização, termos por demais familiares a todos que habitam este belo e acolhedor planeta terra.

A Globalização, na concepção de integração e interdependência econômica, no entender de alguns, não seria um fenômeno dos dias de hoje, na perspectiva histórica, os seus primeiros sinais remontariam, há pelo menos, cinco séculos, tendo passado por várias etapas, até chegar aos tempos modernos, com forte conotação ideológica, sob o reino do neoliberalismo, em que se sobrepõem os interesses econômicos e financeiros, que levam à desregulamentação dos mercados e à redução ou extinção do estado do bem-estar social, ou *welfare state*, no dizer dos trabalhistas britânicos, democratas americanos ou sociais democratas alemães, para ficarmos somente nessas três vertentes político-partidárias.

O liame entre a Globalização da Economia e o processo de privatização das empresas estatais e não somente dessas empresas, todavia dos serviços antes vinculados às atividades estatais, ensajou ao escritor

australiano Max Barry colocar a sua mente inventiva para funcionar e escrever seu último romance intitulado *Jennifer Government*, em que se destaca a *Logolândia*, local em que a polícia somente perseguiria o bandido se as vítimas pudessem arcar com as despesas, pois o mundo teria sido privatizado. Seria pura fantasia somente cabível em um romance ou novela? Não, com certeza, não. Creio que já deverão ter ouvido falar da possibilidade de privatização das penitenciárias, somente não tendo sido informado pelos oráculos de tal privatização quem pagaria a conta: os familiares dos presos ou a sociedade, via tributos. Convenhamos, é muita imaginação.

Por pertinente ao assunto, não deveremos deixar de levar em consideração as palavras do Doutor Daniel L. McFadden, *Nobel de Economia em 2000*, que do alto da sua experiência como ex-professor do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, da *Universidade de Chicago* e atualmente da *Universidade da Califórnia, Berkley*, afirma que a *Globalização* propicia recursos para projetos de investimentos em benefícios dos países em desenvolvimento que podem gerar emprego e renda, todavia os riscos são grandes, por consequência tais investimentos devem ser regulamentados, para que os recursos sejam investidos de forma produtiva.

Por outro lado, afirma, ainda, o citado Prêmio Nobel, que para a redução dos custos da *Globalização da Economia* e para que os países em desenvolvimento possam colher os maiores benefícios possíveis, deveremos ter governos fortes e um bom sistema tributário, em outras palavras: *Precisam ter o poder de corrigir os efeitos distributivos da globalização e a disciplina necessária para usar tais poderes em benefício do povo ao invés de estimularem e aplicá-los aos interesses políticos*. Palavras da Salvação!

Vejam, pelo teor das considerações do doutor Daniel L. McFadden, concernentes às cautelas que os países em desenvolvimento devem ter em relação à *Globalização*, quão importante é a presença do Estado diante do gigantismo das corporações, que se configuram como atores deveras importantes no processo de globalização, hoje vigente. Observem que os países em desenvolvimento, ao contrário do que preconizam os organismos multilaterais e os ideólogos do *Estado Mínimo*, não devem manter estruturas governamentais frágeis, assim como sistemas tributários fracos e ineficientes.

Francis Fukuyama, consagrado professor de Economia Política na *Escola Paul H. Nitze de Estudos Internacionais Avançados, da Johns Hopkins University* e autor de vários livros de sucesso, como *Nosso Futuro Pós-Humano, A Grande Ruptura e Confiança*, afirma existirem

evidências de que a força das instituições estatais é muito mais importante do que o escopo das funções estatais. Em outras palavras, poderíamos até termos Estados que deixassem de lado algumas tarefas que não lhes são próprias, tais como a exploração de atividades econômicas, típicas de empresas privadas, reduzindo a abrangência das ações estatais, todavia não poderíamos ter Estados institucionalmente fracos.

Em complemento aos seus argumentos em defesa de Estados fortes, Francis Fukuyama, de forma lapidar, destaca que o desempenho superior do Leste da Ásia em comparação com países da América Latina, nos últimos quarenta anos, deve-se muito mais à qualidade superior das instituições estatais daquela região do que à abrangência do foco das atividades estatais. Corroborando com esse ângulo de visão, afirmamos que o processo de mudança do foco das atividades estatais, visando otimizar as ações dos entes públicos, em prol da sociedade, qualquer que seja o nome que lhe seja dado, inclusive privatização, requer um alto grau de capacidade institucional, que não se coaduna com Estados fracos, ou minimizados institucionalmente.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
Em 08 de janeiro de 2006

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é um dos conceitos atualmente mais utilizados no mundo dos negócios, desde o campo acadêmico voltado para as áreas contábeis, econômicas e administrativas, passando pelo jornalismo econômico, mercado de capitais, grandes entidades patronais e sindicais etc. A razão de tanta, digamos, badalação decorre da força do seu conceito que, segundo o *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: *É o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal.*

Por outro lado, segundo o mesmo Instituto, o principal objetivo da *Governança Corporativa* seria: *Indicar caminhos para todos os*

tipos de sociedades por ações de capital aberto ou fechado, limitadas ou civis - visando aumentar o valor da sociedade, melhorar seu desempenho, facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos e contribuir para sua perenidade. Aliando-se o conceito com a finalidade, poderíamos interpretar que Governança Corporativa estaria diretamente vinculada à forma de gerir as empresas, com base em princípios que reputamos fundamentais, tais como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que podem ser considerados vitais, no mundo de hoje, para que uma empresa e/ou entidade tenha continuidade.

As pessoas mais familiarizadas com o estudo das Ciências Contábeis, diante da evidenciação dos princípios acima, logo poderiam intuir que o autor deste artigo teria sido traído pelo inconsciente, pois, em que pese intitulá-lo de *Governança Corporativa*, em verdade estaria falando de Contabilidade. Interpretação errônea, tendo em vista que estou falando de um conceito que abrange interesses multidisciplinares, envolvendo as *Ciências Contábeis, Administrativas, Econômicas, Jurídicas*, em síntese, Sociais. Afinal, ninguém desconhece as funções sociais das empresas e variadas entidades, portanto deveremos empenhar esforços na preservação delas, tendo em vista que somente assim teremos mais empregos, riquezas e, conseqüentemente, disponibilidade de recursos para custear as ações governamentais.

No que concerne aos dos princípios fundamentais da *Governança Corporativa*, podemos enfatizar o seguinte: a transparência não deve cingir-se à mera divulgação de informações, por obrigação legal, sendo importante que haja uma disposição deliberada dos gestores da empresa para informar aos sócios, entes governamentais, fornecedores, clientes, financiadores, enfim, à sociedade; a equidade diz respeito ao tratamento justo e sem distinção entre a empresa/instituição e as suas várias interfaces, não devendo acontecer discriminações, quaisquer que sejam; a prestação de contas dos atos de gestão também deve ser observada de forma rigorosa, porquanto temos exemplos bastantes de empresas/entidades que desapareceram pela falta ou fragilidade das prestações de contas; em relação às responsabilidades corporativas, não se poderá deixar de lado os aspectos sociais e ambientais, tais como, política de empregos, qualificação e diversidade da força de trabalho, investimentos em tecnologia e melhoria do produto, qualidade de vida dos servidores e da comunidade, preservação do meio ambiente e recolhimento dos impostos.

Poderíamos entender, pelas considerações anteriores, que o conceito de *Governança Corporativa* estaria mais vinculado às entida-

des privadas e às grandes empresas e organizações. Em verdade, afirmamos que tal conceito, na literatura vigente, está sempre relacionado às empresas e entidades privadas, sendo a sua ligação às grandes organizações decorrente, provavelmente, do significado da própria terminologia, tendo presente que a palavra Corporativa, está relacionada à corporação, quer dizer: grandes entidades ou grandes empresas.

O conceito de *Governança Corporativa*, embora vinculado às grandes empresas ou entidades privadas, poderá ser aplicado nas pequenas e médias empresas/entidades. Aliás, esboço o entendimento de que uma das razões da penúria, em que vivem as pequenas e médias empresas, é a falta de capitalização delas, que poderia ser amainada pela utilização de práticas de governança corporativa. Afinal, inserem-se, no chamado custo Brasil, os efeitos da falta de transparência das empresas, mesmo algumas grandes.

Tais fatos, entre outros, fazem com que os juros cobrados pelas instituições financeiras beirem à estratosfera, face a taxa de risco, tecnicamente chamada de *spread*. A propósito, recente estudo divulgado pela *Institutional Shareholder Services* informa haver, nos *EUA*, uma forte correlação entre boas práticas de governança corporativa e rentabilidade empresarial, retorno dos papéis nas bolsas e baixo nível de risco.

No que diz respeito às entidades e entes governamentais, urge a adoção das boas práticas de governança corporativa, pois trariam excelentes resultados para a sociedade. Afinal, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social estão umbilicalmente ligados à própria concepção do Estado.

Por fim, sem considerá-la uma panaceia, não deveremos deixar de dourar a pílula, *Governança Corporativa*, com ingredientes salutaros que não poderiam faltar entre os seus princípios fundamentais. Reporto-me à democratização do processo decisório e à ética na gestão.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
Em 13 de junho de 2004

IGNÁCIO RANGEL, DECIFRADOR DO BRASIL E PENSADOR CRIATIVO

Irei, nesta oportunidade, tecer considerações sobre um ilustre maranhense, que deveria merecer muito maior reconhecimento na sua terra.

Refiro-me a Ignácio de Mourão Rangel, cujo centenário de nascimento (1914-2014) foi comemorado no Brasil, inclusive, neste Estado, através da homenagem que lhe foi prestada pela *Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão*, e a realização de palestras sobre a sua vida e obra, promovidas pela *Academia Maranhense de Letras*, pela *UFMA*, através do *Departamento de Economia*, e pelo *Sindicato dos Economistas do Estado do Maranhão*, homenagens essas coroadas com a concessão *Post mortem* do título de *Doutor Honoris Causa pela UFMA* e o lançamento do livro *Ignácio Rangel decifrador do Brasil*, organizado pelos professores da UFMA Felipe Macedo e Holanda, Jhonatan Almada e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula.

Estive presente em algumas dessas homenagens, acompanhando o estimado amigo de longa data, o *Cientista do INPE*, *Mestre pelo ITA e Doutor pelo MIT*, Marcelo Lopes de Oliveira e Souza, sobrinho de Ignácio Rangel, que fora casado com Aliette Martins Rangel, tia de Marcelo, que esteve nesta cidade, especialmente, para participar de todas as homenagens a Ignácio Rangel.

Muito já foi escrito, de forma competente, inclusive na imprensa local, não tendo muito a acrescentar, sobre a vida e a obra de Ignácio Rangel.

Todavia, não poderia deixar de manifestar a minha opinião sobre tão ilustre maranhense, de *Mirador* – terra do meu saudoso amigo, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Clodson da Câmara Guimarães – principalmente, após a leitura de uma matéria publicada no caderno *EU & Cultura*, do jornal *Valor Econômico*, em data de 29 de julho de 2014, assinada pelo jornalista Oscar Pilagallo, intitulada Ignácio Rangel, pensador criativo, Uma homenagem à energia crítica de um analista do Brasil, matéria essa alusiva ao livro intitulado *Ignácio Rangel: Elogio à Ousadia*, coordenado por Luiz Cesar Faro e Mônica Sinelli.

O autor da matéria publicada no jornal *Valor Econômico* destaca que Ignácio Rangel, já nos anos sessenta, discordava da tese de que a inflação no Brasil não decorria da demanda estrangulada e sim de

custos, ensinando, tal entendimento, quarenta anos depois, a adoção das políticas heterodoxas no combate à inflação.

Por outro lado, em que pese ter um pensamento econômico que lhe aproximava mais da esquerda, contrariou tal tendência, ao defender a privatização com o fito de obter investimentos, pensamento esse concretizado muito tempo depois, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Inobstante ter sido preso quando do primeiro governo de Getúlio Vargas, em nome do nacionalismo, participou da criação da *Eletrobrás*, da *Petrobrás* e do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*, no segundo governo Vargas.

Notório pelo pensamento original, criou a *Teoria da Dualidade Básica*, que expôs em seu primeiro livro publicado em 1957. Tal teoria é considerada a sua maior contribuição para a interpretação do Brasil, que o colocaria no mesmo patamar de grandes pensadores brasileiros, como *Celso Furtado*, *Caio Prado Jr.*, *Gilberto Freire*, *Sérgio Buarque de Holanda* e *Florestan Fernandes*, mesmo que tais nivelamentos sejam considerados como uma questão aberta, nas palavras do jornalista Oscar Pilagallo.

No texto do *jornal Valor Econômico* deixou de ser referenciada a colaboração de Ignácio Rangel no Plano de Metas concebido e posto em prática no governo Juscelino Kubitschek, assim como a sua participação no *ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)*, sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro, ao lado de pensadores sociais como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Na oportunidade, afirmo que a parte nuclear do pensamento de Ignácio Rangel sobre a economia brasileira está justamente, ao meu sentir, na sua originalidade, que longe de diminuir a sua força, tende a aumentá-la.

A declaração do economista André Lara Resende, um dos pais do *Plano Real* – fundamentado na heterodoxia econômica – ao considerar Ignácio Rangel um pouco confuso, e de que ele teria todas as características de um pensador solitário: a originalidade, a criatividade e as deficiências de quem não está inserido num contexto de referência, conforme constante da matéria do *jornal Valor Econômico*, apenas reflete a ortodoxia reinante no pensamento econômico brasileiro, que não admite a originalidade, fruto da criatividade dos pensadores, especialmente, quando se tratam de pensadores não acadêmicos, no sentido estrito da palavra, que ousam pensar, e não simplesmente reproduzir ou maquiar pensamentos econômicos e sociais fossilizados, diante de um

mundo em grande ebulição.

Ignácio Rangel pensava o Brasil, com soluções brasileiras, sem as determinantes influências dos pensamentos econômicos concebidos via estudos e pesquisas em outras realidades completamente distintas das nossas.

Ignácio Rangel provavelmente pensava sobre o Brasil, olhando para a realidade brasileira, e teorizando sobre o produto das suas observações. Decorreria daí a originalidade do seu pensamento.

Não fazia, como fazem alguns pensadores sociais que, encharcados de teorias alienígenas, tentam implantá-las neste país, ocasionando o que estamos a assistir, o atraso político, social e econômico brasileiro.

Meus contatos com Ignácio Rangel aconteceram através da leitura dos seus artigos, acredito que na Folha de São Paulo, ou mesmo no semanário *Opinião e/ou Movimento*, nos anos setenta, oportunidade em que pude sentir a originalidade e a riqueza dos seus pensamentos, em que pese ele não ser economista e sim advogado, que estudava e pensava economia, de forma autodidata, fato que reforça o entendimento, já esposado neste espaço, que devemos, neste país, investir nos estudos interdisciplinares, pois as questões sociais e econômicas, assim como de outros campos do conhecimento, são deveras complexas, demandando estudos e pesquisas interdisciplinares, e não voltados somente para os estudos e pesquisas focados nos campos da nossa formação, cerceados pelas bitolas doutrinárias vigentes.

Afinal, como afirma o cientista social Edgar Morin, autor da *Teoria da Complexidade*, no livro *Ciência com Consciência: A ciência não é científica. Sua realidade é multidimensional ... Assim, a ciência é, intrínseca, histórica, sociológica e eticamente, complexa ... Fechados em e por sua disciplina, eles se trancafiam em seu saber parcial, sem duvidar de que só o podem justificar pela ideia geral a mais abstrata, aquela de que é preciso desconfiar das ideias gerais.*

Os maranhenses deveriam orgulhar-se de homens como Ignácio Rangel, não somente pela sua inteligência, competência e legado para a economia brasileira, tanto no campo doutrinário, quanto no campo da gestão, do fazer acontecer, e sim, também, pelo seu caráter e comportamento retilíneos. Para imortalizá-lo, nesta cidade, neste Estado, o poder público poderia e deveria atribuir o nome de Ignácio Rangel a alguma dessas novas obras públicas viárias, que estão sendo anunciadas.

Justificando a minha proposta, existem várias ruas e avenidas com nomes de pessoas que sequer estiveram neste Estado. Logo, nada mais justo do que homenagear um maranhense que contribuiu, decisi-

vamente, com as suas ideias, para o desenvolvimento do Brasil, honrando as tradições culturais do Maranhão.

Publicado no Jornal Pequeno, na coluna A Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 04 de agosto de 2014

INVOLUÇÕES E EVOLUÇÕES DO IRPF

Ao longo dos últimos vinte e dois anos, tivemos, em termos da legislação do *Imposto de Renda das Pessoas Físicas, IRPF*, no Brasil, evoluções e involuções, em se tratando da justiça tributária, que são frutos, com certeza, das ideologias, digamos assim, reinante nas mentes dos nossos governantes, ou mesmo, quiçá, para amenizar um pouco o conteúdo ideológico de tais medidas legislativas, de circunstâncias políticas, econômicas e sociais que imperavam no momento em que as alterações da legislação do imposto de renda foram concebidas e votadas no parlamento brasileiro.

Creio que o marco divisor dessas evoluções e involuções pertinentes ao campo da *Justiça Tributária* tenha acontecido com a edição da Lei nº 7.713 de 22 de dezembro de 1988 que - idealizada sob o manto aparentemente protetor da simplicidade tributária -, acabou com a progressividade do *IRPF*, a par de ter extinguido o que chamávamos de classificação, respectivamente, dos rendimentos e deduções por cédulas, conforme fiz constar, entre outros, de dois trabalhos técnicos publicados nos anais do *XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade*, realizada em San Juan, Puerto Rico, em 1999, pela *Asociacion Interamericana de Contabilidad* e no nº 2, ano 2, da *Revista Tributária Municipal*, setembro de 2006, editada pela *Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís*.

Focando um pouco tais mudanças, tínhamos a classificação dos rendimentos e deduções pertinentes em cédulas que iam de *A a H*. Por exemplo, os rendimentos classificados nas cédulas *A, B, C, D, E, F e G* eram, respectivamente, rendimentos originários dos juros pagos por pessoa jurídica de direito público, dos juros pagos por pessoa jurídica de direito privado, do trabalho assalariado, do trabalho sem vínculo empregatício, dos aluguéis, dos lucros e dividendos e das atividades agrí-

colas, com as suas respectivas deduções, ao passo que os rendimentos de atividades ilícitas, ou mesmo que os contribuintes não tinham como justificar, eram declarados, sem direito a deduções, na cédula *H*.

Aos meus alunos de *Contabilidade Tributária e Avançada da UFMA*, quando faço uma retrospectiva da legislação tributária, sempre digo a eles, em tom de brincadeira, provocando boas gargalhadas para amainar o ambiente, que a classificação na cédula *H* de rendimentos que os contribuintes não conseguiam comprovar as origens lícitas, porém eram declarados para fins de justificação das variações patrimoniais, provavelmente decorriam daquele nosso velho ditado, isso é somente *H*.

Por outro lado, em se tratando da regressividade tributária, não podemos deixar de lembrar que tínhamos alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas que iam de 5% a 50%, que foram reduzidas para apenas duas: 15% e 25%, depois alterada para 27,5%. Não se poderá esquecer, por uma questão de justiça, que a lei nº 7.713/88, entre outros benefícios, nos trouxe a isenção de *Imposto de Renda para Portadores de Doenças Graves*, cujo rol de tais doenças foi posteriormente ampliado.

Inegavelmente, temos hoje um sistema de *IRPF* de fazer inveja ao mundo, em que pese ainda necessitarmos caminhar, bastante, em termos de *Justiça Tributária*, não somente em relação ao imposto de renda, assim como aos demais tributos, tornando o *Sistema Tributário Nacional, STN*, menos regressivo e, obviamente, mais justo.

O sistema que faz inveja ao mundo diz respeito ao processo de automação que vai desde a legislação, passando pelas perguntas e respostas, programas para download gratuitos, *Central de Atendimento ao Contribuinte, CAC*, virtual - tudo disponível no site www.receita.fazenda.gov.br, o preenchimento e entrega das declarações do *Imposto de Renda das Pessoas Físicas*, assim como, acompanhamento do processamento das mesmas, sendo permitida, inclusive, a retificação parcial ou total das declarações entregues.

Tais avanços foram sendo alcançados ao longo de muito tempo, face ao quadro de excelência de servidores da *Receita Federal do Brasil, RFB*, e, por uma questão de justiça, dos servidores do *Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO*, configurando-se, por consequência, uma parceria vitoriosa, que faz com que o site da *RFB* seja, anualmente, referenciado, no mundo, com o recebimento de prêmios e prêmios.

Eu mesmo tive a oportunidade de presenciar, em dois *Seminários Internacionais de Tributação, em Brasília*, a perplexidade dos

representantes das Administrações Tributárias do chamado primeiro mundo, *EUA*, Canadá, Alemanha, França, Inglaterra e muitos outros países, diante da evidenciação do que se fazia em termos de aproveitamento da tecnologia da informação, em se tratando da tributação federal, neste país, em prol do melhor atendimento aos contribuintes.

Por outro lado, nos últimos tempos, em termos de amenização da carga tributária, ou mesmo a sua estabilização, no que respeita ao *IRPF*, tivemos alguns passos importantes, quais sejam: desde fevereiro de 2006, foram implantadas correções anuais do imposto de renda das pessoas físicas, inclusive das deduções como educação e dependentes, com base nas projeções das metas de inflação, metodologia nunca antes aplicada neste país, especialmente com uma antecipação de cinco anos, sendo que a última atualização programada foi aplicada a partir de janeiro de 2010, observando-se que, não há muito tempo, passaram-se, salvo engano, quase oito anos sem as correções, configurando-se, tal proceder, como um verdadeiro confisco, afinal, os salários aumentavam, porém a tabela progressiva não era atualizada; por outro lado, a partir do ano calendário de 2009, passamos a ter os rendimentos das pessoas físicas tributadas, não somente através de uma tabela regressiva com duas alíquotas, e sim progressiva com alíquotas de 4%, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%; logo, tivemos uma redução da carga tributária, para os que ganham menos, diante de uma tributação mais equânime.

Para este ano, 2010, ano calendário 2009, temos algumas inovações, na *Declaração do IRPF*, nada que se compare ao que acontecia em tempos idos, porquanto, a cada ano, no apagar das luzes, tínhamos verdadeiros pacotes tributários, sendo que alguns se configuravam como difíceis para serem desembrulhados.

Assim, em 2010, além da correção da tabela, já evidenciada, não mais serão obrigados a declararem *IRPF* sócios de empresas que não se enquadrem em outros parâmetros de obrigatoriedade, como também, as pessoas físicas que são proprietárias de bens, cujo total não seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 31/12/2009, quando, em 31/12/2008, tal parâmetro era de R\$ 90.000,00. Foi anunciado que este ano será o último para a *Declaração do IRPF* em formulário. Com esta informação, ensejo uma reflexão sobre a importância da *RFB* no processo de inclusão digital neste país, tendo presente que, se não tivéssemos avançado, neste particular, contra muitas mentes fossilizadas, pergunto: como ainda estaríamos, em termos digitais, neste país?

Caminhando para a conclusão, não sendo cabível desejar a todos bom *IRPF2010*, recomendo, para aqueles que sempre postularam restituições indevidas do *IRPF*, uma leitura da MP nº 472 de 15 de

dezembro de 2009, especialmente do seu Art. 23, que deu nova redação ao art. 44 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, acrescentando o parágrafo 5º, incisos I e II, que cominam multas que vão de 75% a 150% incidentes, cumulativamente, sobre eventuais deduções não comprovadas e impostos a restituir glosados. O Leão ficou mais manso com os bons contribuintes e raivoso com os sonegadores contumazes.

Publicado no Jornal Pequeno, na Coluna Palavra de Especialista

Por Manoel Rubim

Em data de 08 de março de 2010

Republicado pelo site:

<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=9636090&indice=90>

LEMBRANÇAS DE CRIANÇAS E ESPERANÇAS DE UM ADULTO

Na próxima sexta-feira, estaremos comemorando mais um *Dia da Criança* e não das crianças.

Dirigindo o meu carro, na quinta-feira passada, à noite, oito dias antes de tal data, perguntei a Naysa Bessa, que se encontrava ao meu lado, qual seria a idade máxima para rotularmos um ser de criança. Obtive a seguinte resposta: *Não importa a idade, todos temos momentos de crianças.*

Realmente, que bons termos sempre momentos de crianças, pois pelo menos estaríamos, em alguns momentos, dando vazão ao que gostaríamos de fazer, não importando a reação dos olhos da censura dos que nos cercam! Que bom agirmos com a inocência, sem a maldade de uma criança! Que bom rirmos na forma das crianças! Que bom indagarmos tanto, a exemplo das crianças! Que bom sermos carinhosos como as crianças!

Lamentavelmente, nem todas as crianças foram criadas e educadas, com o amor, carinho e cuidado que lhes proporcionassem fazer o que sentissem necessidade, respeitadas as boas regras de convivência.

Nem todas as crianças foram criadas em um ambiente sadio que lhes permitam agir sem a maldade que campeia nas famílias, escolas etc.; nem todas as crianças expressam alegrias diante da realidade em

que vivem; nem todas as crianças tiveram a educação familiar e escolar que lhes possibilitassem o desenvolvimento do espírito crítico que leva às indagações; nem todas as crianças receberam os cuidados e carinhos necessários que lhes ensejassem retribuí-los; nem todas as crianças se livraram dos preconceitos e discriminações, até mesmo nas escolas, locais em que jamais poderiam acontecer tais lamentáveis procederdes.

Logo, o que poderemos esperar das crianças que vi, por volta das 21h30m, na semana passada, perambulando, sujas, com fome, cheirando cola, deslocando-se em grupo, *sem destino*, talvez em busca de um local para passarem a noite. Ao que pude perceber, o mais velho do grupo não teria idade superior aos dez anos. Infelizmente, não se trata de uma cena esporádica, nas ruas e avenidas deste país.

Por consequência, não posso ver o *Dia da Criança*, como o *Dia das Crianças*, afinal, algumas, já foram emancipadas, anteciparam a maioria, pelo sofrimento, pelo enfrentamento das durezas da vida, desde a mais tenra idade.

Urge, a propósito de tais constatações, providências urgentes por parte dos Poderes Públicos

Caso contrário, a atual crise social que vivenciamos, cercados de grades e seguranças, tende a se agravar, pois não serão as cadeias, já abarrotadas, a par das iníquas condições das prisões, assim como as chamadas e inditas *Casas de Recuperação de Menores e Adolescentes*, que irão diminuir tal anomia social. Pelé, recentemente, em depoimento sobre o seu milésimo gol, afirmou que, há 38 anos, falou sobre os cuidados que deveríamos ter, governo e sociedade, para com as crianças.

Criticado, tendo sido rotulado de demagogo, hoje afirma que se tivessem dado atenção aos seus apelos, não estaríamos na atual situação social. É verdade Pelé! Fazem ouvidos moucos e vedam os olhos, com a tarja da vergonha, para não ouvirem e nem verem tão gritante e revoltante realidade.

Pertenço a uma geração que brincou muito: jogou futebol, preparou e brincou com carros, empinou curicas e papagaios, jogou bolinha de gude e botão, lançou xuxo na terra, *pintamos e bordamos*. Todavia, tivemos muito amor e carinho dos nossos pais. Não tenho lembranças de crianças que moravam ao relento, não me lembro de crianças que perambulavam pelas ruas, sem a companhia dos pais, como hoje acontece, com muita frequência; em minha mente não figura a lembrança de crianças consumindo drogas e roubando. Tais anomalias são cenas da modernidade, da maldita modernidade, e não da boa modernidade, pelo menos por estas bandas.

Sempre, quando caminho por nossa cidade, estou a observar os deslocamentos das crianças para as escolas. Às vezes me pergunto: será que teremos empregos, ou melhores condições de vida, para oferecermos a essas crianças de hoje, adultos do amanhã, do que temos atualmente? Qual o Brasil que legaremos para essas crianças? Um país com mais cidadãos cômicos de que para melhorarmos torna-se necessário o engajamento? Ou um Brasil do *deixai pra lá, para ver como fica...*, pois é assim mesmo? Espero, crianças de hoje, cidadãos do amanhã, que o Brasil da maioria de vocês seja bem melhor do que o Brasil de hoje, afinal se constitui em nosso dever tal legado. Ai sim, poderemos comemorar o Dia das Crianças.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 08 de outubro de 2007

Republicado do site:
<https://brasilcontraepedofilia.wordpress.com/>

MAIS E MELHOR ADMINISTRAÇÃO E MENOS VORACIDADE TRIBUTÁRIA

Não tenho dúvidas de que o Brasil necessita de mais e melhor *Administração Tributária* e de menos voracidade tributária, no momento em que o governo federal anuncia – como balão de ensaio, para ver a reação popular – a recriação ou criação de novas incidências tributárias, inclusive a ressuscitação da malfadada *CPMF*, um tributo burro e injusto, que surgiu a partir da ideia exótica da criação de um *Imposto Único*, com base em incidências financeiras, da lavra do economista Marcos Cintra.

O nosso *Sistema Tributário*, parcialmente originário da Lei nº 5.172/1966, tida e havida como *Código Tributário Nacional (CTN)* e *Lei Complementar* – em que pese controvérsias – foi substancialmente alterado, no que respeita às incidências e competências tributárias, pela *Constituição Cidadã de 1988*. No mais, tivemos, para a melhoria das condições de vida de muitos brasileiros, a criação de Contribuições Sociais – então inexistentes, como *PIS* e *PASEP*, em 1970, *FINSOCIAL* em

1982, substituída posteriormente pela *COFINS*, e *Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)*, em 1988, lembrando, também, do *IPMF*, que foi substituído pela extinta *CPMF*. Todas essas *Contribuições Sociais* foram totais ou parcialmente destinadas para o Orçamento da Seguridade Social, que deu e tem dado enorme contribuição, volto a repetir, para a melhoria das condições sociais do povo brasileiro. Sempre afirmo, sem medo de errar, que uma das causas, senão a principal, motivadora do aumento da *Carga Tributária dos idos de 1970* do patamar de 26%, para os hoje 36%, aproximadamente, foi justamente a criação dessas Contribuições Sociais.

Por outro lado, temos um emaranhado de obrigações acessórias, que nem todos os contribuintes conseguem cumpri-la, pois a *União, Estados e Municípios* são acometidos de uma fúria legislativa, que nos fez parar em um *Manicômio Tributário*, há décadas. Talvez, com a implantação da *Escrituração Fiscal Digital* e o seu compartilhamento com as três esferas federativas de entes tributantes, venhamos a ter uma atenuação dos efeitos dessa fúria legislativa, em termos das imposições e cumprimentos das obrigações tributárias acessórias.

Deixando um pouco de lado os aspectos pertinentes à carga tributária e a complexidade do nosso *Sistema Tributário*, para que possa focar assuntos decorrentes do título do presente artigo, não se pode deixar de considerar a queda da arrecadação como motivadora dos desejos da criação de novos tributos, ou mesmo aumento dos já existentes.

Em verdade, havendo queda do *PIB*, é natural que a arrecadação, digamos espontânea, venha, também, a cair, como tem acontecido. Porém, sabemos *que* temos, fora do *PIB* oficial, uma parcela significativa de economia informal, não devidamente medida, porém, ao que tudo indica, considerável. Assim sendo, caberia as *Administrações Tributárias* planejarem ações visando alcançar esses segmentos econômicos, que deitam e rolam na informalidade, logo, não pagam tributos.

Certa feita, em Brasília-DF – em um *Seminário Internacional sobre Tributação*, reunindo representantes das *Administrações Tributárias do Brasil* e de diversos países do mundo, inclusive dos tidos e havidos como desenvolvidos, *EUA*, Canadá, Inglaterra, Itália, Alemanha etc. – levantei um questionamento sobre o tamanho da economia informal, que inclusive mascara a medição da carga tributária, observação essa que deixou intrigado os que ali se encontravam presentes.

Conforme informações constantes do site da *Escola de Economia de São Paulo, EESP-FGV*, <http://eesp.fgv.br/noticias/tamanho-da-economia-informal>, o *Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV)* e o *Instituto de Ética Concorrencial*,

ETCO, divulgaram em 21/07/2010, que a economia informal em 2009 foi estimada em 578 bilhões de reais, correspondendo, então, a 18,4 do PIB brasileiro. Como o PIB, em 2014, teria sido de R\$ 5,52 trilhões de reais, e tendo presente uma carga tributária por volta dos 36%, estamos deixando de arrecadar, aproximadamente, 360 bilhões de reais, via as três esferas governamentais. Todavia, meu feeling de Auditor desconfia que essa fatia é bem maior.

Focando o campo das injustiças tributárias, em recente artigo intitulado *DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): UM INSTRUMENTO PARA AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA*, de autoria da contadora, ex-aluna da UFMA, Mary Amália Castro Rocha Marques, sob a nossa orientação, publicado na Revista de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal do Brasil – disponível no endereço eletrônico: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes/revista-da-receita-federal/revista-vol1-no2-jan_jul_2015.pdf – demonstramos que convivemos com empresas e/ou setores econômicos com carga tributária díspares, que vão de 10,16%, do setor de siderurgia e metalurgia, a 66,85% do setor de energia.

Observe-se que as mesmas ou maiores disparidades podem acontecer com as pessoas físicas, especialmente, em se tratando do Imposto de Renda, que penaliza os assalariados, e tributa de forma tênue ou mesmo isenta os detentores de rendimentos de capital. Recentemente, o governo federal aumentou a alíquota da *Contribuição Social* sobre as Instituições Financeiras, de forma justa, pois tal segmento tem carga tributária, conforme o nosso estudo, de 24,87%, quase dez pontos percentuais inferiores à média da carga tributária brasileira de aproximadamente 36%.

Por oportuno, impõe-se a revisão dos incentivos fiscais, as famosas renúncias tributárias, a partir de um monitoramento dos seus efeitos benéficos ou não para a sociedade. A propósito, as desonerações tributárias na área das Contribuições Previdenciárias, sem as devidas análises por parte da *Receita Federal do Brasil*, que ao que parece não foi ouvida, previamente, configurou-se como um exemplo do que não pode ser feito em matéria de concessão de incentivos tributários, fato que redundou na revisão de algumas concessões, o que gera insegurança econômica para os empresários. A médio prazo, seria pertinente o redesenho do Sistema Tributário Brasileiro, via a tão sonhada e nunca concretizada Reforma Tributária, antecedida de amplos debates com a participação da sociedade.

Pelo exposto, necessitamos de mais e melhor *Administração Tributária* e não mais exações tributárias. No caso da Receita Federal

do Brasil, posso afirmar – por ter passado 27 anos, como *Auditor Fiscal*, com experiência nas áreas administrativas, de fiscalização e tributação – que é possuidora de um quadro funcional de excepcional qualidade, selecionado no mais complexo e difícil concurso público, neste país, e que tem potencial para responder aos desafios de uma *Administração Tributária Moderna*, que utilizou, muito bem, chamando a atenção do Mundo, a tecnologia da informação, para maior e melhor conforto dos contribuintes e eficiência da gestão tributária.

O quadro funcional da *Receita Federal do Brasil*, especialmente da carreira de *Auditoria Tributária*, tem uma formação eclética, porquanto composto por portadores de diplomas de cursos superiores e pós-graduação em diversas áreas, fato propiciador de uma sinergia inusitada no serviço público, além de ter no comando uma pessoa deveras competente, o *Auditor-Fiscal* Jorge Rachid.

O governo federal tem que investir na Receita Federal, tanto no que respeita em seus servidores, como na sua logística, tendo presente que os valores alocados para o seu orçamento, não se configuram despesas, e sim investimentos. Do contrário, continuaremos com esse velho discurso de aumento de tributos, que a sociedade brasileira já não mais suporta. Mais e melhor Administração Tributária e menos voracidade tributária.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 14 de setembro de 2015

MAIS STIGLITZ E KRUGMAN, MENOS CHICAGOS BOYS

Diversos países ainda não saíram da *Crise Econômica* – sendo agora, ao que parece, a vez da China – que abalou o *Mundo*, por decorrência das políticas econômicas errantes, postas em prática por governos conservadores, que pontificaram na Europa e nos EUA, conforme apontamos em vários artigos, neste espaço.

Afirmo que não se trata de uma percepção somente minha, porém decorrente, ou mesmo fundamentada em nomes de grande reputação na academia, inclusive laureados *Prêmios Nobel*, como exemplo, os cientistas sociais Paul Krugman e Joseph E. Stiglitz.

Krugman, Prêmio Nobel de Economia em 2008, é comentarista

do *The New York Times*, autor de vários livros, com passagens pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, MIT, Yale, London School of Economics e, atualmente, leciona Economia Internacional e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton. Já Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em 2001, também autor de vários livros, tem tido uma atuação mais pragmática, pois foi Presidente do Conselho de Assesores Econômicos no Governo Clinton, Vice-Presidente Sênior para Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial, além de ter passagens acadêmicas pelo MIT, Yale, Harvard, Stanford, sendo, atualmente, professor de economia, administração de empresas e negócios internacionais na Columbia University, em Nova York.

Dentro das limitações deste espaço, destacarei alguns aspectos do pensamento de Joseph E. Stiglitz, com base no que foi evidenciado na contracapa do seu livro *OS EXUBERANTES ANOS 90 – UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA DÉCADA MAIS PRÓSPERA DA HISTÓRIA*, Companhia das Letras, 2003: *Stiglitz mostra os malefícios causados pelo chamado Consenso de Washington aos países que adotaram essa política e como as receitas econômicas dominantes são, na verdade, veículos dos interesses de grandes empresas. Contra os apologistas do livre mercado e da desregulamentação, defende uma presença ativa do governo para que haja equilíbrio entre Estado e mercado. E desmascara os mitos neoliberais, mostrando como a mão invisível do mercado muitas vezes entra sorrrateiramente em nossos bolsos.*

No Brasil, alguns comentaristas econômicos estão sempre a preconizar mais políticas liberais, ou neoliberais para que venhamos, ora saímos da crise, ora incrementarmos a economia. Tais aconselhamentos, por incrível que pareçam, serviriam, conforme essas mentes, tantos em tempos de bonança, como em tempos de crise.

Caso venhamos a comparar os aconselhamentos desses comentaristas ou consultores econômicos – por sinal, sempre a soldo dos grandes grupos financeiros, trilhando entre o mercado e cargos nos governos – quando o Brasil, em 2010, último ano do governo LULA, crescia a taxas chinesas, de 7% ao ano, como os seus conselhos, atualmente, iremos identificar a similitude e, por consequência, a limitação dessas mentes tidas e havidas como iluminadas, porém, na minha concepção, são mentes bitoladas pela ortodoxia econômica, parasitária da nossa e de outras sociedades, e que beneficiam, principalmente, os grandes grupos financeiros, para os quais prestam consultorias, quando não estão no governo, acentuando, ainda mais, a concentração da renda, por consequência, as injustiças sociais.

Comprovando as limitações mentais, ou mesmo, as tendencio-

sidades desses comentaristas econômicos e ou consultores, lembro que no último ano do governo *LULA*, e no início do governo *DILMA*, tais comentaristas e consultores defendiam a redução do ritmo da economia, fundamentados nas limitações do tido, por eles, *PIB potencial*. Ou seja, com aquela demanda, que sustentava o crescimento do PIB a taxas chinesas, a nossa economia seria afetada pela inflação.

A Presidente Dilma adotou, ao fundamento desses aconselhamentos, as chamadas medidas macroprudencias, que – não me canso de afirmar – critiquei em artigo intitulado *Cuidado com os Conselhos Presidenta Dilma*, publicado, neste espaço, em 09 de janeiro de 2012, respaldado no teor do artigo de Paul Krugman, publicado na *Folha de São Paulo*, em data de 31 de dezembro de 2011, intitulado *Keynes estava certo*, quando os índices de popularidade da Presidente Dilma, atingiam os píncaros. Como previmos, a economia entrou em queda livre, logo depois.

Novamente, os arautos do pensamento econômico conservador, em 2014, pregaram mais redução de gastos, mais arrocho na economia, como forma de reduzir o déficit público. A toada de sempre, de *cantadores pouco criativos*.

Acredito que deveríamos pensar a economia brasileira não sob a ótica dos *tesoureiros*, que somente olham para as receitas e despesas, e não sabem distingui-las dos recebimentos e dos pagamentos, e muito menos têm conhecimentos de que alguns pagamentos geram investimentos, como a *Teoria Contábil* ensina.

Deveremos olhar para a nossa economia com olhares de *Cientistas Sociais*, que transitam pelo campo econômico e social.

Logo, enquanto é tempo, *Presidente Dilma, é hora de seguirmos mais Stiglitz, mais Krugman e menos os Chicago Boys*, discípulos de Milton Friedman, *Prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1976*, o monetarista, mago da *Universidade de Chicago*, em outras palavras, o tesoureiro.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna A Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 25 de janeiro de 2016

MANIFESTAÇÕES DA MÃE NATUREZA

Estamos diante de uma nova catástrofe anunciada e cantada em *verso e prosa*, como consequência natural das agressões incontidas dos habitantes deste planeta à *Mãe Natureza*, incansavelmente bondosa e protetora. Aliás, não se contentam, somente, em ceifar a vida da nossa bela natureza, também torturam e matam aqueles que ousam dedicar-se à proteção das nossas riquezas naturais, que nos aliviam das impurezas lançadas na atmosfera, nos rios etc., pela nossa materialmente abundante sociedade, todavia, pobres de espírito.

Assim procedendo, *calaram* muitos, como Chico Mendes, ignorando a força das Mensagens da Natureza, como expresso no poema *Manifestações da Natureza*, do livro *Poemas para Ovídio: Manhã que desabrocha/percebo o vento soprar/respiro profundo e sinto/a vida vai continuar/ Olho para o céu e vejo/nuvens e nuvens a desenhar/ ajudadas pelos ventos/formas geométricas no ar/ Seriam desígnios divinos/chego a me perguntar/ou obras do acaso?/respostas não tenho para dar/ Somente sei que é a natureza/que insiste em se pronunciar/ mesmo sem a certeza/que a sua linguagem o homem entenderá.*

O belo Estado de Santa Catarina – que visitei, no final da década passada, a convite da *Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL*, para fazer uma palestra sobre o *Sistema Tributário nos Países que integram o Mercosul* – está sofrendo, com as enchentes, com os deslizamentos de morros, deixando na *rua das amarguras* milhões de irmãos e irmãs nossos, sujeitos, além da perda dos seus entes queridos, das suas casas e móveis, também, às epidemias, comuns em situações análogas.

Não podemos deixar de lamentar, também, as enormes somas de recursos que o *Estado de Santa Catarina*, seus *Municípios, Empresas, o Governo Federal, as Famílias* etc., terão de arcar para recuperar e ou repor em termos de: ruas, estradas, instalações elétricas, redes de esgotos, estabelecimentos comerciais e escolares e outros, quando tais recursos, caso não houvesse acontecido a catástrofe, poderiam vir a ser utilizados em novas ruas, avenidas, estradas, bens, estabelecimentos, Saúde, Educação etc.

Carlos Nobre, climatologista no *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE*, em entrevista concedida, afirmou que, em que pese Santa Catarina ser historicamente um Estado em que acontece, com muita frequência, fenômenos climáticos, atribuíveis, em princípio,

ao *El Nino*, cujos efeitos sempre atingem a *Região Sul do Brasil*, não se poderá descartar, nesse momento, que as causas de tal tragédia sejam decorrentes do *Aquecimento Global*.

Concordo, plenamente, com o referido Cientista do Inpe, local em que temos um Maranhense de Escol, que pontifica como Cientista naquele prestigioso Instituto, após passar pela Graduação e *Maestria*, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o venerável ITA, obteve o PHD, em Engenharia Espacial, no *Massachusetts Institute of Technology*, o mitológico, MIT.

Reporto-me ao querido amigo, Marcelo de Souza Lopes prodigioso talento, que desde os tempos do Liceu Maranhense, na terceira série do ginásio, já conhecia toda Física, Química e Matemática do científico, a par da sua sensibilidade para os assuntos da área humanística.

Contudo, estamos falando das consequências do *Efeito Estufa*, do *Aquecimento Global*, dos *Desastres Ecológicos* etc., que são decorrentes da não resolvida questão da convivência harmônica do ser humano com a Natureza, em que pese os ditos animais irracionais viverem em harmonia com a *Mãe Natureza*, até mesmo a protegendo.

Estamos falando da inação e irresponsabilidades dos governos que permitem ocupações de áreas tais como morros, encostas, sobre rios, em reservas ecológicas etc., cumuladas com a falta de mapeamento das áreas de riscos, não tratamento devido do lixo e dos dejetos que vão para os esgotos, no mais das vezes despejados nos rios e até mesmo nas ruas e avenidas.

Segunda-feira, dia 01/12/2008, estaremos tomando ciência do *Plano de Ação do Governo sobre Mudanças Climáticas*, que o Presidente Lula anunciará, no momento em que estará sendo iniciada, em Poznam, na Polônia, a Megaconferência das Nações Unidas sobre o clima, com milhares de delegados, representantes do mundo todo, tentando-se costurar um acordo sobre o assunto.

Quiçá, tenhamos um verdadeiro presente de *Papai-Noel*, no início do mês em que celebramos o *Natal!* Nunca é tarde demais para esperar boas ações em prol da preservação da Natureza, na oportunidade em que tais ações se impõem. Que a sociedade e os entes governamentais unam esforços e ações, guarneçam, para que as agressões à natureza sejam minimizadas, pelo menos!

Com certeza a sua fúria, também, será amenizada, não ensejando outras manchetes, como esta da Revista *Veja: Os Horrores diante dos Olhos*. Lembrem-se da sábia mensagem *Maiobeira*, de Chagas: *Se não existisse o sol, como seria para a terra se aquecer/ e se não existis-*

se o mar, como seria para a natureza sobreviver/ se não existisse o luar o homem viveria na escuridão/ mas como existe tudo isso meu povo/ Eu vou guarnecer o meu batalhão de novo.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 01 de dezembro de 2008

Republicado do site: www.ita.br/online/2008/itanamidia08/dez08/jornalpequeno-1dez08.htm

NEOLIBERALISMO: UMA RECEITA INDIGESTA

Uma palavra muito utilizada, nos últimos quarenta anos, diz respeito ao neoliberalismo, no campo político-econômico, neste país e alhures. Assim sendo, irei iniciar o presente artigo, buscando evidenciar as características do pensamento liberal, antecedente, obviamente, do pensamento neoliberal.

Com o propósito de traduzir, mais fielmente possível, o seu significado, extraio, do site do *Instituto Liberal*, o seguinte texto, constante do artigo intitulado, *Mas afinal, o que é o liberalismo?: A ordem liberal se caracteriza, então, pela limitação do setor público e do processo político de decisões coletivas e pela descentralização dos poderes. [...] Significa deixar o poder decisório com o agente mais próximo e mais diretamente interessado na solução dos problemas. Quem seria esse agente mais próximo e mais diretamente interessado na solução dos problemas?*

Mesmo tergiversando, o autor do texto em alusão deixa muito claro que é o senhor mercado, ao tempo em que faz a apologia, na transcrição que segue, do indivíduo, em detrimento, acredito, do social: *Mas em que consiste o princípio da subsidiariedade? Significa deixar o poder decisório com o agente mais próximo e mais diretamente interessado na solução dos problemas. Isso leva, na prática, a deixar com o indivíduo – e não com o setor público – a solução dos problemas que ele possa resolver de maneira satisfatória.*

Isto é, a aplicação do princípio da subsidiariedade leva ao individualismo, e Adam Smith já nos mostrou em 1776 *que a busca autônoma e responsável dos interesses pessoais redundava em benefícios para*

toda a comunidade.

Entendendo ter deixado, nas transcrições acima, bem evidente o pensamento liberal, importa, no momento, centrar foco na teoria neoliberal, que teve um grande impulso, nos anos 1970, com Milton Friedman, guru da *Escola de Economia de Chicago*.

As características básicas do neoliberalismo, em processo de adaptação do velho liberalismo, diante da *Nova Economia Mundial*, são: pouca intervenção do Estado no mercado de trabalho; liberdade para o capital financeiro internacional; privatização das empresas e atividades estatais ao máximo; liberdade para a entrada no mercado nacional das multinacionais para exploração de qualquer área; não progressividade dos tributos, evitando que sejam alcançados, no sentido amplo, pela tributação, os ganhos de capital e os mais ricos; a prevalência da lei da oferta e da procura no mercado, afastando-se, completamente, o controle de preços; não adoção das políticas de bem-estar social, proporcionadas pelo Estado em benefício dos mais necessitados e outras políticas do mesmo jaez.

Confesso que sou um crítico dos cânones do neoliberalismo, por não ter conhecimento de casos de sucesso, de forma sustentável, em sociedades que adotaram os seus preceitos. Ademais, a minha leitura econômica passou e passa, entre muitos autores, por Celso Furtado, Caio Prado Júnior, John Kenneth Galbraith, Gunnar Myrdal, Joseph Stiglitz, Paul Krugman e outros que pensam a economia, interligando-a com a sociologia e não como uma mera ciência quantitativa.

A propósito, neste país, no governo *FHC* — anteriormente alinhado com pensamentos progressistas — o neoliberalismo teve o seu auge. Como consequência, tivemos diversos momentos críticos na economia, caracterizados por crises econômicas e a presença constante de equipes do *FMI*, auditando as contas nacionais.

Ao final do governo *FHC*, a economia brasileira encontrava-se cambaleante, fato que levou o Brasil a ocupar a 15.^a posição no ranking da economia mundial, em 2003, no primeiro ano o governo *LULA*, seu sucessor.

Destaco, para efeitos de comparação, que no último ano do governo *LULA* — que ignorou o receituário neoliberal, aplicando políticas keynesianas, na economia, ao longo do seu governo — diversos indicadores sociais e econômicos eram bem melhores do que durante o governo *FHC*.

Ilustrando esse boom econômico, destaco que o *PIB do Brasil* cresceu, em 2010, no último ano do governo *LULA*, 7,5%, ocupando, no *ranking Mundial*, a 6.^a posição. Dilma assumiu e colocou em prática

as chamadas medidas macroprudenciais, na economia, com base, de certa forma, no receituário neoliberal, tangida pelos agouros do mercado, que empunhava a bandeira de que o *PIB Potencial do Brasil* não toleraria crescimento de 7,5% ao ano, como acontecido no último ano do governo *LULA*.

No início de 2012, prevendo a catástrofe social, econômica e política que se anunciava, com a adoção do receituário neoliberal, escrevi e publiquei, no *Jornal Pequeno*, em 09 de janeiro de 2012, um artigo intitulado: *Cuidado com os Conselhos Presidente Dilma*.

Em 05 de dezembro de 2017, a revista *Carta Capital* destacou a seguinte matéria: *O neoliberalismo e sua falha fatal*. Na oportunidade, colocou em evidência as ideias defendidas por Dani Rodrik, professor de *Política Econômica Internacional da Escola de Governo John F. Kennedy, de Harvard*, no artigo intitulado *Salvando a economia do neoliberalismo*, que tem gerado grandes debates na academia e na imprensa internacional.

Dani Rodrik, em seu artigo, faz um *passo* por várias economias, para criticar a *toada de uma nota somente* do liberalismo: mais mercado e menos governo, presentes em todas as suas vertentes, conforme acima tipificadas.

O passeio de Rodrik pode assim ser resumido: em relação à China, comenta que ela se voltou para os mercados, porém, não adotou os cânones dos direitos de propriedade privada vigentes nos EUA, fugindo da ortodoxia, criando o seu próprio modelo, face às suas peculiaridades, digamos, culturais; entre os países integrantes da *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE*, a participação do setor público, o Estado, na economia, varia de um terço (33,33%) na Coreia do Sul, para 60% na Finlândia; Na Islândia, 86% dos trabalhadores são membros de um sindicato, na Suíça é de apenas 16%; enquanto nos *EUA*, a flexibilidade na demissão dos trabalhadores é quase total, na França são necessárias várias etapas para a demissão; o mercado acionário nos *EUA* corresponde a uma vez e meia a renda nacional, ao passo que na Alemanha o mercado acionário representa um terço da renda nacional.

Todas essas realidades destacadas por Dani Rodrik apontam para o entendimento de que não existe uma receita (*uma toada*) somente para a saída da crise que abalou e continua abalar o *Mundo*, desde 2008, justamente, pela colocação em prática, nos EUA e em diversos outros países, do receituário neoliberal, gestado ao longo dos governos Reagan, nos *EUA*, e Thatcher, na Inglaterra, por sinal os dois personagens que emolduram, com as suas fotografias, o artigo intitulado *O*

neoliberalismo e sua falha fatal, publicado na *Carta Capital*. Rodrik afirma que todos os países que tiveram melhores desempenhos nas suas economias, violaram as normas do receituário neoliberal, colocando em práticas políticas econômicas e sociais adaptadas às suas realidades e não impostas pelos pensadores neoliberais.

Joseph E. Stiglitz, *Prêmio Nobel de Economia de 2001*, que foi *Chefe do Conselho de Consultores Econômicos do governo Clinton e economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial*, atual professor na Universidade de Colúmbia, já endossara, de certo modo, o pensamento de Rodrik, pois, em seu livro *A GLOBALIZAÇÃO e seus malefícios — A promessa não-cumprida de benefícios globais*, Editora Futura, São Paulo, 2002, no capítulo 3, intitulado *Liberdade de escolha?*, afirma, no início, que: *A austeridade fiscal, a privatização e a liberalização de mercado foram os três pilares das recomendações do Consenso de Washington durante as décadas de 1980 e 1990.*

Acrescento ser consabido que o *Consenso de Washington* configurou-se como uma agenda neoliberal para os países da América Latina, naqueles tempos, digamos, um tratamento de choque para um momento, sendo que o próprio Stiglitz afirma, no referido capítulo do seu livro, sem a preocupação com a transcrição literal, que muitas dessas políticas se tornaram fins em si mesmas, quando deveriam ser meios para o crescimento mais imparcial e sustentável. O exagero e a pressa da aplicação de tais políticas, excluiu a adoção de outras políticas que se faziam necessárias.

Novamente, em 2017, quase quarenta anos depois, neste país, estamos assistindo, sem maiores discussões com a sociedade, a adoção das antigas políticas econômicas e sociais, do mesmo jaez das gestadas pelo *Consenso de Washington*. Privatização, desregulamentação e austeridade fiscal estiveram e estão presentes nas pautas de votação de um Congresso Nacional, totalmente desacreditado pela população, que pagará a conta.

Tal constatação me permite afirmar que os tempos são outros, porém, a receita dos empedernidos, obedientes e financiados pelo *senhor mercado* continua sendo a mesma, por sinal, uma receita deveras indigesta para os brasileiros, que não os elegeram para a implantação desse nefasto receituário, configurando-se, por consequência, como um estelionato eleitoral.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 11 de dezembro de 2017

NOS TRISTES TRÓPICOS, VAMOS DA MINISAIA AO APAGÃO

Realmente, está difícil assistir ao noticiário televisivo neste país, seja na democrática televisão aberta, seja mesmo na caríssima televisão fechada, que não está diferindo muito da aberta, em termos de qualidade da programação, salvo raros canais, que trazem alguma coisa de diferente.

Entendo que a televisão deveria ser um meio útil para educar o povo brasileiro, tão carente de educação, seja, digamos, a formal ou mesmo a informal.

Lamentavelmente, estamos diante de programações que apenas tendem, no mais das vezes, entre a via tortuosa do hilário para o espetaculoso. Assim é que somos colocados, diariamente, diante de tragédias e tragédias, que já nos levam a passar a maior parte do tempo disponível, cada vez mais raro, ouvindo os canais de músicas da *TV* paga, para não ficarmos tomando conhecimento de trágicas notícias repetidas, com as mais variadas interpretações e tendenciosas versões sobre os fatos. Não que as cenas do dia-a-dia e a crueza das notícias estaremcedores, como crimes e outras bandidagens, devessem ficar fora de foco do noticiário televisivo, todavia, salvo melhor juízo, estamos diante de exageros nesse particular, e de escassez sobre a abordagem de outros assuntos que poderiam bem educar o povo deste país.

Assim é que não tivemos nem tempo para colocar no ar notícias mais consistentes sobre a vida e obra de um dos grandes intelectuais deste século, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, que se inspirou em sua passagem por estas bandas, para escrever o livro *Tristes Trópicos*, e já iniciamos o mês de novembro com a notícia da pobre moça, que resolveu mostrar as pernas, um pouco acima do joelho, como faziam as moças das *Jovens Tardes de Domingo*, sob a inspiração da jovem que cantava e encantava os jovens da década de sessenta, cantando *Foi assim, que eu vi você passar por mim...*

Refiro-me à nossa ternurinha, a *Wanderléa*, que deve ter ficado deveras assustada, pois mais de quarenta anos depois, a *minissaia*, que tanto usara, nos idos de 1960, sem despertar revolta, muito pelo contrário, agora, em pleno 2009, não em uma vila, porém em uma metrópole, uma das maiores do mundo, tenha gerado revolta cívica, moral, educacional e sei lá mais o que, em estudantes, meirinhos e reitores.

Faltou apenas o Gregório de Matos, para satirizar tudo isso, afirmando, provavelmente, que preferiria as minissaias às bermudas que sobram em salas de aula, neste país.

Tudo bem. Deixando as minissaias e bermudas de lado, vamos para os apagões, o que nos faz lembrar outra cantora da música popular brasileira, neste particular, a Rita Lee cantando: no escurinho do cinema..., parte da letra da música *Flagra*.

Lendo e insistindo em ouvir músicas na *TV*, ao desligá-la, para dormir, não sem antes ouvir um *Jazz Clássico*, na noite de terça-feira próxima passada – ousou assistir ao noticiário televisivo, rezando para não me deparar, novamente, com a Revolta Contra as minissaias, fato histórico deveras importante, no entender dos que pautam as notícias de *TV* deste país, notícia essa que gerou debates e debates, com a presença de sociólogos, filósofos, teólogos, antropólogos etc., – quando me deparo com imagens do Rio de Janeiro, São Paulo e outros dezesseis Estados às escuras, vítimas do apagão.

Meu Deus! Mais entrevistas com especialistas, Ministros, Diretores da *ANEEL*, Operador Nacional, Diretor de *Furnas*, da Eletrobrás, Pesquisadores do *INPE* e até com um pobre senhor, que morava perto de onde teria havido fortes tempestades e outras manifestações ferozes da natureza, que teriam interrompido a transmissão da energia elétrica. O senhor, ainda assustado, não sabendo se olhava para a câmara ou para o alto, afirmou, sem pestanejar, o que o Prefeito de Itaberá (SP) negara: ouviu um estrondo, após raios e raios e pensou que o mundo estava indo para o brejo. Tenho um grande amigo, hoje competente estudioso das contas públicas, que deve ter exclamado, gargalhando: *para o Brejo, não!*

Moral da história: uma notícia que deveria ser divulgada para aumentar a nossa autoestima, especialmente para incutir nos jovens a esperança por melhores dias para este país e diminuir as suas angústias e as dos seus pais e netos, ficou de fora dos destaques do início do penúltimo mês do ano.

O Brasil real, o *Bom Brasil* está saindo da Crise, com a pujança notória, que a laureada *Revista Britânica The Economist* noticiou, prevendo que este país estará entre as cinco maiores economias do mundo, no período entre 2014 e 2024, superando países como a França e Grã-Bretanha. Com alguns problemas, sim, todavia tais caminhos estariam traçados.

Vamos esperar que também, a partir de dezembro próximo, e não a partir de 2014, saibamos priorizar o que deve ser discutido à exaustão, sem conotação tendenciosa e de forma apressada, observan-

do-se as devidas cautelas, para que possamos melhor viver e aproveitar esse boom que se avizinha, pois, se é verdade que os bons caminhos estão traçados para o Brasil, e não temos dúvidas disso, não menos verdade é que os desafios são muitos, e terão que ser enfrentados, para que esse prenunciado ingresso do Brasil no rol das grandes potências econômicas seja devidamente usufruído por todos os brasileiros e não somente pelos de sempre.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 16 de novembro de 2009

O BRASIL E O MAPA DO SUCESSO

Estamos saindo, neste país, dos momentos de crises políticas, administrativas e econômicas, para um momento de quase euforia, ou excitação, o que me faria lembrar um artigo que escrevi, neste espaço, com título, metafórico, de *Brasil Catafônico*, salvo engano.

Não bastasse a possibilidade de nos inserirmos no clube de grandes produtores de petróleo, ao que tudo indica de alta qualidade, até o final da próxima década, ainda sediaremos a *Copa do Mundo de 2014*.

Poderemos ter a *Olimpíada de 2016*, no Rio de Janeiro, estamos comprovadamente melhorando os índices de qualidade de vida e a renda está sendo mais bem distribuída; já me preparava para abordar outro assunto, que também está na crista da onda – porém pode esperar mais um pouco, porquanto permanecerá mais em evidência por longo tempo – quando surge mais uma boa notícia para o Brasil, que estaria saindo da recessão, apontada pelo crescimento do *PIB* em 1,9% no segundo trimestre. Que bom para os brasileiros!

Afirmar, em outro artigo, que se tivéssemos adotado algumas providências prévias, o Brasil não teria sofrido tanto com a crise, ela teria se configurado como impossível de que algum país saísse incólume dos seus efeitos, não somente pelas suas causas, como também pelo seu tamanho, e fundamentalmente pela amplitude econômica do seu epicentro, no caso, os *EUA*.

Entre outras providências, poderíamos ter reduzido a taxa de

juros básica praticada neste país, logo no início da crise. Caso, pelo menos, a taxa de juros tivesse sido baixada nos meados do ano passado, talvez nem fosse necessária a concessão de isenções fiscais efetuadas, embora acredite que mais cedo do que imaginamos possamos fazer desonerações tributárias consistentes e substanciais, enquanto a reforma tributária caminha a passos parlamentares, pois nada é urgente, muito menos urgentíssimo – vide o trâmite, entre outros projetos, da reforma da lei das sociedades anônimas, que passou no nosso Parlamento, Câmara e Senado, oito anos, no mínimo, e quando foi promulgada a Lei 11.638/2007, já se fazia necessária uma nova atualização, que foi objeto da Medida Provisória 449/2008. A demora foi tanta para apreciar um projeto de lei, que, quando da sua promulgação, já estaria parcialmente caduco, necessitando ser atualizado.

Como afirmou o *Mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia pela UNB*, Murillo de Aragão, em artigo intitulado *A receita da retomada* publicado na *Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas*, de agosto de 2009: *O Brasil se realizará com menos impostos e burocracia, melhor regulação e mais crédito, liberdade para investir e competência estatal.*

Em outras oportunidades, já havia defendido tais providências, inclusive a melhoria da Educação e investimentos em novas tecnologias. A propósito, em vários textos, comentei que o nosso original *Sistema Tributário* constante da Lei 5.172/66 foi alterado, por decorrência da necessidade da implantação, paulatina, do orçamento da Seguridade Social, que é o responsável por arcar com *Políticas Públicas* em prol das camadas mais necessitadas, tendo como contrapartida a redução das desigualdades, melhoria da qualidade de vida, e a criação de um mercado consumidor da classe C e D reconhecido, até mesmo, pela *Bíblia do Capitalismo Mundial*, a publicação britânica *Financial Times*.

É certo que esse Sistema Tributário necessita de uma reforma impactante; enquanto ela não vem, poderíamos unificar as contribuições sociais, tais como *PIS*, *COFINS* e *Contribuições do Empregador para a Previdência*, em um tributo federal somente, incidente sobre a receita bruta das empresas, uma espécie de Imposto sobre o *Valor Agregado*, *IVA*, desonerando, por conseguinte, a folha de pagamento, ao mesmo tempo em que haveria uma simplificação tributária substancial.

Por outro lado, urgem medidas de transparência no setor público e também por parte das empresas privadas, que talvez a implantação da *Contabilidade Internacional*, já em andamento nas empresas privadas e em estudos na área pública, venha a resolver, ou talvez minorar os problemas de transparência, não se deixando de lado as práticas da *Boa*

Governança Corporativa na iniciativa privada e na área pública.

De outro modo, é imperioso que a *Gestão Pública* seja profissionalizada e não improvisada, temos que ter nos órgãos públicos gestores bem remunerados, capacitados e com perfil gerencial para a tomada de decisão consentânea com os interesses públicos.

Quanto ao crédito, entendo que com o saneamento das finanças públicas, maior quantidade de recursos que hoje transita pelo setor financeiro poderá ser canalizada para a economia privada, não se devendo esquecer que a melhoria da regulação, através da eficiência dos órgãos fiscalizadores do mercado financeiro e de capital, poderá ensejar o incremento do mercado acionário, visando melhor capitalizar as empresas, para as ações de prazo curto, médio e longo.

São sonhos. Vamos acordar para a realidade da harmonização dos múltiplos interesses, que nem sempre são convergentes na direção das melhores práticas das Políticas Públicas. Veja-se o que está acontecendo nos *EUA*, local em que os extremistas-conservadores querem fazer prevalecer as suas mórbidas ideologias, mesmo que seja no grito, como fez um deputado vaiado pelos seus pares, ao defender que tudo continue na mesma, tratando-se da saúde da grande maioria dos cidadãos dos *EUA*, que não têm plano de saúde, nem assistência médica pública gratuita, como o nosso *SUS*, que, mal ou bem, é mantido pelos recursos da *COFINS*, *PIS* e *Contribuição Social sobre o Lucro*, fazendo com que muitos estadunidenses venham a falir, quando não conseguem pagar o tratamento das suas enfermidades.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 14 de setembro de 2009

O BRASIL NA PRIMEIRA DIVISÃO

Aproveitando algumas citações de Carlinhos Lira, em um show, sobre a epopeia brasileira dos anos cinquenta, acrescentei mais algumas e cheguei, além, obviamente, do nascimento da *Bossa Nova*, às seguintes constatações: o nosso Presidente da República era Juscelino Kubitschek de Oliveira; Brasília começava a ser construída; o Brasil ganhava pela primeira vez a *Copa do Mundo* e Maria Esther

Bueno o mundial de tênis; Éder Jofre consagrava-se campeão mundial de boxe; Pelé explodia para o mundo e ainda tínhamos *o demônio das pernas tortas* chamado Mane Garrincha, para não falar de Didi, Belinie muitos outros; Adhemar Ferreira da Silva, em Helsinque, na Finlândia em 1952 e em Melbourne na Austrália, em 1956, arrebatava a medalha de ouro do salto triplo, além de ter inventado, em 1952, a volta olímpica; a indústria automobilística brasileira nascia, via a *Willys Overland do Brasil*. Querem mais, ou podemos parar por aqui?

Realmente é muito difícil repetirmos todas as glórias dos anos cinquenta, todavia, no campo econômico, alguns fatos, no momento, nos deixam empolgados. Vejam vocês, que em plena crise do país mais poderoso do mundo, econômica e militarmente, *EUA*, um dos nossos grandes parceiros no campo comercial, estamos, nós, brasileiros, a viver: um crescimento econômico expressivo, com os preços, pelo menos dos alimentos, um tanto quanto assanhados, face à excessiva demanda; *superávit* das contas públicas, no primeiro trimestre de 2008, da ordem de R\$ 43 bilhões de dólares, que nos levou a pagar os exorbitantes juros, e ainda ficarmos com uma folga de caixa no montante de R\$ 4 bilhões; a bolsa de valores, *Bovespa*, atingiu um nível recorde no final da semana passada, levando o Ibovespa aos 69.366 pontos; o mercado de trabalho apresenta grande oferta de empregos; a arrecadação federal cresce exponencialmente, mesmo sem a *CPMF*, que faz com que o governo, diante da imposição do realinhamento dos preços de petróleo internos, com os praticados no mercado global, reduza a *Cide*, visando não repassar o aumento dos preços para os consumidores.

Duas semanas após o aumento da taxa de juros pelo Banco Central, assunto que abordei no artigo da semana anterior, os analistas econômicos, deste país e do mundo, são surpreendidos com o conceito, mais do que positivo, por parte da maior empresa do mundo especializada em avaliação de risco, a *Standard & Poor's*, que atribuiu à economia brasileira o grau de *investment grade*, sinalizando que a nossa economia passou a ser confiável para os investimentos estrangeiros.

Tão esperada avaliação teria acontecido em função de vários fatores, entre os quais destacamos: transição política sem sobressaltos; contenção da inflação via regime de metas, política de câmbio flutuante, baixa dívida externa, excepcional volume de reservas que saíram dos 17 bilhões ao final do governo passado para 200 bilhões atualmente, e crescimento do *PIB*.

Com tal avaliação positiva, o Brasil terá condições, no médio prazo, de receber bilhões em investimentos produtivos, reduzindo, por consequência, a instabilidade dos investimentos especulativos. Por ou-

tro lado, as empresas terão muito mais facilidades em captar recursos, com ônus bem menor, no que respeita aos juros que serão cobrados.

Tais benefícios, também, se estenderão à administração da dívida pública interna e externa, dos vários níveis de governo, o que será benéfico para a reordenação dos recursos, antes destinados ao pagamento dos juros abusivos, em prol de muitas outras demandas sociais que se impõem. Preparemo-nos, portanto, não para ficarmos em êxtase, ou mesmo, como sugeriu o Jornal Britânico, *The Independent*: brincando o carnaval, fora de época, em comemoração à melhoria do conceito da economia brasileira.

O berço é sim esplêndido, todavia não dá para ficarmos deitado, eternamente, sobre ele. A sinalização é no sentido de que venhamos a arregaçar as mangas acima dos cotovelos, e *mandar ver*. Ao Estado Brasileiro cabem as tarefas de preparar as condições para que *o ambiente de negócios* seja favorecido.

O Plano de Aceleração do Crescimento deve dar saltos, na concretização das obras concernentes a portos, aeroportos, estradas, saneamento básico, geração de energia, novos mananciais do melhor líquido do mundo, a água, segundo o saudoso Professor Waldemar Carvalho.

Não se deve esquecer, todavia, da preparação das pessoas, via educação. Afinal, não há crescimento sustentável, sem investimentos e retornos, em educação. Como sempre digo em sala de aula: não há glórias, sem sacrifícios!

Publicado no Jornal Pequeno
Por Manoel Rubim
Em 03 de maio de 2008

O ESTADO: NEM MÁXIMO, MUITO MENOS MÍNIMO

Uma discussão sempre presente no Brasil diz respeito ao tamanho do Estado. Em que pese já termos diversos exemplos práticos da importância da presença do Estado como propulsor do desenvolvimento econômico e social, via a boa aplicação das despesas públicas, afora outras políticas – no Mundo e neste país, especialmente ao longo da década passada – essa discussão está sempre presente, sem

que os defensores do Estado mínimo apresentem exemplos do sucesso dessa propalada ideia, que poderíamos rotular de conservadora, em termos de políticas públicas, que remontam, tomando como parâmetro os dois últimos séculos, ao economista liberal austríaco Friedrich Hayek (1899 a 1992), autor da bíblia do pensamento conservador: *O Caminho da Servidão*, livro no qual defende, entre outras ideias, que o planejamento central feito pelo Estado resulta em totalitarismo e opressão.

Sem autoritarismo, sem servidões humanas, em plena democracia, tivemos, entre 2002 a 2014, no Brasil, via ações do governo brasileiro, um expressivo crescimento da economia, que gerou benefícios sociais inclusivos para milhões de pessoas, refletidos em diversos indicadores socioeconômicos, que podem ser consultados em várias fontes. Para efeito de facilitar o acesso a tais dados, destaco o seguinte endereço eletrônico, cujas informações poderão ser checadas em suas origens, nele citadas: <http://www.hildegardangel.com.br/comparando-o-brasil-de-2002-a-2013-segundo-a-oms-a-onu-o-banco-mundial-o-ibge-o-unicef-etc/>.

Ademais, um dos mais respeitados cientistas sociais do Mundo, o polonês, Zygmunt Bauman (1925-2017) – autor de dezenas de livros fundamentais para a compreensão dos tempos líquidos modernos, que vivemos, professor emérito de sociologia nas *Universidades de Leeds e Varsóvia* – afirmou o seguinte sobre o Brasil, em entrevista concedida, em 08 de abril de 2016, ao jornalista Alberto Dines, demonstrando a sua surpresa com os avanços sociais, em que pese os problemas que enfrentávamos e que, ao meu sentir, aumentaram nos últimos dois anos: *representantes de 66 governos do mundo vieram para o Rio de Janeiro para se consultarem, para aprenderem sobre a experiência de retirar 22 milhões pessoas da pobreza. Ninguém mais repetiu esse milagre, apenas o Brasil até agora.* Fonte: <http://tvbrasil.etc.com.br/observatorio/episodio/entrevista-com-zygmunt-bauman>

Com total intervenção do Estado, sem a democracia reinante no Brasil, temos hoje a China, segunda potência econômica do Mundo, com crescimentos exponenciais anuais da economia, nunca vistos. Recentemente, em entrevista concedida à *TV Bandeirante*, abordando o crescimento econômico da China, hoje, o maior parceiro comercial do Brasil, o economista Roberto Giannetti da Fonseca – *Diretor Internacional da FIESP* de 2004 a 2013, consultor de comércio e desenvolvimento internacional, atualmente Presidente da *Kaduma Consultoria em São Paulo* – afirmou tratar-se dos efeitos do *Capitalismo de Estado, com Estado forte, interventor, atuante, que abre espaço para a iniciativa privada trabalhar, e que o Estado estabelece metas e regras, que são*

impostas de uma maneira muito forte sobre a sociedade, e quem não andar na linha é excluído.

Obviamente, que não estou a defender o exemplo da China, prefiro enaltecer o sucesso do Brasil, lamentavelmente interrompido, por motivos que fogem ao foco deste artigo. Todavia, aos críticos da intervenção do Estado na economia, e que defendem o *Estado Mínimo*, uma quimera doutrinária, sem fundamentação com exemplos práticos, fáticos e doutrinários, recomendo a leitura do livro intitulado *REINVENTANDO O CAPITALISMO DE ESTADO – O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*, constando em sua capa, um curto comentário do renomado jornalista Élio Gaspari: É uma aula para tentar entender o que são (ou foram) as *campeãs nacionais*. Desde logo informo que o livro não foi escrito por militantes partidários, muito menos filiados a Partidos Comunistas e/ou Socialistas. Os seus autores são: Aldo Musacchio – professor associado de administração da *Harvard Business School* e *Faculty Research Fellow do National Bureau of Economic Research*, e Sergio G. Lazzarini – professor de organização e estratégia do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa.

Reafirmando o que expressei em diversos artigos, já publicados, concluo que o *Estado*, nos tempos da pós-modernidade, não deve ser nem máximo, muito menos mínimo, porém do tamanho necessário para planejar e prover políticas públicas consentâneas com as realidades políticas, sociais e econômicas, imperantes nas sociedades no qual o *Estado* se insere, visando contornar os verdadeiros caminhos e não os ilusórios da deplorável servidão humana.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 26 de outubro de 2017

O INCENTIVO FISCAL DO AUDIOVISUAL: O CONTABILISTA EM CENA

Por decorrência da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, sancionada pelo então Presidente da República Itamar Franco e subscrita pelos, à época, Ministros de Estado Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, e Antônio Houaiss, da Cultura, foram criados mecanismos de fomento à atividade audiovisual, como tal definida no art. 2º da Lei

8.401, de 8 de janeiro de 1992, que foi regulamentada pelo Decreto 567, de 11 de junho de 1992.

Os aludidos mecanismos de fomento consistem, em princípio, na possibilidade que têm as pessoas físicas e jurídicas, como tais conceituadas na legislação do imposto de renda, de deduzirem do imposto de renda devido as quantias referentes aos investimentos efetuados pelas aludidas pessoas na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente.

A concretização desses investimentos ocorrerá com a aquisição, pelas pessoas físicas e jurídicas, de quotas representativas dos direitos de comercialização das obras audiovisuais, por via do mercado de capitais, em ativos previstos em lei e regulamentados pela *Comissão de Valores Mobiliários*, devendo os projetos audiovisuais beneficiários dos recursos ser submetidos, previamente, à aprovação do *Ministério da Cultura*.

O benefício fiscal isencional e de incentivo à atividade audiovisual perdurará até o exercício financeiro de 2003, ano-calendário 2002. Quanto às pessoas jurídicas, o incentivo fiscal em comento poderá ser usufruído pelas empresas que venham a apurar o imposto de renda a pagar por qualquer das formas permitidas pela legislação tributária do chamado *IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas)*.

Assim sendo, as pessoas jurídicas que optarem ou estejam obrigadas à apuração do *IRPJ pelo Lucro Real*, assim como aquelas que fizerem a opção pelo Lucro Presumido ou Arbitrado, poderão gozar do incentivo fiscal, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento das obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente. Importante destacar que até mesmo as empresas que antecipam o imposto de renda, com base nos pagamentos por estimativa, também poderão fazer jus ao benefício isencional.

Para melhor compreensão da abrangência do incentivo, em relação às pessoas jurídicas, tornam-se necessárias as seguintes considerações: as pessoas jurídicas, a partir da Lei 8.383-93, passaram a apurar o imposto de renda mensalmente, como forma de atenuar os efeitos corrosivos do processo inflacionário sobre as receitas públicas, efeito conhecido, no jargão das finanças públicas, como *Efeito Tanzi*.

Atualmente, por decorrência da Lei 9.430-96, art. 1º, as pessoas jurídicas passaram a calcular o *IRPJ* em períodos de apuração trimestral, ou seja, 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, ficando obrigadas ao pagamento do imposto, em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração, podendo ocorrer o parcelamento

da quota única, em até três parcelas.

Alternativamente, as empresas que optarem ou estiverem obrigadas à apuração do *IRPJ por via do Lucro Real* poderão antecipar mensalmente o imposto, mediante o pagamento por estimativa, ou seja, o imposto apurado em janeiro deverá ser pago até o final de fevereiro, e assim sucessivamente.

Ao final do ano, essas empresas deverão calcular o *IRPJ com base no Lucro Real* e proceder ao confronto das parcelas antecipadas mensalmente, com o *IRPJ* calculado em 31-12.

Em verdade, o incentivo fiscal em relação às pessoas jurídicas poderá ser considerado como duplo, pois, o teor do § 4º do art. 2º da Instrução Normativa nº 56, de 18 de julho de 1994, as pessoas jurídicas que calcularem, por opção ou obrigação, o *IRPJ com base no Lucro Real* poderão excluir do *Lucro Líquido*, também conhecido como *Lucro Contábil, no Livro de Apuração do Lucro Real, LALUR*, o valor total dos investimentos realizados nos projetos objeto do incentivo fiscal.

Destaque-se, por oportuno, que houve uma impropriedade de técnica contábil no § 4º do art. 1º da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, repetida no § 3º do art. 1º do Decreto 974/1993, porquanto os citados dispositivos permitiam que o valor total dos investimentos em projetos audiovisuais pudesse ser deduzido pelas empresas tributadas com base no *Lucro Real*, a título de despesa operacional, e não, como dispôs corretamente a IN-SRF 56-94, como exclusão do *Lucro Líquido*, para fins de determinação do *Lucro Real*, abstraindo-se, obviamente, as considerações concernentes à hierarquia das normas legais.

Por outro lado, as empresas, qualquer que seja a forma de apuração do *IRPJ*, presumido, arbitrado, real ou por estimativa, poderão deduzir o imposto de renda devido o investimento efetuado em obras audiovisuais, limitado a 3% (três por cento) do *IRPJ devido*, antes de computada a referida dedução, não entrando no cômputo do aludido limite o eventual adicional do *IRPJ*, devido pelas empresas que obtiverem *Lucro Real, Presumido ou Arbitrado*, superior, no trimestre, a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Vale ressaltar que, se a empresa gozar, cumulativamente, o incentivo fiscal relativo às operações de caráter cultural e artístico, *Lei Rouanet, com o do Audiovisual*, o limite máximo para o gozo dos dois incentivos será de 5% (cinco por cento) do imposto devido.

Em se tratando das empresas que optarem pelo pagamento por estimativa, importa destacar que eventuais excessos dos investimentos efetuados em determinado mês em projetos audiovisuais incentivados poderão ser utilizados como dedução do *IRPJ* nos meses seguintes, até

dezembro do mesmo ano.

O mesmo benefício poderá ser gozado por empresas que optarem pelo *Lucro Presumido*, pois os excessos dos investimentos em projetos audiovisuais, no trimestre, poderão ser utilizados como dedução do *IRPJ*, com base no *Lucro Presumido*, nos trimestres subsequentes, dentro do mesmo ano, até dezembro.

De outra feita, as empresas que tenham optado pelo *Lucro Arbitrado ou Real* não gozarão o aludido benefício, em relação aos excessos. Em qualquer caso, eventuais excessos ocorridos em um ano não poderão ser aproveitados em anos subsequentes, seja no que respeita ao *Lucro Real, Presumido e/ou Arbitrado*.

Quanto ao gozo do benefício por parte das pessoas físicas, importa destacar que o § 3º do art. 1º da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, prescreve que os valores aplicados nos investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente serão deduzidos do imposto devido na declaração de ajuste para as pessoas físicas. Por sua vez, o art. 4º da citada Lei informa que O contribuinte que optar pelo uso dos incentivos fiscais previstos nos artigos 1º e 3º depositará, dentro do prazo legal fixado para o recolhimento do imposto, o valor correspondente ao abatimento em conta de aplicação financeira especial, no Banco do Brasil, cuja movimentação se sujeitará à prévia comprovação junto ao Ministério da Cultura de que se destina a investimentos em projetos de produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente.

O destaque em grifo das disposições supracitadas decorre das dúvidas que foram levantadas em recentes seminários promovidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, Ministério da Cultura, Comissão de Valores Mobiliários e ANDIMA, realizados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, sobre Certificado de Investimento Audiovisual, dos quais tivemos oportunidade de participar como palestrante do tema Incentivos Fiscais.

A dúvida consistia em saber em que momento as pessoas físicas poderiam destinar os valores para os investimentos incentivados para fins de gozo do benefício de dedução do *Imposto de Renda Pessoa Física* devido. Salvo melhor juízo, o dispositivo legal acima, que se encontra consolidado no caput do art. 108 do Regulamento do *Imposto de Renda/94*, aprovado pelo Decreto 1.041, de 11-01-94, extingue a mencionada dúvida.

Diga-se de passagem que, quando da realização dos aludidos seminários, manifestei o entendimento de que as pessoas físicas que

optaram ou estejam obrigadas a apresentar a *Declaração de Ajuste Anual* no modelo completo (azul) poderão deduzir do imposto as quantias referentes aos investimentos realizados até a data fixada para a entrega tempestiva da declaração, no limite de 3% (três por cento) do imposto devido, entendido como tal o resultado da aplicação da tabela progressiva anual sobre a base de cálculo.

Observe-se que, a exemplo do que ocorre com as pessoas jurídicas, o valor aplicado excedente ao limite de 3% (três por cento) do imposto devido não poderá ser utilizado nos anos subsequentes.

Imposta evidenciar que o art. 3º da *Lei 8.685, de 20 de julho de 1993*, dispõe que os contribuintes do imposto de renda na fonte incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo o território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, à alíquota de 15% (quinze por cento), poderão beneficiar-se de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto devido, desde que invistam na coprodução de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

Recentemente foi editada a *Medida Provisória 1.602, de 14-11-97*, que alterou a legislação do imposto de renda, face ao ajuste fiscal do Governo Federal, em função da crise do *Sistema Financeiro Mundial*, que redundou na queda substancial dos índices das *Bolsas de Valores* e falência de algumas instituições financeiras.

Em seu art. 6º, a referida *Medida Provisória* estabelece o limite de 4% (quatro por cento), no conjunto, para o gozo dos incentivos fiscais concernentes ao *Programa de Alimentação do Trabalhador*, *Vale-Transporte*, *Fundo de Amparo à Criança e Adolescentes*, *Cultura*, *Projetos de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agrícola* e à produção de obras audiovisuais.

Além disso, o art. 10 da *MP 1.602-97* impede as empresas que apuram o *Imposto de Renda Pessoa Jurídica* com base no *Lucro Presumido ou Arbitrado* de gozarem qualquer dedução do imposto a título de incentivo fiscal. Todavia, tais disposições legais estão em negociação no Congresso Nacional, por pressão de famosos artistas, vislumbrando-se alterações.

Percebe-se, por consequência do que foi exposto, a abrangência do incentivo fiscal em comento, que poderá ser utilizado como importante instrumento de desenvolvimento da indústria do audiovisual no Brasil.

Diga-se de passagem, conforme informações da *Associação Nacional de Instituições do Mercado Aberto, ANDIMA*, várias obras audiovisuais de sucesso foram viabilizadas com recursos originários do incentivo fiscal em consideração, abordando aspectos relevantes e fatos históricos das cenas do cotidiano do Brasil, destacando-se, entre elas, as seguintes: *O Quatrilho*; *O Que é Isso Companheiro?*; *Mauá – O Imperador e o Rei*; *O Aleijadinho*; *Chateaubriand – Cabeça da Paraíba*; *O Caso Morel*; *Maira*; *Policarpo Quaresma*; *Herói do Brasil – II*; *Navalha na Carne*; *Os Saltimbancos*; *Santos Dumont* etc.

Ao longo do tempo de vigência do incentivo, 278 (duzentos e setenta e oito) projetos foram aprovados pela *CVM*, tendo sido captados aproximadamente R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Adicionalmente, pode-se afirmar que o Profissional da Contabilidade, face à proximidade com os empresários, poderá desempenhar papel importante na condição de orientador e incentivador da utilização do benefício fiscal, por parte das empresas, assim como pelas pessoas físicas, tendo presente que quase sempre é o Contabilista quem elabora as declarações de rendimentos.

Além do mais, as empresas emissoras, ou seja, *aquelas dedicadas à produção independente de obras audiovisuais brasileiras, bem como as empresas brasileiras de capital nacional que apresentem projetos de exibição, distribuição e infraestrutura técnica específicos da área audiovisual cinematográfica*, por decorrência do art. 25 da *Instrução CVM n° 260*, de 09 de abril de 1997, estão obrigadas a elaborar e divulgar, semestralmente, o relatório contendo informações acerca dos rendimentos decorrentes da comercialização do projeto, subscrito, também, por um Contabilista devidamente registrado no *Conselho Regional de Contabilidade*. Por assim ser, o *Conselho Federal de Contabilidade* irmanou-se ao *Ministério da Cultura, Comissão de Valores Mobiliários e Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto*, que juntos realizaram três seminários em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, nos dias 07, 14 e 21-10, oportunidade em que foram abordados os seguintes temas: *Lei do Certificado de Investimento Audiovisual, Regulamentação, Incentivos Fiscais, o Sistema Cine, Colocação dos Certificados no Mercado, e o Financiamento da Produção Cinematográfica*.

Por fim, relava destacar que, nos referidos eventos, tivemos as presenças de famosos cineastas, artistas de cinema, representantes de entidades captadoras de recursos e Contabilistas, sendo que, quando da abertura do primeiro, estavam presentes, entre outras autoridades, o Exmo. *Senhor Ministro da Cultura e os Presidentes do CFC, CVM e*

ANDIMA, constituindo, por conseguinte, prova incontestável da relevância do *papel* do Profissional da Contabilidade no sucesso do *Incentivo Fiscal do Audiovisual*, que proporcionará o desenvolvimento do cinema nacional, com a consequente geração de empregos, rendimentos, consumo e impostos.

Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul e na Revista Brasileira de Contabilidade, v. 26, p. 56-59, 1998

Reproduzido no site: www.lcsantos.pro.br/biblioteca.php?pagina=206

Por Manoel Rubim

O IRPF, A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O NÃO CONFISCO

Algumas pessoas já estão arrumando os seus documentos para que venham, a partir de março, prestar contas à *Receita Federal do Brasil*, ao encaminharem as suas Declarações de Rendimentos, via web, graças aos modernos sistemas de informações que decorrem da parceria vitoriosa entre o *Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO*, e a *Receita Federal do Brasil, RFB*, que nos proporciona um dos *Sistemas Tributários* mais informatizados do mundo. Em que pese o descrédito de alguns que não confiaram nessa mudança dos papéis para o atual estágio em que nos encontramos, estamos a cada dia evoluindo em termos de processamento eletrônico das informações tributárias, já tendo ao nosso dispor *uma Central de Atendimento ao Público Virtual, CAC-virtual*, afora muitos outros serviços.

O fato é que, se evoluímos em termos tecnológicos, no que pertine ao processamento e envio das *declarações do Imposto de Renda*, não posso afirmar o mesmo em relação à justiça fiscal, ou mesmo, em se tratando dos princípios constitucionais da capacidade contributiva e do não confisco, no que respeita à legislação do *Imposto de Renda Pessoa Física, IRPF*, por decorrência de decisões políticas dos nossos governantes.

Poderia, para comprovar a inobservância dos citados princípios, no que respeita à legislação do *IRPF*, citar o caso dos limites mensais, quase irrisórios, das deduções com dependentes, de gastos com

educação e, até mesmo, o teto de isenção mensal dos rendimentos ditos líquidos, rendimentos esses que ficam fora do alcance da tributação do *IRPF*.

Vejam, para comprovar, tal assertiva, os limites anuais de dedutibilidade, para o ano de 2010, que tendem, lamentavelmente, a serem mantidos em 2011: dedução com dependentes, R\$ 1.730,40 e dedução com educação R\$ 2.708,94; ao passo que o teto dos rendimentos isentos do trabalho assalariado e não assalariado limita-se a 17.215,08.

Ora, caso venhamos a dividir tais valores por doze, para chegarmos aos limites mensais, teremos: R\$ 144,20 por dependente; 225,70 para as despesas de educação, por dependente e R\$ 1.434,60 como limite mensal de isenção do *IRPF*. Claro que são valores que não se coadunam com os princípios da capacidade contributiva e do não confisco.

Oportuno destacar que o parágrafo primeiro do artigo 145 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, determina o seguinte: *Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.*

A propósito da capacidade contributiva e do não confisco, releve informar que o *Imposto de Renda*, neste país, foi instituído através do artigo 31 da *Lei 4.625 de 31 de dezembro de 1922* que preconizava a sua incidência sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem. As alíneas *a* a *d* do inciso III do citado artigo previam, como dedução dos rendimentos brutos, para fins de determinação dos rendimentos líquidos, o seguinte: impostos e taxas; juros das dívidas do contribuinte; perdas extraordinárias decorrentes de casos fortuitos e/ou de força maior como incêndios, tempestades, naufrágios e acidentes, que não fossem cobertos por seguros ou indenizações; as despesas chamadas de ordinárias para obtenção da renda; além do mais, contribuintes com rendimentos anuais entre 6:000\$ (seis contos de reis) e 20:000\$ (contos de reis) tinham direito a uma dedução de 2% (dois por cento) sobre o montante do imposto devido, por pessoa que tivesse como dependente, até o limite de 50% da importância normal do imposto. Haja dependentes, para tanto desconto!

Todavia, em que pese na origem o *IRPF* ter consagrado os princípios da capacidade contributiva e do não confisco, ficará patente a inobservância dos referidos princípios, atualmente na tributação dos contribuintes do *IRPF*, especialmente dos assalariados e dos trabalha-

dores sem vínculo empregatício (profissionais liberais) pelos fatos que passo a expor.

Desde 1995, até o final de 2010, ao longo de dezesseis anos, durante os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, tivemos a atualização da tabela do *IRPF* em apenas oito anos (uma no governo *FHC* e sete no governo *LULA*), deixando-se de lado a alteração decorrente da implantação do Plano Real. Nesses oito anos, tomando-se como parâmetro o teto de isenção anual, que em 1995 era de R\$ 9.543,00, tivemos uma atualização de 89%, comparando-o com o atual teto de isenção anual do *IRPF*, qual seja, R\$ 17.989,80. Ora, pela variação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado, IPC-A do IBGE*, entre dezembro de 1995 a dezembro de 2010, teríamos tido uma inflação de 160,87%, no período. Logo, o valor atualizado do teto de isenção deveria ser de, pelo menos, R\$ 33.119,63. Caso venhamos a utilizar a defasagem entre a variação do *IPC-A* e a correção dos valores da tabela do *IRPF*, no mesmo período acima, 12/2010 a 12/1995, (160,87%-89%), de 71,90%, os demais valores atualizados de deduções com dependentes e com educação deveriam ser, em dezembro de 2010, respectivamente, de R\$ 2.974,60 e R\$ 4.657,00, no mínimo. Porém, há rumores de que não teremos nem a correção do *IPC-A* do ano de 2010, no percentual de 5,91%.

Logo, pertinentes seriam as mobilizações sindicais e das demais entidades de classe, no sentido de que, pelo menos, a tabela do *IRPF/2011* e os demais valores fossem corrigidos, por uma questão de justiça e respeito aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e do não confisco. O governo federal não deve temer queda de arrecadação, afinal, tem uma máquina de arrecadar azeitada, na *RFB*, competente e motivada, que saberá, como tem sabido, arrecadar, cada vez mais, sem novas imposições tributárias, respeitados os princípios constitucionais tributários e outros cânones da justiça tributária.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 17 de janeiro de 2011

O PENSAMENTO ECONÔMICO LÚGUBRE

A *Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas*, de dezembro de 2009, traz uma radiografia do *Tamanho do Estado*, uma competente matéria de autoria de Lillana Lavoratti, iniciada com a evidenciação consistente em que o Estado brasileiro teria atingido magnitude muito superior a dos nossos concorrentes; a participação do Estado brasileiro no PIB cresceu para fazer face ao pagamento de salários de servidores públicos, transferência de renda e custeio da máquina. A matéria aludida *Tamanho do Estado*, por demais meritória, contém alguns posicionamentos de competentes economistas, que nos fazem refletir. Por conseguinte, passamos a reproduzir alguns - que expressam o que é praticamente comum a todos e, até mesmo, uma opinião que destoa das demais - no próximo parágrafo.

Para o Brasil crescer a uma taxa de 5% ao ano, sem interrupções, teríamos de obter uma taxa de investimento total de aproximados 22% do *PIB*, contra os atuais 17%; o setor privado poderia dispor, como já vem ocorrendo, dos recursos externos, contudo ao setor público restaria cortar gastos de custeio; a relação entre investimentos e *PIB* no Brasil no período de 1975 a 2003 caiu de 26% para 16%; a carga tributária é o impacto do Estado desestimulando a atividade produtiva e, neste sentido, o Estado brasileiro é grande, pois o que conta para quem é tributado é a carga bruta, não importando se parte dela será destinada à transferência de renda aos mais pobres; o Governo está correto quando diz que não tem ganância; são políticas de Governo que deverão ser consideradas mais ou menos adequadas para os objetivos de médio e longo prazos; o reajuste concedido ao funcionalismo público não é um desperdício, porém o Governo diz que o impacto desse aumento será absorvido em poucos anos e reestruturou as carreiras para tornar o Estado mais eficiente, arrumou a casa, reduziu os juros, acertou na política fiscal em termos macro.

Quanto a isso, está tudo certo; com base em estudos que teriam sido efetuados o *PIB* cresceu entre 10% e 15% menos de 1994 para cá. Por causa do peso dos impostos e contribuições sociais carregado pela Economia para financiar o Estado, com os mesmos parâmetros macroeconômicos existentes nos últimos 20 anos, a economia teria crescido mais se não fosse o efeito adverso dos impostos e contribuições sociais.

Iniciei meus estudos de Economia, nos idos de 1970, ao ter aulas de *Economia Política*, no *Curso Técnico do Colégio São Luís*,

lendo clássicos da *Economia Política*, de autoria, entre outros, de Henri Guitton, estimulado pelo economista Raimundo José Gonçalves (uma das personalidades homenageadas no livro *Crônicas Para Cândida*, de nossa autoria e integrante da primeira turma de economistas formados pela hoje UFMA), então *Fiscal Aduaneiro*, hoje *Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil*, sendo o último *Inspetor da antiga Alfândega*, nesta cidade, antes da criação da, já extinta, *Secretaria da Receita Federal*, atualmente *Receita Federal do Brasil*.

Raimundo José Gonçalves, após uma profícua passagem pelo *Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda*, hoje se encontra aposentado. Confesso que gosto de ler assuntos econômicos, especialmente, na linha do pensamento de Robert Heilbroner, John Kenneth Galbraith, Celso Furtado e muitos outros. Logo, não considero a economia como a *Ciência Lúgubre*, *The Dismal Science*, como a teria chamado o ensaísta britânico Thomas Carlyle (1795-1881), frase essa que teria sido assumida, como sua, pelo economista britânico Thomas Malthus.

Entretanto, se não concordo com tal epíteto à *Ciência Econômica*, não posso concordar com alguns pensamentos lúgubres que rondam de forma incessante a análise econômica deste país, quando todos os fatos contradizem aqueles que teimam em vislumbrar catástrofes e mais catástrofes econômicas, caso não venhamos a reduzir o tamanho do Estado no Brasil. Querem que o Estado brasileiro seja do tamanho do Estado chinês. Pergunto: será que, saudosistas, almejam também a democracia chinesa? Temos, sim, que fazer do Estado brasileiro indutor do desenvolvimento, que está bem próximo, ou mesmo já está acontecendo de forma bem nítida, distribuindo, de forma equânime, a renda, não favorecendo somente os rentistas que levam bilhões de dólares dos cofres públicos, que poderiam ser investidos para assegurar o crescimento da nossa nação.

Tais pensamentos lúgubres estão sempre a preconizar a redução dos salários (especialmente dos servidores públicos, que foram duramente penalizados no governo passado), todavia, fazem vistas grossas para os ganhos vergonhosos da banca financeira, que Obama, contra tudo e todos, quer tributar de forma mais justa. Afinal, o sistema financeiro deveria ser um meio para financiar o desenvolvimento e não um fim em si mesmo, que quando das crises, busca socorro, em quem? Nos recursos públicos, como aconteceu no passado aqui (*lembram-se do PROER?*) e no presente no mundo todo, especialmente nas grandes economias.

O pensamento lúgubre, e não a economia lúgubre, quer manter

milhões e milhões de brasileiros na miséria, pondo fim no Orçamento da Seguridade Social. O pensamento lúgubre não observa, ou finge observar, que bilhões e bilhões de reais se perdem no vácuo na corrupção, quando da execução orçamentária da despesa. *Conversem com os ex e atual Ministro da Transparência e do Controle*, respectivamente, Valdir Pires e Jorge Hage, que tomarão conhecimento do que isso significa.

Para ilustrar esses desvios de recursos públicos, cito a estória de um velho vendedor de jornal, que, recentemente, queixando-se da vida, afirmou-me ter um amigo que vendia bananas em carrinho de mão. Após entrar para a política, com vinte anos defendendo os interesses do povo, passou a ser um dos maiores proprietários de casas da sua cidade. Com espírito dos analistas econômicos lúgubres ponderei: deverias ter seguido o exemplo do amigo, porém fostes vender jornal, em vez de vender bananas!

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 25 de janeiro de 2010

OBRIGADO, ZYGMUNT BAUMAN!

Tomei conhecimento, através de mensagem, via *WattsApp*, da minha filha Emanuele Rubim Costa e Silva, hoje à tarde, do falecimento do filósofo e sociólogo polonês, que residia em *Leeds, na Inglaterra*, Zygmunt Bauman, sabedora, com certeza, da minha admiração por aquele exponencial humanista, um dos mais profícuos intelectuais dos séculos XX e XXI, pois nascido em 19 de novembro de 1925, viveu 74 anos no século passado e dezessete anos no presente século.

Bauman foi professor emérito nas *Universidades de Varsóvia e Leeds* – além de ter escrito uma vasta obra sobre Sociologia, 35 livros, pelo menos, afora o último, intitulado *Estranhos à Nossa Porta*, abordando a *Crise dos Refugiados na Europa*, e que será lançado no Brasil, na próxima quinta-feira, dia 12 de janeiro.

Não foram poucos os artigos que escrevi, na imprensa local, citando as teorias de Bauman, expostas na sua vastíssima obra sobre a *ciência de Émile Durkheim e Max Weber*, tidos como seus fundadores, ao lado de Karl Marx.

Afinal, desde o início dos anos 1970, quando ainda não havia iniciado os meus estudos de *Ciências Contábeis na UFMA*, ao frequentar a *Biblioteca do SESC*, na Praça Deodoro – local em que era muito bem recebido pela então bibliotecária-chefe, a saudosa senhora Aldecir Lindoso, homenageada no livro *Poemas para Ovídio* – comecei a interessar-me pelas leituras sobre *Filosofia, Sociologia e Antropologia*, como sempre brinco, todas as *gias*.

Destarte, fiquei pensando, após saber do passamento de Bauman, em como homenagear esse intelecto comprometido com as nobres causas, que tantos estudos e pesquisas efetuou, para melhor entender os fenômenos sociais que tanto nos atormentam Mundo afora. Comentar sobre o seu pensamento? Impossível! Face à vastidão incomensurável da abordagem da sua obra.

Destarte, como, recentemente comecei a reorganizar os livros que adquiri ao longo de, aproximadamente, 45 (quarenta e cinco anos) de leituras assistemáticas, resolvi, fotografar os livros de Zygmunt Bauman que possuo, sendo que a grande maioria, já foi devidamente *degustado e marcado*, como sempre faço ao ler, na tentativa de reter alguns conhecimentos sobre os pensamentos desse notável pensador social.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 09 de janeiro de 2017

OS COBRADORES DE IMPOSTOS

As manifestações hostis em relação aos *Cobradores de Impostos* pululam, ao longo da história, projetando-se até o momento em que vivemos, por pura falta de conhecimento do *papel social* e da vinculação à lei de uma das mais antigas funções públicas.

Vejamos o que nos diz Giancarlo Giojelli, em um texto intitulado de *O Pequeno Grande Homem* falando de Zaqueu, odiado cobrador de impostos que, movido por uma incrível curiosidade, quer a todo custo ver Jesus: *Os publicanos eram piores que os ricos, eram desprezados, quase impuros. Eram aqueles que tinham enriquecido recebendo os impostos para os romanos. O cobrador de impostos nunca foi muito amado, e muito menos popular, em nenhum país do mundo: ainda mais*

o publicano judeu, que representava uma dupla blasfêmia. Judeus que pediam dinheiro de outros judeus por conta do odiado império romano, esse que o Messias deveria derrubar, pelo menos na expectativa do povo.

Os autores do livro *Freakonomics* - Stephen J. Dubner e Steven D. Levitt - destacam, no artigo *Preenchendo a lacuna fiscal*, o resultado de uma pesquisa deveras interessante: a maioria dos estadunidenses se orgulha de pagar impostos; 96% concordam com o entendimento de que é um dever cívico pagar impostos; 93% dos americanos afirmam que todos os que sonégam impostos deveriam ser penalizados. Porém, segundo os autores, os americanos odeiam, sem razões, o *Internau Revenue Service, IRS*, o órgão máximo da *Administração Tributária dos EUA*.

Cabe, no momento, destacar, também, um relato que me foi feito, em 1991, por um famoso profissional, do Sul do Brasil. Ele ao participar de um evento mundial na Alemanha, há mais de trinta anos, necessitou recorrer a um profissional liberal alemão. Ao final dos serviços, na tentativa de reduzir o valor que lhe foi cobrado, disse ao profissional alemão que dispensaria o documento fiscal. Recebeu uma tremenda reprimenda do teutônico, que lhe afirmou, ainda, o seguinte: as escolas dos meus filhos, o seguro saúde, a segurança, a aposentadoria, minha e da minha família, são e serão pagos pelo governo alemão, com os tributos que eu e meus concidadãos pagamos.

Ora, a grande diferença de contexto, que muita gente não consegue vislumbrar, quer por ignorância, quer mesmo por não querer ver, é que outrora os tributos eram destinados ao sustento da *Aristocracia*, ficando bem clara a distinção entre *Reis e Servos*, cabendo a estes o papel de sustentar, através dos impostos, a pompa e o luxo da Corte.

Com a criação do *Estado Moderno* e com a prevalência da República, o tributo deixou de ter a concepção constante dos Relatos Bíblicos, ou mesmo da *História Medieval*, necessitando, por conseguinte, de uma nova contextualização, embora os desvios de dinheiro público ainda perdurem em grande monta.

Roland Corbisier, em *Filosofia Política e Liberdade*, nos chama à atenção para o problema gravíssimo da falta de contextualização de textos, que nos faz, amiúde, tomar emprestado textos antigos, para exemplificar acontecimentos atuais. Em matéria tributária, temos observado exemplos de tais práticas, quando pessoas, por mais *letradas* que sejam, mormente em locais públicos, ou mesmo utilizando-se de potentes veículos de comunicação, fazem afirmações alusivas ao tributo, do tipo: estão sugando, tirando da sociedade.

O Sistema Tributário Brasileiro deve acompanhar as demandas sociais. O nosso modelo tributário, já abordei nestas páginas, remonta à Lei 5172/66, *Código Tributário Nacional*, substancialmente alterado, por decorrência do que foi julgado pelo executivo e legislativo como necessário para custear as políticas públicas.

Por consequência, não foram e não serão os *Cobreadores de Impostos* que instituíram, alteraram e irão alterar o nosso *Sistema Tributário*, como de resto, nenhum *Sistema Tributário no mundo*.

Tais tarefas deverão ser frutos de um *Pacto Social*, que deverá envolver vários atores, devendo ser o povo, o seu principal protagonista, via os seus legítimos representantes. Para tanto, faz-se necessário que essa discussão ganhe as ruas. Que a voz rouca das ruas seja ouvida, na bela construção literária do Mestre Ulisses Guimarães. Rogo, também, que haja cobrança popular, pela justa e transparente aplicação dos recursos públicos, em prol da sociedade. Somente assim, saberemos compreender, melhor, o *Papel Social* dos Cobreadores de Impostos, tão relevante e muito pouco compreendido, no mais das vezes, diabolicamente distorcido.

Publicado no Jornal Pequeno
Por Manoel Rubim
Em 31 de maio de 2011

Republicado no site:
<http://netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=16259>

PELO FIM DOS CÂNONES DO CONSENSO DE WASHINGTON

Em 11 de dezembro de 2017, neste espaço, foi publicado um artigo da nossa autoria, intitulado: *Neoliberalismo: uma receita indigesta*, no qual abordamos, entre outros assuntos, o *Consenso de Washington*, por sinal, produto da ideologia econômica, política e social conhecida como neoliberalismo. Naquela oportunidade, destacamos os três pilares do *Consenso de Washington*, conforme entendimento de Joseph E. Stiglitz, no livro *A GLOBALIZAÇÃO e seus bene-*

ficios. A promessa não-cumprida de benefícios globais, quais sejam: a austeridade fiscal, a privatização e a liberalização de mercado. Stiglitz é um renomado economista estadunidense, por sinal, *Prêmio Nobel de Economia de 2001*, *ex-Chefe do Conselho de Consultores Econômicos do governo Clinton*, *ex-economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial*, *exercendo, atualmente, o magistério, na Universidade de Colúmbia*.

Obviamente, essa receita de choque, típica do ideário neoliberal, que tentam, novamente, impor aos brasileiros, como aconteceu ao longo do governo *FHC*, não se harmoniza com os pensamentos progressistas, que privilegiam políticas de desenvolvimento sustentáveis e não momentâneas. Destarte, folguei ao ler a matéria publicada, em 20 de dezembro de 2017, na *Revista Carta Capital*, de autoria de Carlos Drummond, intitulada: *O fim do Consenso de Washington?*

O ideário confrontante do *Consenso de Washington*, e que postula o seu fim, tem, entre outras fontes de inspiração, o *Instituto para Pesquisa em Políticas Públicas, do Reino Unido*, conhecido pela sigla, em inglês, *IPPR*. Um dos seus pesquisadores, Laurie Laybourn-Langton, destaca a referida matéria da *Carta Capital*, considera algumas medidas como revisão dos currículos universitários de economia, promoção do pluralismo – que entendo ser maior interdisciplinaridade, que já defendi em diversas manifestações públicas, escritas ou não – e aplicação de novos princípios econômicos em comunidades locais, como novas iniciativas visando dar passos além do receituário conservador e limitador dos avanços sociais e econômicos inserido no malfadado *Consenso de Washington*.

Por outro lado, na mesma matéria da *Carta Capital*, constam algumas considerações de Adair Turner – que devem deprimir os defensores do livre mercado, neste país – no que respeita aos sucessos econômicos e sociais do Japão, Coréia do Sul e da China, este, por sinal estrondoso, que ignoraram as prescrições do *Consenso de Washington*.

Os dois primeiros, mantiveram o setor financeiro em rédeas curtas, direcionaram o crédito para atividades industriais específicas e estimularam a indústria com proteção tarifária, ao tempo em que incentivavam a conquista de mercados externos.

Em relação à China, não existe nada a adicionar às evidências da forte presença do Estado na Economia, não somente na regulação, assim como no direcionamento, via as políticas públicas. Para que sejam afastadas dúvidas no que respeita ao pensamento de Adair Turner, ele foi *Presidente da FSA*, entidade que regula o sistema financeiro britânico, integrante do *Comitê de Política Financeira do Reino Unido*, sendo, atualmente, Presidente do *Institute for New Economic Thinking*, entidade que tem a finalidade de *desenvolver ideias econômicas sólidas para melhor servir à humanidade*.

Ainda, em reforço aos argumentos contrários ao *Consenso de Washington*, é imperioso destacar as observações da lavra do *Prêmio Nobel de Economia de 2001*, Joseph E. Stiglitz, já devidamente identificado, anteriormente, considerações essas constantes da matéria em foco da *Carta Capital*, que cita um *paper* do referido economista publicado em 1998, intitulado *Mais instrumentos e objetivos mais amplos: rumo ao Pós-Consenso de Washington*. Nesse *paper*, Stiglitz considera a *regulação financeira, as políticas de concorrência, os investimentos em capital humano e políticas para facilitar a transferência de tecnologias como prioritárias para iniciar a fase Pós - Consenso de Washington*.

Ademais, alonga Stiglitz, para avançarmos muito além dos limites impostos pelas políticas públicas neoliberais, seriam necessárias ações visando à elevação do padrão de vida, com investimentos na saúde, educação e não somente as ações voltadas para os aumentos de PIB; foco no desenvolvimento sustentável – buscando a preservação dos recursos naturais e de um meio ambiente saudável, com desenvolvimento equitativo; maior participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões que envolvem as suas vidas.

Como uma pá de concreto sobre a sepultura, que na sua lápide, consta escrito, *Aqui Jaz O Consenso de Washington*, na pátria-mãe da *Dama de Ferro*, Margareth Thatcher, já falecida, saudosa para os que defendem as políticas públicas retrógradas e não progressistas, o jornal inglês, *The Guardian*, edição de 09 de janeiro de 2008, em matéria de autoria do Will Hutton, destaca, em manchete: *We Can undo privatisation. And it won't cost us*

a penny, em tradução livre: *Podemos desfazer a privatização. E não nos custará um centavo*. Os ingleses teriam acordado de um pesadelo, que os atormenta há décadas?

Parece que sim, visto que, conforme pesquisa divulgada pelo *The Guardian*, 83% dos ingleses defendem a nacionalização ou estatização da água; 77% da eletricidade e do gás; e 76% das ferrovias. Os ingleses constataram, após o pesadelo, que os objetivos, prioritários dos lucros, anularam as obrigações de servir bem ao público. Enquanto os ingleses estão despertando do pesadelo de décadas, neste país, a manchete do final da semana passada, no site de economia do UOL, é a seguinte: *Eletrobrás, Casa da Moeda, aeroportos: 75 privatizações previstas para 2018... - Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/13/pacote-privatizacoes-2018.htm?cmpid=copiaecola>*. Entenderam como continuamos a reboque do pensamento econômico e social do atraso, com defasagem de, pelo menos, duas décadas?

Assino, embaixo, portanto, das considerações de Stiglitz e dos demais economistas citados, anteriormente, neste artigo, em defesa das ideias progressistas e contrárias ao pensar social e econômico dos retrógrados, afinal, já venho defendendo, em vários artigos publicados na imprensa local, há décadas, esse ideário confrontante com as medidas econômicas toscas e direcionadas, que colocam em relevância os interesses do mercado, principalmente, do mercado financeiro, acima dos interesses públicos. Mercado financeiro esse que *deita e rola*, neste país, agindo sempre em busca de mais lucros, muito pouco tributáveis, para uma atividade econômica deficitária em regulamentação, e, quiçá, por esses motivos, a mais lucrativa, no Brasil. Tudo em nome dos cânones do deixai fazer e deixai passar.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 16 de janeiro de 2018

PIB E A FELICIDADE NACIONAL BRUTA

Estamos, hoje, em pleno século XXI, arrefecendo as preocupações com as variações do *Produto Interno Bruto* e focando as nossas atenções em índices que venham a medir, não somente o crescimento do produto ou da renda, mas também o que todos nós gostaríamos de sentir, qual seja: o bem-estar social ou visto de outro ângulo: a nossa felicidade. Assim é que as preocupações se voltam para índices tais como *Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, e de GINI*.

Além desses índices, estudos estão sendo realizados com o propósito de que seja desenvolvido um índice de medição da felicidade, como as pesquisas concernentes à elaboração do indicador intitulado de *Felicidade Nacional Bruta (FNB)* o das preocupações não somente do rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, que decidiu, desde 1972, dar prioridade não somente à aferição do *PIB*, e sim, principalmente, ao *FNB*. Observe-se que o *Butão* é um pequeno país budista, do tamanho da *Suíça*, com uma população com menos de 1 milhão de habitantes e localizado nas montanhas do *Himalaia*.

Seria essa preocupação com a felicidade das pessoas um apanágio dos butaneses? Ou mesmo uma preocupação dos tempos modernos? Não, responderiam os estudiosos da *História das Doutrinas Econômicas*, pois teriam conhecimento de Jeremy Bentham, que tendo nascido em 1748 e falecido em 1832, já naqueles tempos, se preocupava com os cálculos dos pontos de felicidade, que seriam formas de mensurar a felicidade pessoal. Tais ideias foram objeto da sua obra intitulada *A Fragment on Government*, publicada em 1776. Advogado, que não se contentou em estudar somente Direito, Bentham dedicou-se a vários assuntos, tais como: economia, política, instituições jurídicas e legislativas e até mesmo à química.

Afirmam os estudiosos do assunto que a felicidade seria um dos princípios fundamentais da Constituição dos Estados Unidos, sendo mesmo o grande propulsor da maior economia do mundo, incrementando o consumo, a indústria do entretenimento, a utilização dos remédios contra a depressão, o abuso das drogas, o sexo e como não poderia faltar o *rock and roll*. Não poderíamos deixar de destacar, com o devido perdão dos gregos, que tais práticas nos fazem lembrar da doutrina filosófica - moral intitulada de hedonismo, surgida na *Grécia, pós-socrática*, que se fundamentava na concepção mais ampla de prazer, entendida como felicidade para o maior número de pessoas, e que

teve como um dos maiores defensores Aristipo de Cirene.

O respeitado cientista ou pensador social brasileiro Eduardo Gianetti, em recente entrevista à jornalista Sandra Passarinho, afirmou que *O Iluminismo tinha uma expectativa muito forte de que o avanço socioeconômico, a melhoria da renda, o avanço da tecnologia, a pesquisa científica, tudo isso ia resolver o problema da realização humana. À medida que o homem dominasse a natureza, aumentasse o seu grau de conforto, a sua segurança, realmente conquistasse um padrão material de vida os outros problemas imediatamente também se resolveriam.*

Considerem que muitas conquistas foram alcançadas pela Humanidade após os dois séculos do Iluminismo. Aumentamos enormemente a produtividade, melhoramos as condições de vida mesmo de forma não linear, aumentamos a nossa vida útil, todavia não temos nítidas evidências de que ficamos mais felizes.

O economista britânico Richard Layard, autor do livro *Felicidade: Lições de uma nova Ciência*, professor da *London School of Economics*, e dirigente do seu *Centro de Desempenho Econômico*, em recente entrevista ao jornalista Sílio Boccanera, destaca que as relações humanas é o fator mais importante para a felicidade em qualquer país, afirmando que em países onde existe um ethos mais igualitário, de maior confiança entre as pessoas, são os que se revelam mais felizes. Não por outra razão, na Escandinávia habitariam as pessoas mais felizes do mundo, conforme pesquisas.

O sociólogo holandês Ruut Veenhoven, professor da cadeira de felicidade humana da *Universidade de Erasmus de Roterdã* e autor do *Jornal Estudos da Felicidade*, mesmo destacando que de objetividade a felicidade tem pouco, afirma que a liberdade política, o acesso à *Educação e à Segurança* e o menor preconceito contra as minorias, sem esquecer das habilidades pessoais e a energia que ajudam nos relacionamentos, se constituem em fortes condicionantes para a felicidade de uma nação.

Thomas Jefferson insistiu em incluir o direito à busca da felicidade na *Declaração de Independência dos Estados Unidos em 1776*, provavelmente com a premonição de que, quase três séculos depois, iria se constatar que a duplicação do PIB americano, entre 1955 e 2005, não implicaria o aumento de felicidade do seu povo, muito pelo contrário: aconteceria uma redução daqueles que se declararam felizes, em 20%.

Então, vamos às ações governamentais que venham propiciar aumentos do PIB e, também, em prol de mais bem-estar social, como acesso à *Saúde*, tempo livre com a família, *Educação* de qualidade,

Segurança, Lazer, Desenvolvimento Equitativo e Sustentável, Valores Culturais, Eliminação do Preconceito Racial, Boa Governança etc. Para tanto, não deveremos esperar que o Prêmio Nobel de Economia Daniel Kahneman, Alan Krueger da Universidade de Princeton e o neuropsicólogo Ed Diener da Universidade de Illinois, conhecido como doutor felicidade, venham a lançar o Índice de Felicidade, Bruta ou Líquida.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 18 de janeiro de 2006

PNEF: A PEDAGOGIA DA ESPERANÇA

Na semana passada, foram realizados dois eventos da maior importância nesta *Cidade dos Azulejos*, dos quais tive a felicidade de participar.

O primeiro aconteceu, no período de 18 a 22, intitulada de *Semana Nacional de Ciência e Tecnologia*) e o segundo, a *I Jornada Científica do Centro de Ciências Sociais da UFMA*, entre os dias 19 a 22 de outubro.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foi realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio da Universidade Federal do Maranhão, e tinha como mote a *CIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*.

A I Jornada Científica do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, obviamente, foi realizada pela UFMA, e tinha como foco *O DESENVOLVIMENTO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS, PARA ONDE CAMINHAMOS?*

O seminário antes referido foi coordenado, no que respeita ao apoio da UFMA, pela nossa querida colega professora do *Departamento de Ciências Contábeis e Administração*, Ana Maria Nêlo, graduada em Ciências Contábeis pela UFMA, *Mestra em Contabilidade e Controladoria pela USP e Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP*.

No que tange à mencionada jornada, à frente de um seleto grupo de professores e servidores da UFMA, estive o Professor Cé-

sar Augusto Castro, *Diretor do Centro de Ciências Sociais da UFMA, graduado em Biblioteconomia pela UFMA, Mestre em Ciências da Informação pela PUC-Campinas e Doutor e Pós-Doutor em Educação pela USP*, coadjuvado, por vários dedicados servidores, entre eles, o abnegado Noé Nicácio.

Convidado pela professora Ana Maria Nélo para proferir uma palestra na *Semana Nacional de Ciência e Tecnologia*, sugeri, como tema da palestra, a *Educação Fiscal como Instrumento para a Formação da Cidadania*, palestra essa que se concretizou na manhã do dia vinte do corrente mês. Por outro lado, em fazendo parte da *Comissão Organizadora da I Jornada de Ciências Sociais da UFMA*, sugeri a mesma temática, para ser objeto de uma palestra, *Educação Fiscal como Instrumento da Cidadania*, que foi proferida pelo *Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil*, Eugênio Celso Gonçalves, *Coordenador do Núcleo da Escola de Administração Fazendária, ESAF, em Minas Gerais, Ex-Superintendente da Receita Federal, em Minas Gerais*, com a participação de *Audidores da Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão e da Delegacia da Receita Federal de São Luís*, que desenvolvem ações do *Programa Nacional de Educação Fiscal*, neste Estado.

Oportuno enfatizar que a referida palestra foi realizada por uma deferência da *Escola de Administração Fazendária*, que tem à frente o competente e idealista AFRFB Mauro Sérgio Bogéa Soares.

Não pretendo, neste espaço, tratar dos sucessos dos eventos, por serem públicos e notórios. A propósito, a *Semana Nacional de Ciência e Tecnologia* realizada nesta cidade repercutiu nacionalmente, em horário nobre, via *Globo News*, com imagens e entrevistas. Tratarei, sim, da importância da abordagem do tema *Educação Fiscal como Instrumento da Formação Cidadã*, pois entendo que ainda estamos longe, neste país, do exercício da *Cidadania Plena*, mesmo a concebendo como um conceito relativo, no tempo e no espaço.

Já abordei, em outros escritos, a importância do PNEF, para a evolução da cidadania no Brasil. O PNEF é coordenado, nacionalmente, pelo Ministério da Fazenda, via ESAF, com a participação do *Ministério da Educação, da Receita Federal do Brasil, das Secretarias de Fazenda dos Estados e dos Municípios e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios*, além de outras parcerias. Com o objetivo de viabilizar a concretização do PNEF, existem várias ações dos órgãos direta e indiretamente envolvidos no citado programa.

Não sendo possível citar todos, neste espaço, explicitarei algumas ações cujas informações, mais detalhadas, constam do site da ESAF (<http://www.esaf.fazenda.gov.br>) todas disponíveis para down-

load: cartilhas voltadas para crianças e adolescentes, que poderiam ser utilizadas pelas famílias, comunidades e pelas escolas; cursos à distância destinados para a formação de multiplicadores/disseminadores dessa ação cidadã, em que se configura o *PNEF*; cadernos pedagógicos que tratam da *Educação Fiscal no Contexto Social, Relação Estado - Sociedade, Função Social dos Tributos e Gestão Democrática dos Recursos Públicos*; concurso de monografias em educação fiscal e financeira, voltadas para a promoção da cidadania fiscal e financeira, gestão pública e controle social; curso de pós-graduação em educação fiscal e cidadania.

O PNEF, a meu sentir, configura-se como um processo que se coaduna com os cânones da *Pedagogia da Esperança*, concebida pelo insigne educador, Paulo Freire, tendo como fundamentos a amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos e abertura à justiça.

Jaime Pinsky - na introdução do livro *História da Cidadania*, que organizou com a participação de vários cientistas sociais - questiona o que é ser cidadão? Afirmando, como resposta que: *Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos.*

Constaram do documento final da *Conferência Nacional sobre Educação, CONAE-2010*, importantes considerações sobre Educação Fiscal, destacando-se que se deve garantir que os conteúdos da educação fiscal para cidadania componham currículo obrigatório na formação dos/as profissionais de educação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Desde o ano de 2009, fiz constar do conteúdo da disciplina *Contabilidade Tributária*, que ministro no *Curso de Ciências Contábeis, na UFMA*, abordagens sobre *Educação Fiscal para a Cidadania*, entre outros motivos, por acreditar que o *PNEF* se configura, efetivamente, como um dos instrumentos para que possamos levar às comunidades mais carentes de informações o conhecimento dos seus direitos em busca da plena cidadania, porquanto, é através da Educação que conseguimos vislumbrar os horizontes via à libertação das amarras,

intencionais ou não, que nos predem à subcidadania.

À ação, professores (as), alunos (as) e cidadãos (ãs).

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 25 de outubro de 2010

POLÍTICA: A PAIXÃO, A RESPONSABILIDADE E A PREVISÃO

Estamos vivenciando um momento no Brasil, que nos leva a indagar sobre o significado da política, assim como a sua finalidade. Logo, não tenho outra alternativa que não seja recorrer aos estudiosos da *Ciência Política, ou mesmo da Filosofia Política*.

Destarte, tirei um livro da minha biblioteca – livro esse adquirido há mais de dez anos, no qual observo algumas marcações a lápis, feitas por *Manu*, minha querida filha – intitulado *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos, de Norberto Bobbio*, organizado pelo seu discípulo Michelangelo Bovero. Bobbio (1909-2004), nasceu e faleceu em Turin, Itália, notabilizando-se como Cientista e Filósofo Político, professor da Universidade de Turim, e autor de alguns livros.

Dediquei especial atenção ao terceiro capítulo do livro, intitulado *Política e Moral*, assunto muito apropriado à política brasileira, há muito tempo, embora somente agora tenhamos as revelações das várias maracutaiais, até então desconhecidas pelo povo, e sim somente do conhecimento das facções, que se aproveitavam e continuam a se aproveitar dos recursos públicos, tão escassos para as necessidades do povo, e tão abundantes para as mãos ávidas de alguns *Donos do Poder*.

Por falar em poder, é oportuno destacar que a classificação dos poderes, feita por Aristóteles, em paterno, despótico e político, pelo andar da carruagem, atualmente, tende a ser reduzida a duas: o paterno e o despótico-político, pois estamos a presenciar, no Brasil, lamentavelmente, uma aliança entre as práticas despóticas e o exercício da

política. As notícias que são publicadas diariamente na imprensa nos levam ao entendimento de que estamos muito longe da prática política, na concepção que tinham os gregos sobre a política, na Grécia antiga, como uma *forma do fazer construtivo, o poiein*.

Essa anomalia política que vivemos em nosso país, há algum tempo, remontando, pelo menos, aos anos 80, quando o ex-Deputado Federal, de triste memória, Roberto Cardoso Alves, para justificar negociatas parlamentares, em uma verdadeira heresia, com São Francisco de Assis, afirmava que: *é dando que se recebe*.

Logo, para desanuviar o nosso viver político, importa dar destaque às considerações de Max Weber, no texto intitulado *Politik als Beruf*, citado por Bobbio: *Três qualidades podem ser consideradas como sumamente decisivas para o homem político: paixão, senso de responsabilidade e capacidade de previsão*.

Paixão, entendo, que seria a dedicação, sem usurpação, à causa pública, tão raro nos dias de hoje, entre muitos políticos. Até mesmo os que não exercem a atividade política, na condição de políticos, porém como cidadãos, manifestando as suas opiniões, de forma gratuita, são acusados de devaneios. Por consequência do exposto, parece que a própria sociedade brasileira não acredita mais no exercício da política como uma atividade em prol do bem comum, e sim do proveito pessoal.

Em se tratando do senso de responsabilidade, não é demasiado focar a classificação em ética da convicção e ética da responsabilidade, evidenciada por Max Weber. A primeira decorreria da *Deontologia*, ou seja, a corrente filosófica que preconiza o cumprimento do dever e da obrigação: *faça o que deve ser feito, não importando os resultados*.

Por outro lado, a segunda seria inspirada na teleologia, concepção filosófica que busca a concretização dos fins: *faça o que deve ser feito, para que sejam atingidos os objetivos colimados*. Em que pese a prevalência nas práxis políticas da segunda, entendo que as duas éticas não devem caminhar separadas, vale dizer, não devem ser excludentes.

Por fim, temos o predicado da previsão. Os políticos-governantes devem ter o senso do que deve ser feito, para que as agruras sociais sejam reduzidas, através dos cânones da ética da responsabilidade. Para tanto, em tempos modernos, não vale somente a intuição. Os problemas são deveras complexos, sendo demandantes de estudos e pesquisas, por parte de equipes de especialistas, que não devem atuar isolados, afinal, estamos em tempos do império da interdisciplinaridade.

Por consequência do exposto, resta-nos esperar que os nossos políticos, inspirando-se nos ensinamentos do grande sociólogo Max Weber, venham a praticar a política com paixão, senso de responsabi-

lidade, sem deixar de lado a convicção, e com o senso do que deve ser feito, previsão.

Publicado no Jornal Pequeno,
Por Manoel Rubim
Em 19 de outubro de 2015

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

São Luís irá sediar, no período de 5 a 10 de setembro próximo, o *Terceiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*. Tal evento foi proposto e está sendo organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, tendo à frente o professor doutor em *Antropologia pela PUC-SP*, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), com apoio de instituições governamentais (*CNPQ, MINC, MEC, SEPIR*) universidades e empresas públicas e privadas do Maranhão e entidades do movimento negro.

Vale destacar que a escolha de São Luís foi uma decisão da plenária final do *II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros* que aconteceu no período de 25 a 29 de agosto de 2002 em São Carlos-SP.

A propósito, releva destacar que, segundo estudiosos da gente e da cultura negra deste Estado, o Maranhão teria a maior concentração de negros no Brasil, tendo em vista que, a cada incursão que se faz pelos municípios e povoados do interior, descobrem-se inúmeras comunidades, muitas delas formadas por descendentes de escravos, conforme os documentos publicados pelo *CCN-MA* e por outros estudiosos. Em termos estatísticos, a Bahia possuiria a maior concentração negra, porém tal contingente aconteceria em Salvador e adjacências. Na medida em que se penetra no interior daquele Estado, rareiam-se os negros. Obviamente, tal hipótese ainda carece de estudos e pesquisas, para constatação ou não da sua veracidade.

No Brasil, nos últimos anos, deixou-se de lado a *vergonha*, passando-se a discutir, sem pruridos, a questão racial. Encaro tal fato com

otimismo, afinal, estamos deixando de ter vergonha de sermos negros, assumindo a nossa raça, inobstante o latente e patente racismo reinante. Tal postura tardou, porém, como diz aquele velho ditado popular *antes tarde do que nunca*. A propósito, lembro-me dos termos que eram usados com o fito de não nos chocarmos: *moreninho, negro de alma branca, homem de cor* etc.

Hoje, fazemos questão de assumir a nossa raça em condições de igualdade sem que isso implique guerra racial, pois, em verdade, queremos a construção de uma grande democracia para o nosso país, não havendo democracia sem igualdade racial.

O Terceiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as) insere-se nesse contexto de discussão, visando, entre outras finalidades, amplificar o debate nacional sobre a questão negra no Brasil, sem deixar de contextualizá-la no cenário mundial.

Não podemos continuar a ler e ouvir impassíveis evidências estatísticas que mostram o óbvio, sendo deveras interessante o alarme com que são anunciadas, como se fossem fatos novos e surpreendentes: a população carcerária é majoritariamente negra; a maioria dos desempregados são negros e negras; o salário pago ao negro ou à negra corresponde a 1/3 do valor pago no mercado; os negros são os habitantes em maior número das favelas etc.

Recentemente, fiquei chocado, com mais uma estatística a *emoldurar* essa ignomínia que é a situação do negro no Brasil: *o número de anos de estudo dos negros desempregados é superior ao número de anos de estudos dos negros empregados; o negro tem mais chance de arranjar emprego se tiver menos escolaridade*. O corolário de tal informação é que ao negro é reservado o mercado de trabalho que demanda menos escolaridade, merecedora, por consequência, de menor remuneração.

Por assim ser, tornam-se oportunas as discussões sobre políticas de ação afirmativa em relação aos negros no Brasil. Ora, sabemos que os negros foram segregados, considerados como raça inferior. As marcas de tão desprezíveis práticas são indelévels. Desde à infância até o final da vida foram criados como seres inferiores. Como não reparar tamanha brutalidade. Alguns judeus também discriminados obtiveram reparações financeiras em alguns países. Todavia, não é o que se busca.

Busca-se, sim, de uma forma ou de outra, que os negros venham a ter condições de superar essa maléfica herança. Não há outro caminho que não seja pela educação, no sentido pleno da palavra, desde o berço, no seio familiar. Para tanto, os entes governamentais nos vários níveis não devem medir esforços nesse sentido, mormente aqueles mais

próximos da população. Por outro lado, as entidades não governamentais que lutam em favor da democracia racial devem lutar para mudar o pensamento da sociedade sobre o negro, mudando, também, *a cabeça do negro* desde a infância, fazendo-o acreditar no seu potencial.

Todavia, não se deverá deixar de lado a educação formal, via concessão de bolsa de estudos para os negros cursarem Universidades, inclusive particulares, via algum critério justo e transparente, não se descurando da educação básica. Não se trata de dádivas e sim de reparações pela insidiosa situação em que os negros foram relegados, após desumana exploração.

Por assim ser, reputamos como oportuníssima a realização *do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros em São Luís*, que deverá reunir de 500 a 800 congressistas, sendo de 300 a 500 originários de outros estados. Almejamos sucesso para o evento, esperando que as autoridades municipais, estaduais e federais possam dar total apoio, tendo presente que serão discutidos assuntos que dizem respeito a um significativo segmento da população brasileira com efetiva participação na construção deste país, necessitando da atenção dos gestores dos entes públicos, inclusive com a inserção de discussões de tal temática nos programas de governo dos candidatos a prefeito nas capitais e nos vários municípios deste país.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
São Luís, 29 de agosto de 2004

PRIORIDADE PARA A EDUCAÇÃO

Circularam, na semana passada, algumas notícias por demais interessantes, que nos permitem analisar e avaliar os efeitos das nossas políticas educacionais, no Brasil, ou mesmo, neste Estado, notícias essas que me fizeram religar a televisão, na ânsia de obter outras mais construtivas informações, porquanto já não aguentava as torturas das notícias sobre crimes e crimes bárbaros, que, acredito, são noticiadas à exaustão, pois aumentam os níveis de audiência das redes de televisão, inclusive dos canais fechados, lamentavelmente.

Assim é que, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 18 de julho de 2010, observei, no caderno ciência, as seguintes manchetes: Fuga de cérebros tem via na contramão - Fluxo de pesquisadores é maior de dentro para fora do Brasil, mas alguns optaram pela trajetória oposta; Excesso de cordialidade do brasileiro atrapalha a pesquisa; O país não gosta de premiar os melhores e penalizar os piores; Quem gosta de estudar não é admirado no Brasil.

Observem que tais manchetes, a partir da segunda, se constituem, respectivamente, em frases extraídas das entrevistas concedidas à *Folha de São Paulo*, por, respectivamente: Martín Cameron, neurocientista argentino, residente no Brasil; Nathan Berkovits, estadunidense, ex-aluno das *Universidades de Harvard, Califórnia e Chicago*, atualmente professor do *Instituto de Física Teórica da UNESP*; Guo Qiang Hai, físico chinês, *professor na USP*.

Por outro lado, a par dessas notícias que antes destaquei, o MEC divulgou o desempenho dos colégios de ensino médio, públicos e privados, por decorrência da avaliação proporcionada pelo *Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM - 2009*. Neste particular, irei focar três aspectos, que reputo importantes, sem desconhecer que possam existir outras ilações iguais ou, até mesmo, de maior relevância para análise.

Primeiro, as escolas privadas continuam a ser mais bem avaliadas do que as escolas públicas, aparecendo apenas duas escolas públicas entre as vinte melhores escolas deste país, quais sejam: *Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (MG)*, a melhor escola pública deste país, e sétima no índice geral; *Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, segundo melhor colégio entre as escolas públicas, e décima sétima, na classificação geral das melhores escolas brasileiras.

O Segundo aspecto que destaquei como relevante, é preocupante para a *ex-Athenas Brasileira*: não temos nenhuma escola, pública ou privada, neste Estado, nesta Cidade, entre as vinte melhores deste país. Seria muita ousadia minha tentar detectar na citada relação, entre as vinte melhores do país, escolas deste Estado? Não creio, porém, Teresina, capital do nosso vizinho Maranhão, colocou duas escolas entre as vinte mais bem avaliadas deste país: em segundo lugar, repito, em segundo lugar, o *Instituto Dom Barreto*, e, em décimo nono lugar, o *Educandário Sta. Maria Goretti*.

Por fim, em se tratando de *ENEM - 2009*, sem demérito das escolas muito bem situadas na avaliação do MEC (havendo indícios de que elas se diferenciam das que não são bem avaliadas, por decorrência da boa gestão, quadro de professores, metodologia de ensino etc.) volto

o meu foco para a indagação sobre a eficiência ou não da citada avaliação, a partir de informações sobre a existência de exclusão e até mesmo desincentivo da participação no *ENEM* de alunos não muito bem sucedidos nas escolas, o que propiciaria a melhoria dos índices das mesmas.

Por outro lado, poderia estar ocorrendo outra estratégia adrede executada pelas escolas, que focariam a temática do *ENEM*, em detrimento da formação plena, digamos, dos alunos. Acredito, sinceramente, que a metodologia do *ENEM* deveria ser aperfeiçoada, para alcançar o sucesso ou insucesso (*nas Universidades, no Mercado de Trabalho etc.*) dos alunos após a conclusão do ensino médio, inserindo tais indicadores e outros, no processo de avaliação das escolas. Obviamente, também, o *MEC* deveria auditar tais *processos estratégicos*, visando melhor colocação das escolas no ranking do *ENEM*.

No ocaso da semana, o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, publica o IDHD, Índice de Desenvolvimento Humano*, pela primeira vez levantado em uma região do globo, índice esse diferente, em termos metodológicos, do *IDH*, que tradicionalmente é divulgado anualmente, estando previsto a sua publicação (*IDHA-2010*) para outubro próximo. O que aponta de diferente o *IDHD*, que se propõe a *Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade?*

O *IDHD* evidencia, entre outras importantes informações, que serão objeto de um próximo artigo, que, no Brasil, a desigualdade de renda é a que mais pesa sobre o *IDHD*, comparado como *IDH tradicional*, proporcionando uma queda no ranking de -22,3%, ao passo que educação e saúde, respectivamente, responderam, com -19,8% e -12,5%.

Com tantas e tantas informações sobre a Educação neste país, no momento em que estão formulando, acredito, os programas de governo dos candidatos e candidatas a Presidente da República e Governos dos Estados, entendo pertinente indagar quais as propostas partidárias, ou das coligações partidárias, para o ensino básico, médio e superior deste País, deste Estado, que não devem passar pela improvisação, e sim pelo cuidadoso planejamento, antecedido de sérias discussões, com quem pode dar contribuições para a melhoria da educação neste Brasil e neste Maranhão?

Como contribuição para esse debate, destaco o que afirmou, nas páginas amarelas da revista *Veja*, de 06 de agosto de 2008, o físico alemão Andreas Schleicher, que coordena, há oito anos, via *OCDE, o PISA, Programa Internacional de Aferição de Estudantes*, diante das avaliações dos alunos do Brasil que figuraram, mais uma vez, entre os

piores estudantes do mundo: *Elas não deixam dúvida quanto ao tipo de aluno que o Brasil forma hoje em escolas públicas e particulares. São estudantes que demonstram certa habilidade para decorar a matéria, mas se paralisam quando precisam estabelecer qualquer relação entre o que aprenderam na sala de aula e o mundo real. Enquanto o Brasil foca no irrelevante, os países que oferecem bom ensino já entenderam que uma sociedade moderna precisa contar com pessoas de mente mais flexível. Elas devem ser capazes de raciocinar sobre questões das quais jamais ouviram falar - no exato instante em que se apresentam.*

Por outro lado, Edgar Morin afirma que: *A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar.*

Concluindo, a educação merece ser priorizada!

Publicado no Jornal Pequeno,
Por Manoel Rubim
Em 26 de julho de 2010

Republicado no site
<http://www.anuarioeducativo.iela.ufsc.br/noticia/38126/>

QUE TAL UM DESVIÔMETRO!

Vejam que comparações de carga tributária, *CT*, é um assunto que merece os devidos cuidados, até mesmo quando fazemos, digamos, sua análise evolutiva histórica. Por exemplo: se confrontarmos a atual *CT* do Brasil, com a de 1970, por exemplo, verificaremos que houve um incremento de 10,2 %, pois em 1970 a *CT* era de 26%, e atualmente encontra-se estimada em 36,2%.

Ora, nesse particular, neste país, para que se tenha ideia dos problemas que encontraremos para fazermos uma comparação de *CT* ao longo dos últimos 49 anos, aproximadamente, basta que se confronte a estrutura do Estado em 1970, com a sua atual estrutura, atentando-se para os seus respectivos custos.

Afinal, não tínhamos, em 1964, um orçamento da *Seguridade Social*, do tamanho do que temos hoje (*graças a DEUS!*), com aposentadoria para quem não contribuiu para a *Previdência Social*, bolsa família, *SUS* etc., afora muitas outras atividades estatais que não tínhamos,

ou pelo menos, não tinham a capilaridade que têm hoje, e que serão objeto de futuros artigos.

A propósito de carga tributária, recentemente, ganharam as manchetes da imprensa nacional os dados de um estudo do *Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas, Ipea* - integrante da estrutura administrativa da *Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República* -, estudo esse intitulado de *Receita Pública: Quem paga e como se gasta no Brasil - já objeto parcial de um artigo anterior da nossa autoria, sob outro foco que não o do presente artigo*.

Nesse estudo, entre outras preciosas informações, o Ipea evidencia que teríamos tido uma *Carga Tributária Bruta* de 36,2%, no ano de 2008, indicadora de *dramática Carga Tributária Bruta* per capita, em outras palavras, por pessoa, equivalente, em média, a 132 dias, dos 365 dias do ano.

Para os que ganham menos, nos cálculos do IPEA, face ao caráter regressivo do *Sistema Tributário Brasileiro, a Carga Tributária per capita* exigiria um esforço equivalente a 197 dias, ao passo que para os mais ricos o esforço seria bem menos, 106 dias.

Entenda-se esse esforço como se cada brasileiro necessitasse trabalhar, em média, 132 dias do ano, de um total de 365 dias, para produzir o seu quinhão do *PIB* destinado ao pagamento de tributos. O que não foi destacado, nacionalmente, do trabalho do *IPEA*, foram as demais ricas informações do citado estudo.

Dos 132 dias de produção média do povo brasileiro para pagar tributos:

Cerca de 24 dias são destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do *Regime Geral de Previdência Social (RGPS)*, que alcançam milhões de pessoas, via as aposentadorias e pensões da área urbana e rural, auxílio doença, maternidade e outros auxílios; 7,6 dias são voltados para o pagamento dos benefícios aos servidores públicos federais, com gastos de aposentadorias, pensões, assistência médica e outros auxílios, abrangendo os servidores ativos e aposentados do executivo, legislativo e judiciário (observe-se que os servidores públicos federais descontam para a previdência 11% sobre toda a remuneração que recebem, sem limites, e ainda quando aposentados continuam a contribuir para a previdência, situação que somente existe neste país).

Com emprego e defesa do trabalhador, envolvendo seguro desemprego e abono *PIS-Pasep* gasta-se o correspondente a 2,7 dias do contribuinte; as políticas de desenvolvimento agrário e assistência social consomem 3,4 dias, destacando-se entre tais gastos os com bolsa família que absorvem, somente, 1,4 dias; os programas de saúde conso-

mem 5,2 dias dos contribuintes, já a educação, exclusive a universitária, responde por 2 dias dos que são tidos como contribuintes, devendo-se se fazer um destaque para o programa intitulado de *Brasil Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos*, que não aparece nos dados estatísticos, tendo presente que, provavelmente, os seus dispêndios são irrisórios; por fim, temos o programa *Brasil Universitário* que aparece com 1,9 dias dos contribuintes.

Vejam, portanto, que – com o financiamento, via tributos, dos principais *Programas e Funções Sociais do Governo Federal* – foram consumidos dos contribuintes, 46,8 dos seus dias, no ano de 2006. Para que se tenha ideia da importância de tais informações, ano passado, 2008, segundo o Ipea, a União, Estados e Municípios destinaram ao pagamento de juros das suas dívidas, montante correspondente a 20 dias e meio do contribuinte brasileiro.

Por ter conhecimento desses fatos e de outros que não foram abordados pelo estudo do Ipea, como os notórios desvios e má aplicação dos recursos públicos, em todas as esferas de governo - esperando que no futuro venham a ser pesquisados e analisados - é que defendemos que a sociedade brasileira cobre a instalação, também, do *Desviômetro*, ao estilo do *Impostômetro* providenciado pela *Associação Comercial de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário*.

O *Desviômetro* serviria para evidenciar o montante de recursos públicos desviados e/ou malversados, minuto a minuto, segundo a segundo, em detrimento da sociedade brasileira. Imaginem o impacto positivo que tais informações trariam na formação da consciência cidadã do povo brasileiro!

Lamentavelmente, no Brasil, não nos preocupamos como se gastam os recursos públicos, e, sim, quanto sai do nosso bolso, especialmente para pagamento dos tributos.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
 Por Manoel Rubim da Silva
 Em 10 de agosto de 20019

Republicado no site:
http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=11270

REEMPREGO EM VEZ DE DESEMPREGO

Deixou-me profundamente impressionado, por duas razões, o conteúdo da entrevista concedida ao programa *Milênio da Globo News*, na última segunda-feira, pelo economista e escritor Daniel Susskind, professor das conceituadas *Universidades* de Oxford e Harvard, entrevista na qual o referido professor abordou a temática que aproveitei para intitular o presente artigo.

Primeiramente, fiquei surpreso com a sua aparente jovialidade, diante de seu conhecimento profundo – em que pese não endossar tudo o que ele afirmou na entrevista. Em segundo plano, com a abordagem do tema, que foi objeto de um livro, do qual Daniel Susskind é coautor, com o seu pai, Richard Susskind, intitulado *The Future of the Professions*.

No início do programa, o jornalista Silio Boccanera, diretamente de Londres, questionou Daniel sobre as preocupações das pessoas com o fim de algumas profissões, que poderiam ser alijadas do mercado pelo avanço das tecnologias. A resposta de Daniel vai ao encontro do que penso, há muito, sobre as profissões que não podem mais ser vistas isoladamente, tendo presente as complexidades das demandas atuais, ao contrário do que ainda está sendo ensinado nas escolas, que preparam pessoas olhando para a realidade do século passado, e não focam o presente, muito menos as tendências do futuro.

Como exemplo do que afirmei acima, destaco que em salas de aula, especialmente nos cursos superiores, ao contrário de estimularmos os alunos à leitura, pesquisas e discussões, ainda estamos enchendo o quadro, que não é mais negro e não se utiliza mais giz – talvez uma das poucas mudanças da educação de hoje, para a de ontem – de números e letras, tudo encontrável em livros e em diversos trabalhos técnicos e científicos disponíveis na internet, que poderiam ser utilizados para estimular as discussões, deixando as aulas de serem monológicas para serem dialógicas. Gracejo, sempre, ao afirmar que celular, também, serve para aprendermos em salas de aula, e não somente para acessarmos *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp* e outras mídias sociais.

Daniel Susskind, na referida entrevista, chama a atenção para que não venhamos mais discutir o futuro do trabalho a partir dos diferentes empregos ou profissões, como cita: advogados, médicos, professores, contadores etc. Afinal, afirma, ele, não podemos mais pensar o

trabalho de forma monolítica, como bloco de coisas indivisíveis. Não temos dúvida, afirmo, que as novas tecnologias, inclusive a robótica, como afirma Daniel, não irão destruir profissões inteiras de uma vez, e sim mudar as tarefas e atividades que as pessoas hoje realizam.

A propósito das afirmações constantes no final do parágrafo anterior, lembro, sempre, em salas de aula na *UFMA*, que, quando cursava os *Cursos Técnicos em Contabilidade e Administração, no Colégio São Luís*, à noite, entre 1968 a 1970, fui questionado por um querido professor, tendo presente a minha péssima caligrafia. Afirmava o competente e estimado professor que jamais eu seria um contador, em que pese ser um excelente aluno de contabilidade, na sua bondosa visão à época. Disse a ele, incontinenti, que a escrituração contábil, já naqueles tempos, era efetuada através das máquinas, e com certeza evoluiríamos, para a automação, sendo dispensável que o contador tivesse boa letra, para *bordar* os livros contábeis, antes utilizando o famoso livro *borrador*.

Afirmei, ainda, na ocasião, o que continuo a afirmar hoje, ao contador é imperioso ter um conhecimento multidisciplinar. *Graças a Deus*, as ciências contábeis não são monolíticas, desde aqueles tempos, afinal, tínhamos disciplinas, no *Curso Técnico em Contabilidade, de Direito e Legislação Aplicada, Direito Comercial, Economia Política, Matemática Financeira, Administração*, afora outras. No *Curso de Ciências Contábeis*, tivemos que estudar, face ao conteúdo curricular, *Sociologia, Lógica, Filosofia, Antropologia, Economia I e II, Microeconomia, Contabilidade Nacional, hoje Social, Mercado de Capitais, Administração, Noções de Direito Civil, Direito Financeiro, Tributário, Trabalhista, Estatística I e II, Cálculo I e II, Matemática Financeira, com foco em Engenharia Econômica, Informática e, como sempre brinco, até diversas disciplinas de Contabilidade e Auditoria*.

Não tenho a menor dúvida de que o conteúdo aprendido, pode ser considerado, verdadeiramente, multidisciplinar, aprendido esse não somente em sala de aula e, sim, complementarmente – em que pese a excelência dos meus professores, que se tornaram amigos, sendo sempre lembrados e homenageados. Ademais, afirmo que a aprendizagem foi por demais importante para o nosso desempenho profissional, em todos os momentos do exercício profissional, inclusive, hoje, como professor.

Recentemente, em um evento social, conversando com um casal de amigos médicos, veio à tona a preocupação com o futuro das profissões, especialmente da área médica. Não tenham dúvidas, a exemplo de diversas outras profissões, novas tarefas surgirão, e novas habilida-

des deverão ser necessárias.

Como ilustração, destaco que ao longo do *Milênio*, Bocanera e Daniel afirmaram que os diagnósticos de várias doenças, inclusive câncer, já estão sendo feitos por máquinas, com muito mais precisão, acerto e rapidez do que o melhor e mais experiente oncologista, segundo eles. Citaram, inclusive, o computador da *IBM*, Watson, como um instrumento potente para diagnósticos de doenças.

Por consequência do exposto, os governos, empresas e instituições de educação, em suma, a sociedade, deverá estar atenta para as novas tecnologias, diante das mudanças que impactarão os mercados de trabalho, demandando perfis profissionais completamente diferentes do que temos hoje, em todas as profissões.

Um bom começo, seria seguir, pelo menos, o conselho de Daniel Susskind: não tente concorrer com a máquina, ela faz muito melhor que você; tente especializar-se naquilo que a máquina não faz.

Por essa e outras razões, deixei de me preocupar, há mais de 47 anos, com a minha péssima caligrafia, para atuar na minha profissão, caro amigo e saudoso professor, que após a conclusão do meu *Curso Técnico em Contabilidade*, convidou-me, nos idos anos 1970, para tomar conta da parte contábil do seu escritório, ele que já enveredara, sabiamente, por outras competências do seu domínio profissional.

Naqueles tempos, o meu querido e saudoso professor, já se preocupava e adotava o *reemprego*.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 26 de outubro de 2017

REFORMAS E REFORMAS, PORÉM, FALTA É CIDADANIA

Descontando os tempos de criança e adolescência, estou ouvindo, há cinco décadas, falarem sobre as reformas, para que o Brasil possa sair da condição de país subdesenvolvido. Uma das primeiras que ouvi falar foi a *Reforma Administrativa* de que tratou o Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, decreto esse que foi assinado pelo primeiro Presidente da República, após o golpe militar

de 1964, Humberto de Alencar Castello Branco. Importa destacar, por oportuno, que diversas disposições do citado diploma legal ainda continuam em vigor, o que me credencia a considerá-lo como possuidor de qualidades, diante de um país que sofre de *fúria legislativa*.

Porém, temos muitas reformas que estão sendo faladas há muito, todavia jamais foram implantadas, ou se foram, não atingiram os seus objetivos. Refiro-me às *Reformas Tributária, Política, Educacional e Previdenciária*, que já foram por diversas vezes objeto de considerações por parte de estudiosos, políticos, imprensa e a grande massa. Esta, inobstante eleger os parlamentares que deveriam defender os interesses públicos, ficam, sempre, à margem do processo democrático de discussão e implementação das políticas públicas.

Edgar Morin – francês, judeu de origem sefardita, antropólogo, sociólogo e filósofo, formado em direito, história e geografia, pesquisador emérito do *Centre National de La Recherche Scientifique*, CNRS, uma das mais importantes instituições de pesquisas do Mundo, considerado, também, um dos principais pensadores sociais contemporâneos – no livro intitulado *a VIA para o futuro da humanidade*, no capítulo rotulado de *AS VIAS RUMO À VIA*, afirma que: *Em si mesmas, as reformas políticas, as reformas econômicas, as reformas educativas, as reformas de vida foram, são e serão condenadas à insuficiência e ao fracasso. Cada reforma só pode progredir se as outras progredirem. As vias reformadoras são correlativas, interativas e interdependentes. Não existe reforma política sem reformas do pensamento político, que, por sua vez, pressupõe uma reforma do próprio pensamento, que pressupõe uma reforma da educação, que pressupõe uma reforma política. Não existe reforma econômica e social sem uma reforma política que pressuponha uma reforma do pensamento. Não existe reforma de vida nem reforma ética sem a reforma das condições econômicas e sociais do modo de viver; e não há reforma social sem reforma de vida e sem reforma ética.*

Temos, neste país, Brasil, enormes e gigantes desafios, em proporções muito maiores do que o tamanho do seu território, pois dizem respeito a mudanças culturais que devem perpassar pelos seus mais de 200 milhões de habitantes. Não adianta trabalharmos a forma, é fundamental que venhamos alterar o conteúdo. Destarte, não vejo soluções imediatas, mesmo que milagrosas. A grande reforma passa, necessariamente, pelas mudanças na forma de educação, no pleno sentido da palavra, do nosso povo. Sem deixarmos de lado o ensino das disciplinas típicas, temos que investir, maciçamente, na formação cidadã. Dispostos do *Programa de Educação Fiscal para a Cidadania, PNEF*, que

há muito foi deixado de lado. Participei, de forma entusiasmada, da sua implantação, estando presente em um evento organizado pela *Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, ESAF*, há, acredito, 20 anos. Esse programa deveria envolver as estruturas fazendárias da União, Estados e Municípios, assim como as estruturas que formulam e executam as políticas educacionais neste país: *Ministério da Educação, Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios*, tudo sob a coordenação da *ESAF*. Por razões que desconheço e não me aventuro a especular, o *PNEF*, salvo melhor análise, não deslanchou.

Soube, através da leitura dos anais de um *Congresso Brasileiro de Educação*, há mais de dez anos acontecido, que haveria um estudo sobre a possibilidade da inserção, no currículo do ensino básico e fundamental, de abordagens, em disciplina específica, sobre *Educação Fiscal para a Cidadania*. Recentemente, tomei conhecimento, de forma gentil, através do então aluno do curso de *Ciências Contábeis da UFMA*, Felipe Araruna, de que a *SEDUC-CE* havia preparado livros de orientação a professores e alunos, sobre tais assuntos, inclusive em um desses livros, para minha boa surpresa, havia um artigo da nossa autoria, publicado em jornais locais, no qual abordei assuntos pertinentes a tributos. Tenho para mim que a abordagem sobre *Educação Fiscal para a Cidadania* deveria, também, ser objeto de considerações no ensino superior. Destarte, como professor, entre outras, da disciplina *Contabilidade Tributária*, inseri, no conteúdo programático da referida disciplina, abordagens pertinentes ao objetivo do *PNEF*.

Porém, por oportuno, enfatizo que a temática da *Educação Fiscal para a Cidadania* envolve muito mais que tributos, abrangendo, entre outros, assuntos pertinentes à origem e finalidade do Estado, políticas públicas, papéis da política, relações entre cidadãos, financiamento das ações estatais, assim como a boa aplicação e fiscalização dos recursos públicos, prestação de contas e transparência, respectivamente, para a *Teoria Contábil, accountability e disclosure*.

Tenho observado, por decorrência dessa lacuna da nossa formação escolar, que muitos não têm conhecimento ou não conseguem entender o papel do Estado em um país democrático, pois os costumes políticos, no Brasil, remontam ao *Estado Absolutista*. Não por acaso, no livro *AS ORIGENS DA ORDEM POLÍTICA*, Editora Rocco – RJ – 2013, Francis Fukuyama, tratando no primeiro capítulo dedicado *A NECESSIDADE DA POLÍTICA*, aborda *FANTASIAS DE FALTA DE CIDADANIA*, quando afirma: *Diz respeito às dificuldades de se criar e manter instituições políticas eficazes e governos que sejam, ao mesmo tempo, poderosos, limitados por regras e responsáveis. Esta pode pare-*

cer uma questão óbvia, que qualquer aluno da quarta série reconhece, contudo, refletindo melhor, trata-se de uma verdade que muitas pessoas inteligentes não conseguem entender.

Destaco que Fukuyama é cientista social dos mais renomados, professor e pesquisador na renomada Universidade de Stanford e autor, também, do *best seller* e polêmico livro *O fim da história*, além de *A construção de estados* e outros mais.

Concluindo, afirmo que não adiantam reformas políticas, tributárias, previdenciárias, financeiras, administrativas, trabalhistas etc., tratadas como panaceias pelo atual governo e pelos demais que o antecederam. Temos, inegavelmente, um enorme déficit de cidadania, que não será reduzido de uma hora para outra, para que aconteçam as grandes transformações culturais do nosso povo. Haveremos de educar os mais jovens e reeducar os adultos, para fazer com que venhamos a trilhar célere para a harmonia entre o Estado, o Estado de direito e o Governo responsável, como preconiza Fukuyama, fazendo com que os nossos governantes tenham em mente os cânones das democracias modernas, que consistem nas regras que limitam o poder dos governantes, subordinando-os à vontade dos eleitores, expressa nas eleições.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 09 de outubro de 2017

REIS VELOSO, UM PLANEJADOR ESTRATÉGICO, QUE PENSAVA O BRASIL

Existem pessoas que censuram o economista Reis Velloso – que hoje faleceu aos 87 anos, no Rio de Janeiro – por ter feito parte dos governos militares, após o Golpe de 1964.

Porém, olhando pelo lado positivo, ele foi fundador do *IPEA*, que, de certa forma, pensa o Brasil, além de Reis Velloso ter sido formulador dos *Planos de Desenvolvimento do Brasil*, tão raros nos últimos tempos,

como o I PND, lançado em 1972, e o II PND, em 1974.

Releva destacar que tais PND se inserem no conceito do que se convencionou chamar de Planejamentos Estratégicos, que, por sinal, foram implantados no Brasil, ao longo dos Governos Vargas e relançados no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, via o famoso Plano de Metas, que pretendia alavancar a economia brasileira cinquenta anos, no espaço de apenas cinco anos.

Não sei se por mera coincidência, integravam a equipe de governo de Vargas – encarregados do Planejamento Estratégico, que gerou o BNDES, Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional e Vale do Rio Doce, entre outros empreendimentos de base – três nordestinos, tidos, por Vargas, como *Os Boêmios Cívicos*: o maranhense Mourão Rangel, o cearense Jesus Soares Pereira e o baiano Rômulo de Almeida.

Na linha da ligação da Nordestinidade com o Planejamento Estratégico (seria umbilical, por razões do atraso econômico desta região?), lembro, também, do grande economista paraibano, Celso Furtado, que teve um papel de destaque no governo de Juscelino, não somente ajudando na elaboração do *Plano de Metas*, porém fundando, também, a Sudene, da qual foi o seu primeiro Superintendente, além de ter sido Ministro de Planejamento do Presidente João Goulart.

O fato sobranceiro, porém, é que tanto Mourão Rangel, Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Celso Furtado e Reis Veloso – em que pese eventuais divergências doutrinárias sobre concepções de desenvolvimento econômico – tinham, ao meu sentir, uma visão estratégica das ações do Estado, contrárias aos cânones do liberalismo econômico, do deixai fazer, deixai passar.

Afinal, as origens do Planejamento Estratégico remontam aos anos 1920, na União Soviética, com uma certa visão marxista, que focava a transição do Estado herdado do capitalismo, para a transição em prol do socialismo, obviamente, com o papel destacado do Estado, como promotor do desenvolvimento econômico e social.

Não se pode perder de vista que um dos principais instrumentos do planejamento tenha sido a matriz insumo produto. Embora o planejamento possa ser considerado como uma extensão do pensamento marxista, na medida em que estava nele está implícita a possibilidade de conferir ao Estado herdado do capitalismo um papel destacado na organização das tarefas associadas à transição ao socialismo, foi somente no período da *Nova Política Econômica*, início dos anos de 1920, que o planejamento se integrou ao arsenal do Estado soviético.

Afinal, um dos instrumentos mais importantes para o *Planejamento Governamental* foi a *Matriz Insumo Produto*, utilizado pela *Contabilidade Social*, outrora intitulada *Contabilidade Nacional*, tendo sido concebida, nos anos 1940, por ninguém menos do que o economista russo Wassily Leontief. Na oportunidade, presto uma homenagem ao nosso saudoso Professor Naufel, que ministrava a disciplina *Contabilidade Nacional, no Curso de Ciências Contábeis*, na UFMA, estimando, também, que no *Curso de Economia*.

Retomando a Reis Veloso, sempre acompanhava as notícias do *Fórum Nacional* que promovia, após ter deixado os cargos públicos. Nesse fórum, eram debatidos assuntos pertinentes ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, sempre sob a ótica da prevalência do planejamento, já que ele era um crítico da falta, no Brasil, de um planejamento de médio e longo prazo, tido pela doutrina como Planejamento Estratégico.

Por respeitar o seu pensamento, no que tange ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e social do Brasil, mercê da sua ênfase no Planejamento, é que escrevi e publiquei artigos, focando o seu nome. Viajando entre Brasília e Rio de Janeiro, há alguns anos, deparei-me com Reis veloso, em um avião. Confesso que senti enorme vontade de parabenizá-lo, não significando endosso total ao seu pensamento econômico, e sim pelo seu comprometimento com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Não o fiz, pois ele se encontrava concentrado, lendo um documento, enquanto o avião se preparava para fechar as portas.

De todo modo, o artigo que escrevi sobre o Foro que organizava, adicionado a este, serve como uma pequena homenagem, a esse grande homem nordestino, que como muitos outros driblou, com maestria, as dificuldades naturais dos que habitam nesta região, e são originários de famílias que sobrevivem, as vezes, em condições muito precárias.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
Por Manoel Rubim
Em 21 de janeiro de 2019

RENOVADAS SAUDADES DO ZÉ USURA

Ao longo da semana que se passou, mais precisamente, na quarta-feira, o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea* - insuspeito órgão integrante do *Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos e do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República* - divulgou o resultado de um estudo que não me surpreendeu, embora tenha deixado muita gente estupefata.

Vamos à evidenciação de alguns dados desse estudo. De 2000 a 2007, as despesas da União com juros foram da ordem de R\$ 1.267.600 (um trilhão, duzentos e sessenta e sete bilhões e seiscentos milhões de reais); com Saúde R\$ 310,9 (trezentos e dez bilhões e novecentos milhões de reais); com Educação R\$ 149,9 (cento e quarenta e nove bilhões e novecentos milhões de reais) e com investimentos R\$ 93,8 (noventa e três bilhões e oitocentos milhões de reais). Vejam que disparidade: as despesas com juros correspondem a quatro vezes as aplicações em Saúde, oito vezes em Educação e treze vezes e meia em investimentos!

Ora, no final do governo Itamar Franco, a nossa dívida interna montava em, aproximadamente, 50 bilhões de reais; no final do governo *FHC*, já devíamos mais de 500 bilhões de reais. Hoje devemos um trilhão e seiscentos bilhões de reais.

Teria sido esse o preço, exorbitante, que pagamos pela redução ou esterilização da indomável inflação que gerou enormes perdas para este país? Como essa dívida chegou a esse patamar, que gera pagamentos de juros, de tão expressiva monta, que atinge, aproximadamente, a 150 bilhões de reais anuais? A quem aproveita o pagamento de juros tão exorbitantes? São perguntas que não querem calar, diante do quadro comparativo surrealista que foi exposto no primeiro parágrafo deste escrito, em que o montante de juros ultrapassa, de forma expressiva, as destinações para Saúde, Educação e investimentos.

Na oportunidade em que tais dados vêm à tona, gerando estupefação em todos, chamo a atenção dos leitores, que prestigiam este escrito, para um fato interessante. Enquanto todos estão perplexos com tais números iníquos, os analistas e estudiosos de economia, como sempre, estão preconizando a redução dos gastos de custeio, especialmente com pessoal, fazendo *vistas grossas* para as incomensuráveis despesas com juros, que sangram, sem dó, nem piedade, as nossas contas públicas.

As despesas com juros são consideradas estéreis, pois em nada contribuem para agregação de valor à Economia, a não ser para con-

centrar mais, ainda, a renda. É bem verdade que essa sangria já foi bem maior, quando a dívida pública interna foi decuplicada, conforme acima evidenciamos, saindo de R\$ 50 bilhões, para R\$ 500 bilhões. Afinal, naquele momento, tínhamos taxas básicas de juros que representam o dobro da hoje vigente (13,66%), percentual que se configura, ainda, como uma das maiores taxas de juros do mundo. Para que se tenha uma ideia da exorbitância, a taxa de juros hoje vigente na *Coreia do Sul* monta em 4,25%, sendo em alguns países, até mesmo negativa.

Estaríamos no país em que a usura é premiada, e a produção e o trabalho não são estimulados? Ora, circulou a notícia, no dia 13/11, que os juros do cheque especial passaram de 8,96% para 9,24%.

Há dez anos, escrevi e publiquei um artigo intitulado de *Saudades do Zé Usura*. Nesse artigo enfatizava que, no meu tempo de criança, tinha medo de um certo Senhor, baixo, atarracado, muito sério, que era tido como agiota. Sem nem saber do que se tratava, porquanto tinha uns dez anos, restava-me o pavor de encontrá-lo. É bem verdade que eu e outros meninos travessos, de quando em vez, de forma ousada, *pregávamos uma*, no *Zé Usura*. Sabíamos a hora da sua passagem, no começo da noite. Amarrávamos um fio de cobre, bem fino, no poste, e nos escondíamos no terraço da casa dos meus pais. No momento em que o *Zé Usura* passava, esticávamos o fino fio de cobre, invisível à noite, para espanto hilariante do *Zé Usura*, que depois de recomposto, seguia o seu caminho, creio que fazendo contas mentais, dos seus ganhos, com a agiotagem, que lhe atribuíam, tendo em vista que a máquina de calcular portátil, ainda não existia.

Acredito, sinceramente, que o *Zé Usura* cobrava bem menos juros do que cobram hoje os integrantes da *Banca Financeira*. Todavia, estes são respeitados e festejados. O nosso *Zé Usura*, coitado, foi-se, porém, continua estigmatizado de *Agiota*. Seria uma mistura de *ágio dos idiotas*?

Sinceramente, acredito que as Instituições Financeiras têm um papel importante no desenvolvimento econômico e social de qualquer país. Mesmo nos mais pobres. Tenho sempre em mente que o economista bengalês, Muhammad Yunus, *Prêmio Nobel da Paz*, em 2006, por ter criado o *Grameen Bank*, o *Banco dos Pobres*, em Bangladesh, em uma das regiões mais miseráveis do mundo, com o propósito de evitar que os que tinham necessidade de financiamento para os seus empreendimentos recorressem aos agiotas. Começou a sua atividade, como *Banqueiro dos Pobres* atendendo a quarenta e duas pessoas. Hoje atende a quase quatro milhões de clientes-acionistas, com valores superiores a três bilhões de dólares de empréstimos, sendo que acima de

50% dos tomadores de empréstimos saíram da linha de pobreza, estando em vias de seguir o mesmo sucesso, aproximadamente, 30% dos que se valeram da iniciativa do Yunus.

Por aqui, os juros estão inviabilizando os gastos (ou investimentos?) com Saúde, Educação e, perdoem-me a redundância, com os investimentos. Além de tão lamentável evidenciação, os juros escorchantes inibem os empreendedores, prejudicando o incremento da atividade econômica.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim

Em 17 de novembro de 2008

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O economista liberal-monetarista americano, *Prêmio Nobel de Economia* (1976), Milton Friedman, consagrado mestre da Universidade de Chicago, teria afirmado que a única responsabilidade social que uma empresa carrega seria aquela que a obrigaria a pagar o maior dividendo possível aos seus acionistas, pois preocupações com populações carentes, voluntariado empresarial e tudo o mais seria uma distorção dos fins que uma empresa deve buscar.

Por sua vez, o não menos provector e consagrado Peter Drucker, considerado *o pai da Moderna Administração*, com uma visão diametralmente oposta à do *Mago de Chicago*, Milton Friedman, comenta que, *ao incorporar a responsabilidade social como estratégia, as empresas estão perseguindo a própria perenidade.*

Venho-me interessando, há dez anos, por estudos sobre a *Responsabilidade Social das Empresas e das Instituições*, orientando monografias no curso de *Ciências Contábeis da UFMA*, como a apresentada, em 1997, por Naysa Bessa, intitulada *Balanço Social*.

Antes, tive a oportunidade de manifestar-me, como vice-presidente para *Assuntos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade*, na audiência pública, em que a *Comissão de Valores Mobiliários* submetia um projeto que pretendia tornar obrigatório o *Balanço Social* para empresas abertas. Naquela oportunidade, também tramitava, no

Congresso Nacional, projeto de lei de autoria das ex-deputadas Maria da Conceição Tavares, Sandra Starling e Marta Suplicy, sobre o mesmo assunto, dirigido a um maior universo de empresas e instituições, projeto esse que teria sido posteriormente arquivado.

Releva destacar que a *Responsabilidade Social das Empresas e Instituições* e a sua evidenciação conhecida como *Balanco Social* é um dos assuntos mais discutidos nos meios acadêmicos afins e também nos fóruns nacionais e internacionais que congregam representantes de grandes empresas e governos. Recentemente, quando do Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça, a cidadania corporativa foi um dos assuntos mais debatidos, conforme destaca o *Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa*.

Nesse fórum, uma pesquisa com aproximadamente 1.500 líderes empresariais evidenciou que menos de um quinto considerou o lucro como o fator mais importante do sucesso dos negócios. Para 24% dos pesquisados, a reputação e a integridade da marca, para as quais a responsabilidade social contribuiu, contam mais. Notícia publicada originariamente no *Financial Times* destaca que das 250 maiores empresas que integram a lista da *Fortune 500*, 52% divulgaram relatórios em separado sobre responsabilidade social empresarial, um acréscimo de 45% em relação há três anos.

Observe-se que o conceito de responsabilidade social deixou de ser focado nos benefícios que a empresa proporciona aos seus empregados, como deve ter sido evidenciado no primeiro *Balanco Social* que se tem notícia no mundo, no caso, o que foi elaborado e publicado pela Singer há 32 anos, ou mesmo no primeiro *Balanco Social* publicado no Brasil, elaborado pela empresa estatal *Nitrofértil*, em 1984.

A propósito do que deve ser evidenciado em um *Balanco Social*, o *Conselho Federal de Contabilidade*, recentemente, editou a *Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT 15)* que trata das *Informações de Natureza Social e Ambiental* destacando que se configura como informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

No Brasil, temos várias empresas e entidades envolvidas com ações tidas como de *Responsabilidade Social*. Algumas destacam essas ações em *Balancos Sociais* e outras somente as realizam. Por outro lado, temos instituições e empresas que estão certificando e premiando as *Ações Sociais Corporativas* consideradas mais relevantes, como o *Instituto Etco*, *Ibase* e *Exame*. Entendemos a evidenciação das ações sociais da maior importância, para que pudéssemos ter condições de

conhecê-las, evitando-se a superposição de gastos, para efeito de otimização dos recursos, por parte das empresas e entidades que praticam tais ações. Para tanto, a tecnologia da informação poderia ser utilizada de forma racional para a exteriorização das ações sociais praticadas.

Efetivamente, a realização das ações sociais de empresas e entidades privadas em benefício da sociedade deve ser encarada como uma atividade complementar e não substitutiva das ações sociais dos entes federativos, pois são estes os verdadeiros responsáveis, digamos, em primeiro plano, pela concretização de tais ações, financiadas por tributos. Por pertinente, lamentamos, na oportunidade, a falta de Balanços Sociais preparados por entidades públicas, da administração direta e indireta, assim como por parte das entidades sem fins lucrativos, como prestação de contas das suas atividades em prol da sociedade.

Para concluir, não poderemos deixar de enfatizar que o fato sobranceiro e auspicioso, em termos de *Responsabilidade Social Corporativa*, é que está sendo firmado um entendimento no mundo dos grandes negócios que *o sucesso de longo prazo das empresas depende não somente de um balanço patrimonial saudável, mas também de um desenvolvimento social e ambiental sustentável*. Afinal, a responsabilidade social não somente é de competência das unidades federativas. As carências sociais são tamanhas neste país, que urgem ações não somente das empresas privadas, como das instituições sem fins lucrativos, não se devendo esquecer das pessoas físicas.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 03 de julho de 2005

RESPONSABILIDADE SOCIAL, FISCAL E COMBATE À CORRUPÇÃO

Estamos, neste momento, no Brasil, em plena fase de cortes de despesas, tendo sido a tesoura devidamente amolada para tanto. A propósito, para este final de semana, a imprensa noticia que haverá uma reunião ministerial, sob o comando da Presidente Dilma, com o fito de passar a tesoura em 60 bilhões de reais do *Orçamento da União*. Tenho para mim que – seja em uma unidade familiar, empresa,

entidade sem fins lucrativos, ou mesmo em um ente governamental - sempre deveremos estar olhando para o que recebemos e, ao mesmo tempo, para o outro lado, quanto estamos gastando e podendo gastar.

Porém, em que pese opiniões em contrário, não poderemos, nos entes governamentais, ter como ideia fixa o sempre cortar despesas, como pregam os liberais e neoliberais, que têm verdadeiras fixações mentais em prol da redução do tamanho do Estado, o outrora tão falado Estado mínimo, que saiu, temporariamente, de cena, face às evidências, mundo afora – principalmente diante da crise econômica mundial iniciada em 2008 – do relevante papel do Estado em várias economias. Afinal, em oposição a essa ideia fixa, digo, dos reducionistas dos papéis dos Estados, sempre estou a antepor o entendimento de que os Estados não devem ser nem mínimos, nem máximos, porém do tamanho necessário para atender às gigantes demandas por serviços e bens públicos, que estão a olhos de quem quer ver, no Brasil, esperando, ansiosamente, por soluções, que o Estado mínimo não tem.

Por outro lado, não restam dúvidas de que, em qualquer entidade, especialmente nas entidades públicas, existem espaços para as tesouras afiadas cumprirem devidamente os seus papéis.

Quanto desperdício de recursos públicos poderíamos evitar, com um planejamento adequado. Afinal, no serviço público não se planeja, apenas, quando muito orça-se, e pensam que estão planejando.

Quanto desperdício de recursos públicos poderiam ser evitados com o eficiente controle prévio, concomitante e consequente, focando o essencial e deixando de lado aspectos meramente formais, ou seja, sem perda de tempo com meras formalidades, verdadeiros bois de piranha, quando a manada, ou a mamata está a desfilhar tranquilamente em carrões, mansões e apartamentos comprados com o dinheiro público desviado?

Estamos, em 2015, portando, há 48 anos, foi assinado, em 25 de fevereiro de 1967, o famoso Decreto-Lei nº 200/1967, com a seguinte ementa: *Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.* Tal decreto provocou um verdadeiro frenesi na Administração Pública Federal, com irradiações nas demais esferas federativas do poder público, afinal, entre outras preciosidades, no seu artigo 6º, prescrevia que: *Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I - Planejamento. II - Coordenação. III - Descentralização. IV - Delegação de Competência. V - Controle.*

A propósito, sob o título *Responsabilidade social e fiscal deve andar juntas*, o Doutor em economia pela FGV/EPGE, Luiz Guilherme

Schymura, na *Revista Conjuntura Econômica*, abril de 2015, faz algumas colocações interessantes para a nossa reflexão. Sem a preocupação com a literalidade das suas considerações, seguem algumas: o Brasil estaria vivendo momento difícil, porquanto o saldo primário do setor público consolidado saiu de uma posição superavitária, em 2008, de 3,3% do *PIB* para um déficit de 0,6% em 2014; os números da dívida pública não parecem tão ameaçadores, pois, após atingir um pico de 59,8% do *PIB* em 2002, a dívida líquida líquida consolidada do setor público caiu de forma contínua até chegar a um mínimo de 31,5% em 2013, voltando a aumentar para 34,1 do *PIB* em 2014.

Mais à frente, o economista Schymura afirma, textualmente que: Ao se analisar as despesas do governo central, dos 4.2 pontos percentuais (pp) do *PIB* de aumento observado entre 2000 e 2014, uma parcela de 3.8 pp deriva da expansão da *Previdência Social*, dos programas sociais e do custeio de educação e saúde. Observe-se que, quando Schymura aborda o termo dívida líquida consolidada do setor público, refere-se às administrações diretas e indiretas nos níveis federal, estadual e municipal, inclusive das empresas estatais não-financeiras.

Ora, sabemos que incomensurável parte dos recursos públicos são desviados – conforme notícias do dia a dia – pela corrupção que está na raiz dos esquemas políticos. Já medimos essa corrupção, correlacionando-a com o *PIB*? O *ex-Ministro-Chefe da Controladoria Geral da República*, Waldir Pires, afirmou, certa feita, quando comandava a *CGU*, que 40% dos recursos federais destinados aos Municípios brasileiros eram desviados. A propósito da medição da corrupção, escrevi um artigo, neste espaço, no *Jornal Pequeno*, em 10/08/2009, intitulado *Que tal um desviômetro*, reproduzido no site do *IPEA*, endereço eletrônico <http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp...>

Felizmente, consta do texto de Schymura alguns destaques como: A causa principal do desequilíbrio é a expansão da política social, mas a questão não se limita a números: inclusão no Brasil é essencial e se tornou sucesso global. O estado de bem-estar social brasileiro veio para ficar; torná-lo mais eficiente e compatibilizá-lo com o crescimento da economia é a agenda brasileira.

Para desespero maior ainda dos críticos dos programas sociais, além da abordagem insuspeita da *Revista Conjuntura Econômica da FGV*, tida e havida como de posição conservadora, em termos de pensamento econômico, segue o endereço eletrônico de uma notícia em destaque de outro insuspeito órgão da imprensa nacional, o jornal *Valor Econômico*, de 12/05/2015, disponível em <http://www.valor.com.br/.../fmi-programas-como-bolsa-familia-...>: *FMI: Programas como Bolsa*

Família reduziram pobreza a nível histórico, por terem resgatado 22 milhões de brasileiros da extrema miséria, destacando o *FMI*, que o *Brasil Sem Miséria*, criado com base no sucesso do *Bolsa Família*, vai além da simples transferência de renda. Este programa promove a qualificação e integração no mercado de trabalho, além de melhor acesso a serviços públicos

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública

Por Manoel Rubim
Em 18 de maio de 2015

RESPONSABILIDADE SOCIAL: QUESTÃO ESTRATÉGICA?

Observando-se o que se discute hoje, creio ser passado o tempo das empresas apenas voltadas para obter lucros e distribuí-los aos seus sócios ou acionistas, sem que outras preocupações passem pelas mentes e gerem angústias nos corações dos gestores empresariais.

Percebam o que um dos símbolos do capitalismo mundial, descendente de uma família, cuja pronúncia do nome evoca negócios, refiro-me ao bilionário americano David Rockefeller, aos 91 anos, afirma, em entrevista concedida recentemente à *Revista Veja*, quando da recente visita ao Brasil: *Todas as empresas devem ser responsáveis em relação ao bem-estar de sua comunidade.*

Esse princípio deveria ser uma prioridade de todas as companhias, juntamente com a rentabilidade e o crescimento a longo prazo. Milton Friedman, o grande economista da *Universidade de Chicago* que morreu recentemente, e eu discordávamos bastante nesse ponto. Ele acreditava que as corporações tinham apenas uma responsabilidade: *gerar lucros*. Eu penso que é possível ganhar dinheiro e, também, se preocupar com a qualidade de vida da sociedade.

Notem que estamos diante de um fato raro: um doutrinador, estudioso de uma das *Ciências Sociais, a Economia*. Falo do Milton Friedman, defendendo uma ideia conservadora, fossilizada, em relação ao pensamento esposado por um homem de grandes e mundiais negócios, refiro-me a David Rockefeller, como todo homem de negócios,

um pragmático, que não se deixou vencer, ao que tudo indica, pela insensibilidade social, tão presente em muitos homens, inclusive homens públicos.

Acompanho, com interesse, os assuntos pertinentes às ações de *Responsabilidade Social Corporativa (RSC)*, desde 1997, quando escrevi um artigo sucedido por vários outros, que tratavam do *Balanco Social*.

Acredito que, no Brasil, temos evoluído das ações de *RSC* voltadas para os colaboradores das empresas – termo que atualmente designamos os empregados –, para o meio ambiente, e, nos tempos atuais, ampliando o conceito, para compreender que as ações de *RSC* se constituem em uma questão estratégica, voltada para a concepção de sustentabilidade, praticando ações em prol das relações justas de trabalho, ambientais, com os clientes, fornecedores, governos, em síntese, com a comunidade, com a sociedade.

Tais afirmações podem ter a sua veracidade constatada, com um simples passar d'olhos no conteúdo dos *Balancos Sociais*, que foram e continuam sendo publicados no Brasil e no Mundo. *Balancos Sociais* que evidenciam as ações sociais praticadas pelas empresas e demais entidades privadas e públicas.

O certo é que estamos no momento em que a sétima edição do *Guia da Boa Cidadania Corporativa*, que começou a ser editado no ano 2000, destaca algumas informações elucidativas do que significa atualmente neste país a *RSC*, a partir de uma análise em duzentas e cinquenta empresas que foram pesquisadas.

Em termos de valores e transparência 89% das empresas possuem conselho de administração e auditoria independente; 47% têm código de conduta e programa de disseminação de valores; 34% elaboram balanço social ou similar, com ações sociais e ambientais. No que respeita a meio ambiente, 93% das empresas pesquisadas desenvolvem campanhas internas relacionadas ao consumo consciente e à ecoeficiência; 81% priorizam a contratação de fornecedores que tenham boa conduta ambiental; 30% possuem sistemas de gestão ambiental padronizados e formalizados.

Quanto ao relacionamento com o público, 68% têm um ouvidor do consumidor ou profissional com função similar; 64% integram os trabalhadores terceirizados a seus programas de treinamento; 44% possuem programa específico de responsabilidade social para a cadeia de fornecedores; 39% possuem normas escritas sobre a ética no relacionamento com o poder público; 36% possuem política de promoção da diversidade e proíbem práticas discriminatórias; 27% têm política

formalizada de relacionamento com a comunidade do entorno.

Caso tivéssemos espaço para evidenciar as práticas de ações sociais corporativas das empresas há dez anos, iríamos perceber uma mudança substancial dessas práticas, já antes enfatizada, que caracteriza as ações de RSC hoje vinculadas à própria continuidade das empresas a partir de uma visão estratégica dos negócios, em busca da sustentabilidade social, sendo fundamentais para a perenidade das mesmas, a partir da conquista de confiança, buscando melhores resultados para as empresas e para a sociedade.

Publicado no Jornal Pequeno, Coluna Palavra de Especialista
Por Manoel Rubim
Em 11 de dezembro de 2006

Republicado no site:
<http://www.portaldovoluntariohsbc.com.br/site/pagina.php?idclipping=14880&idmenu=74>

INSTITUTO HSBC – SOLIDARIEDADE – PORTAL DA SOLIDARIEDADE

RSC: MARKETING OU IMPOSIÇÃO

Seriam as práticas de Responsabilidades Sociais Corporativas meras jogadas de marketing ou imposição dos tempos? Comentando a obra intitulada *O Capitalismo é Moral?* o editor de uma revista de circulação nacional especializada na abordagem de textos literários, Oscar Pilagallo afirma no início das suas considerações o seguinte: *Há muita conversa, hoje em dia, sobre responsabilidade social da empresa, sobre ética empresarial, sobre moral no mundo dos negócios. O que significa isso? Numa palavra: marketing.*

Coincidentemente, há uns dois meses, ao término de uma palestra que proferi sobre Responsabilidade Social das Empresas, recebi um bilhete de um dos presentes pedindo-me que respondesse ao seu questionamento sobre se essa propalada responsabilidade social corporativa e a sua evidência via o *Balanço Social* não passaria de uma mera jogada de marketing das empresas.

Se atentarmos para como a *Responsabilidade Social Corporativa* foi ganhando contornos, poderemos ter mais elementos para aquilatar a veracidade ou não da concepção de que a RSC seja uma mera jogada de marketing. Em que pese, desde o início do século passado, termos conhecimentos de manifestações que clamavam por maior responsabilidade social das empresas, somente a partir dos anos 60, nos *Estados Unidos* e, no início da década de 70, na Europa, especialmente, na *França, Alemanha e Inglaterra*, é que se percebeu a agudeza das exigências da sociedade em relação a maior participação das empresas nas ações tidas como de responsabilidade social. Todavia, percebe-se, após um rápido passar d'olhos nos chamados Relatórios Sociais, que as ações eram focadas nos seus empregados. Com o passar dos tempos, esse foco foi se alargando em benefício da comunidade.

Sob esses fundamentos, as ações de RSC foram demandas da sociedade e não invenções dos gestores, proprietários ou sócios de empresas com o fito de amenizarem a dureza das relações negociais e melhorar as suas *imagens sociais*, via o marketing. Afinal, um dos princípios basilares da Contabilidade, linguagem dos negócios, ou ciência do patrimônio, ou das aziendas, como diriam os Italianos, é o princípio da continuidade que parte do seguinte pressuposto: *a Entidade deva concretizar seus objetivos continuamente - o que nem sempre significa a geração de riqueza no sentido material.*

Por outro lado, podemos afirmar que não existirá continuidade das empresas e das instituições, sem que tenhamos todo um conjunto de condicionantes que somente uma sociedade próspera poderá ensejar, rotuladas de condições de sustentabilidade.

A propósito do que afirmamos acima, o *Instituto Ethos*, que congrega os maiores empresários deste país, evidencia a sua participação no lançamento do *Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa*, da seguinte maneira: *Um novo indicador do mercado acionário brasileiro entrou em vigor na abertura do pregão do dia 1º de dezembro: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), lançado pela Bovespa. O ISE reúne em sua primeira carteira de ações 28 empresas que foram selecionadas entre 63 empresas que responderam ao questionário criado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O índice avalia as dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas.*

Em relação às afirmações de André Comte-Sponville – no livro da sua autoria intitulado *O Capitalismo é Moral?* – de que *a moral numa sociedade deve ser procurada fora da esfera econômica e o erro*

simpático e nefasto de Marx foi o de querer erigir a moral em economia, mesmo não tendo a RSC como foco direto das suas apreciações, poderíamos antepor os argumentos de que no conceito da *Responsabilidade Social Corporativa*, estão inseridos práticas concernentes ao valores e transparência, relacionamentos com funcionários, meio ambiente, relacionamento com fornecedores, relacionamentos com consumidores/clientes, com a comunidade e com governo e a sociedade, todos sob os signos da ética e da solidariedade humana, entre outros.

O fato sobranceiro é que caminhamos, inclusive, muito fortemente neste país, para maior conscientização da importância da RSC, sem deixarmos de acreditar que os entes federativos devam ser, prioritariamente, responsáveis por ações de viabilização das políticas públicas em prol da sociedade brasileira. Em que pese, no Brasil, somente na década de 90 termos tido a participação de empresas em pequena quantidade nas chamadas *Ações de Responsabilidade Social*, esse número tem crescido de forma substancial, conforme comprova o *Guia da Boa Cidadania Corporativa - 2005*, editado por uma revista quinzenal de negócios.

Interessante destacar que a RSC deixou de ser concebida no Brasil e no mundo como uma prática filantrópica, passando a ser encarada como uma prática de gestão que envolve, entre outros, funcionários, fornecedores, consumidores, clientes etc. Somente para ilustrar os efeitos benéficos que a prática da *Responsabilidade Social Corporativa* pode proporcionar ao mundo, evidenciamos uma declaração recente de Jeffrey Immelt, presidente mundial da *General Electric (GE)* de que a empresa investira 1,5 bilhões no desenvolvimento de tecnologias limpas, fazendo com que todos os produtos da empresa, de lâmpadas residenciais a turbinas de aviões, tenham o menor impacto possível no meio ambiente.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 11 de dezembro de 2005

SÃO LUÍS, ECONOMIA CRIATIVA, TURISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL INCLUSIVOS

Há, aproximados, vinte anos, escrevi e publiquei, no jornal *O Estado do Maranhão*, um artigo intitulado *a Economia Criativa*, no qual abordei assuntos pertinentes à possibilidade de que viéssemos aproveitar, no Maranhão, a potencialidade da nossa riquíssima cultura, em prol do crescimento da renda do nosso povo.

Naquela oportunidade, destaquei que a *Economia Criativa* era um dos setores econômicos que mais agregava riquezas às sociedades. Afinal, estamos, desde algumas décadas, em pleno reino da sociedade do conhecimento, já se tendo vencido as etapas primárias e secundárias, encontrando-nos, na época, em que o setor terciário, especialmente os talentos humanos ganham espaços fluorescentes.

Os tempos passaram, neste Estado, projetos e projetos, há décadas, foram encomendados a consultores nacionais e internacionais, tidos como especialistas, que por aqui aportaram, acreditando que foram, regamente, pagos. Ademais, promessas e promessas de reconstrução do nosso *Centro Histórico*, financiados por *BNDES* etc., foram anunciados, na imprensa local, pelos então governantes. Porém, nada de concreto e sustentável percebemos.

Por outro lado, São Luís foi laureada com o pomposo e merecido título de *Patrimônio Mundial da Humanidade*, concedido, em 6 de dezembro de 1997, pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)*; o *Tambor de Crioula – minha terra tem tambor de Crioula que a tua não tem, para lembrar a música de Antônio Vieira* – foi Inscrito no *Livro das Formas de Expressão, em 2007, pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional, IPHAN*; da mesma forma, o nosso *Bumba-Meu-Boi*, intitulado *Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão*, foi inserido, pelo IPHAN, no livro de Registro de Celebrações, em 2011. Por consequência, ambas as manifestações culturais, entre as mais arraigadas no nosso Estado, foram reconhecidas como *Patrimônios Imateriais Culturais do Brasil*. Portanto, não tenho dúvidas de que, no futuro, outras manifestações culturais deste Estado, *Berço de Cultura*, terão os mesmos reconhecimentos.

Ademais, em 2009, São Luís foi eleita *Capital Brasileira da Cultura*, figurando, então, como a única capital de Estado, no Brasil, a ostentar esse título, concedido pela *ONG Capital Brasileira da Cultura*,

sediada em São Paulo, que tem a finalidade de preservar, valorizar e promover as cidades culturais deste país, observando-se que a referida *ONG* é, de certa forma, uma projeção da *ONG Capital Americana da Cultura*, que conta com o apoio da *Organização dos Estados Americanos (OEA)*, dos *Parlamentos Latino Americano e Europeu* e da *Rede Europeia de Capitais Culturais*, sendo relevante destacar, também, a sustentação técnica do *Discovery Channel* e *Antena 3 – TV Internacional*, canais internacionais de televisões oficiais, integrantes da estrutura da *Rede Mundial das Capitais Culturais*.

Observe-se que a primeira *Capital Cultural do Mundo* foi Atenas, em 1986, graças aos esforços da famosa e saudosa atriz ateniense, Melina Amália Mercuri, que integrou o *Parlamento Helênico*, e galgou o cargo de Ministra da Cultura da Grécia, como primeira mulher a assumir o referido Ministério no seu país, tendo idealizado a *ONG – Capital Europeia da Cultura*, cujas projeções espalharam-se pelo Mundo.

São Luís, tida no passado como *Athenas Brasileira*, além de ter conquistado o título de *Capital Brasileira da Cultura*, foi laureada, em 2012, com o relevante título de *Capital Americana da Cultura*, concedido pela *ONG Capital Americana da Cultura*. A propósito, defendi que São Luís postulasse o título de *Capital Brasileira da Cultura*, em artigo publicado no *Jornal Pequeno*, em data de 18 de fevereiro de 2008, intitulado *SÃO LUÍS: CAPITAL BRASILEIRA DA CULTURA*, no ano anterior à concessão da láurea. Além do mais, posteriormente, defendi, em artigo publicado no JP, que fosse reivindicado, também, o título de *CAPITAL AMERICANA DA CULTURA*.

Como uma *senhora elegante e cobiçada, em que pese quatrocentona – portadora de alguns problemas que lhe atingem a medula óssea – os galanteios* dirigidos a São Luís não param. Entre diversos galanteadores, temos as *Grandes Escolas de Samba, como Salgueiro, Mangueira, Beija-Flor e Tatuapé*, que, com arte e maestria, homenagearam a *Cidade do Amor, da Poesia e das Pedras de Cantaria* com belíssimos enredos alusivos à cultura de São Luís, vale dizer, do nosso Estado. Obviamente, o termo cultura é aqui utilizado, conforme conceitos antropológicos, que aprendi em sala de aula, com o professor de Antropologia, na *UFMA*, acredito que já aposentado, Arno Kreutz, quando, nos idos de 1976 e 1977, lá cursava as cadeiras do curso básico de Ciências Contábeis.

Diante de tantos reconhecimentos, surge a pergunta fundamental: o que temos a fazer, para que São Luís venha a tirar proveito econômico e social das suas potencialidades culturais, em prol do crescimento da riqueza dos ludovicenses, dos maranhenses, de um modo geral,

em suma, dos que vivem neste Estado?

Endossar os comentários raivosos sobre as mazelas da nossa cidade, do nosso Estado, a olhos de ver, há décadas, e a olhos de não ver, obstaculizados por diversas razões espúrias, como sobejam nas *Redes Sociais*, afinal, alguns somente pensam nos seus interesses privados, em detrimento dos interesses públicos?

Antepondo-me a tais bizarras posturas, tenho, ao longo de muito tempo, preferido outros caminhos, na tentativa de contribuir para o alargamento das soluções dos problemas da nossa cidade e do nosso Estado, invertendo a supremacia do privado sobre o público, ao contrário do que testemunhamos, sempre, acontecer.

A meu sentir, não serão com iniciativas pontuais, porém, sim, bem mais abrangentes, que poderemos tirar proveito do nosso reconhecido potencial cultural, através da exploração dos cânones da chamada *Economia Criativa*. Esforços conjuntos, frutos de um planejamento estratégico, entre organismos governamentais locais (estaduais e municipais), e federais, envolvendo a iniciativa privada, poderão resultar em grandes avanços, a médio prazo, porém, não deveremos esperar resultados significativos em poucos anos, como almejam os apressadinhos, sem noção do que significa administração, muito menos administração pública.

Não se deve perder de vista que iniciativas como incentivos fiscais, devidamente pensados, estimados e controlados, com renovações submetidas a rigorosas medições, serão importantes para essa alavancagem. Por outro lado, financiamentos de órgãos governamentais, como o *PAC das Cidades Históricas* (atualmente combalido pela crise arquitetada pelos golpistas), do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*, e até mesmo de organismos de fomento internacional, como *BIRD*, não devem ser descartados. Afinal, a capital do nosso Estado, São Luís, ostenta títulos nacionais e internacionais, que devem ser levados em consideração nas análises dessas postulações, desde que devidamente planejadas e controladas.

Alguns detalhes, digamos, operacionais dessas propostas já destaquei em artigos que publiquei na imprensa local, como exemplo, entre diversos, *Revitalizando o Centro Histórico*, constante do livro *Crônicas para Cândida: Paisagens Sociais e Culturais – São Luís Capital Brasileira da Cultura*, lançado em setembro de 2009. Em outras oportunidades, aqui estarei para reavivar tais ideias de um simples sonhador, que tem anelos de ver a sua cidade natal, no seu merecido lugar, no cenário turístico deste país. Lembrando, finalmente, que: Turismo tem tudo a ver com cultura, tem tudo a ver com São Luís, tem tudo a

ver com o Maranhão, tem tudo a ver com *Economia Criativa*, tem tudo a ver com crescimentos econômicos e sociais inclusivos.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*
Por Manoel Rubim
Em 13 de novembro de 2017

SÃO LUÍS PODERIA SER UMA CIDADE CRIATIVA

Em 2006, escrevi um artigo intitulado *Economia Criativa*, nele abordei vários dos seus aspectos, tendo afirmado que a *Organização das Nações Humanas para a Educação Ciência e Cultura*, UNESCO, estimara que a economia criativa já responderia por 7% do PIB mundial, estando a caminho dos 10%. Concluí o referido artigo, com as seguintes considerações: *Face às vocações culturais seculares do Maranhão, a economia criativa deve merecer nossa atenção redobrada. A propósito, evidenciamos que a festa do bumba-boi do Maranhão serviu como exemplo de atividades que produzem resultados positivos, na matéria que abordou Economia Criativa na Revista Desafios do Desenvolvimento, edição de fevereiro do IPEA. Imaginem se conseguirmos fomentar todas as atividades culturais do Maranhão, Estado da mais diversificada riqueza cultural deste país! O que não aconteceria em nossa economia, em aliança com o desenvolvimento do turismo? Para tanto, urgem, como já defendi nestas páginas, as integrações de ações entre os setores público e privado, visando um ambiente mais propício aos investimentos nas áreas das indústrias criativas, como preconizado no Fórum Internacional realizado em Salvador, em 2005, sobre Indústrias Criativas. Afinal, São Luís, tem tudo para ser a capital cultural deste país. Manifestações Culturais não faltariam.*

Recentemente, em sábia decisão, a Ministra da Cultura, Ana Buarque de Holanda, criou a *Secretaria da Economia Criativa*, focando sobretudo as experiências das chamadas cidades criativas, tomando como parâmetro as ações exitosas de *Manchester, Liverpool e Barcelona*, conforme comentou, em editorial, a *Folha de São Paulo*, na edição de 16 do corrente mês.

O conceito de economia criativa é um tanto quanto elástico, do mesmo modo o de *Cidades Criativas*. Com o devido perdão pelas transcrições, farei mais uma, para evidenciar um conceito de *Cidades Criativas*, extraído do site <http://www.ua.pt/csjp/cidadescriativas/> da *Universidade de Aveiro, em Portugal: Cidades criativas são espaços urbanos onde a articulação eficiente entre atividades sociais e artísticas, indústrias culturais e governo foi capaz de produzir uma efervescência cultural que desenvolve, atrai e retém talentos, promove diversidade social, aumenta a oferta de empregos, gera maior conhecimento entre cidadãos, aumenta o potencial criativo de empresas e instituições, atrai mais turistas e, assim, contribui significativamente para a economia da cidade e qualidade de vida de seus cidadãos.*

Segundo matéria publicada na revista *NEGÓCIOS*, de dezembro de 2010, intitulada *NEGÓCIOS MOVIDOS A IDÉIAS* - que destaca o crescimento acima da média das indústrias criativas (principal estratégia de desenvolvimento do século XXI) que teriam virado prioridade para muitos países, sendo que uma série de iniciativas estaria colocando o Brasil em sintonia com tal estratégia - a cidade de Recife teria sido classificada, pela revista norte-americana *Business Week*, entre as dez cidades do mundo onde o futuro do planeta é pensado, tendo presente que no ano 2000 o então decadente *Centro Histórico de Recife* recebera investimentos que o transformaram em prestigiado polo de tecnologia, *Porto Digital*. Destaca, ainda, a revista *NEGÓCIOS*, que o *Porto Digital de Recife* foi classificado pela consultoria *A.T. Kearney* como o maior e mais rentável parque tecnológico do país. Tem mais: em novembro de 2010, foi lançado o *Delta Zero - Base Recife de Criação*, com investimento da ordem de R\$ 8,3 milhões, em empresas ligadas à música, publicidade, cinema, games e animação.

São Luís, não tenho dúvidas, possui um potencial muito grande em termos de economia criativa, no sentido pleno do termo. Ainda não conseguimos explorar, a contento, esse potencial. Possuímos talentosos artistas, de todas as artes, que para sobreviverem de forma condigna estão a se transferir para outros Estados e até mesmo para outros países. Contém, nos dedos de várias mãos, quantos artistas já não deixaram esta cidade, este Estado, em busca de oportunidades, pois caso ficassem neste Estado, chamado de insular, por Josué Montelo, não conseguiriam sucesso.

Observem, também, que essa falta de espaços não acontece, somente, com os artistas, afinal, temos profissionais dos vários campos que não tiveram vez, nesta cidade, neste Estado, e, lamentavelmente, tiveram que buscá-la, em outras plagas. Acredito que falte um plane-

jamento estratégico que objetive dar visibilidade aos nossos talentos. Nas artes musicais, a título de exemplo, a Bahia, com o seu Axé, e antes com a Tropicália, conseguiu montar essa estratégia a que me reporto, e colocou, no cenário nacional, vários artistas que se tornaram famosos. Tal estratégia, aliada aos encantos do *seu Centro Histórico*, também contribui para o exponencial crescimento do turismo naquele Estado, gerador de riquezas para os seus habitantes.

Já é hora de pensarmos estrategicamente, neste Estado e nesta cidade, visando transformar São Luís em uma *Cidade Criativa*, pois, com certeza, dispomos de potencial para tanto, não somente no que respeita a talentos humanos, como também beleza arquitetônica e recursos naturais.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social adotou uma linha de financiamento para atividades tidas como inseridas no conceito de *Economia Criativa*; o Ministério da Cultura, como enfatizei, criou uma secretaria para cuidar de tal ramo promissor da economia. Logo, não poderemos mais ficar a esperar que os fatos aconteçam. Governos, Universidades e a iniciativa privada devem pensar e agir visando inserir São Luís nesse filão econômico. Já é hora de adotarmos a filosofia que inspirou William Barton Rogers, fundador do renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts, MIT: *Mens et manus*, mentes e mãos.

Bem-vindo seja o polo de pesquisas da *EMBRAPA*, que poderá ser inserido no conceito de economia criativa! Que sejamos iluminados *pelo clarão dos foguetes lançados da base espacial de Alcântara*, para que possamos lutar pelo melhor aproveitamento da sua potencialidade, criando, neste Estado, um centro de pesquisas espaciais e ou digital, com todas as suas dinâmicas e benfazejas consequências!

Por fim, alargando o conceito de *Cidades Criativas*, que tal lutarmos para que as matérias-primas que são exportadas pelos nossos portos, e retornam para este país, na forma de produtos industrializados, com a agregação de tecnologia e riqueza nos países importadores, venham a ser aqui industrializadas, ficando neste país a riqueza e a tecnologia geradas, hoje, na *China, EUA* etc.! Sonhar, lembrando daquela bela música de carnaval, que se aproxima: não custa nada!

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Palavra de Especialista
 Por Manoel Rubim
 Em 21 de fevereiro de 2011

Republicado no site:
<http://www2.portodigital.org/portodigital/imprensa/entrevistas/40597;41088;0802;4848;18665.asp>

SÃO LUÍS: UMA AGENDA PARA A QUATROCENTONA

Não foi a primeira e, com certeza, não será a última, que falo e falarei sobre a cidade de São Luís, especialmente no que respeita à sua riqueza cultural, no pleno sentido da palavra, lamentavelmente, ainda não devidamente explorada, como deveria ser, em prol dos que aqui vivem.

A propósito, identifiquei, no meu livro, *Crônicas Para Cândida - Paisagens Sociais e Culturais: São Luís Capital Brasileira da Cultura*, dezessete crônicas abordando essa rica diversidade cultural. São crônicas que foram publicadas em jornais locais, e que mereceram os seguintes títulos: *São Luís Mon Amour*, *Arraial Literário*, *Ah! São Luís!*, *O Maranhão na Rota do Turismo Internacional*, *O Potencial do Carnaval de São Luís*, *O Choro Alegre dos Tambores*, *Parabéns São Luís*, *Efervescência Cultural*, *Reverências a Aluísio de Azevedo*, *São Luís: A Capital Brasileira da Cultura*, *A Carta de Veneza e o Patrimônio Cultural de São Luís*, *Incentivos à Cultura do Maranhão*, *São Luís Merece: É Berço de Cultura*, *Lembranças dos Nossos Carnavais*, *Louvando São Luís*, *Revitalizando o Centro Histórico e as Festas Juninas e a Economia Criativa*, afora outras, que, embora não focadas diretamente em São Luís, falam de pessoas e fatos, que são símbolos desta cidade, a exemplo de, entre outros, Antônio Vieira, Lopes Bogéa, Bandeira Tribuzi, Leôncio Rodrigues, Heider Freitas, Nauro Machado, José Nascimento Morais, pai e o filho, Valdelino Cécio, Waldemar Carvalho, Francisco de Paula Gomes e Luís Alves Mounier.

Ao nos aproximarmos das comemorações dos seus quatrocentos anos de existência, em 2012, no momento em que comemoraremos os seus trezentos e noventa e oito anos, no próximo dia oito de setembro, não posso deixar de, mais uma vez, falar desta *Ilha Encantada*, *Ilha Rebelde*, *Ilha do Amor*, *Ilha da Cultura*, parando, por aqui, não por falta de epítetos que caracterizam a riqueza cultural da nossa cidade, todavia pela ausência de espaço.

Falarei de São Luís, com os olhos fixos em uma hipotética agenda, que vislumbro, e que poderia ensejar uma bela comemoração dos quatrocentos anos da *Francesa Bela*, que por um veio dialético, se parece muito com a velha Lisboa, obviamente, se atentarmos para os contornos da parte antiga das duas cidades. Essa hipotética agenda, sim,

claro, seria uma agenda cultural, como há de se esperar de uma cidade em que a cultura aflora pelos seus cantos, ladeiras, becos, esquinas, casarões de sacadas, com eiras e beiras, que denotavam a opulência dos seus proprietários.

Assim é que idealizo para a comemoração dos quatrocentos anos da *Ilha Magnética*, que venhamos a ter lançamentos e relançamentos de livros de autores nascidos ou não nesta cidade, sendo imperioso, porém, que tais autores tenham afeições, ou mesmo, paixões, pela *Ilha dos Romancistas, Dramaturgos e Contistas*, e tratem de assuntos pertinentes a este *Berço de Cultura*.

Importante, nos meus sonhos de agenda quatrocentona, que os lançamentos de livros aconteçam na parte antiga desta cidade, como aconteceu, recentemente, com o lançamento do livro do nosso amigo Herbert de Jesus Santos (*Antes Que Derramem A LUA CHEIA*), na Praça Benedito Leite, no local em funcionou o nostálgico bar do Hotel Central.

Não poderia deixar de ter, nessa agenda imaginária, lançamentos e relançamentos de músicas que homenageiam a *ex-Ilha Mergueira*, não importando os gêneros das músicas, sejam sambas, boleros, toadas, forró, ou qualquer outro gênero musical, além de shows com artistas deste Estado, que atuam aqui e alhures. Imperiosos seriam os saraus poéticos, nas praças públicas, saraus poéticos esses que poderiam ser antecedidos por lançamentos de livros de poesia de todos os gêneros, não podendo faltar as poesias que tivessem, como motivação, esta *Ilha dos Poetas*.

Os Tambores das Crioulas não poderiam ficar de fora, pois são onipresentes, por abrilhantarem o Carnaval, as Festas Juninas, ou qualquer outro momento festivo, ou de despedida, como aconteceu com, por exemplo, a passagem de Antônio Vieira para a outra dimensão, a dimensão cósmica. Gostaria, nesta *Ilha Regueira*, de ver um carnaval que revivesse os antigos carnavais desta ilha, carnavais que deveriam ter, além dos confetes e serpentinas, muitos blocos tradicionais e de sujos, *mulambadas*, blocos tradicionais, não podendo faltar a *Casinha da Roça, os fofoes, os bailes de máscaras e o samba no pé*, sem as imitações do belo carnaval da Sapucaí.

As festas juninas deveriam ser organizadas de forma muito especial, reeditando-se em *CDs e DVDs* as mais belas músicas que homenageiam São Luís, podendo-se, inclusive, criar prêmios para as novas composições sobre esta louvada Ilha. É óbvio que dessa agenda imaginária, os dramaturgos, pintores, escultores, cineastas, fotógrafos e demais atores culturais não poderiam ficar de fora. Seria um ano da

cultura, um ano *ludovicense*, em que todas as escolas deveriam iniciar as suas aulas, com a entoação de *Louvação a São Luís*.

São Luís, pelo que está sendo noticiado, foi aclamada como *Capital Americana da Cultura 2012*, ano em que comemoraremos os seus quatrocentos anos de existência, enquanto cidade. Em 18 de Fevereiro de 2008, nesta coluna, afirmei o seguinte, ao final do artigo, acima referido, intitulado *São Luís: A Capital Brasileira da Cultura: São Luís merece ou não ser reconhecida, por este país, como Capital Brasileira da Cultura, mesmo que não seja no próximo ano, caso não tenhamos tempo para planejar e iniciar uma campanha para tanto. Postulamos o título e o obtivemos, em 2009*.

Quando das comemorações de tal láurea, publiquei, nesta coluna, em 04 de agosto de 2008, uma crônica intitulada *SÃO LUÍS MERECE: É BERÇO DE CULTURA*, que foi concluída da seguinte forma: *No mais, resta-nos agradecer e reconhecer os esforços dos que lutaram, arregaçaram as mangas, para conseguir mais uma láurea para a nossa São Luís: Capital Brasileira da Cultura 2009. Todavia, já vislumbro um novo desafio para eles: São Luís merece, também, o título de Capital Americana de La Cultura, afinal, Maceió, em 2002, e Brasília, em 2008, já estão entre as dez já laureadas*.

Parabéns, São Luís! Não somente por mais um aninho na tua frutuosa e orgulhosa existência, assim como por mais uma láurea, que, quiçá, será sucedida por muitas outras, como a da *Capital Mundial do Livro*, que lamentavelmente não poderemos postular para 2011, nem 2012, junto à *UNESCO*, que já teria escolhido, respectivamente, *Buenos Aires e Ierevan, na Armênia*.

Para finalizar, não posso deixar de anelar mais um item para a agenda quatrocentona: que tal programarmos eventos diários, semanais ou mesmo mensais ao longo do ano de 2012, para homenagear a todos os que, de uma forma ou outra, contribuíram para enriquecer culturalmente esta cidade, projetando-a no cenário nacional e/ou no mundo!

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 06 de setembro de 2010

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Estamos vivenciando, nos últimos tempos, substanciais modificações na Legislação Tributária federal que militam em favor da almejada simplificação do sistema tributário brasileiro, no que diz respeito às obrigações principais e acessórias. Vejam que a simplificação tributária é um anseio da sociedade brasileira, afirmando-se que é um desejo que permeia todos os segmentos deste país, em que pese sabermos, doutrinariamente, que a simplificação tributária, em alguns casos, enseja a iniquidade, que significa injustiça.

Já distam alguns anos que as declarações do *Imposto de Renda das Pessoas Físicas* eram compostas de cédulas simbolizadas por letras do nosso alfabeto, de *A a H*. Lembro que a cédula *C* era a cédula dos assalariados; enquanto a cédula *D* era a dos profissionais liberais. Na cédula *F* declaravam os que percebiam lucros das empresas. Na cédula *G* eram informados os rendimentos das atividades agrícolas. Por fim, na cédula *H*, constavam os rendimentos que não poderiam ser declarados nas demais cédulas, como os originários das atividades ilícitas, de toda a ordem.

Cada cédula tinha as suas deduções específicas, em tese, mais justo. Saímos desse modelo, para o modelo atual, sem deduções específicas; em tese, menos justo, porém, muito mais simples.

Em relação às pessoas físicas, a grande maioria optava ou estava obrigado a declarar com base na metodologia de apuração da base de cálculo do *Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas* conhecido como lucro real, que demanda a observância de normas contábeis, até certo ponto, complexas, em que pese entendermos ser, entidade ou empresa sem contabilidade, um avião, em pleno voo, sem instrumentos que forneçam informações vitais ao piloto. Com o tempo, caminhamos para a atual situação, com mais de noventa por cento das empresas tendo optado pela sistemática do Simples que engloba o pagamento da maioria dos tributos e contribuições federais ou aderiram à forma de cálculo do Imposto de Renda, via lucro presumido. Ambas as sistemáticas muito mais simplificadas e menos complexas que a modalidade de tributação pelo lucro real, embora não se possa, de pronto, classificá-las como mais justas.

Emoldurando a teoria de que tributos simples nem sempre redundam em Justiça Fiscal, em respeito ao princípio da chamada capacidade contributiva, muito pelo contrário, relato o seguinte fato: presidia

a mesa de debates do *Congresso Brasileiro de Contabilidade*, realizado em Fortaleza-Ceará, nos idos de 1997, composta por renomados tributaristas que discutiam propostas de *Reforma Tributária*; após apresentação de uma proposta que implicava a instituição de uma alíquota única, salvo engano de 10%, para todo e qualquer rendimento obtido por pessoas físicas, mesmo as que obtinham rendimentos insignificantes, em nome da universalização da tributação, tive um enorme trabalho para reduzir o *calor* provocado pelos debates que se seguiram, face ao inconformismo de um dos mais brilhantes tributaristas deste país, que ficou da cor de um tomate, com o conteúdo iníquo da citada proposta, tida, por todos, como bastante simplificadora.

De outro modo, recentemente, em nome da não cumulatividade, ou seja: em prol da Justiça Fiscal, tivemos alterações substanciais da *COFINS e do PIS*, que não agradou a gregos e troianos, existindo vários representantes de segmentos econômicos que prefeririam ter ficado na sistemática antiga, tida como injusta, porém simples.

Esquecem aqueles que defendem simplesmente a simplificação, pela simplificação tributária, que o sistema tributário tem um liame muito estreito com o sistema econômico, a par das suas vertentes jurídicas, sociais e tudo o mais. Ora, estamos em um país que possui uma das maiores economias do mundo, um complexo sistema econômico e financeiro, com tecnologias do primeiro mundo. Pelo exposto, não poderíamos ter um sistema tributário muito simples, diante de tantas complexidades. Tal assertiva, não milita em favor do conformismo, do vamos deixar como está para ver como é que fica, muito pelo contrário. Apenas preconizamos muito cuidado com o andor que o santo é de louça.

Com esse cuidado, algumas medidas em busca da simplificação do *Sistema Tributário Brasileiro* foram e estão sendo tomadas. Atualmente estamos discutindo, no Parlamento Brasileiro, a criação da *Receita Federal do Brasil*, que unificou as administrações tributárias da *Previdência Social e da Secretaria da Receita Federal*, assim como já foi iniciado, na prática, o chamado *Cadastro Sincronizado das Pessoas Jurídicas*, implantado recentemente no Estado da Bahia, projetado para ser implantado, em breve, no Estado de São Paulo e estendido aos demais Estados a médio prazo. Neste particular, estamos bem posicionados, afinal, dispomos de uma colega, *AFRF Catherine de Assunção*, participando do *Grupo de Trabalho Nacional que trata do citado Cadastro Sincronizado*, já tendo acontecido, neste Estado, várias reuniões sobre o assunto.

Não se poderá deixar de destacar, também, como medida sim-

plificadora, a instituição da *Certidão Negativa Conjunta emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil*. Logo, todos os ventos sopram a favor da simplificação e racionalização tributária, mesmo em tempos de ventos revoltos, o que nos faz augurar melhores momentos para a economia brasileira.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 07 de agosto de 2005

SOLUÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTÁBEIS CRIATIVAS EM TEMPOS DE CRISE

Temos assistido, não somente neste Estado, como no Brasil, o desaparecimento de algumas empresas que detinham substancial parte dos respectivos mercados no qual atuavam.

Focando este Estado, tivemos diversas empresas familiares que fecharam e outras que estão atravessando dificuldades.

Em respeito aos empreendedores e às suas famílias, não irei citar nomes.

Observando, de longe, essas situações, sem que tenha maiores informações, presumo, com grande margem de certeza, que a falta de um sistema contábil bem desenhado, seja de Contabilidade Gerencial, ou mesmo de Contabilidade Financeira, ou ainda de Auditoria Interna tenha sido um dos responsáveis pela perda patrimonial, assim como desemprego e outras mazelas sociais.

Porém, não se pode deixar de correlacionar a *Crise Econômica e Financeira*, que assola este país, desde que surgiram os problemas políticos, decorrentes da não aceitação da *voz rouca das ruas*, expressadas nas urnas, ao final de 2014.

A propósito, o renomado historiador brasileiro, Boris Fausto, um dos fundadores do *PSDB*, amigo de Fernando Henrique Cardoso, em recente entrevista ao jornalista Mário Conti, na *Globo News*, destacou que o *PSDB* - líder da insatisfação com *as vozes roucas das ruas*, expressadas nas urnas, ao final de 2014 – não teria sabido fazer a devida oposição aos vencedores nas eleições presidenciais no referido ano, redundando na situação política anômala, na qual nos encontramos, que

Boris Fausto pontua como um grande retrocesso político.

Tais constatações não nos induzem ao entendimento de que se configura despicando a simplificação das burocracias e do nosso *Sistema Tributário*, um tanto quanto complexo, principalmente no que respeita às chamadas obrigações tributárias acessórias.

Porém, a simplificação não pode implicar iniquidades. Em outras palavras, por exemplo: a simplificação, na mente de alguns, poderia acontecer, na área do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, com a implantação de uma alíquota única.

Sim, porém, tal medida simplificadora implicaria iniquidade tributária, tendo presente que estaríamos tratando igualmente, os desiguais.

Deixando de lado, os aspectos concernentes à desburocratização e a *Reforma Tributária*, em prol do desenvolvimento econômico, focarei a temática deste texto, qual seja: como sair de crises de empresas ou grupos econômicos.

Obviamente, não pretendemos esgotar o assunto, e sim demonstrar que algumas medidas, tomadas em tempo hábil, poderiam salvar anos e anos de muito trabalho e renúncia dos donos, sócios e / ou colaboradores das empresas, sem deixar de preconizar que o controle, via um bom sistema contábil e / ou de controle interno poderia servir como prevenção a fraudes, desvios de recursos, gestões inadequadas etc., fatos que estão na raiz de grande parte das descontinuidades, principalmente, das empresas ditas familiares.

Em aulas de *Contabilidade Avançada II*, no *Curso de Ciências Contábeis na UFMA*, tenho chamado à atenção dos alunos, para alguns procedimentos contábeis, previstos nas *Normas Internacionais de Contabilidade*, obviamente, objetos do *Direito Societário*, que poderiam evitar, em tempo hábil, que as empresas descontinuassem, sendo que algumas já foram aplicadas, no Brasil, em grupos que atravessaram dificuldades financeiras, prestes aos encerramentos das suas atividades.

LEASE BACK:

A primeira que me vem à mente diz respeito ao *Lease Back* ou *Leasing de retorno*:

Entende-se por contrato de Lease Back ou Leasing de retorno, aquele em que uma empresa proprietária de certo bem móvel ou imóvel, efetua a venda ou a dação em pagamento desse bem a outra empresa, a qual ao adquiri-lo, imediatamente, o arrenda a venda, ou seja, o proprie-

tário de um bem vende-o à empresa que, por sua vez, ao adquiri-lo, arrenda-o à antigo proprietário.

(<https://lfg.jusbrasil.com.br/.../o-que-se-entende-por-lease-b...>)

O substrato contábil dessa operação de *Lease Back* tem fundamento na *Norma de Contabilidade, PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16.*

Transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)
 98. *Se a entidade (vendedor-arrendatário) transferir o ativo a outra entidade (comprador arrendador) e efetuar o retroarrendamento desse ativo do comprador-arrendador, tanto o vendedor-arrendatário, como o comprador-arrendador devem contabilizar o contrato de transferência e o arrendamento, aplicando os itens 99 a 103.*

Em palavras simples, uma empresa ou grupo de empresas em situação financeira difícil, dispondo de imóveis, inclusive locais nos quais operam, poderá fazer uma avaliação desses imóveis, e negociar um *leaseback* com uma Instituição Financeira especializada, que lhe *comprará* esses bens e os arrendará. Como resultado, a empresa em dificuldade financeira poderá ter os recursos necessários para colocar em giro os seus negócios, podendo vir a readquirir, no futuro, os referidos bens, obviamente, caso essa hipótese fique estabelecida no contrato de *leaseback*. Operações dessas naturezas já salvaram da falência grupos econômicos neste país.

COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS:

Uma outra solução societária-contábil prevista, para que não venha acontecer descontinuidade dos negócios e as suas consequências deletérias para a sociedade, diz respeito à *Combinação de Negócios*.

Combinação de negócios é uma operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. Neste Pronunciamento, o termo abrange também as fusões que se dão entre partes independentes (inclusive as conhecidas por true mergers ou merger of equals).

Fonte: http://static.cpc.aatb.com.br/Do.../235_CPC_15_R1_rev%2013.pdf:

Negócio é um conjunto integrado de atividades e ativos capaz de ser conduzido e gerenciado para gerar retorno, na forma de dividendos, redução de custos ou outros benefícios econômicos, diretamente a seus investidores ou outros proprietários, membros ou participantes.

Fonte: http://static.cpc.aatb.com.br/Do.../235_CPC_15_R1_rev%20

13.pdf:

Tratando sobre *Combinação de Negócios*, destacamos o Pronunciamento Técnico CPC 15(RI), correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 3 (IASB – BV 2011), *JOINT VENTURES*. Outra solução contábil-societária que poderá ser colocada em prática, para fins de que sejam evitadas maiores perdas patrimoniais para os sócios, gestores e colaboradores das instituições empresariais diz respeito a *Joint Ventures*, também, já posta em prática por algumas empresas ou grupos de empresas deste país.

O joint venture é parceria entre agentes econômicos com competências diversas com o intuito de unir forças e criar uma sinergia mútua para a realização de um empreendimento comum ou ampliar oportunidades de negócios em benefício dos parceiros.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/23895/joint-venture>.

Contabilmente, esse assunto é tratado no *PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 19 (R2)*, emitido pelo *COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC*, que aborda *Negócios em Conjunto*, e correlaciona-se com as *Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 11 (IASB-BV- 2012)*.

Resta informar que as três soluções societárias e contábeis, antes comentadas – *Lease Back, Combinação de Negócios e Joint Ventures* – estão previstas em normativos expedidos pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC*, aplicável, para as pequenas e médias empresas, no caso o *CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos*, correlacionado com o *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) (IASB)*.

Por consequência do exposto, anteriormente, sem prejuízos de outras soluções societárias e contábeis, podemos afirmar que existem diversas formas de evitar que venham a acontecer discontinuidades de entidades, sejam pequenas, médias e grandes empresas, que eventualmente estejam enfrentando situações de riscos decorrentes de motivações diversas, para que não sejam geradas as sérias consequências para que não sejam geradas as sérias consequências para os seus stakeholders.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 16 de janeiro de 2019

TRIBUTAÇÃO E DESONERAÇÃO

Iniciei os meus estudos no campo tributário, algumas luas atrás, tomando conhecimento de vários incentivos fiscais que visavam ao desenvolvimento socioeconômico do país, afora os existentes nas áreas das extintas *Sudene e Sudam*, tais como, a título de exemplo, a redução do *Imposto de Renda das pessoas físicas* em função das aplicações em mercado acionário, assim como a possibilidade de gozo pelas empresas de depreciação acelerada incentivada em relação aos equipamentos novos comprados pelas mesmas.

A primeira medida visava ao incremento do mercado acionário com o fito de propiciar captação de recursos pelas empresas para fins de aumento das suas capacidades produtivas e conseqüente incremento da oferta de empregos, impostos etc. A segunda não deixava de buscar os mesmos fins, pois possibilitava o incremento das atividades industriais por parte dos fabricantes dos equipamentos, assim como a geração de empregos diretos e indiretos, não somente pelos fabricantes dos equipamentos, assim como pelas empresas adquirentes desses bens de produção, além de outros benefícios decorrentes.

Com o tempo, a utilização da política tributária, digamos, também, com fins outros que os de não somente arrecadar, foi sendo deixada de lado. Ao longo dos últimos 15 a 20 anos, a maioria das medidas legais no campo tributário visava prover as Unidades Federativas de recursos necessários e suficientes com o propósito de manter os gastos públicos. Como conseqüência, alguns segmentos passaram a disseminar a ideia de que a sociedade estaria sendo prejudicada pela *fúria arrecadatória* do governo, deixando de identificar que o tributo deve ser arrecadado pelas unidades federativas, com o propósito de beneficiar a sociedade.

Esqueceram-se, aqueles que estão sempre virados de costas para os verdadeiros interesses da sociedade, de que se foi o tempo em que o tributo era para ser pago pelos súditos em prol da elite, ou para ser mais preciso, em benefício da corte. É bem verdade que necessitamos caminhar a passos largos para manter distância desses tempos, afinal, as tentações são muitas, não faltando exemplos diários, diria até mesmo de hora em hora, evidenciados pela imprensa. Para aqueles que dão as costas para os graves problemas sociais que enfrentamos, afirmamos que são vãs as esperanças de que sozinhos, ornamentados pela opulência e cercado de miseráveis, terão paz.

O fato é que são hospitaleiras as notícias de que os livros foram desonerados de alguns tributos, da mesma forma estão sendo estudadas medidas visando desonerar também os remédios utilizados por portadores de doenças crônicas como diabetes, pressão alta etc., e mais recentemente a edição da chamada *Medida Provisória do Bem*, qual seja a MP nº 252 de 15/06/05, que entre outras disposições, instituiu o *Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs*, o *Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP* e o *Programa de Inclusão Digital*, dispondo ainda sobre os incentivos fiscais para a inovação tecnológica e outras providências. Vejam, que até o nome atribuído à *Medida Provisória, MP do Bem*, de uma certa forma, incute na sociedade o entendimento de que a tributação é um mal, enquanto o bem seriam as medidas de desoneração tributária.

As citadas providências, em termos de política tributária, nos levam ao entendimento de que paulatinamente virão outras medidas que ensejarão a redução ou isenção de tributos em algumas áreas ou sobre alguns produtos, norteados, espero que sim, por salutares princípios que vão ao encontro do desenvolvimento econômico e social deste país, tão carente de *Políticas Públicas* que venham a reduzir a miséria de grande parte do seu povo, assim como amenizar a sofrível distribuição de renda, que nos coloca em situação constrangedora face aos demais países, quando estatísticas mundiais que tratam do assunto vêm à tona.

Para tanto, faz-se necessário que as administrações tributárias da *União, dos Estados e dos Municípios* se agigantem com a implementação de medidas que venham a ensejar um duríssimo combate à sonegação e à informalidade da economia brasileira, que podemos rotular de vergonhosa, afinal os números da informalidade (não me refiro aos camelôs), segundo estudos encomendados pela entidade empresarial constituída por grandes empresários do Brasil, Instituto *ETCO*, ultrapassam os 40% do *PIB brasileiro*, fato que se configura como escandaloso.

Não tenho a menor dúvida de que um duríssimo combate à sonegação e à informalidade, cujos primeiros passos foram dados, ensejarão a redução das alíquotas sobre tributos que hoje pagamos, além de propiciar a viabilização de uma política tributária mais atilada com os princípios basilares da tributação, tais como o da capacidade contributiva, equidade etc. Por outro lado, não deveremos descurar da boa aplicação dos recursos públicos, porquanto, de nada adiantará arrecadarmos muito bem, se os recursos públicos forem desviados em benefícios outros que não os verdadeiros interesses da sociedade. Para tanto, a sociedade deve ser mobilizada e não anestesiada.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão

Por Manoel Rubim

Em 19 de junho de 2005

TRIBUTO E CIDADANIA

Sobre o tema acima, que está na própria origem do *Estado Moderno*, iniciaremos, hoje, na véspera do São João, nesta cidade, um amplo debate sobre diversos assuntos tributários, no *Auditório do Ministério da Fazenda* nesta cidade, o qual se estenderá até o final da tarde do dia 25 do mês corrente.

Tais debates se fazem necessários, no momento em que tramita, no *Congresso Nacional*, uma *Proposta de Reforma Tributária* - que entendendo tenha sido bem elaborada - encaminhada pelo *Governo Federal* e que não foi gestada na *Secretaria da Receita Federal*, constando ter sido apreciada pelas *Entidades Nacionais Representativas das Classes Empresariais, pelos Trabalhadores, Governadores, Líderes Políticos e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*.

Também, se impõe o debate, pelo desconhecimento comezinho de política tributária, caracterizado pelas notícias hilárias publicadas em diversos jornais de circulação nacional, sobre a incidência tributária nos produtos consumidos durante as festas juninas, notícias que seriam originárias do *Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário*, dramatizando a incidência tributária nos produtos consumidos nas festas juninas, especialmente as bebidas alcoólicas, que, em função do princípio constitucional da essencialidade, são tributadas com alíquotas mais gravosas, como deve acontecer. Aliás, o referido *Instituto* tem se caracterizado por divulgar, mensalmente, os aumentos de carga tributária, sem que se tenha conhecimento da metodologia utilizada para aferi-la, causando-nos espécie, pois órgãos com quadros técnicos conhecidos, capacitados e com metodologias ao alcance de todos, como o *IBGE, IPEA* e outros do mesmo jaez, não conseguem aferi-la, mensalmente, face às complexas variáveis envolvidas na sua aferição.

A propósito das notícias sobre a carga tributária incidente sobre os produtos típicos das festas juninas, *Pedro Bó*, em tendo tomado conhecimento das mesmas, teria afirmado, com ar de espanto: *Uai, me disseram que até no preço da fralda, com que minha mãe me agasalhou*

pela primeira vez tinha tributo; como é que essa gente se surpreende diante da existência de tributo no preço da pamonha, da espiga de milho, da canjica, da boa branquinha, da cervejinha etc. É muita ignorância, senhor!

Vou deixar de lado *Pedro Bó*, e as nossas belas e tradicionais festas juninas, inclusive o arroz Maria Isabel, para voltar a tecer considerações sobre a temática: *Tributos & Cidadania*.

Em 2008, comemoramos um aninho da *Receita Federal do Brasil*, resultante da união entre a *Secretaria da Receita Previdenciária e a Secretaria da Receita Federal*, e *200 anos da Abertura dos Portos*, por decorrência da assinatura, pelo Príncipe Regente, Dom João de Portugal, no dia 28/01/1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, da primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe no Brasil, que aconteceu apenas quatro dias após a chegada da *Família Real*, a este país.

Tal *Édito Real* proporcionou o funcionamento das *Alfândegas Brasileiras*, afinal, em que pese já funcionarem, desde o século XVI, somente atuavam no controle do comércio com a *Coroa Portuguesa*. Logo, vamos aproveitar a oportunidade para fazermos uma reflexão profunda, diríamos, uma imersão em diversos assuntos ligados à temática tributária, que, ao contrário do que muita gente referenciada pensa, é muito ampla, porquanto envolve questões culturais, sociais, contábeis, econômicas, jurídicas, antropológicas etc.

Destarte, com a participação de dedicados estudiosos de tais campos do conhecimento, que interagem com a matéria tributária, na condição de Moderadores, Palestrantes e Debatedores, iremos fazer a referida imersão, abordando o seguinte: *o Sistema Tributário Nacional e a Arrecadação Tributária, Simples Nacional, Previdência como Fator de Inclusão Social, Crimes Contra a Ordem Tributária, Compensação Tributária, Desenvolvimento Regional e Sistema Tributário Nacional, Tributos & Cidadania, Prescrição Tributária e a Inconstitucionalidade das Leis Tributárias, Atendimento Virtual do Contribuinte, Evolução das Alfândegas no Brasil, Cadastro Sincronizado e o Processo de Formalização das Empresas, A Medida Cautelar Fiscal, Controle da Renúncia de Receita*, terminando como uma homenagem à rica cultura deste Estado: *Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Cultural*.

Vamos comemorar a passagem de mais um ano das instituições mencionadas, por demais comprometidas com os interesses públicos, com muita reflexão, em prol do aprimoramento delas. Provavelmente, provaremos, sim, dos quitutes juninos, sabendo que estaremos pagando um preço, que contém tributos, em prol do bem-estar desta sociedade,

tão carente de recursos e da sua otimização.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 23 de junho de 2008

Republicado na Revista Desafios do Desenvolvimento Econômico do IPEA – maio e
junho de 2008

TURISMO: É A HORA E A VEZ DO NORDESTE E NORTE

Onovo cenário político deste país nos induz ao entendimento de que o relacionamento entre os governadores dos Estados do Norte e Nordeste do Brasil, com o Governo Central, não será nada fácil, nos próximos quatro anos, tendo presente a forma de fazer política neste país, agradando aliados e criando inúmeras dificuldades aos opositores, não sendo colocado, em relevância, os interesses públicos, que deveriam ser sobranceiros.

Após os resultados das urnas, uma das primeiras preocupações que me veio à mente, diz respeito às dificuldades que o Governo do Maranhão teria para arcar com os seus encargos, em que pese o excelente desempenho da arrecadação tributária, graças ao trabalho desenvolvido pelo Secretário de Fazenda do Estado, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Marcellus Ribeiro Alves, que coordena e lidera uma competente e abnegada equipe de servidores, afora, obviamente, os controles internos de competência do Governo Estadual, sob a supervisão e orientação do Governador Flávio Dino, e os controles externos, da alçada do Tribunal de Contas do Estado, sob a gestão, atualmente, do seu Presidente Conselheiro Caldas Furtado, reconhecida nacionalmente.

Não vejo, no curto prazo, de um a dois anos, outra atividade que possa agregar substancial valor à economia do Estado do Maranhão, que não seja via o incremento do turismo, já que dispomos de uma infraestrutura hoteleira, de pousadas e restaurantes suficiente para suportar um incremento de demanda, na capital e em alguns polos turísticos no interior deste Estado.

Porém, não seria uma atitude isolada de um Estado, e sim de vários, por assim dizer, circunvizinhos, necessários e suficientes para

o deslanchar do turismo, em proporções que nos levem a incrementar diversas atividades econômicas, que venham a impactar positivamente na economia da região e nas finanças públicas de Estados e Municípios.

Hoje, destacam alguns meios de comunicação deste país, como, neste particular, o insuspeito *UOL*, notícias originárias da imprensa estrangeira, que dão conta da repulsa de turistas de outros países em visitarem este país, ao longo do novo governo: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2018/11/08/nao-coloco-os-pes-enquanto-ele-estiver-no-poder-turistas-desistem-de-ir-ao-brasil-apos-eleicao-de-bolsonaro.htm>.

Na mesma matéria do *UOL*, cujo endereço eletrônico evidenciamos acima, consta a seguinte informação, que, por si somente, dá a dimensão econômica do que nos pode proporcionar o turismo muito bem planejado: *De acordo com dados do Banco Central e publicados pelo ministério do Turismo, os estrangeiros que foram ao Brasil em agosto de 2018 gastaram US\$ 482 milhões, 6% acima do valor do ano anterior, que foi de US\$ 455 milhões. O ganho nos primeiros oito meses, por sua vez, girou em torno de US\$ 4,13 bilhões, um crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período de 2017. Mas se depender de turistas como a francesa Corinne Moutout, os lucros nessa área, a partir de agora, só vão diminuir.*

Em 05 de novembro de 2018, o jornal *El Pais* publicou, em manchete, o seguinte: *Governadores do Nordeste atuarão em bloco para evitar escanteio de Bolsonaro. Com todos os Estados da região governados pelo PT ou por aliados, governadores apresentarão demandas coletivas ao presidente para dar maior musculatura às pautas locais.* https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540922712_262939.html.

Por consequência, já existe um embrião das ações em conjunto dos Governadores do Nordeste, em busca de entendimento com o novo Governo Central, que assumirá em janeiro próximo, em que pese passar a sensação de que já governa, por razões óbvias que dispensam maiores comentários.

Todavia, esse embrião de ações é focado no postular recursos financeiros, como de costume. Porém, sempre acreditei que no bojo dos grandes problemas poderemos encontrar, também, soluções inovadoras, que possam nos tirar dos mesmismos.

Logo, é chegada a hora de uma grande articulação dos governadores do Nordeste e do Norte deste país, visando o incremento econômico das duas regiões menos favorecidas pelo desenvolvimento social e econômico, via atividades econômicas agregadoras de grandes

riquezas.

Na minha modesta visão, o turismo, focado, em princípio, no potencial econômico das nações europeias seria uma grande opção no curto e médio prazo, tendo presente o nosso exponencial potencial turístico.

O momento é propício para tais ações, inclusive pelo apelo político. Afinal, as teses políticas progressistas, por esta região, foram vencedoras nas últimas eleições presidenciais, despertando curiosidades dos turistas de outros países, assim como do próprio Brasil.

No longo prazo, poderiam surgir outras ações em bloco. Porém, necessitamos, sim, de soluções de curto e médio prazo, visando o equilíbrio das finanças dos Estados do Nordeste e Norte do Brasil, assim como o aumento da riqueza do nosso povo, não se deixando de lado a imperiosa necessidade de que se configura oportuno o deslanchar de grandes investimentos que poderiam potencializar outras atividades econômicas, afora o turismo, inserido em um dos setores da economia que mais cresce e agrega valor no Mundo, qual seja a *Economia Criativa*.

Publicado na Esfera Pública, no *Facebook*

Por Manoel Rubim

Em 14 de novembro de 2018

VIVAS AO SERVIDOR PÚBLICO

E screvi, em tempos idos, nas páginas deste jornal, sobre o tratamento dispensado pelos diversos governantes, nas várias esferas do poder, aos servidores públicos. Não sobram dúvidas do quase desdém como são tratados. Arrocho salarial, perda de gratificação adicional por tempo de serviço, da licença prêmio a cada cinco anos de efetivo exercício, da incorporação da remuneração pelo exercício de funções gratificadas etc.

Após a reforma da Previdência do servidor público, ao final do ano de 1998, ainda temos que estar preparados para o fim da aposentadoria integral que se avizinha, além das inúmeras tentativas de criação de uma prosaica contribuição previdenciária por parte dos aposentados e pensionistas do setor público. Diante desse quadro tétrico, por óbvio, não daria para cantar o refrão da música de carnaval de uma das mais

populares escolas de samba do Maranhão: *Haja Deus quanta beleza*.

Os servidores públicos poderiam ter como consolo alguma proposta de algum presidenciável, no que diz respeito à instituição de uma política de pessoal para o serviço público. Lamentavelmente, não consta que tenhamos, pelo menos não ouvi, muito menos li. Admirados? Não poderíamos expressar uma outra reação senão de estupefação diante dessa realidade. Afinal, não conseguimos conceber como o Estado Brasileiro, ou qualquer outro Estado, na concepção de ente federativo, possa prestar à sociedade serviços de qualidade sem que haja funcionários públicos preparados tecnicamente e motivados.

Os servidores públicos poderão ser considerados verdadeiros heróis, pois assim agem na manutenção do atendimento das demandas da sociedade, diante das muitas dificuldades que surgem. Em Postos de Saúde, Salas de Aula, Delegacias de Polícia etc., reina o voluntarismo para que os usuários dos serviços públicos não voltem, para as suas residências, sem o devido atendimento.

Os servidores públicos são selecionados mediante rigorosos processos seletivos, que envolvem provas de conhecimentos técnicos, de títulos, além de avaliações psicológicas etc. Não têm nada a dever, em termos de conhecimentos técnicos, a empregados de médias e grandes empresas. Muito pelo contrário. Temos conhecimento de servidores públicos, em grande número, nas várias esferas de governo, capazes de atuar, com desenvoltura, em qualquer empresa ou instituição de grande porte. Todavia, observamos, ao longo do tempo em que militamos no setor público, que falta no serviço público uma política de pessoal que acompanhe o servidor ao longo da sua vida funcional, descobrindo e ajudando a desenvolver as suas competências essenciais, e conscientizando-o da relevância do seu desempenho para o bem-estar social.

São poucas, ou quase nenhuma, iniciativas em prol de uma assistência psicológica para o servidor, assim como em relação a sua saúde mental e física, aspectos muito trabalhados nos departamentos de pessoal das empresas privadas, tendo em vista estarem cômicas de que não terão bons talentos humanos se não cuidarem dos aspectos motivacionais, psicossociais, da saúde mental e física etc. Sem exageros, não podemos deixar de reconhecer que, em termos de política de pessoal, o serviço público está, a anos luz, atrasado em relação à iniciativa privada.

A síndrome do *Estado Mínimo* é uma das responsáveis por esse estado quase calamitoso em que se encontra o serviço público. Filas para doentes, hospitais sem leitos disponíveis, doentes em macas pelos corredores, inquéritos policiais parados, justiça lenta, atendimento

nas repartições públicas sofríveis, funcionários desmotivados e tudo o mais. Compondo esse fantasmagórico enredo, eis que, na pátria da opulência, explodem as torres do *World Trade Center*. Nada com nada, diriam os apressadinhos, esquecendo-se de que falhou a segurança, ou as seguranças. Por onde andam os *Ronald Reagan e as Margareth Thatcher*? Sobrou para o Bush. Diriam os malvados: *Não faz mal não, jogam no mesmo time*. Na terra dos oráculos do *Estado Mínimo*, luta-se para torná-lo, hoje, máximo. Máximo para combater o terrorismo, as mazelas da droga, os assassinatos em série dos malucos *neurotizados* pelas várias guerras em que se meteram os EUA, as fraudes contábeis que quase põem a nocaute a economia americana e a economia mundial etc.

Por outro lado, uma conceituada revista de circulação nacional faz uma edição especial com as 100 *melhores empresas para você trabalhar*. Inveja à parte, podemos afirmar que *é de dar água na boca*, como os versos de uma famosa canção popular cantada, salvo engano, pela *Amelinha*: *funcionário Destaque do Mês ganha bônus de 25% do salário e tem foto exposta em painel no restaurante; MBA Executivo em 18 meses na Fundação Getúlio Vargas, sabático de 60 dias para funcionários de média gerência que completam dez anos de casa; plano de saúde extensivos ao pai e mãe dos empregados pagos pela empresa; bolsas de estudo que cobrem de 30% a 70% dos custos de cursos do ensino médio, graduação, pós graduação e de idiomas; concessão de empréstimos para empregados com juros abaixo do mercado; grêmio com piscina, campo de futebol e playground para empregados; creche gratuita para os filhos de funcionários; a empresa banca tratamento que os planos de saúde não cobrem; ginástica laboral para todos os funcionários antes de começar o trabalho; programa de participação nos lucros pagou até seis salários na última distribuição; demissão só em último caso, com aprovação do chefe imediato, do gerente, e do diretor de recursos humanos, sendo que o desligamento não poderá ocorrer em uma sexta-feira, no dia do aniversário ou na volta das férias. Cansei!*

Com certeza, como servidores públicos, não desejamos tanto. Todavia, gostaríamos de ser olhados e respeitados como *Talentos Humanos*, capazes de prover a sociedade com melhores condições de vida, em todas as áreas que o Estado, ente federativo, nem mínimo, nem máximo, todavia necessário, poderá atuar em prol de uma sociedade mais fraternal, justa, saudável, educada, que todo ser humano tem o direito de desfrutar.

Afinal, não temos no mundo outra instituição capaz de atuar

em benefício de todos, que não seja o Estado. Todavia, não existe Estado sem funcionários públicos, que possam viabilizar o planejamento e a execução das chamadas políticas públicas. Por consequência, almejamos que o novo Presidente da República, os novos governadores, os senadores e deputados eleitos estejam cômicos da importância do Estado e dos seus servidores, para que as políticas públicas possam ser postas em prática. Não estamos querendo mordomias, apenas respeito e reconhecimento. Neste 28 de outubro, nada a comemorar, muito a lutar.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 27 de outubro de 2002

XX FÓRUM NACIONAL: PENSANDO O BRASIL

Entendo que um dos papéis sociais, dos que formaram *massa crítica*, é o de incentivar e participar do processo que intitulo de *Pensar o Brasil*, nos vários campos como Educação, Saúde, Segurança pública, econômico, social, meio ambiente, cultural, político etc. Não importa, a meu sentir, a especialidade de quem promove e participa de tais debates; importa, sim, a prevalência do sentimento de cidadão, pois *Pensar o Brasil* está acima dos interesses paroquiais; é sobranceiro, e de mãos dadas com os interesses sociais.

Por consequência, sou um admirador dos debates promovidos, sob várias formas, sejam através de artigos, sejam com palestras, sejam em fóruns etc., por algumas personalidades neste país. Entre tais personalidades, está o ex-Ministro do Planejamento, 1968 a 1979, Reis Veloso, Mestre em Economia por Yale, e criador do IPEA. Preocupado em *Discutir o Brasil*, Reis Veloso criou e participa, desde 1991, do **Instituto Nacional de Altos Estudos**, que organiza os *Fóruns Nacionais*, foco deste artigo, atualmente, na sua vigésima edição, que aconteceu este ano, no período de 26 a 30 de maio, no Rio de Janeiro.

Para que se tenha ideia da importância, pertinência e atualidade da temática dos *Fóruns Nacionais*, o atual, 20º, abordou os seguintes assuntos gerais: *200 anos de Independência Econômica, O Brasil tem Jeito? Construção das Bases - Mensagens da Sociedade: Redução da*

Carga Tributária, com Contenção de Despesas de Custeio e Reforma Tributária e Modernização da Infraestrutura, Estratégia da Economia Criativa: Partindo dos Recursos Naturais para Chegar à Economia do Conhecimento (Sob o Signo da Incerteza), O Brasil e suas Empresas Globais, Universalizando a Inovação nas Empresas Brasileiras, Para onde vão as Cidades Brasileiras? Planejamento Urbano (Desenvolvimento, Infraestrutura, Segurança, Favelas) e Senso de Comunidade; O Amor em Tempos de Desamor.

Sob outro ângulo, poderemos aquilatar a importância do evento, também, pelas presenças do Presidente da República, na abertura, assim como dos Ministros da Fazenda, Casa Civil, Cultura, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e das Cidades, durante o Fórum. Por outro lado, nomes de destaque, no mundo do saber, pontificaram: Edmund Phelps, da *Universidade de Colúmbia e Prêmio Nobel de Economia em 2006*, Roger Cohen Colunista do *New York Times*. Alberto Fishlow da *Universidade de Colúmbia*, Roberto da Matta, Sociólogo e Escritor, Alberto da Costa e Silva da *Academia Brasileira de Letras*, Historiador e Embaixador, Affonso Celso Pastore da *USP e FGV*, ex-Presidente do Banco Central e Aziz Ab' Saber da *USP* e ex-Presidente da *SBPC* e outros. Para dar o tom pragmático ao evento, participaram dos debates os Presidentes das Empresas Globais: Vale do Rio Doce, Gerdau, Petrobrás, Embraer, Natura e Odebrecht.

As divergências, nesses fóruns, são salutares, tendo presente que dos entrecosques das ideias é que sairão as soluções para os problemas. Logo, não se configura como preocupante. Muito pelo contrário: que tenhamos ideias díspares entre os participantes, como tiveram os Economistas Edmund Phelps e Alberto Fishlow, no que respeita ao Bolsa Família, com o primeiro defendendo a sua manutenção, porquanto poderia melhorar o dinamismo da Economia, ao passo que o segundo considera tal programa social como de eficácia temporária.

Não importa que os economistas citados preconizem a redução do gasto público com custeio, mirando as despesas de pessoal e previdenciária, deixando de enfatizar o combate aos desvios de recursos, a diminuição dos gastos com juros e a medição da produtividade do setor público, providências que defendo.

É estimulante que os brasileiros tenham conhecimento da concepção esposada pelo Jornalista Roger Cohen, colunista do *New York Times*, no *Fórum Nacional*, de que o Brasil possui os quatro elementos necessários a uma *alquimia produtiva*, e sobre a abundância de recursos naturais, neste país, que se configura como um ativo muito valorizado, ante o expressivo crescimento do mercado consumidor mundial.

A limitação do espaço me induz à conclusão. Todavia, não poderia encerrar, sem fazer referências, também, ao lado poético romântico, que marcou o encerramento do *Fórum: O amor em tempos de Desamor*.

Estigmatizando o *Desamor*, lembro-me do sorriso de Isabella, mártir, como muitas outras crianças, do mesmo modo que a linda menina, com cabelos ainda em cachos, assassinada, no *Bairro da Liberdade*, nesta cidade, este ano, com um bárbaro tiro na cabeça, tornada anônima, pela banalização social dos crimes, especialmente os que atingem os mais pobres.

Publicado no Jornal Pequeno, coluna Esfera Pública
Por Manoel Rubim
Em 02 de junho de 2008

Republicado do portal:
www.ipea.gov.br

ZERAR OU REDUZIR O DÉFICIT?

No campo do jornalismo econômico, não temos um assunto mais debatido, no momento, do que a proposta do déficit zero, de autoria do polêmico e arguto *ex-Czar da Economia brasileira*, deputado Delfim Neto, consistente em fechar *as torneiras do chamado Tesouro Nacional*, fazendo com que no espaço de quatro a seis anos venhamos a ter, apropriando-nos de um jargão futebolístico, rigoroso empate entre as receitas e despesas públicas federais, inclusive juros, que foram estimados pelo economista Carlos Lessa, para o ano de 2005, em aproximadamente R\$ 150 bilhões.

Esse empate não seria uma combinação prévia e voluntária dos envolvidos na contenda, e sim uma imposição constitucional. Uai! diria o mineiro, diante de uma mesa farta de arroz tropeiro e carne de porco: tiraram a limitação dos juros de 12% anuais da Constituição, por desnecessário e ineficaz, e agora querem colocar, na mesma *Carta Magna*, que o déficit deverá ser zero. Vou largar tudo e voltar para a roça do pai.

Para atingir o déficit nominal zero, seriam adotadas, entre outras, as seguintes providências: aumento de 20% para 40% da desvinculação das receitas da união; implantação de um choque de gestão,

com corte de cargos comissionados, congelamento dos gastos de custeio (pessoal, material de consumo/expediente e serviços); revisão dos gastos com saúde.

Com tais medidas, na visão daqueles que defendem a viabilização da ideia do déficit zero, poderia acontecer: uma sinalização positiva para os agentes econômicos, fazendo cair os juros reais; incremento da atividade econômica, sem pressões inflacionárias, com todos os seus efeitos benéficos; redução da relação entre dívida pública e o PIB, hoje na faixa de 50%. Paulo Rabelo de Castro, doutor em Economia pela *Universidade de Chicago*, atribuiu nota 10 à proposta de déficit zero do professor emérito da USP, Antônio Delfim Neto, argumentando que *Nada empalidecerá a obviedade de que somos uma casa gastadora demais, que precisa não só recuperar decência na política como ética no gasto público*. Por sua vez, a jornalista Maria Clara R. M. do Prado entende que Delfim Neto terá, principalmente, *de colocar na cabeça dos empresários e dos políticos algo que já deveria lá estar há décadas, para não irmos tão longe aos séculos: a noção de que o orçamento é a principal peça fiscal de uma nação e que, uma vez aprovado, deve ser cumprido à risca*.

Os críticos da proposta de déficit zero argumentam que ficariam inviabilizadas as políticas econômicas de aumento ou contenção de despesas públicas, face, respectivamente, à retração e expansão da economia, além de prováveis enfrentamentos de dificuldades políticas para aprovar maiores reduções de despesas em áreas sensíveis como as de saúde e educação. Paulo Nogueira Batista, economista e professor da *Escola de Administração de Empresas da FGV-SP*, evoca experiências recentes dos Estados Unidos e Japão, no que diz respeito à utilização da política econômica de aumento dos gastos públicos para incrementar o nível da atividade da economia, quando em recessão. Acrescenta que *não tem cabimento fixar variáveis de política econômica na Constituição*, afinal, *a nossa sempre foi criticada por ser excessivamente detalhista*.

Zé das Asneiras, que figura em conto da nossa autoria, e lembra um personagem chamado Guedes, de Artur Azevedo, em *Vida Alheia*, diante dos propósitos em se colocar tudo na Constituição brasileira, ficaria mais confuso em relação ao que significa Carta Magna, porquanto, de tanto ouvir falar na mesma, de forma solene e como espécie de panacéia, pensava tratar-se de um livro enorme, *Pai-d'égua*, como dizia, que ficaria no Congresso Nacional, livro esse que conteria todas as leis do país. *Menino prodígio!*

Realmente, o doutor Delfim conseguiu trazer para a atual cena

do debate político e econômico algo de muito polêmico que poderá desviar um pouco a atenção da sociedade brasileira, da abordagem atual dos jornais e da televisão deste país. O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada realizará um seminário para discutir o assunto em 10 de agosto próximo, assim como estaria sendo agendado pelo empresário Emerson Kapaz, presidente do *Instituto ETCO*, um debate sobre déficit zero em São Paulo.

Sinceramente, não sou muito chegado a zero. Trago em minha memória lembranças dos meus 12 anos de idade, quando um professor *me presenteava com bicicletas e automóveis*, em avaliações semanais, penalizando a minha desatenção. Afinal, não dava continuidade à dissertação de um colega sobre Geografia. Absorto, pensava na *Ilha da Ponta Grossa, em Icatu*, sempre referenciada por dona Cândida Rubim, quando o colega abordava a *Groelândia*. Óbvio que não poderia dar continuidade ao que o colega abordava. Resultado, dois ou quatro zeros, simbolizados pelo professor com os pneus das *bicicletas e automóveis*. Haja vermelho na caderneta marrom.

Contudo, em que pese a minha aversão pelo zero, não restam dúvidas da possibilidade em reduzir as despesas públicas e, consequentemente, o déficit, não, necessariamente a zero, sem congelamentos das despesas de custeio, ou redução de gastos nas áreas de saúde e educação. Poderíamos, sim, aumentar a transparência, aplicar melhor os recursos públicos, via conscientização dos gestores e servidores, otimizar os controles, que deveriam se preocupar menos com formalidades e mais com os verdadeiros ralos por onde se perdem os recursos públicos.

Publicado no Jornal O Estado do Maranhão
Por Manoel Rubim
Em 24 de julho de 2005

Incio, com este e-book, as comemorações pelos 50 (cinquenta) anos como Profissional Contábil, após a conclusão do Curso Técnico em Contabilidade e em Administração no Colégio São Luiz, que deixou algum tempo de funcionar.

O presente livro circulará em uma data muito especial para a minha pessoa, qual seja, 08 de outubro 2019, data em que comemoro o nascimento do meu saudoso e querido pai, Ovídio Victor da Silva, que nasceu em 08 de outubro de 1905 e faleceu em 08 de janeiro de 1968, pai que juntamente com a sua esposa, minha querida mãe, Cândida Rubim da Silva, atualmente, com 96 anos, tanto queriam que eu estudasse, visando o deslumbrar de caminhos que entendiam promissores para o meu viver.

Destarte, é com muita emoção que finalizo o presente livro, intitulado Contador Pensador Social Estratégico: Visões Interdisciplinares, composto por 100 (cem) artigos publicados no jornal O Estado do Maranhão e no Jornal Pequeno, assim como em Revistas Contábeis e/ou Tributárias, sendo que alguns foram reproduzidos em sites de entidades que gozam de muita credibilidade neste país. Na oportunidade, cabe destacar que a grande maioria dos artigos constantes deste livro tiveram como leitora, antes da publicação, Naysa Helene Furtado Bessa, cujas opiniões valiosas, sempre, foram levadas em conta.

Ademais, este e-book é o primeiro de uma série que pretendo publicar nos próximos anos, Se Deus quiser, nos quais reunirei outros artigos já publicados e outros que serão redigidos.

Destarte, almejo que àqueles e/ou àquelas que se dispuseram a ler este e-book tenham feito leituras proveitosas.

Saudações,

MANOEL RUBIM DA SILVA